BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA
SÉRIE 5.ª ★ BRASILIANA ★ VOL. 292

ANÍSIO JOBIM

(Ex-Senador Federal pelo Estado do Amazonas, no período de 1951/55; Membro da Academia Carioca de Letras; Membro da Academia Amazonense de Letras; Sócio correspondente da Sociedade Brasileira de Geografia; Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas)

# O AMAZONAS

## sua história

*(ensaio antropogeográfico e político)*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

# O AMAZONAS

## sua história

*(ensaio antropogeográfico e político)*

★

Bibl. Central

*Exemplar* Nº 0471

nº sist. 200138
ced. barcelona 356823-10

1957

*Obra executada nas oficinas da*
São Paulo Editora S/A. — São Paulo, Brasil

# DO AUTOR

*Panoramas Amazônicos — Coari.* Imprensa Pública, Manaus, 1933.

*Manacapuru.* Separata do volume II da "Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas". Tip. Fênix, Manaus, 1933.

*Panoramas Amazônicos — Codajás.* Tip. Fênix, Manaus, 1934.

*A Intelectualidade no Extremo Norte* (Contribuição para a história da literatura no Amazonas). Livraria Clássica. Manaus, 1934.

*Panoramas Amazônicos — Tefé.* Tip. Fênix, Manaus, 1937.

*Panoramas Amazônicos — Moura.* Tip. Fênix, Manaus, 1938.

*Panoramas Amazônicos — São Paulo de Olivença.* Imprensa Pública, Manaus, 1940.

*Panoramas Amazônicos — Benjamim Constant.* Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Manaus, 1943.

*Urucurituba. Arquivos.* "Revista da Associação Comercial do Amazonas". Ano I. Junho de 1947.

*Urucará.* "Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas". Ano VII. Vol. VII. — 1947.

*Itacoatiara* (Estudo social, político, geográfico e descritivo). Manaus, 1948.

*Monografia Geográfica do Estado do Amazonas. Fisiografia.* Manaus, 1949.

*Aspectos Sócio-geográficos do Amazonas.* Sérgio Cardoso & Cia. Manaus, 1950.

# ÍNDICE


| | Pág. |
|---|---|
| *Prólogo* | 7 |
| A Aventura de Orellana. Descobrimento do rio Amazonas | 11 |
| Expedição de Ursua | 17 |
| Fundação da cidade de Belém. Expulsão de estrangeiros do golfão amazônico | 23 |
| Pedro Teixeira | 27 |
| Outras expedições | 34 |
| Bandeiras. Tropas de resgates. Descimentos | 41 |
| O Missionário | 54 |
| Missionários a serviço de Espanha | 62 |
| O Tratado de Madri | 69 |
| Criação da Capitania de São José do Rio Negro | 82 |
| Governadores coloniais | 93 |
| Estado geral da Capitania | 108 |
| Fortificações. Inspeção de fronteiras | 118 |
| Rebeliões | 130 |
| Independência do Brasil. Repercussão no rio Negro | 139 |
| A Cabanagem | 154 |
| A Província | 165 |
| Fundação da Província | 173 |
| Presidentes da Província. Explorações | 183 |
| Regime Republicano | 194 |
| Movimento revolucionário de 23 de julho de 1924 | 209 |
| A Revolução de 3 de outubro de 1930 | 215 |
| Demarcações subseqüentes | 226 |
| Limites do Amazonas com os Estados do Pará e Mato Grosso | 241 |
| Viajantes e Exploradores | 247 |
| Amazonenses ilustres | 284 |

# Prólogo

*O presente volume* **O Amazonas, sua história** (Ensaio antropogeográfico e político), *convém ser dito, não encerra a história pormenorizada do Estado do Amazonas, desde o seu descobrimento, idos coloniais e a fase constitucional moderna. É antes de tudo um resumo feito com cuidado e esfôrço, em que o autor consumiu anos a fio, no consultar documentos, anotar fatos, articulá-los e levantar a evolução social e política do Estado.*

*Não é sem razão que se pode afirmar que no Amazonas escasseiam por demais os subsídios. Não os possuem os arquivos. E para cúmulo, um incêndio voraz, na madrugada de 22 de agôsto de 1945, destruiu a rica Biblioteca Pública, onde jaziam cêrca de 45 mil volumes e um precioso arquivo que, segundo se diz, mofava no porão.*

*Os livros dos grandes pensadores que visitaram a Amazônia e descreveram as graças infinitas de sua natureza trepidante e magnífica, em que se alinham impressões da terra, de seus aspectos, de sua pujança e grandeza, de sua gente, só agora vêm aparecendo em traduções que escritores nossos bem intencionados le-*

*varam a têrmo, e emprêsas editôras, movidas pelo mesmo sentido educativo e patriótico, divulgaram.*

*Do que já se havia publicado em português, o trabalho mais minucioso e interessante, que se conhece, é, sem dúvida, o do Dr. Alexandre Ferreira,* **Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro,** *magistral inquérito escrito no século XVIII por aquêle naturalista filósofo; excelentes informes nos oferecem os antigos astrônomos que serviram nas Partidas de Demarcação; os roteiros de viagens e os ensaios que nos legaram o Ouvidor Francisco José Ribeiro de Sampaio, o Padre Dr. José Monteiro de Noronha, Ladislau Baena e o Cônego Francisco Bernardino de Sousa.*

*Há, ainda, uma obra importante:* **Anais Históricos do Maranhão,** *de Berredo, mas êste trabalho em dois volumes, compacto, ramalhudo, pesado, só mesmo o curioso dos fastos da Amazônia é capaz de consultar.*

*Dos modernos, Aprígio de Meneses deu-nos uma sucinta notícia dos acontecimentos que se desenrolaram na planície; Bertino Miranda, um grande historiador, traçou à pressa o arcabouço de uma história de Manaus, e o professor Artur C. Ferreira Reis, que prestou o grande serviço de dotar as letras nacionais com a sua equilibrada e brilhante* **História do Amazonas,** *publicação de incontestável valor pela probidade e riqueza de informações. Depois desta obra o historiógrafo continuou a nos dar preciosas monografias sôbre assuntos que interessam de perto à nossa formação.*

*Traçando as linhas que seguem, o autor, que não tem a frívola vaidade de esgotar a matéria, procura ocupar-se, ainda que sumàriamente, da fisiografia, da antropogeografia, do ecumeno e da dramática história do meio geográfico e do homem, que rompeu pelo caminho do vale e das correntes, vencendo os obstáculos e implantando uma civilização que faz certamente prova de que a vida no Equador não é, como diziam os antigos, precária e incompatível com os destinos do desenvolvimento físico, moral e mental do habitante dessas malsinadas regiões.*

*Todos sabem, como já advertia Osório Duque Estrada, (**História do Brasil**) que o rio Amazonas, "corrente transversal, com a disposição longitudinal dos seus afluentes, ao mesmo tempo que é caminho internacional, está fadado a ser o supremo regulador dos destinos do País".*

# A Aventura de Orellana.

# Descobrimento do Rio Amazonas

O mundo amazônico ia revelar-se à civilização pelo feito de um dos mais intrépidos soldados de Francisco Pizarro, na tragédia da conquista do Peru — Francisco de Orellana.

Pelo Natal de 1539 organizava-se em Quito, ou por melhor dizer, completava-se em Quito, a organização de uma grande monção, imaginada por Francisco Pizarro e executada por seu irmão Gonçalo Pizarro, Governador de Charcas, que devia descobrir o País da Canela, e sondar e explorar as riquezas, que se presumiam existir além das Cordilheiras, na direção leste e sul.

O projeto, delineado e amadurecido pelos conquistadores dos Incas, não tardou a fazer-se realidade, tomar corpo e atender aos seus objetivos.

Naquele ano a caravana passante de quatro mil homens, com um corpo de trezentos e quarenta soldados, cento e cinqüenta dêles montados, com uma volumosa carga de material bélico e equipamento de bôca, conduzida às costas pelos índios e pela quantidade de lhamas empregadas nesse mister, além da reserva de inúmeros porcos, ovelhas e cães de caça, moveu-se no rumo do deserto.

A travessia de Cuzco a Quito, representada por quinhentas léguas, havia custado imenso esfôrço aos

expedicionários, que agora tinham diante de si, desafiando as suas energias, um espaço enorme a percorrer, serranias e planaltos, escarpas, rios e florestas até atingirem o sonhado país, onde existia a canela.

O chefe da expedição, que, fora dos recursos oficiais, gastara muito do seu, de sua fazenda, com o aparelhamento de tão avultada coluna, escolhera escrupulosamente os seus oficiais, entre os quais se distinguia pela confiança adquirida o capitão Francisco de Orellana.

O pesado movimento da tropa, as dificuldades sobrevindas no teatro das operações, o cansaço e o esgotamento de muitos, o tributo pago às doenças em jornada tão longa, à mercê das intempéries, foram se acentuando à medida que se distanciavam do Peru e se internavam no solo desconhecido e agreste.

Na Província dos Quixos saiu ao encontro da coluna em marcha um exército de tapuias que causou brecha nas fileiras expedicionárias, porém tiveram de recuar perante as armas dos espanhóis, e principalmente porque, não conhecendo o cavalo, os soldados montados lhes despertaram natural terror, desaparecendo nos matos.

Um incidente calamitoso veio afligir ainda mais a entrada. Após muitos dias de caminhada tremeu horrìvelmente a terra, e desencadeou-se tremenda tempestade. O solo aberto em fendas aqui e ali, tragava as casas dos índios.

Os prejuízos cresciam e maior ainda foi o desânimo ao galgarem a montanha andina, onde o frio apertava, e para se resguardarem dêle tiveram os soldados que se desfazer de suas cargas, alijando-as no caminho, abandonando o gado e aligeirando o mais possível o sacrifício da escalada.

Muitos homens da expedição morreram gelados.

A fome já se fazia sentir, mas a esperança de adquirir víveres e de encontrar um ambiente onde pudessem recuperar as fôrças perdidas servia de incentivo àqueles milhares de indivíduos depauperados, que obedeciam às ordens do general, tão prudente quanto experimentado nessas fadigas.

Ao atingirem a região de Zimaco não foi menor a calamidade. Chuvas torrenciais desabavam e com as chuvas apodreceram as roupas dos que andavam à procura de alimentos com que enganar o estômago, durante o tempo em que ali se detiveram, — dois meses. Esta era a desejada região da canela, cujas árvores se espalhavam isoladas pelas selvas.

Dominado pelas idéias de conquista, deixou em Zimaco parte de sua gente, que devia seguir mais tarde o mesmo roteiro do chefe da expedição. Com a outra parte de seu exército achou-se Gonçalo Pizarro no Coca, onde os naturais lhe prestaram de certo modo algum auxílio. Nova demora o reteve nesses ínvios sertões, sabendo por informações dos nativos que os caminhos continuavam ásperos e difíceis.

Não mediu esforços o valoroso oficial, e prosseguiu na sua avançada por muitas léguas, beirando o rio, até que se dispõe a construir uma ponte sôbre que conseguiu atravessá-lo, apesar da oposição que lhe moveram os selvagens.

Da outra banda a topografia do solo não era menos tormentosa. Rochedos, penedias, grotas, matas, serras, desfiladeiros, tudo isto exigia um grande sacrifício daquela gente mal alimentada e endormida. Escassos os alimentos, entraram a comer raízes e ervas apanhadas a êsmo naquelas solidões.

Mas, sempre esperançosos, encontraram um povo mais acessível onde havia o que comer, ainda que par-

camente. "Os moradores", diz Berredo, "comião pão de milho grosso, e vestião roupa de algodão"(1).

A distância a cobrir traria novos sofrimentos. Ademais, o pessoal enfêrmo e estropiado não podia mais se mover fàcilmente através das montanhas e das florestas.

Foi quando o general teve a idéia de construir embarcações, em que pusesse o pessoal doente e debilitado, "com tôda carga de maior pêso e estimação, em que entrava o melhor de duzentos e vinte e cinco mil cruzados em ouro, além de um copioso número de ricas esmeraldas"(2), e seguissem rio abaixo, enquanto o grosso da tropa continuaria por terra. Todavia os embaraços eram de ordem a não permitir que observassem à risca as instruções do conquistador.

Índios encontrados nas cercanias informaram que dali a dez jornadas achariam outro rio caudaloso, onde ia desaguar o Coca, e não sòmente o rio, como abundância de comestíveis, ouro e outras preciosidades.

Ficou então decidido que iria na frente uma turma, capitaneada por Francisco de Orellana, com instruções para, provendo-se de víveres, retroceder, a fim de socorrer os companheiros. Deixasse em terra, em lugar bem acondicionado, o tesouro que lhe havia sido confiado, e regressasse com os mantimentos.

O bergantim, lotado com cinqüenta e quatro pessoas, inclusive Frei Gonçalo de Carvajal, que faria posteriormente o relato da viagem, e Frei Gonçalo de Vera, largou e em três dias parava na junção das duas correntes, sem que depois de muitas buscas, descobrissem sinal de alimentos e as riquezas anunciadas. Nada viram de utilidade na confluência dos dois rios, o Coca e o Napo.

---

(1) *Anais Históricos do Maranhão* — 60. Terceira edição. Primeiro volume, 1905.
(2) *Id.* 62.

Voltar seria emprêsa temerária, devido às correntezas impetuosas. Prosseguir seria a solução que se impunha.

Reuniu-se o grupo em concílio e deliberou seguir êste último alvitre. Elegeu Orellana chefe da expedição, que se entregava aos favores da misericórdia divina.

Do Napo passaram ao Marañon. A descida correu acidentada em rio tão largo e dilatado, sendo as mais das vêzes os aventureiros atacados pelos índios das margens.

Orellana ia tomando nota dos acidentes do vale e se imitindo na posse das terras para a coroa de Espanha. Atravessou o país de Machifaro e o dos Omáguas, já em pleno Solimões.

A 3 de junho de 1542 transitou pela foz do rio Negro. A 10 cruzou a bôca do Madeira, e a 23 aproximava-se do Nhamundá, quando, com surprêsa, apareceu-lhe pela frente um punhado de indivíduos que lhe pareceram mulheres guerreiras, oferecendo-lhe combate. Aliás, em todo o percurso do rio, onde havia tribos mansas, colheu informes de que mais abaixo havia uma república de mulheres, cujo principal chamava-se Condori ou Conhori.

O singular encontro com tais índios armados de arcos e flechas trouxe-lhe à lembrança o episódio das mulheres combatentes da Capadócia, na Ásia. A sua imaginação ardente crismou-as com o nome de Amazonas, que a história perpetuou e que se transmitiu ao rio, inicialmente chamado de Orellana, o qual recebia agora a denominação de rio das Amazonas(3).

Tomando pôrto mais a jusante do rio Nhamundá, foi bem recebido pelos silvícolas. Aí se refez de man-

---

(3) Tratando da possibilidade da existência das Amazonas, ALEXANDRE HUMBOLDT escreve: "O encontro com essas mulheres belicosas constituí uma tradição romanesca. LA CONDAMINE pretende que elas atravessaram, no século XVII, o Solimões, entre Tefé e a embocadura do rio

timentos e aproveitou a estada para a construção, com a pregaria e os instrumentos que restavam, de novo bergantim.

Da foz do Amazonas dirigiu-se a Cumágua, de onde velejou para a Espanha.

Em audiência, o Rei Carlos V ouviu-lhe a narrativa comovente, cheia de emocionantes episódios, inteirou-se do ocorrido, justificando a sua conduta e, em paga do feliz acontecimento, conferiu-lhe o título de Adelantado, do mesmo passo que lhe concedia o privilégio de explorar e povoar o Novo Mundo, que recebeu o nome de Andaluzia.

Voltando ao Amazonas à custa de ingentes esforços, não obstante o auxílio do rei, para explorar a sua concessão, foi infeliz porque morreu em 1546, quatro anos depois de dirigir-se à Espanha.

É sabido que, por êsse tempo, os portuguêses já navegavam pelo Amazonas, tanto assim que o próprio Orellana, segundo Joaquim Nabuco, pedira ao rei permissão para contratar marinheiros lusos, que o auxiliassem na viagem, visto conhecerem a costa.

---

Purus, perto do canal Cuchivara, que é um braço ocidental do Purus. Essas mulheres vinham das margens do rio Caiamé, da região que se estende ao sul do Solimões, entre o Ucaiale e o Madeira".

RALEIGH as coloca também ao sul do Maranhão, mas na Província dos Tapajós. Êle diz que elas possuíam ricas baixelas de ouro, que adquiriram em troca das famosas pedras verdes, que curam as moléstias do fígado. E' curioso que LA CONDAMINE, 148 anos mais tarde, achasse ainda grande número dessas pedras divinas em poder dos índios.

Os índios diziam que tinham recebido de seus pais essas pedras que curam a cólica nefritica e a epilepsia, e que os seus ancestrais as tinham recebido das mulheres sem marido.

"O gôsto do maravilhoso, o desejo de ornar descrições do novo continente de alguns traços extraídos da antiguidade clássica", escreve HUMBOLDT, "têm, sem dúvida, contribuído para dar uma grande importância às primeiras impressões de Orellana". Todavia, acrescenta, "não é destituída de fundamento essa tradição", e desenvolve o escritor a sua narrativa. (*Voyage aux Régions Equinoxiales*. Tomo XVIII.)

# Expedição de Ursua

A façanha de Orellana ia ser repetida. A lenda do Eldorado, o fascínio que exerceram nos povos antigos os tesouros, que se supunham existir no centro do vale, no reinado de Paititi, onde o ouro e as pedras preciosas eram abundantes, mais aumentou com a chegada, em 1549, a Chapapoia, no Peru, de trezentos índios do Brasil.

A. Metraux diz que êste acontecimento suscitou a curiosidade geral e exerceu grande influência sôbre as expedições que, a partir de 1550, se dirigiram para a bacia do Amazonas(4).

Conta Simão Estácio da Silveira que êstes gentios, buscando novas terras em que habitar, tiveram de enfrentar uma nação mais poderosa, que os obrigou a meter-se pelo sertão, "onde encontraram povoações muy grandes e de muytos vizinhos, entre os quais eram tantas as riquezas que havia ruas muy compridas de ourives, que só se ocupavão em lavrar peças de ouro, e pedraria, com os quais se divertirão algum tempo". Trocaram ferramentas por "certas rodelas tôdas chapeadas de ouro e ornadas de esmeraldas". Os índios imigrantes partidos daí foram ter ao rio Amazonas, por onde

---

(4) *Migrações Históricas dos Tupis-Guaranis*, Paris, 1907.

A migração foi de 12.000 índios, segundo os cronistas antigos, o Padre FRITZ e o próprio METRAUX. Êstes índios saíram do Brasil com o comando do cacique Virrazu. Dêstes chegaram apenas 300 ao Peru.

subiram até as minas do Peru, e contaram coisas maravilhosas sôbre a terra(5).

A entrada de Pedro de Ursua não obedeceu a outro objetivo senão o de descobrir as lendárias e fabulosas riquezas, que se escondiam além, agora referidas pelos índios.

Em fins de 1568 o Marquês de Cañete, D. André Hurtado de Mendonça, vice-rei do Peru, resolveu confiar a jornada da descoberta do Dorado, que o andava preocupando, a D. Pedro de Ursua, "cavalheiro brilhante e um grande soldado", que voltava vitorioso do Panamá, trazendo presos os negros, que se tinham revoltado, e êle reduzira a obediência, além de ter servido nas Índias dezesseis anos.

Ursua, escolhido de preferência a Gomes de Alvarado, conseguiu da caixa real quinze mil pesos, para custear as despesas, sendo-lhe conferido o título de Conquistador das Amazonas.

As promessas de capitais que lhe fizeram alguns interessados não foram cumpridas, de maneira que a entrada foi feita com pouco dinheiro, arrostando muitos trabalhos.

De Lima trouxe D. Pedro de Ursua muitos calafates e serralheiros e tudo o mais necessário para a construção de barcos, tendo para isto levantado uma carreira no Ualaga, no sítio denominado Topesana. E mandou os seus capitães aliciar gente. Uma povoação no Ualaga ficou deserta, porque todos queriam participar da bandeira.

Regressando a Lima, aonde foi despedir-se do vice-rei, e trazer mais gente, teve que demorar-se um ano e meio.

A expedição constava de trezentos homens com arcabuzes e muita pólvora, quinhentos cavalos dos mil que

---

(5) Berredo, *Obra cit.* 83.

se gastaram na travessia, e de dois mil índios aptos para todo o serviço.

No Ualaga estavam preparados onze navios, dois bergantins e nove barcos, cabendo em cada quarenta cavalos e duzentas pessoas.

Entretanto, como a madeira fôsse de ruim qualidade, e estivessem as embarcações paradas muito tempo, e houvesse chovido bastante, os barcos estavam com as quilhas e as tábuas podres, e muitos dêles mostravam-se imprestáveis. De sorte que se aproveitaram os bergantins e algumas canoas, havendo necessidade de construir, à pressa, balsas e novas embarcações, onde se pudessem alojar o numeroso pessoal, os animais e muitos objetos que conduziam.

Refeitos os transportes, a entrada zarpou do Ualaga, a 27 de setembro de 1560, lentamente, parando aqui e ali para receber os voluntários espanhóis, que tinham seguido na frente.

O itinerário longo não lhe proporcionava as provisões que pensava encontrar, nem as riquezas do Eldorado, que os selvagens mentirosamente diziam existir abaixo.

Já a região de Machifaro ficara atrás, e o povo dos Omáguas, quando deram numa povoação que se supõe ser em águas do Solimões, onde foram bem recebidos. Havia ali certos recursos de bôca, muita farinha e mais de mil tartarugas.

Em sua companhia o capitão Navarro havia levado, desde Cuzco, a mulher Inês de Atienza, tão gentil quanto formosa.

Como locotenentes da expedição iam muitos cavalheiros, entre os quais D. Fernando de Gusmão, "môço ingênuo e leviano", e Lopo de Aguirre, "pessoa de tão vil figura, como de nascimento". Completava-a pessoal

reunido a êsmo, gente que hoje se qualifica de indesejável.

Arranchando-se na terra firme do povoado, passaram 25 dias, e o entusiasmo com que a princípio partiram foi cedendo, para cair afinal numa série de atentados ignominiosos, em que o agente principal dos tristes sucessos foi o sombrio e asqueroso Lopo de Aguirre.

Segundo Berredo, as tropas de Ursua teriam entrado pelo Jutaí, por um braço que se comunica com o Japurá e dêste rio ao Amazonas na altura de cinco graus ao sul da linha. Entretanto, Bertino Miranda, apoiado em outros cronistas, afirma que Aguirre não entrou pelo Jutaí, nem saiu pelo Juruá outra vez no Solimões. "A descida é sempre por êste último, mais ràpidamente que a de Orellana, e para alcançar a tôda pressa as costas de Venezuela"(6).

A soldadesca, conforme já foi dito, tinha sido recrutada nas baixas esferas sociais. Só o fato da escolha do pessoal deixava antever um possível malôgro a quem tinha tantas esperanças, como êsse digno oficial Pedro de Ursua.

Os *Maranones,* como eram apelidados os soldados de Ursua, viram-se no decurso da viagem salteados de sublevações urdidas à socapa pela alma danada de Lopo de Aguirre.

Uma súbita revolta estalou no acampamento, trazendo em conseqüência o assassínio do comandante da expedição, morto no seu camarote a estocadas e muitos de seus mais destacados amigos.

Os amotinados davam vivas a D. Fernando, aos gritos: "Liberdade! Cavalheiros, viva D. Fernando de Gusmão!"

---

(6) *A Cidade de Manaus*, pág. 18 — 1908.

Entre Catuá e Coari, no rio Solimões, aquela gente aventureira teve de desembarcar, para reparo das embarcações.

Lopo de Aguirre, que já vinha preparando o espírito da tropa, levantou a idéia de ser proclamado D. Fernando de Gusmão príncipe das possessões espanholas na América, inclusive do Amazonas.

"Não houve nisto", dizem Juan B. Lastres e Alberto Seguin, "intentos de independência americana. Não foi, como se lê em alguns manuais, Lopo de Aguirre o primeiro rebelde que declarou a independência de uma parte do Novo Mundo". Aguirre foi "um perseguido, um perseguidor e um megalômano".

O confiado fidalgo, que havia prometido muitas dádivas e rendas e distribuído postos, pagou caro a proclamação. De fato, não tardou que êle fôsse também vítima no próprio leito, na madrugada de 22 de maio de 1561.

Assumiu então o comando geral da expedição Lopo de Aguirre, que só poupou daí em diante a vida dos que mereciam a sua absoluta confiança. Inês de Atienza foi assassinada e a própria filha do tirano foi por êle abatida a punhal.

Transportando-se à Ilha Margarida, daí passou à Venezuela, onde cometeu novos atentados, acabando no patíbulo, e sendo a sua memória considerada infame.

É hoje sabido que, nesse drama imenso e comovedor da descoberta e exploração da grande bacia amazônica, tão ampla quanto impressionante "a figura trágica e surpreendente de Lopo de Aguirre, o peregrino, como êle se firmava", se apresenta, à luz da medicina, da psiquiatria e da psicopatologia, um indivíduo degenerado, uma aberração da natureza humana, um repulsivo tarado física e biològicamente.

Modernamente, historiadores, romancistas, dramaturgos e médicos têm estudado com afinco a vida e as façanhas dêsse tigre feroz e desumano, e todos, salvo algumas variantes de pensamento, são acordes em considerá-lo um louco.

Entre vários outros autores, Lastres e Seguin o julgam um psicopata, um anafectivo, inescrupuloso e anormal, um anestésico moral. Dentre os conquistadores e tiranos dessa conquista figura Lopo de Aguirre como o maior e o mais despótico e cruel. "A morte de sessenta e duas pessoas, por sua ordem e a seu mando, inclusive da própria filha, sem razões poderosas, e só por uma intuição, por uma suspeita e caprichos fúteis, é prova indiscutível do diagnóstico alcançado"(7).

---

(7) JUAN B. LASTRES-C. ALBERTO SEGUIN — *Lope de Aguirre, El Rebelde*. Prefácio de Henrique de Gandia. El Ateneo. Buenos Aires.

# Fundação da Cidade de Belém. Expulsão de estrangeiros do golfão amazônico

A fundação do forte do Presépio e da cidade de Belém, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, que saiu de São Luís em fins de dezembro do ano anterior, e chegou à baía de Guajará a 11 ou 12 de janeiro, abriu novos horizontes à penetração portuguêsa.

Caldeira Castelo Branco, que recebeu a patente de capitão-mor e as insígnias de "descobridor e primeiro governador do Amazonas", trouxe o regimento que lhe confiara Alexandre de Moura, depois da expulsão dos franceses do Maranhão.

O adestrado capitão português, instalados o forte e a cidade sob a proteção de Nossa Senhora das Graças, dirigiu suas vistas para as tribos rebeldes, que começavam a preocupar os moradores, dado o seu crescido número, e para os estrangeiros, que sulcavam as águas do rio-mar, e iam se insinuando pelo estuário a traficar com os índios, a quem forneciam artigos muito de agrado dêsses selvagens e recebiam em troca produtos da terra.

Os invasores eram representados por súditos de nações poderosas àquele tempo, holandeses, inglêses, franceses e irlandeses. Os corsários penetravam pelo braço guianês e subiam o Amazonas, tomando porto em diversos sítios, — Ilha dos Tucujus, rios Cajari, Matapi, Xingu, e nas margens da grande artéria fluvial, fundan-

do feitorias e levantando fortins, que lhes garantissem as colônias.

Os portuguêses, interessados em devassar o Amazonas, começaram por embaraçar-lhes o caminho e brechá-los nas suas pretensões, desalojando-os, em ardentes refregas, de seus postos.

Duas grandes companhias de comércio disputavam a posse das terras amazônicas, uma holandesa, dirigida por Joon Moor, e a outra inglêsa, presidida pelo duque de Buckingham, pelo conde Pembroke e outros fidalgos, sucessores de concessões feitas a Roberto Harcourt de terras do Amazonas ao Essequibo.

Informa Henrique Santa Rosa que os flamengos foram colocar-se em Mariocai e em Maturá, à margem do rio Amazonas, e no Xingu, onde ergueram os fortes de Orange e Nassau, enquanto a poderosa companhia inglêsa ocupava outros pontos protegidos pelas fortalezas de Tauregue, no Manacapuru, de Filipe, entre os rios Matapi e Anauerapucu, e a de Camapu, na ilha dos Tucujus(8).

Três invasões de estrangeiros sofreu o Pará, e em tôdas elas os nossos soldados e cabos de guerra portaram-se com reconhecida bravura. Eram guerras contra os traficantes e contra os índios, que não aceitavam a paz e a amizade dos colonos. Contra os Tupinambás e os Pacajás a luta foi renhida e brutal. Como combatentes nesses entreveros surgem as figuras de Jerônimo Fragoso de Albuquerque e de Bento Maciel Parente.

Em 1623 o gabinete de Madri manda à Amazônia o capitão Luís Aranha de Vasconcelos, com o fim de sondar os sítios onde se haviam localizado os europeus, e traçar com Bento Maciel Parente os planos de combate aos piratas.

---

(8) *História do Rio Amazonas*, pág. 154. Pará, 1926.

Outros militares, não menos provados na guerra, abrilhantavam as tropas portuguêsas e eram Feliciano Coelho, Jácome Raimundo de Noronha, Pedro Baião de Abreu, Pedro da Costa Favela, Aires de Sousa Chichorro, Salvador Melo, Jerônimo de Albuquerque e Pedro Teixeira. Pedro Teixeira mais tarde havia de conduzir ao seu destino uma das mais notáveis expedições que já se realizaram no Brasil.

Em caravelões, barcas e canoas os lusos e brasileiros empenharam-se em pelejas as mais cruentas, no fim das quais era o invasor expulso do país e retomadas as terras ocupadas.

Sôbre as ruínas do forte de Mariocai os portuguêses ergueram o de Gurupá, onde o seu comandante João Pereira de Cáceres infligiu áspera dérrota, em 1639, às fôrças holandesas.

Dez anos de luta, escreve Henrique Santa Rosa, decorreram até 1632, para que fôssem expelidos dos seus centros estratégicos os inimigos, e firmado ficasse o domínio luso sôbre o Marajó.

Luís Aranha de Vasconcelos, depois de conquistar legítimos títulos de glória nas sucessivas batalhas em que se empenhou, reivindicava para si a qualidade honorífica de "conquistador do rio Amazonas", contra a pretensão, aliás justificada, de Bento Maciel Parente, agraciado com a doação da Capitania do Cabo do Norte, por Filipe IV de Espanha, a 14 de junho de 1637.

Joaquim Nabuco refere que, das concessões feitas pelos soberanos de Castela, Portugal, Inglaterra, França e Holanda, só persistiu, e foi confirmada quase dois séculos depois pelo laudo arbitral do Conselho Federal Suíço, a 1.º de dezembro de 1900, a do Cabo do Norte, que levou os nossos limites até o rio de Vicente Pin-

zón(9). As demais desvaneceram-se e não acrescentaram território às nações que as fizeram.

Limpas as costas do Amazonas e do Xingu, e tomadas as fortificações, empreenderam os colonos uma tarefa mais mortificante, porém de grande resultado para o conhecimento da bacia amazônica, penetração e exploração dos seus rios.

Pelo Tratado de Tordesilhas a linha de separação das duas coroas passava pelo estuário, ou muito próximo de Bélem. Para maior facilidade do desenvolvimento do território os portuguêses agiam em interêsse comum com os castelhanos, por isso que Portugal se achava sob o domínio de Espanha. Êsse fato fêz com que a nação portuguêsa, que mantinha as suas tradições, os seus hábitos e certa autonomia, se esforçasse em decifrar o mistério, que se encerrava rio acima, e em tomar posse das terras em nome da Espanha, para Portugal.

Depois que alcançou a independência, os territórios explorados e conquistados ficaram incorporados ao patrimônio português.

---

(9) *O Direito do Brasil*, pág. 19. São Paulo, 1941.

# Pedro Teixeira

A história nos aponta a tentativa feita, em 1636, por alguns frades franciscanos do convento de Quito, de alargar o campo espiritual e fazer o maior número de cristãos, procurando submeter à disciplina da Igreja os índios da região do Napo e seus afluentes, conhecidos pelo nome de Encabelados, por deixarem crescer os cabelos até os joelhos.

Os denodados soldados de Cristo, sob a garantia de uma escolta comandada por João de Palácios, partiram de Quito para a missão evangélica dos antropófagos.

Sucedeu, porém, que um agente da emprêsa maltratasse um índio, que se tornou rebelde. Isto bastou para que os outros se amotinassem e matassem a guarnição, sendo também trucidado o comandante.

Não se sentindo seguros os missionários, fugiram uns para Quito, enquanto outros abandonavam o Aguarico ou rio do Ouro, e tomavam o rumo do Napo, cuja corrente desceram na incerteza de seu destino.

Dêsses últimos faziam parte dois religiosos leigos, Frei Domingos de Brieva e Frei André de Toledo; o português Domingos Fernandes, que dizia conhecer o Pará; seis praças espanholas e alguns índios.

Embarcaram em uma canoa e puseram-se ao largo, Napo em fora, até chegarem surpresos ao Amazonas, que se distendia majestoso aos seus olhos.

Muitos dias depois chegaram ao forte de Gurupá, mortos de fadiga e acabrunhados de miséria. Recebidos pela população atônita de ver aquêles homens seminus e esqueléticos, e pelo comandante do forte, foram, depois do necessário repouso, encaminhados ao Pará e ao governador em São Luís.

Jácome Raimundo de Noronha ouviu-os atentamente, e de logo concebeu a idéia de organizar uma expedição ao Peru, servindo-se de um dos missionários que lhe fêz a narração pungente da travessia.

Determinou aquêle representante de Portugal, aliás acusado de se ter apossado do poder ilìcitamente, mediante fraude, de aparelhar uma esquadra que subisse o rio até os Andes e explorasse o vale miraculoso.

Imaginou uma visita de cortesia ao Vice-rei do Peru.

Por essa época Portugal achava-se, como dissemos, subordinado ao govêrno da Espanha, e, não obstante, guardava a sua linha cavalheiresca e mantinha os usos e as tradições de sua nobre raça.

O governador Jácome lavrava um tento, ordenando a diligência, e com isto naturalmente impunha-se às graças do soberano. Idealizou a entrada, e confiou-a a um dos mais astutos, graves e bravos oficiais — Pedro Teixeira — já muitas vezes coberto de glória nas batalhas, com a patente de capitão-mor e todos os poderes de general do Estado, o qual havia de dar um alto relêvo àquela prodigiosa arrancada.

Quando se soube da articulação da emprêsa houve um movimento de assombro. O governador estava louco, diziam, em empreender uma expedição tão temerária, desfalcando o Pará de suas fôrças e expondo-o à pirataria dos holandeses, cujas vistas cobiçosas não se distraíam das fibras verdoengas do estuário.

Vencendo todos os obstáculos que soem aparecer em conjunturas semelhantes, apesar do auxílio que lhe

prestou o governador, Pedro Teixeira despendeu muito dos seus recursos.

Saindo de Belém a 28 de outubro de 1636, dirigiu-se a Cametá, onde a bandeira recebeu os seus últimos aprestos.

Compunha-se de mais de mil pessoas, entre oficiais, soldados, práticos, capelão, índios flecheiros e remadores. Dela faziam parte o brasileiro Bento Rodrigues de Oliveira, com a patente de coronel em substituição ao mestre de campo Antônio Azambuja, que se recusou a seguir, o sargento-mor Filipe de Barros Cotrim, os capitães de infantaria Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu, o sertanista Bento da Costa, o padre Agostinho das Chagas e o capelão Frei Domingos de Brieva.

O deslocamento da fôrça, acomodada em dezesseis canoas de grande porte em rio tão largo e de corrente impetuosa, exigia penosos esforços, pelo que a armada fêz uma parada numa extensa ilha, a que deu o capitão o nome de ilha das Areias. Durante o tempo da demora, para descanso, pôde notar o desânimo que invadia aquela gente, pelas doenças e pela fuga dos índios remeiros.

Tratou de desfazer a impressão, anunciando que o têrmo da viagem estava próximo. Ao mesmo propósito mandou que seguisse na frente o coronel Bento Rodrigues de Oliveira, perito em língua geral e prático de navegação, com a recomendação de ir descrevendo o roteiro e assinalando os acidentes principais da terra.

Seguia-lhe a esteira o general que a 3 de junho chegava "às aprazíveis praias de um formoso rio, que sai da província dos Encabelados, povoação tôda de índios rebeldes". Postou aí a maior porção de suas tropas sob o comando de Pedro da Costa Favela e assistência do capitão Pedro Baião de Abreu.

A 24 de junho de 1638 chegava à povoação de Paiamino, a primeira dos castelhanos, da jurisdição de Quito, e um pouco mais tarde aportava a esquadrilha do capitão-mor.

Desde que pisaram terras do Peru foram recebendo manifestações calorosas. Na capital equatoriana a recepção assumiu caráter festivo, intenso, com a presença da nobreza e o acolhimento que lhes prestaram a Câmara e a Real Audiência.

Cartas foram expedidas ao Vice-rei Conde de Chinchón.

O govêrno do Peru, ordenando tôdas as homenagens aos portuguêses em regozijo pela sua visita, manifestou, entretanto, a sua apreensão de que o holandês viesse a se utilizar da nova rota para as preciosas minas de Potosi. E sugeriu a volta da armada, que devia ser abundantemente provida de tôdas as munições de guerra e de bôca, lembrando ainda a conveniência de seguirem dois homens letrados, que escrevessem o relato da jornada para ser presente ao rei.

Executando essas ordens a Real Audiência de Quito elegeu dois missionários jesuítas, o Padre Cristóvão de Acuña e o Padre André de Artieda, consumado teólogo.

Conseguiram reunir-se à armada portuguêsa outros sacerdotes, Frei Pedro de La Rua Cirne, Frei João da Mercê, Frei Diogo da Conceição e Frei Afonso de Almeijo, da Ordem de Nossa Senhora das Mercês.

Largando de Quito por outro caminho que não o da ida, tomou o comandante as suas canoas e fêz-se de velas rio abaixo.

No Aguarico foi informado dos violentos ataques que à tropa ali estabelecida fizeram os índios Encabelados e da reação que os seus opuseram, esgotados todos os meios de pacificação.

Continuou a repelir as agressões dos bravios selvagens, e dispôs-se a permanecer alguns meses no referido

local, para o fim de renovar a sua frota, e descansar um pouco.

Escolheu então terreno adequado e fundou a povoação Franciscana, que ia servir de baliza aos domínios das duas coroas, conforme instruções de seu regimento.

A cerimônia da inauguração foi breve. Teixeira solenemente declarou que, de acôrdo com a determinação de seu regimento, tomava posse daquelas terras em nome de Filipe IV para a coroa de Portugal. E lançou para o ar um punhado de terra, repetindo os mesmos dizeres que não encontraram oposição nenhuma. Lavrou-se da ocorrência uma ata, que foi por todos assinada, dia 16 de agôsto de 1639. Estavam assim recuados os limites imaginários do Tratado de Tordesilhas.

A esquadra, depois de muitas pousadas, chegava ao Pará em 12 de dezembro, quase dois anos depois de ter partido no cumprimento de uma emprêsa gloriosa. A multidão em Belém saudava-a delirantemente.

Mais de espaço o Padre Cristóvão de Acuña escreveria um livro de remarcado interêsse, *Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de Las Amazonas*, com minúcias de palpitante emoção e deslumbramento.

Vinte anos transcorridos, Maurício de Heriarte, escrivão da frota, dava à publicidade um diário dessa notável expedição.

Relativamente à viagem de Pedro Teixeira a Quito o escritor e historiador Jaime Cortesão trouxe a essa façanha um sentido novo de compreensão, à luz de documentos, que apresentou ao quarto Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro em 1947.

Para Jaime Cortesão a expedição organizada por Jácome Raimundo de Noronha teve um caráter eminentemente político, nacionalista e talvez pré-revolucionário.

Primeira tentativa de fixação de limites da soberania portuguêsa no Amazonas, ela revela de parte do gover-

nador do Maranhão uma lúcida visão geopolítica das vantagens da posição-chave de Belém do Pará. Criou o mito do rio do Ouro, como limite do Estado, permitiu a expansão no rio Negro, entrevista por Pedro Teixeira, e a fixação das lindes pelo Madeira, cujos ramos terminais descem, com efeito, da região argentífera de Potosi.

Expedicionários lusos e luso-brasileiros estavam compenetrados dos altos interêsses da expedição. Ao assinarem o auto de posse, êles afirmavam a consciência política de um Estado em plena expansão.

Jácome Raimundo de Noronha, Pedro Teixeira e os seus companheiros pertencem ao número dos grandes construtores do Brasil.

O escritor português, antes de chegar a estas conclusões, face aos documentos colhidos, fêz um estudo circunstanciado da situação da época em Portugal, do ambiente separatista contra a sujeição em que estava da Espanha.

O interêsse da restauração do trono português cada vez mais tomando corpo no reino, estendeu-se ao Brasil, e particularmente ao Estado do Maranhão e Grão Pará, onde se fêz eleger governador Jácome Raimundo de Noronha, pessoa de estirpe nobre de Portugal, dispondo de parentes e amigos na península.

A viagem ao Amazonas obedeceu a um plano nacionalista, de que tinham conhecimento Pedro Teixeira e os comandantes superiores da entrada. A tomada de posse à margem do Napo cêrca das bocainas do rio do Ouro, já estava prèviamente estabelecida na carta de prego que aquêle oficial recebeu, para só abrir passado que fôsse o País dos Omáguas e fundar a Franciscana para marcar os limites entre as duas nações, Portugal e Espanha.

De 1580 a 1640 durou o jugo espanhol sôbre o trono português. Em 1640 o valoroso povo português

reconquistou a independência e a soberania. No dizer do brilhante historiador Capistrano de Abreu "para o Brasil as primeiras conseqüências dêsse estado de coisas foram favoráveis".

Quando se verificou a separação das duas monarquias, o lusíada havia realizado uma obra fulgurante de tenacidade e heroísmo na baixada amazônica, ampliando as suas fronteiras e levando longe a bandeira das Quinas. Não se lhe dê, contudo, a exclusividade das operações e reconhecimentos. Tiveram os portuguêses, os "perós", como os chamavam por escárnio os índios, o poderoso concurso do braço dos filhos do Brasil, mamalucos e índios aliados nessa gloriosa expansão. "Quando êle de novo se separa", diz Joaquim Nabuco, referindo-se a Portugal, "a linha de Tordesilhas estava antiquada, e a base que as duas nações tomam para os limites é a das suas respectivas ocupações, e não mais a igual divisão do globo, como se afigurava no século XV"(10).

Convém ser lembrado que, com a divulgação das descrições da bacia amazônica, através dos informes de Pedro Teixeira e outros, surgiu na França o projeto da fundação de um grande império, que devia ter por sede a Ponta dos Camanaus (lugar em que assenta hoje a cidade de Manaus), porém a diplomacia francesa absteve-se dessa pretensão, porque Portugal já estava independente, e nada aconselhava a conquista de um país amigo(11).

---

(10) *O Direito do Brasil*, pág. 15.
(11) Lúcio de Azevedo — *Os Jesuítas no Grão Pará*, pág. 214. Lisboa, 1901.

# Outras expedições

Com razão escreveu Joaquim Nabuco, no livro já citado: "Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário do que a conquista do Amazonas".

Os móveis que a princípio determinaram as entradas eram os relatos, sempre exagerados, das minas de ouro, das cidades resplandecentes de pedrarias, do Lago Dorado, do Reino de Paititi, que os antigos procuravam localizar entre os rios Negro, Branco e o Essequibo, ou próximo ao lago Amucu.

Em concorrência com essas empolgantes riquezas que as caravanas de aventureiros procuravam, a atenção dos colonos foi igualmente solicitada para o comércio das especiarias, isto é, das drogas do sertão, dos produtos que a natureza espontâneamente oferece. Instrumento de valioso auxílio nessas arriscadas emprêsas era o braço do indígena, que começou a ser perseguido, prêso, amarrado e conduzido para as missões e povoados.

A crença espalhada da existência de ouro e pedras preciosas, de montanhas de cristal, de cidades luzindo nas incrustações auríferas, suscitou a preparação de sucessivas levas de aventureiros que se internavam nos sertões da Guiana, terras do Içá e do Japurá, à procura dos tesouros.

A cidade Manoa ou do Dorado nunca foi atingida. Não obstante, franceses, inglêses e flamengos, ainda na

segunda metade do século XVIII, insistiam em descobri-la no seio destas regiões. São conhecidas as fatigantes travessias de Walter Raleigh nos quadrantes guianenses, de que contou maravilhas.

A denominada viagem do ouro ao rio Pacajá, em 1659, em que faleceu o jesuíta João de Souto Maior, as constantes entradas no rio Tocantins, à cata de minérios e escravos, a descoberta do rio do Ouro por Pedro Teixeira, onde, rezam os documentos, "são tão poderosos os gentios que lançavam exércitos de quinhentos mil combatentes com armas ofensivas, tôdas de ouro e prata, por não terem outro metal", os fantásticos episódios de aventureiros, que desceram de Mato Grosso a Belém pelas estradas coleantes dos rios, e de Belém volveram ao planalto de Cuiabá, têm qualquer coisa de heróico, e muito contribuíram para o alargamento da geografia de então.

As expedições avançavam pelo deserto e quase sempre voltavam desiludidas e destroçadas.

Em 1647 uma bandeira parte do Pará para o rio do Ouro, e regressa do meio do caminho.

Gonçalo Pais e Manuel Brandão, em 1669, afrontam as agrestias do Tocantins, e chegam à embocadura do Amazonas, sem terem obtido qualquer resultado compensador.

O Padre Antônio Rapôso celebrizou-se pela sua vinda de Lisboa ao Pará e daí às cabeceiras distantes do Tocantins, levando carta de el-rei para um caudilho paulista que cruzava aquela região desnorteante e ignorada. O roupeta chegou a Belém em 1674, e subiu o rio esperando encontrar algum minério e o famigerado sertanista, mas a sua tentativa foi malograda. Trouxe apenas a notícia de que o caudilho havia sucumbido, razão por que não seguiu uma diligência para capturá-lo.

Rapôso, ao regressar para a Europa, foi aprisionado por uns piratas, que o levaram para a prisão de Argel.

O Professor Artur César Ferreira Reis, em sua obra *Paulistas no Amazonas*, evoca os perfis de Antônio Pedroso, Antônio Rapôso Tavares, Sebastião Pais de Barros, Pascoal Pais de Araújo, Manuel Félix de Lima, Joaquim Ferreira Chaves, José Leme do Prado, Leonardo de Oliveira, Jacinto de São Paio Soares, João de Sousa de Azevedo e Lourenço Varela e Almeida, como desbravadores paulistanos na Amazônia.

Manuel Félix de Lima descobre um itinerário que o leva de Cuiabá a Belém. À frente de cinqüenta homens sulca as águas do Sararé, Guaporé e Mamoré e segue até o Madeira, por onde baixa ao Pará. É um feito que excita admiração. Repete-lhe a bravura José Leme do Prado, mas por outros caminhos naquela imensidade de deserto. Leme do Prado segue a via do Arinos, de que houve informação por Joaquim Ferreira Chaves, companheiro de Félix de Lima que, havendo incidido no Alvará de 27 de outubro de 1733, que proibia a navegação pelo Madeira, foi prêso e remetido para Lisboa, enquanto Ferreira Chaves, recolhido à prisão, conseguira fugir e refugiar-se em Mato Grosso.

O Alvará régio de outubro de 1733 foi confirmado em 1737, e numa carta o Rei D. João V proibia que alguém cuidasse ou fizesse qualquer diligência em matéria de mineração, ficando também proibida a abertura de caminhos, picadas etc., para qualquer ponto das minas.

Em 1752 ainda eram enviadas para o Pará instruções terminantes ao Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para pôr os embaraços que pudesse a qualquer comunicação com as Capitanias de Goiás e Mato Grosso.

A razão de ser da proibição, tantas vêzes reiterada, era o comércio que os paulistas ou mineiros entretinham com os frades espanhóis das aldeias de Santa Cruz dos

Cajubabas, onde se supriam de bois de carga e de cavalos. Suprimido o negócio pelo superior das missões, então os paulistas procuraram outros trilhos, "seguindo o curso dos rios que se inclinavam para o Norte, demandando o Pará, para onde traziam o seu ouro que trocavam por sal, pólvora, chumbo e outros artigos necessários aos seus arraiais".

Em 1747 João de Sousa de Azevedo realizava uma aventura gigantesca: vencia grande extensão do território de Mato Grosso, galgava o Arinos, descia o Tapajós e desembarcava em Belém. Voltando a Mato Grosso, não se utilizou da mesma via de acesso. Êle seguiu pela calha do Madeira.

Essas viagens foram-se repetindo, a ponto de o famoso sertanista ituano tornar-se familiar com o caudaloso rio e um dos seus melhores práticos.

Outro mineiro, chamado João de Moura, conta Ferreira Pena, homem rico, tinha baixado do arraial de Pouso Alegre pela corrente encachoeirada do Madeira, para receber a importância de letras que os oficiais, mandados pelo rei para lá servirem, haviam sacado contra a Fazenda Real do Pará, por adiantamento que o mesmo Moura lhes fizera. Jaime Cortesão afirma que Manuel Félix de Lima forneceu importantes informações a respeito do Guaporé ao diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão, em Lisboa, como também forneceu muitos subsídios sôbre o rio Arinos e Tapajós João de Sousa de Azevedo por intermédio do Governador Mendonça Gurjão.

Ferreira Pena refere que Rolim de Moura, sendo nomeado governador da Capitania de Mato Grosso, a fim de defender a fronteira do Brasil pelo lado do Guaporé, ao chegar a Pouso Alegre elevou o povoado à categoria de vila e achou-o tão pobre que expediu

para Belém Manuel Rodrigues Campelo, que viajou pelo Madeira, não obstante o impedimento do rio à navegação, a fim de receber do governador Mendonça Furtado socorros para a referida vila e capitania. O Capitão General ficou em sérias dificuldades para atender à solicitação, tanto mais quanto havia tomado providências contra outros transgressores do alvará; mas, ponderando bem sôbre o caso e as aperturas em que se via o Governador da Capitania de Mato Grosso, não teve dúvida em remeter-lhe os recursos, fazendo voltar àqueles sertões o aludido Rodrigues Campelo.

Afinal os políticos de então reconheceram a necessidade de se levantar a interdição da navegação do rio Madeira, sendo revogado o alvará pela Provisão de 14 de novembro de 1752.

Muito antes dessas arrojadas incursões, os governadores coloniais haviam-se empenhado em despachar destacamentos com o fim de apurar se, de fato, tinham fundamento as notícias, que corriam, de que no centro de Mato Grosso foram descobertas opulentas minas de ouro, e, ao mesmo tempo, verificar se os missionários jesuítas do oriente boliviano procuravam invadir o nosso território.

É assim que o Governador do Maranhão e Grão Pará João da Maia da Gama expediu com aquêle destino uma escolta, comandada pelo Sargento-mor Francisco de Melo Palheta, composta da galera Santa Eufrosina e Santo Inácio, capitânia, de três galeotas e de uma canoa-armazém São José e Almas, levando, além da equipagem, um capelão. Incumbia-lhe examinar e explorar o Madeira e todo o percurso que se seguisse até o limite oriental da Bolívia. Melo Palheta internou-se pelo Madeira, antigo Caiari, atingindo as missões castelhanas de Santa Cruz de La Sierra.

Cinco anos depois dessa exploração, que se realizou no ano de 1723, o Padre Jesuíta João de Sampaio, que tinha uma missão de índios ao pé da cachoeira de Santo Antônio, partia com o mesmo objetivo: observar os estabelecimentos castelhanos em território brasileiro.

No ano de 1749 largava do Pará uma diligência dirigida por José Gonçalves da Fonseca, servindo como auxiliar imediato o Sargento-mor Luís Fagundes Machado, homens de boas letras e dotados de um grande espírito de aventura. Deviam subir o Amazonas e entrar no Madeira, seu confluente pela margem do sul, e buscar por êle os arraiais do Mato Grosso.

Dessa longa viagem ficou, da autoria de José Gonçalves da Fonseca, um excelente roteiro, em que estão registrados os sucessos da jornada, as particularidades do meio físico e a rudimentar cultura indígena(12).

As desconfianças contra o estrangeiro eram de ordem a se proibir o trânsito a homens ilustres. Exemplo de proibição foi o que aconteceu a Godim de Odenais, que fêz parte da comitiva despachada de Paris, para medir, no planalto do Peru, o quarto do meridiano terrestre. O sábio conseguiu licença das autoridades portuguêsas para estudar as árvores da quina na serra do Paru, para onde seguiu deixando a espôsa em Quito.

Ao terminar as suas pesquisas, dispôs-se a voltar, porém, não obtendo permissão do govêrno, foi detido. A mulher de Odenais, desconfiada de que êle houvesse falecido, resolveu ir ao seu encontro. Deixando Quito em companhia de alguns amigos e escravos percorreu cêrca de quatrocentas léguas, ao cabo das quais, exausta

---

(12) *Navegação feita da cidade do Grão Pará até a bôca do rio da Madeira pela escolta que por êste rio subiu às minas de Mato Grosso, em 1749, e mandado publicar pela Academia Real das Ciências de Lisboa, a 6 de junho de 1826.*

de fadiga, e assistindo à morte de vários companheiros, enlouqueceu.

Alexandre de Humboldt sofreu a mesma coação. Ao atravessar o Orinoco para a Guiana brasileira, foi detido no rio Negro, sendo obrigado a retroceder para a Venezuela.

Charles Marie de La Condamine foi mais feliz. Ao retornar de suas observações nos Andes, para onde foi mandado pela Academia de Ciências de França, muniu-se de autorização para descer pelo rio Amazonas, de regresso a Paris. E por onde passou foi sempre bem tratado pelas autoridades, que receberam instruções de prestar-lhe as honras devidas.

# Bandeiras. Tropas de resgates. Descimentos

A luta pela escravização do índio foi talvez a página mais pungente e dramática da história do Brasil. Sem aludir ao que ocorreu no sul com as bandeiras e tropas de resgates, no Pará e Amazonas o movimento de subjugação do selvagem foi mais demorado, por isso que o rio-mar não tinha sido objeto de ocupação pelos portuguêses senão depois da chegada ao Pará do Capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco.

Rocha Pombo, com aquela clareza e eloqüência que costumava imprimir aos seus escritos, diz que o movimento para o sertão foi mais aparatoso no sul do que no norte, na bacia amazônica. No norte, considera o escritor, o deslocamento foi mais minucioso, mais pausado, mais solene. Em seu parecer êste fato se explica em parte "pela imensidão misteriosa e a majestade do rio-mar".

O espírito do europeu estacou irresoluto, à vista do amplo estuário. Tão sugestivas e inéditas eram as paisagens, tão profundas as impressões recebidas em face do desconhecido que, na opinião do abalizado historiador, de nada mais se precisa para "explicar o retardamento da conquista por aquela parte".

O comércio das especiarias, recomendado pelo govêrno da metrópole, de preferência ao trabalho das minas, foi o propulsor do desenvolvimento da bacia, em que

teve lugar saliente a sujeição do tapuia, ligado, de logo, à economia do colono. Os buscadores de drogas do sertão, — salsaparrilha, cravo, canela, louro, puxuri, baunilha e outros produtos — correndo ao longo dos rios, tangidos pela avidez do ouro, iam pondo a mão nos bugres que encontravam, levando-os para o litoral, onde eram vendidos como escravos.

A caça ao índio não se fêz, porém, sem uma reação violenta por parte dêle. "As expedições", escreve Rocha Pombo, "que chegavam a organizar-se, para domar as malocas mais refratárias, bem se podem pôr em confronto com muitas das mais formidáveis bandeiras paulistanas". Ainda êste erudito historiador escreve: " Houve um momento em que só a temeridade do jesuíta se afoitava a afrontar a cólera do gentio; e quantos dêsses missionários não pagaram com a vida a confiança exagerada que puseram na sua palavra miraculosa".

As lutas que se travaram no Maranhão e no Pará e em todo o Brasil exprimem êsse atormentado período de incertezas em que viviam colonos, sacerdotes, Câmara e govêrno, os partidos, que se formavam, provocando representações, queixas, libelos, devassas, todo um cortejo de episódios, que enche o cenário do Amazonas até a extinção da Companhia de Jesus.

Os índios eram necessários ao trabalho das minas, dos engenhos, da lavoura, da caça e da pesca, do transporte, tanto que, nas exposições ao rei, nas representações feria-se sempre a nota, como em uma delas se vê: "Por cá o único socorro era o dos índios, e os povoadores, sendo espalhados pelas ilhas e margens dos rios, a grandes distâncias, não podiam dispensar o serviço dessa gente, como remeiros, para as viagens, tampouco para os trabalhos das roças, onde fabricavam o açúcar, o tabaco e tantos gêneros, que faziam a riqueza da República. E não eram os índios exclusivamente servos:

como soldados ajudavam a defender o território contra os ataques das hordas selvagens e de invasões estrangeiras"(13).

Êste o tom da linguagem dos escravizadores dos silvícolas em justificação às suas pretensões.

Os jesuítas de logo começaram a opor resistência ao tráfico ignóbil, a dispensar ao índio um tratamento mais humano, procurando evitar as atrocidades de que era vítima.

A importação dos negros da costa da África, alvitre que se tomou para conjurar a crise de trabalhadores, não suprimiu o cativeiro dos nativos.

Os missionários da Companhia de Jesus foram os seus mais ardentes defensores; a princípio com certa reserva, depois ostensivamente.

O Conselho Ultramarino não tinha firmeza nas suas decisões, apesar de se orientar no sentido de disciplinar a liberdade do índio. "Os colonos portuguêses, segundo João Francisco Lisboa, encontraram sempre formidáveis obstáculos à perseguição que exerciam contra os índios nos sentimentos de humanidade em geral, no poder temporal e espiritual, nas bulas dos Papas, nas leis da monarquia desde D. Sebastião até D. José e no zêlo ardoroso dos religiosos durante os primeiros séculos"(14).

Era enorme a quantidade de leis que expediram do reino em forma de cartas-régias, alvarás, provisões, regimentos, ditados à feição dos interêsses ocasionais dos moradores, ou dos padres jesuítas, os que mais se distinguiram nessa memorável questão.

Os habitantes que eram partidários da escravização do tapuia em breve se malquistaram com os missionários.

---

(13) Lúcio de Azevedo — *Os Jesuítas no Grão Pará*, pág. 52. 1901.
(14) *Obras*, Vol. I, pág. 358.

Em 1587 uma lei declarava que só os bugres capturados em justa guerra, a saber, nas lutas em que êles agredissem os portuguêses, eram passíveis de escravidão. Os que se achassem em serviço das fazendas não continuariam mais como escravos, porém como homens livres, se assim quisessem.

Admitiu-se depois que sòmente podiam ser submetidos à sujeição aquêles índios que já o fôssem de outros, ou que estivessem amarrados à corda para serem comidos.

As prescrições, porém, não eram cumpridas e a amarração do íncola se fazia de quaiquer maneira.

A metrópole, tomando em consideração as exaustivas alegações dos inacianos em prol do selvagem, e as cerradas acusações aos jesuítas, determinava que só se procedesse ao cativeiro quando das guerras justas travadas com o consentimento do reino, ou pelo resgate. Dispunha que as aldeias dos índios deviam ser governadas pelos seus principais, debaixo das vistas da Companhia. Legislava ainda que o cabo comandante das tropas fôsse escolhido pelo Superior dos jesuítas, que devia marcar o dia das entradas. Dava-se ao mesmo tempo permissão ao missionário para, metendo-se pelo sertão, descer silvícolas pela sua palavra e simples conversão, a fim de engrossar a população das aldeias existentes e povoar as que se fôssem criando. (Lei de 9 de abril de 1653).

O Padre Antônio Vieira, que se pôs à frente dos defensores dos índios promovendo arrazoados, sermões e prédicas, inflamado de eloqüência, conseguiu algumas vitórias, mas suportou, por vêzes, golpes tremendos que resultaram afinal na expulsão dos seus.

O insigne orador morreu sem que pudesse ver a grandeza de sua obra. A Companhia de Jesus, efetivamente, alcançou seus fins, com estabelecer missões, resi-

dências, mosteiros, colégios, escolas, fazendas, amparando e educando o índio e batendo-se pela sua liberdade.

Os brados do jesuíta orador que, do alto do púlpito e nas cartas que escrevia, estigmatizou os costumes e as barbaridades praticadas, que iam ao extremo de o nativo ser assinalado com ferro em brasa, causaram funda impressão, porém em breve eram esquecidos.

Concessões feitas aos colonos vinham avolumar a legislação sinuosa, incoerente, difusa, a respeito dos aborígines.

Não se diga que não tiveram os jesuítas deslizes nessa malfadada exploração das energias do selvagem. Inegável o espírito de perseverança, de dedicação e afinco heróico com que os loiolistas enfrentaram o poder e as iras populares.

Os governadores, tomando esta ou aquela orientação dos partidos, às vêzes, viam-se em situações difíceis, do mesmo passo que as Câmaras viveram horas de grande agitação. Os dissídios se sucediam, afrouxando os dispositivos legais, quando não se sofismavam com argumentos cavilosos os textos dos editos. Os governadores, êles mesmo, negavam a lei, autorizando descimentos e resgates lucrativos. Descimento significa a ida ao sertão do missionário para retirar de lá os indígenas que pudesse.

Os resgates equivaliam à compra do selvagem por miçangas, espelhos, anzóis, etc.

As tropas de resgates, organizadas com o concurso da Fazenda Real, deixavam de o ser muitas vêzes, isto é, de ter cunho oficial, para se articularem à revelia, clandestinamente, com o fim de fugirem ao registro dos peles-vermelhas.

Punham-se as tropas a caminho arrostando os perigos da incursão. "Eram", conforme define Capistrano

de Abreu, "partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena". Trazidos para os centros mais populosos, repartiam-se pelos vizinhos, mediante o preço prèviamente estipulado.

Ainda hoje revolta o espírito de quem lê a chacina que bandeiras portuguêsas promoveram nas ribas do rio Urubu e outros lugares. Essas tragédias, desempenhadas em lances espetaculares nos comêços de nossa formação social, falam-nos ao coração e exprimem a rebeldia dos índios em não aceitar a escravidão e repelir o despotismo.

O Governador Rui Vaz de Siqueira, que o douto João Lisboa qualifica de "caviloso, ímprobo e corruto", em 1663 ordenou uma diligência àquele rio com o intento de sacar índios. Entregou a direção da fôrça ao Sargento-mor Antônio de Abreu Vilela, sendo capelão da bandeira Frei Raimundo, da Ordem das Mercês.

Era a região muito fértil de nativos das nações Buruburu, Guanavena e Caboquema.

A diligência chegou ao lago de Saracá, na barra do Urubu, onde existia uma pequena maloca, de logo transformada em alojamento da fôrça, que aí ficou de vigilância. O restante do destacamento entrou pelo rio, fiado nas promessas dos ameríndios de arrebanhar o maior número possível de escravos. O prometido transformou-se numa terrível cilada. Internados na floresta os Buruburu acometeram os soldados, que lhes foram cedidos para os auxiliar na caça ao indígena, e os mataram. Sem demora, na mesma madrugada, invadiram o acampamento, rodeado de pau-a-pique, e trucidaram os que lá se achavam, menos o eclesiástico e alguns índios flecheiros, que escaparam ao massacre. Desceram imediatamente, antes que a aldeia de Saracá fôsse invadida, e narraram o acontecido ao oficial que ali ficara,

o qual se preparou para a resistência, e saiu de logo ao encontro dos atacantes, debelando-os.

A notícia de semelhante insucesso consternou a cidade de Belém. O governador, tomado de indignação, tratou, sem demora, de formar novo corpo de tropa. A 6 de setembro de 1664 saía daquela cidade uma expedição composta de trinta e quatro canoas com quatro companhias de infantaria e quinhentos índios, devendo receber refôrço em Santarém. Dirigia a expedição Pedro da Costa Favela.

Uma outra fôrça foi constituída para socorrer a primeira, em caso de perigo, confiada ao comando do Sargento Antônio da Costa. Devia comandá-la o próprio governador, que, por necessidade eventual de permanecer em Belém, não pôde seguir.

O Urubu viu-se dentro de pouco tempo teatro de horrorosos combates, em que os índios eram dizimados a bala. Com a chegada do refôrço do Sargento Antônio da Costa a tragédia se acentuou e o morticínio atingiu uma escala de quase extinção dos silvícolas, que avançavam desordenadamente contra os agressores. Rematando êsse lúgubre acontecimento os portuguêses incendiaram trezentas malocas, onde se achavam mulheres e crianças, velhos e enfermos.

Outra matança horrível, que as crônicas registram, foi a ofensiva aos Torás, habitantes do Madeira.

Êstes selvagens, conjuntamente com os Muras, deram para agredir os negociantes que vinham do Pará ao cacau. Tão carregados voltavam que em breve se considerou o Madeira um tesouro. Cresceu o número de regatões para aquelas bandas e das permutas do cacau e outros produtos com os brasilíndios por bugigangas, começaram por atentar contra a vida uns dos outros, na ânsia de se descartarem dos competidores.

Ferreira Pena dizia que no último decênio do século XVII os jesuítas do colégio do Pará resolveram instituir uma missão no Madeira, porém os índios, já habituados ao comércio com os colonos, estranharam as restrições que lhes faziam os padres, e as admoestações que recebiam. Os jesuítas, ficando mal vistos dos índios, apressadamente abandonaram a missão, desculpando-se de aquêles indivíduos serem muito brutos e não valer a pena catequizá-los(15).

Os portuguêses continuaram ainda por alguns anos a negociar regularmente com os povos do Madeira e, à medida que a cobiça os excitava, avançavam rio acima procurando as malocas com que pudessem fazer negócios, mas alguns, ou a maior parte dêles, pouco escrupulosos, se deram ao comércio de escravos e como os índios a isso se opunham começaram a persegui-los e prendê-los, levando-os para as povoações, onde os vendiam a bom preço.

Fàcilmente se explica o ódio dos bárbaros, que, mancomunados com os Muras, assaltavam as canoas, assassinavam e roubavam.

O Capitão General Cristóvão da Costa Freire, em represália, enviou ao Madeira uma escolta aguerrida, do comando do Capitão João de Matos Guerra, que bateu os Torás e dizimou quase por completo a tribo. Os remanescentes dêstes índios, escapos à mortandade, refugiaram-se na aldeia dos Abacaxis.

Regressando Matos Guerra ao Pará, quando a embarcação que o conduzia navegava perto das barreiras de Manicoré, desprendeu-se sôbre a mesma pesado tronco de cedro, afundando-a.

No rio Uatumã o Alferes Pedro da Costa Raiol empreendia uma chacina contra os silvícolas.

---

(15) "Revista Amazônica". Primeiro ano. Tomo II, pág. 8. 1883.

No Solimões a perseguição aos aborígines pelo Tenente Gregório de Moraes Rêgo fazia-os andar em constantes correrias.

O Governador do Maranhão, Luís de Magalhães, em 1649, expedia uma bandeira capitancada por um seu áulico, Bartolomeu Barreiros de Ataíde, que levava instruções secretas para prender tapuias. Sob o pretexto de explorar o rio do Ouro, êsse emissário tratou de reunir o maior número de escravos, trazendo-os para S. Luís. O escândalo assumiu tal caráter, por infringir as leis do reino, que o governador foi processado e perdeu o cargo.

Tropas de resgate, vindas do Maranhão e da Vigia, em 1725, fundaram feitorias nos lugares Maçarabi, Manacaburu, Timoni, no rio Negro. Nos anos de 1738 e 1739 Bento de Figueiredo construía casa à margem dos rápidos de Crocobi; Francisco da Costa Pinto ia situar-se na ilha que demora aquém da serra Muruu; Antônio Pacheco foi residir perto de Cucui, Francisco Xavier de Morais tinha morada no rio Javitá. Alguns criminosos, foragidos das prisões, Francisco Portilho, Manuel de Oliveira e outros refugiaram-se no rio Negro.

Francisco Xavier de Morais, irmão de Belchior Mendes de Morais, conhecia a fundo o Rio Negro e parte da Guiana. Coube-lhe a glória de descobrir o canal Cassiquiare. No ano de 1744, na ocasião em que navegava por êle, achou-se nas águas do Orinoco. Foi nessa viagem que se verificou o seu contacto com o Padre Manuel Romão, jesuíta, Superior das missões espanholas do Orinoco. Xavier de Morais seguia em companhia de Tomé Pinheiro, José de Morais Rêgo, Paulino da Silva Rêgo e Francisco Carneiro da Silva, quando avistaram a piroga em que vinha o missionário, que desconhecia a ligação dessas duas grandes bacias hidrográficas.

Alexandre de Humboldt descreve o interessante episódio: "No ano de 1737 as viagens ao alto Orinoco eram freqüentes. Os jesuítas do baixo Orinoco viviam inquietos com êsse estado de coisas, e o Superior das missões espanholas, o Padre Romão, amigo íntimo de Gumila, partiu a 4 de fevereiro de 1744 de Carichana, chegou à confluência do Guaviana, Atapabo e do Orinoco, onde êste rio muda sùbitamente seu curso de este a oeste para a direção de sul a norte, e viu de longe uma piroga tão grande quanto a sua, cheia de gente vestida à moda portuguêsa.

"Colocou em sinal de paz, e segundo o hábito dos missionários que navegavam em país desconhecido, o crucifixo à prôa da embarcação. Os lusos reconheceram com mostras de alegria o hábito da Ordem de Santo Inácio. Ficaram surpreendidos ao saber que o rio em que navegavam era o Orinoco, e levaram o Padre Romão aos estabelecimentos portuguêses do Negro. Foi pelo mesmo caminho, e pela via do Cassiquiare e do Parauá, que o Padre Romão voltou com os índios Saliva e Pararuma, um pouco ao norte, a Carichana, após sete meses de ausência"(16).

Muito antes de 1750, diz aquêle cientista, o rio Branco, o Cababuri, o Uaupés, o Içana, o Tomó, o Áquio e o Pimixim eram, conforme depoimentos do tempo, percorridos pelos portuguêses. Nas cavernas das grandes cataratas, onde se encontram múmias e esqueletos dos Aturés, mesmo no meio das cataduras e nas ilhas inacessíveis, os índios descobriram, há muito, caixas contendo vários utensílios europeus, peças de roupa, rosários, miçangas. Acredita o sábio que êsses objetos tenham pertencido a negociantes portuguêses do rio Negro e Grão Pará, que, antes dos estabelecimentos dos jesuítas no Orinoco, iam àquelas paragens negociar e que

(16) *Obra cit.* Vol. cit.

sucumbiam das moléstias epidêmicas muito comuns nas cachoeiras. Os seus baús tornavam-se de propriedade dos índios que, ao morrer, como costumavam, eram enterrados com o que possuíam de mais precioso.

O rio Branco foi descoberto e assenhoreado, há tempo imemorial, pelos portuguêses, refere Ribeiro de Sampaio. Houve nesse rio, que os naturais chamam Quecevene ou Paraviana, o mesmo afã de penetração, de entradas de bandeiras com o objeto de prear índios e buscar drogas do sertão.

O Ouvidor geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, já citado, escreve que, desde o comêço do século até 1736, se ocupou das entradas no rio Branco o Capitão Francisco Ferreira, residente no Cababuri. Em 1736 penetrou aquela grande artéria uma numerosa bandeira de Cristóvão Aires Botelho, levando por guia o Principal Donaire.

Seguiu-se a essa bandeira a custosa expedição de Lourenço Belfor, que os cronistas pintam como um dos cruéis escravizadores de índios e buscadores de drogas. Essa entrada subiu o rio Branco e o Uraricuera até as cachoeiras, onde armou barracas, e escalou uma turma que seguiu rio acima, em exploração, até a orla extrema dos campos.

Dirigiu-se igualmente à Guiana a tropa de José Miguel Aires.

Por informações de La Condamine sabe-se que, não obstante leis que proibiam converter à fé católica romana índios por meios violentos e de mandar contra êles fôrças armadas, o rio Negro, em meado do século XVIII, não oferecia ainda outro interêsse à política européia que não fôsse o de facilitar as entradas ou invasões hostis e de favorecer a escravidão dos gentios(17).

---

(17) *Relación Abreviada de un viaje hecho por el interior de la América Meridional*, págs. 78 e seguintes. Versão castelhana de FEDERICO RUIZ MARCUENDE.

A perseguição à raça tornou-se uma obsessão. Tropas de resgates, canoas de guerra fendiam as águas e atingiam muito longe para prear selvagens, amarrá-los e trazê-los para os currais.

Os silvícolas ou se entregavam passivamente, ou reagiam, e as reações foram heróicas. Em muitas tribos, porém, amoleceu a fibra de resistência, e os pais vendiam os filhos, os parentes, os que dependiam dêles e podiam prender.

Houve uma crise de fome, e os industriosos negociantes aproveitaram-se da situação aflitiva para requintarem nas transações.

Para maior facilidade de seus malévolos intentos procuravam acender a guerra de uma cabilda com outra, para tirar melhor proveito.

"Qualquer que pode possuir", escrevia o Cônego Francisco Bernardino de Sousa, "um rôlo de panos de algodão, facas e um frasco de pólvora, vai ao Japurá, ou então às povoações de Imaripi, São João do Príncipe e Manacaru, e em qualquer delas assalaria índios com quem vai ao centro cercar as casas dos gentios, de noite, e amarrá-los, disparando espingardas para os atemorizar, com que pela maior parte sucederam mortes".

Têm êsses índios bárbaros, cúmplices dos brancos, a vantagem de, além do salário, do saque às malocas, de onde carregam maqueiras, arcos e flechas, ervaduras, penachos, tamaranas, murucus, levar outros objetos, que por costume lhes pertencem(18).

Em Tefé, no rio Solimões, há uma povoação por nome Caiçara, que é um símbolo vivo do comércio de cativar índios e encurralá-los como alimárias, até que

(18) *Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro* — "Revista do Instituto Histórico e Geográfico". Quarto trimestre. 1848.

fôssem vendidos e distribuídos pelos povoados das margens dos rios. A denominação Caiçara indica êsses imundos cercados. O lugarejo até pouco tempo persistiu na geografia política com tal apelido, mudado para Alvarães.

"Todavia", pondera Joaquim Nabuco, "nem sempre os portuguêses que iam ao sertão levavam o intuito de prender índios, muitos dêles se insinuavam entre as tribos para comerciar, faziam vida comum com elas, tomavam os seus costumes, principalmente os que se aliavam com as índias"(19).

(19) *Obra cit.*, pág. 89.

# O Missionário

Já não é lícito deixar no olvido a ação constante e suave dos missionários jesuítas e de outras Ordens religiosas, especialmente daqueles sempre solícitos em amenizar a situação do selvagem, evitando-lhe o cativeiro. Não se pode negar o valor dêsses homens guiados pela fé católica, a servir o seu sagrado ministério, acompanhando as entradas ao longo dos rios amazônicos, para atrair o nativo e persuadi-lo das vantagens da vida policiada.

Das muitas bandeiras que se dirigiram para a terra úmida, as mais remotas são a dos Padres Francisco Veloso e Manuel Pires, em 1657, e a dos Padres Pedro Pires e Francisco Gonçalves, em 1638.

A primeira se fêz acompanhar de vinte e cinco soldados e trezentos índios, tendo saído de São Luís a 22 de junho daquele ano, internando-se pelo rio Negro até à baía de Boia-açu, próxima ao arquipélago das Anavilhanas, ou Anauene. Aí fundaram uma aldeia de índios Tarumãs. Arrecadaram cêrca de seiscentos bugres, que levaram para o Pará e Maranhão.

A segunda bandeira gastou no trajeto quinze meses, sendo fatal, no dizer de Rocha Pombo, ao Padre Francisco Gonçalves, Provincial dos jesuítas. Essa entrada rendeu perto de setecentos cativos, que tiveram igual destino.

Datam dêsse tempo, como bem acentua o Professor Artur C. Ferreira Reis, as notícias mais seguras sôbre a expansão portuguêsa no vale do Amazonas.

Os Padres Manuel Pires e Francisco Veloso, como ficou dito, instalaram uma missão em que reuniram os Tarumãs a 22 de junho de 1657. No ano seguinte, os missionários Francisco Gonçalves e Pedro Pires, as mais notáveis figuras da Congregação depois dos Padres Antônio Vieira e Luís Figueira, na expressão de Barbosa Rodrigues, lhes prestaram todo apoio à iniciativa humanitária.

Por determinação de D. Pedro, em 1690 para lá seguiu o Padre João Maria Garçoni, que levantou residência, e no ano de 1692 era Frei João Justa da Lucca seu primeiro missionário residente.

Havia mister, para evitar atritos de jurisdição, e melhor regularizar o serviço religioso, que os eclesiásticos tivessem bem definida a sua competência. Neste sentido o Padre Antônio Vieira escreveu a el-rei, pedindo a repartição das missões.

A Carta régia de 19 de março de 1693 fixou os territórios, em que deviam operar as confrarias. À Companhia de Jesus ficou pertencendo todo o distrito do sul do Amazonas, por êle acima até a fronteira, sem limitação alguma da parte do sertão. As terras da margem esquerda, com as correntes d'água, repartiam-se pelos religiosos franciscanos da invocação de Santo Antônio e da Piedade, até perto do rio Urubu, que com o Negro e os demais desta beira, subindo a artéria principal, compunham outro quinhão concedido aos jesuítas.

A Companhia foi a mais bem servida. Por acharem bastante pesada a tarefa os loiolistas desistiram desta última outorga.

A Carta régia de 29 de novembro de 1694 reformou a primeira concedendo aos padres mercedários o rio Urubu, e aos carmelitas o Negro. O primeiro car-

melita nomeado para administrar a missão dos Tarumãs, criada pelos jesuítas, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, foi o Revmo. Frei João Evangelista, que dirigiu a dita aldeia sob a invocação do patriarca Santo Elias.

A aludida missão foi atacada em 1692 pelos Aroaquis. Temendo novo assalto pelos Muras, Frei José da Madalena, em 1732, transferiu-a para a foz do Jau, perto da atual vila de Airão.

O Padre José de Morais refere que, no ano de 1740, o Capitão da fortaleza da Barra, João Pereira de Araujo, estabeleceu no sítio dos Tarumãs uma aldeia de índios, para o serviço do forte.

Alguns autores, segundo refere Barbosa Rodrigues, como Baena e Acioli, dão a citada missão de Santo Elias do Jau como tendo sido fundada por Frei Teodoro das Mercês, quando em 1669 o Capitão Pedro da Costa Favela entrou no rio Negro. Mas tal não se devia ter dado pois em 1662 estava na Amazonas Frei Veloso, como se pode verificar em Berredo, e que já existiam as missões jesuíticas dizem os Padres Vieira e Morais.

"Quando", informa Barbosa Rodrigues, "a 2 de fevereiro de 1660, o Padre Vieira escreveu à Rainha D. Luísa de Gusmão, e quando a 12 de fevereiro do ano seguinte respondeu às acusações da Câmara de Belém, refere-se êle a essa missão, pelo que se vê que Frei Teodoro, em 1669, já encontrou a missão fundada. O Capitão Pedro Costa Favela, o escravizador de índios, o chefe das tropas de resgates, não podia consentir na fundação de missões, pois seu fim era sòmente obter escravos a ferro e fogo. Aquêle que acabava de fazer uma carnificina no rio Urubu, não é presumível que viesse arrependido e penitente fundar missões em desconto dos seus pecados"(20).

---

(20) *Rio Jauaperi. Pacificação dos Crichanãs.* 1884.

Nada obstante, subsiste a tradição de que a aldeia de Aiurim, criada por aquêle miliciano, na barranca do riacho do mesmo nome nas proximidades da hoje cidade de Manaus, foi obra dêle com a cooperação de Frei Teodósio.

Aconteceu, segundo rezam as crônicas, que o intrépido cabo de guerra, entrando pela segunda vez no rio Urubu, foi informado pelos Aruaques que no Negro havia um multidão de gentios, que suas margens regurgitavam de tapuios, sendo êste o móvel de ter prolongado sua bandeira até êste rio, onde fundou a mencionada aldeia.

Aos padres mercedários não se deve ùnicamente a criação da missão de Saracá, origem da vila de Silves; fundaram outros núcleos missionários nos rios Uatumã e Anibá, como erigiram as aldeias de S. Pedro Nolasco e S. Raimundo, no Urubu, das quais não existem hoje nem vestígios.

Os jesuítas não descansavam na sua ação construtiva. Afora as instituições lançadas no baixo Amazonas, abriram uma missão no Madeira, sita na foz do Maturá, depois transladada para o rio Canumã, e posteriormente para o Abacaxis.

Na relação de viagem de José Gonçalves da Fonseca lê-se que o lugar de Abacaxis é alagadiço, compreendido numa pequena língua de terra entre o rio e um lago, que na época da vazante ocasiona doenças e mortandade, motivo por que, ajunta o memorialista, escasseavam os aldeanos na povoação e a maior parte dêles se achava espalhada pelas roças que fabricavam nas terras firmes da vizinhança.

"Pelas mortandades que têm experimentado não só pela malignidade do clima, mas pelos dois contágios de bexiga e sarampo que o afligiram, o Estado desde o ano de 1743 até o presente de 49 se acha com menos

da têrça parte dos habitadores, os quais só de índios de guerra e serviço passavam de mil em tempo que os administrava o Padre João de Sampaio, da Companhia, antes das epidemias mencionadas"(21).

Em conscqüência dêsses prejuízos climáticos e da péssima situação topográfica, os moradores da dita aldeia pediram ao Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão Pará e Maranhão, a sua mudança para outro local, mais salubre, e que não estivesse tão exposto aos assaltos dos Muras. O Governador deferiu e mandou que nomeassem o sítio para onde se queriam mudar. E êle mesmo indicou vários, sendo preferido o sítio Itacoatiara. Em 1758 tinham-se mudado os postulantes para o seu novo assento.

Outra missão jesuítica, a que se referiu José Gonçalves da Fonseca, foi a de Trocano, que estêve a primeira vez entre o rio Jamari e a primcira cachoeira do Madeira, e se compunha de gente que se praticou na ocasião em que no ano de 1722 andou com uma tropa, por todo o rio, Francisco de Melo Palheta, tendo como capelão o Padre João de Sampaio. Passados alguns anos, vendo que o lugar não era apropriado à saúde dos índios, e que êstes eram vexados pelas nações bárbaras vizinhas, mudou-a para Trocano, primitivo assento da atual cidade de Borba. Nesse mesmo local, ou próximo a êle, o bravo explorador João de Sousa de Azevedo montou uma feitoria, encontrando-se ainda no prolongamento da costa um presídio e uma escola. Êsse local servia de refrêsco aos mineiros que desciam de Mato Grosso.

Os carmelitas figuram nos anais eclesiásticos como incansáveis organizadores de missões; a êles se devem quase todos os estabelecimentos do rio Negro e do Soli-

---

(21) *Navegação feita do cidade do Grão Pará até a bôca do rio da Madeira*, pág. 22.

mões. Neste rio restauraram várias povoações indígenas que pertenceram aos frades espanhóis ao tempo em que reivindicavam o mesmo curso d'água para a Espanha. No Negro citam-se as aldeias seguintes: Santo Elias do Jau, depois Airão, Santa Rita da Pedreira, conhecida por outros nomes, Itarendaua e Moura, Santo Alberto de Aracari, atualmente Carvoeiro, Santo Ângelo de Cumaru, ou Poiais, Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, que teve a denominação mudada para Barcelos, Nossa Senhora do Monte do Carmo de Caboquena, Santa Rita de Bararoá, Nossa Senhora do Monte do Carmo das Dores, São José de Dari, e a capela, que fundaram no lugar da Barra, do padroado de Nossa Senhora da Conceição.

No Solimões tinham os reverendos missionários carmelitas oito missões, a saber: Santana de Coari, Santa Teresa de Tapé (Tefé), Nossa Senhora do Rosário dos Manaus, Santa Maria Madalena de Pazi, Nossa Senhora de Guadelupe, São Pedro dos Jucanas, São Paulo dos Cambebas e a missão de São Cristóvão, próxima ao rio Içá, no alto curso do qual demoravam as aldeias dos franciscanos espanhóis.

Em 1725 os carmelitas penetraram no rio Branco, onde instalaram algumas aldeias.

Representantes de outras confrarias religiosas dirigiram-se aos rios Uaupés e Içana, onde vemos florescer os povoados de São Joaquim do Cuané e São Jerônimo. No Içana despontou a povoação de São Filipe. No Uaupés vamos encontrar à frente de Mutum-Cachoeira e Caruru-Cachoeira o capuchinho Frei Gregório, José Maria do Bene, no século XVIII.

Há muitos anos vêm os salesianos dirigindo aldeamentos e missões nos rios Madeira, Negro, Uaupés e Içana. No primeiro têm casa, igreja, hospital e um excelente educandário. No Negro contam-se os estabeleci-

mentos de Barcelos e São Gabriel, hoje Uaupés, e nos últimos as missões de Taracuá, Iauaretê, dotadas de escolas, oficinas, hospitais, campos esportivos e de agricultura.

São Gabriel, atual Uaupés, é o centro dêsses núcleos cristãos, que já hoje alcançam os rios Papuri, Tiquié e Querari, onde o selvagem e sua prole são recebidos com amor e carinho, e as crianças indígenas das famílias dos Tucano, Decanas, Tarianas, Uananos e Piratapuias encontram assistência gratuita educativa, esportiva, médica, higiênica, cultural, dos missionários da Congregação de São João Bosco, espalhados por aquêles rincões remotos do país.

A obra salesiana foi iniciada em 1914 pelo Decreto da Sagrada Congregação de Propaganda Fide, de 10 de junho, sendo seu primeiro administrador Monsenhor Lourenço Giordano, que faleceu em viagem ao rio Padauari, a 5 de dezembro de 1919, levando-se seu corpo para o minúsculo povoado de São Joaquim, no rio Negro, onde foi dado à sepultura.

Sentindo-se mal, o preclaro sacerdote manifestou desejo de voltar para São Gabriel, mas não foi possível, pois um acesso fulminante o abatia.

Com o falecimento de Monsenhor, coube a direção das missões ao então Monsenhor Pedro Massa, depois elevado à dignidade de Bispo.

A Prefeitura Apostólica passava à categoria de Prelazia Apostólica pelas Bulas *Christinae Religionis* do Santo Padre Pio XI, que também criava a Prelazia de Pôrto Velho.

Cada ano que passa a instituição alarga o seu círculo de iniciativas, amplia o seu campo de ação caritativa e beneficente, amparando os pobres e humildes silvícolas da região.

Onde, porém, a monumental obra dos salesianos mais se aprimora e recomenda é na capital, em Manaus. Aí mantêm os missionários, verdadeiros educadores, colégios magníficos e o Pensionato Santa Teresinha, um instituto de real beleza humanitária.

Outras comunidades religiosas servem à causa do progresso da cristandade no Amazonas, — a dos Capuchinhos, em São Paulo de Olivença e Benjamim Constant, a dos Padres do Espírito Santo em Tefé, a dos Agostinianos, sediados na cidade de Lábrea, no rio Purus, com residência em Manaus, a dos missionários de Nossa Senhora da Aparecida, ou redentoristas, na capital, e nos Municípios de Manacapuru, Codajás e Coari.

# Missionários a serviço de Espanha

A personalidade central dos missionários jesuítas a serviço da Espanha encarna-se no Padre Samuel Fritz, natural da Boêmia, a quem Lúcio de Azevedo chama com propriedade o "Apóstolo do Amazonas".

Traça-lhe o perfil austero o escritor nestes têrmos: "Trazia uma sotaina curta, em farrapos, por vestido; alpercatas e meias de filamentos de palma nos pés; alto de estatura, vermelho de côr; as longas barbas hirsutas; revivia no aspecto um antigo solitário saindo dos desertos da Tebaida"(22).

Chegou ao Peru acompanhado do Padre alemão Richler, e em 1686 iniciou os seus trabalhos de catequese, amansando os Omáguas, Aisuares, Ibanomas, Tarumãs, Xebecos e Cocamas, situando-os em aldeias. E porque entendesse, de acôrdo com o Tratado de Tordesilhas, que o território da Espanha se estendia Solimões abaixo e Amazonas até o estuário, lançou as suas vistas para êste rio, fundando algumas missões, e o que é mais, reivindicava para Castela a posse e o dominio dêsses espaços. Nessa convicção escreveu cartas, memoriais e protestos contra a ocupação portuguêsa.

Em 1749 tinha-se como Solimões o mesmo rio Amazonas, que vai da barra do Negro ao distrito de Mainas, onde, no parecer de Rodolfo Garcia, tinham os carmelitas portuguêses as oito missões atrás descritas, "a última

---

(22) *Obra cit.*, pág. 220.

das quais, São Paulo dos Cambebas, dista da de Santo Inácio de Pebas, última dos jesuítas espanhóis de Mainas, nove dias de navegação rio acima e dois e meio rio abaixo".

Concede-se todavia, diz Rodolfo Garcia, que as aldeias situadas na margem austral do rio Amazonas, do rio Coari para a jusante, foram algum dia dos jesuítas espanhóis.

"Levando os portuguêses a sua posse até o Napo, e sendo o Solimões e o Japurá contìnuamente por êles freqüentados, a intromissão do Padre Fritz pelos nossos domínios, o seu propósito de expansionismo pediam a vigilância das autoridades lusas no sentido de impedir a absorção do roupeta, cada vez mais ousado e intransigente.

O inaciano, achando-se em visita às suas missões do Pebas, sentindo-se doente, decidiu ir ao Pará, onde, ao chegar a Belém, foi prêso como espião. Lúcio de Azevedo não vê nessa viagem intuito de espionagem e sim o interêsse de "buscar a cura da moléstia, e o indispensável repouso no gasalhado dos seus, tão ricos de bens e autoridade no Estado vizinho"([23]).

A descida do religioso realizou-se em 1689, e por onde ia passando, segundo êle mesmo escreve, espalhava-se a notícia de que era um santo, enquanto outros diziam que era um profeta.

Ao chegar ao rio Negro encontrou o Padre Fritz um tuxaua dos portuguêses, de nome Cumerau, da nação Tupinambarana, o qual seguia com uma tropa de resgates comandada pelo Capitão André Pinheiro, e em que servia de capelão o Padre mantuano José Maria Garçoni.

---

(23) *Os jesuítas no Grão Pará*, pág. 218.

O cacique deu-lhe por guia um índio, que o levou ao rio Urubu, em que tinha sua missão Frei Teodósio das Mercês.

O Capitão Pinheiro, de regresso ao Urubu, impressionado com os boatos, que circulavam a respeito do jesuíta, mirou-o através de um crucifixo, para se certificar se era realmente um homem, ou uma alma do outro mundo. O próprio Frei Teodósio tomou-o por um "portento".

Do Urubu seguiu Fritz para Belém. Ali chegando, o Governador Sá de Meneses determinou a sua prisão no Colégio dos Jesuítas até que as autoridades de Lisboa decidissem de seu destino.

Permaneceu em custódia perto de dezoito meses, sem que permitido lhe fôsse ir à Côrte justificar-se das acusações a êle feitas.

Prêso, insistia em reivindicar para a Espanha as terras consideradas portuguêsas por fôrça de exploração e posse já firmada por Pedro Teixeira.

Com as protelações havidas, em obediência a ordens de D. Pedro II de Portugal, sòmente depois de dois anos, que tanto tempo levou no Pará, se lhe restituiu a liberdade, fazendo-o voltar às suas missões, mas com as cautelas necessárias aos interêsses de Portugal.

Uma escolta de vinte soldados, ao mando do Capitão Antônio de Miranda e Noronha e seu auxiliar Capitão Pedro da Costa Favela, acompanhou o jesuíta até a aldeia dos Omáguas, evitando que êle entrasse em comunicação com os habitantes dos povoados portuguêses.

O cabo da tropa levava instruções de reaver "para El-rei de Portugal o senhorio das terras", e expulsar o frade intruso.

Como informa Lúcio de Azevedo, o intolerante jesuíta não se deu por vencido, e opôs às ordens do comandante que êle se achava dentro dos limites de Castela. "Para Fritz", diz o escritor citado, "era usurpação o avanço dos nossos rios acima. Ao passo que êles pretendiam levar a fronteira até dentro do Napo, onde pelas informações vagas de Pedro Teixeira se devia encontrar o marco, em Espanha, rejeitavam êsse direito e queriam traçar a divisória pelo rio Negro. Samuel Fritz não se contentava com essa linha. A seu arbítrio deviam os portuguêses ser repelidos águas abaixo até o meridiano que passa na foz do rio. Nula a posse de Pedro Teixeira, nulas as explorações sucessivas dos portuguêses. A decisão de Alexandre VI e o Tratado de Tordesilhas regulavam, no seu entender, de modo irrefragável a matéria"(24).

Rodolfo Garcia, nos *Anais da Biblioteca Nacional,* ocupando-se dos documentos existentes sôbre o Tratado de Madri, reporta-se ao padrão que ainda existia em 1730. Transcreve o que consta do *Diário de Viagem* do Ouvidor Ribeiro de Sampaio: "Governando o Estado do Pará Alexandre de Sousa Freire mandou Belchior Mendes de Morais com uma escolta a examinar o mesmo marco, e com efeito, entrando aquêle cabo pelo rio Napo no lugar confrontado no auto de posse, o achou, pôsto que arruinado com o tempo por ser de pau. Aí mesmo erigiu outro renovando-o na presença do jesuíta João Batista Julião, Superior das missões espanholas, que andava em visita".

Samuel Fritz, vendo-se livre da diligência, rumou para Lima a fim de obter do Vice-rei Melchior Portocarrero Laso de La Vega, Conde de Manclova, recurso para a reedificação de suas missões e fôrça para deter os

(24) *Obra cit.*, pág. 220.

portuguêses no seu avanço, pois êle considerava o território de Espanha. O Vice-rei não o atendeu em relação ao material bélico, porém mandou fornecer-lhe dinheiro e mantimentos. Assim aparelhado, volveu o padre ao Solimões, reencetando a catequese. Recalcitrava, portanto, ante as intimações dos lusos de não voltar ao país. Eram constantes os seus protestos, até que em 1693, o Capitão Antônio de Miranda seguiu com o objetivo de abrir inquérito, para apurar o que havia de verdade nos boatos de se comerciar com os estrangeiros, de invasão de castelhanos e infiltração dos missionários de Quito por aquelas partes.

Ficou apurada a veracidade dos rumores de que o jesuíta alemão se empenhava em seduzir os principais de outras nações para engrossar a população de suas aldeias.

Atendendo a instruções da Metrópole, o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho dirigiu-se em pessoa ao sertão do Amazonas, no ano de 1687, para examinar as fortalezas da hinterlândia e o estado geral das missões.

Levou consigo numeroso pessoal, gastou na jornada sete meses com muitos trabalhos e moléstias, principalmente pelas grandes doenças que se experimentaram, de que estêve em grande perigo de vida, não escapando o Capitão-mor Hilário de Sousa de Azevedo, o Provedor-mor e alguns soldados e índios dos que remavam. "Dêle pôde dizer", escreve Joaquim Nabuco, "Gomes Freire de Andrade em carta enviada a el-rei: o Governador Antônio de Albuquerque não podia fazer serviço a Deus e a Vossa Majestade maior que o da jornada ao sertão, e o perigo das doenças que padeceu e a morte dos que o acompanharam qualificavam mais o seu zêlo"(25).

---

(25) *Obra cit.*, pág. 68

Uma das providências tomadas nessa célebre questão foi a de mandar o Provincial dos carmelitas Frei Manuel da Esperança tomar posse das missões do Solimões, acompanhado de fôrça armada.

Frei Manuel da Esperança observou a rude indústria dos Cambebas que extraíam o leite da seringueira e com êle preparavam diversos artefatos para seu uso. Surpreendeu o invento, e de logo o comunicou aos colonos.

A catequese, que ficava a cargo dos carmelitas, não podia agradar aos inacianos do Peru, verificando-se por êste motivo conflitos no Solimões.

Em 1704 foi o Padre Fritz substituído por seu companheiro de batina João Batista Sana. Novamente advertido pelo cabo José Antunes da Fonseca, não ligou importância.

Em 1709 o Capitão Inácio Correia de Oliveira recebe ordem de expulsar os jesuítas e evacuar as aldeias. Sana então dirige-se ao Peru e consegue do Governador Luís de Iturbide recursos militares. Volve ao Solimões e retoma as aldeias, prendendo um missionário carmelita, cinco soldados e o próprio comandante Inácio Correia de Oliveira.

O Governador do Grão Pará, General Cristóvão da Costa Freire, em cumprimento da Carta régia de 20 de março de 1708, em que o soberano mandava defender as nossas posições até o Napo, fêz seguir uma fôrça de cento e oitenta praças, comandada pelo cabo José Antunes da Fonseca, que, em combate de poucas horas, desalojou os jesuítas e restituiu as aldeias aos religiosos carmelitas, prendendo o desabusado Padre Sana.

Até a província dos Mainas chegavam os nossos sertanistas com suas bandeiras e tropas de resgates. Em 1663 registra-se a de Manuel Coelho; em 1673 e 1674 chega àquelas raias o aventureiro Francisco Lopes.

Como o comércio de então compreendesse também o de escravos índios, com a notícia dessas e de outras bandeiras, os selvagens desertavam das malocas, para não serem escravizados.

No Solimões os religiosos João Batista Julião e Carlos Brentano, repetindo os argumentos de Samuel Fritz, protestavam contra as expedições perante o General Cristóvão da Costa Freire, que respondeu com altivez, invocando os nossos direitos de ocupação e posse.

# O Tratado de Madri

O longo e exaustivo esfôrço das côrtes portuguêsa e espanhola para regular os limites de suas respectivas colônias na América do Sul, e superar os atritos que de cotio surgiam, perturbando o ambiente de cordialidade existente entre as duas monarquias, veio a se concretizar no Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, em que representou Portugal D. Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova de Cerveira, auxiliado pelo nosso compatrício Alexandre de Gusmão, e Castela D. José de Carvajal y Lencaster.

O convênio que havia sido concluído no reinado de D. João V foi pôsto em execução no de D. José I, sendo primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal. Simpático ao tratado, recomendou, contudo, que fôssem ouvidos a respeito de suas vantagens ou desvantagens os velhos moradores do rio Negro. Consultados, as opiniões divergiram; enquanto uns aplaudiam, outros negavam os seus possíveis proveitos.

O Tratado de Madri foi obra refletida e sábia do gênio político de Alexandre de Gusmão, natural de São Paulo, a quem o historiador Rodolfo Garcia chama com inteira justiça o "patriarca da diplomacia brasileira", o qual procurou manter no Novo Mundo as relações amistosas que havia entre as duas nações ibéricas, pondo têrmo às queixas e dissídios que apareciam entre os dois povos confinantes na América. Instituiu Alexandre

de Gusmão o largo e fecundo princípio do *uti possidetis* — "cada parte há de ficar com o que atualmente possui".

Êsse documento deixava de lado as divisas artificiais para adotar sinais artificinos, balizas naturais, como os cursos d'água, as bacias das correntes assinaladas por cadeias de montanhas.

Já naquela época é confortador encontrar no Tratado de Madri a antevisão da política chamada de *boa vizinhança*. "Honra, pois, a Alexandre de Gusmão", exclama o Ministro Fonseca Hermes, "que soube, com tal desvêlo, guiar dois poderosos monarcas à conclusão dêsse tratado, paradigma de alta sabedoria e de verdadeira visão política, bem fora da moral, da mentalidade e dos costumes da época, estaríamos tentados a afirmar"(26).

Pelo que ficou assentado, a bacia do Prata, segundo Rodolfo Garcia, ficava pertencendo à Espanha e a do Amazonas permanecia em poder de Portugal. Relativamente ao Amazonas, o referido publicista, resumindo a letra do acôrdo, escreve: "Pertencerá à coroa de Portugal tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Maranhão acima, e o terreno de ambas as margens dêste rio".

Estipulou-se que a fronteira descesse o Javari até a sua junção com o Amazonas, e prosseguisse por êste rio abaixo até a bôca mais ocidental do Japurá, que nêle deságua pela margem setentrional; que continuasse a fronteira pelo álveo do rio Japurá e pelos demais rios que a êle se juntam e que mais se chegam ao rumo norte até encontrar o alto das cordilheiras de montes, que medeiam entre o rio Orinoco e o Amazonas; e prosseguisse pelo cume dêsses montes para o oriente, até onde se estendesse o domínio de uma e outra mo-

(26) "Anais do Nono Congresso Brasileiro de Geografia", 1.º Vol.

narquia. Quanto à bacia do Amazonas, especialmente, como território português, devia abranger tôdas as vertentes que baixassem para o grande rio entre êle e o Orinoco(27).

O pacto cogitava de minúcias, inclusive concessões mútuas para melhor entendimento, e do despejo dos Sete Povos das Missões, — São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Borja, São Lourenço, São João e Santo Ângelo, e a navegação do rio Uruguai, conferidos a Portugal, ficando a Espanha com a bacia do Prata.

A convenção foi ratificada pelos dois governos, que baixaram regulamentos complementares e instruções a serem dadas aos intérpretes que na América procedessem ao ajuste.

Foram nomeados chefes das Partidas de Demarcação, de parte de Portugal Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e da parte de Espanha o Marquês de Valdelírios, D. Gaspar de Munive León Garabito Telo y Espinosa.

No norte as funções diplomáticas de chefe das Partidas de Demarcação couberam ao Capitão-de-fragata Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, e Governador da Capitania do Grão Pará e Maranhão, e como enviado da Espanha D. José de Iturriaga.

No âmbito de competência do Capitão Mendonça Furtado incluíam-se as três partidas, — do rio Negro, do Japurá, do Madeira e Javari.

Escolhido Mendonça Furtado comissário a 30 de abril de 1752, de logo providenciou sôbre a sua ida ao rio Negro, requisitando os gêneros da terra necessários à jornada, índios remeiros e práticos.

---

(27) Rodolfo Garcia. *Obra cit.*

Havia ordem para as missões fornecerem aquilo que fôsse indispensável ao deslocamento das comissões. O seu anelo era seguir quanto antes, mas êsse seu desejo esbarrondou-se ante fatos imprevistos que surgiam a cada passo. Os jesuítas não mandavam gêneros, desculpando-se da epidemia de bexiga, que devastou grande parte da população, originando a falta de provisões alimentares e de farinha.

Para cúmulo os índios remadores fugiam, e presos e trazidos ao litoral, tornavam a fugir. Os calafates por sua vez desapareciam. De sorte que o diplomata teve que adiar a longínqua viagem, por isso que as mercadorias importadas do reino não eram suficientes para alimentar o numeroso pessoal.

As desculpas dos padres não lhe soaram bem aos ouvidos, e começou a ver nisto uma dissimulação, uma manobra destinada a fazer mangrar a expedição.

Ocupando-se das conjunturas da época e do proceder dos missionários, Capistrano de Abreu justificou dêste teor a falta: "O Pará moderno, servido por navios a vapor, comerciando com os dois mundos, estaria à altura de tamanhas exigências; não estava a Amazônia antiga, ocupada quase exclusivamente pela pesca, muito feliz quando a pequena produção agrícola bastava para o consumo ordinário"(28).

Mendonça Furtado, porém, não atendeu às circunstâncias do momento, à devastação produzida pela varíola, e levou o fato a um subterfúgio dos jesuítas para frustrar a demarcação. Convencido estava que os loiolistas se opunham ao convênio, e, solidários com os do Paraguai, tudo envidavam para dificultá-la, tanto mais quanto suspeitava que êles afagavam a idéia de fundar um novo império teocrático no território português. Há quem afirme, porém, que a Companhia de Jesus

(28) *Capítulos de História Colonial.* 3.ª edição, pág. 187.

não se opôs ao tratado, pelo contrário, tomou tôdas as providências para que os índios de suas missões, cedidas a Portugal, e seus mestres deixassem o país e fôssem para onde os mandavam, tanto que o Geral da Companhia nomeou o Padre Luís Altamirano para acompanhar e auxiliar o cumprimento do tratado, no Brasil, dando-lhe poderes especiais "para riscar da comunidade os regulares que julgasse indignos dela, e até aplicar a pena de excomunhão"(29).

Os missionários do sul, todavia, recusavam-se a cumprir a ordem, sendo preciso levar a guerra àqueles povos.

No Amazonas, os índios das aldeias e seus padres não eram prejudicados pela convenção. No entretanto, "por solidariedade com seus irmãos do sul, resolveram êles também fazer-lhe obstrucionismo".

No conceito de Rodolfo Garcia, "a intervenção justa ou injusta dos jesuítas na insubordinação de seus jurisdicionados apura-se isenta de qualquer dúvida".

Mendonça Furtado gastou de Belém do Pará a Mariuá, no rio Negro, 88 dias, havendo partido em 2 de outubro de 1754. A expedição compunha-se de setecentas e noventa e seis pessoas, viajando em vinte e cinco canoas. Entre os técnicos, que o seguiam, destacam-se os ajudantes-de-ordens João Pereira Caldas e João Batista de Oliveira, o seu secretário João Antônio Pinto da Silva, o confessor Padre José da Gama, o físico-mor do Estado Dr. Pascoal Pires, o sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras, o sargento-mor-engenheiro Sebastião José da Silva, os capitães-engenheiros João André Scwebel e Gaspar João Geraldo de Gonsfeld, os ajudantes-engenheiros Filipe Sturn e Adão Leopoldo de Breuning, o Tenente Henrique João Wilkens, além de outras individualidades, oficiais do corpo de tropa e demais servidores.

(29) Visconde de CARNAXIDE — *O Brasil na administração Pombalina.* "Brasiliana". Vol. 192.

Mandou na frente, para aplainar alguma dificuldade e observar a conduta dos jesuítas, o Capitão Valentim Ribeiro da Silva, com um destacamento, enviando depois outros emissários, o Capitão Estêvão da Costa e o Sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras(30).

As instruções enviadas do reino mandavam que o comissário português, no forte do rio Negro, ou em alguma de suas missões superiores, aguardasse o comissário espanhol, que vinha pelo Orinoco, devendo daí passar ao rio Negro.

A aldeia preferida para o encontro das duas partidas foi a de Mariuá, que na correspondência espanhola aparece com o nome de Marioba. Aldeia muito pobre, era preciso dar-lhe feição diferente, construir edifícios condignos para receber a embaixada e acomodar as fôrças militares que trazia. D. José de Iturriaga chefiava uma numerosa comissão de técnicos, um corpo luzido de cientistas, afora outros agregados.

Era necessário transformar o lugarejo num centro capaz de receber os castelhanos.

Gabriel de Sousa Filgueiras e Filipe Sturn puseram-se em campo e riscaram de logo, conforme recomendações de Mendonça Furtado, um plano de remodelação do povoado, e ergueram os prédios recomendados, consistentes num palácio, quartéis, armazéns, casa da pólvora e mais algumas construções.

Como o acampamento fôsse muito molhado e atravessado de igarapés, fizeram-se aterros e lançaram-se pontes sôbre os riachos.

A fisionomia de Mariuá, criação do missionário carmelita Frei Matias de São Boaventura, em 1728, mudou para apresentar o aspecto de uma pequena cidade européia.

---

(30) Artur C. Ferreira Reis — *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. Segundo tomo, pág. 75.

A preferência pelo burgo de Mariuá consultava os nossos interêsses. "Estavam os espanhóis mais afastados", pondera Capistrano de Abreu. "Além disso, a proximidade relativa de Belém e de Portugal garantia uma superioridade esmagadora"(31).

Mendonça Furtado, ao chegar a Mariuá, procurou sondar a opinião dos moradores antigos e todos exprimiam o seu juízo de que o tratado era prejudicial aos interêsses de Portugal, com exceção de um ou outro ponto.

Espírito observador, inteligente e culto, anotou tudo que o impressionou, o modelado da terra, a fisiografia caprichosa e típica, os rios enormes e dilatados, a maravilhosa pujança da natureza, o pulsar das energias criadoras, o ambiente equatorial, os costumes do povo, seus hábitos de vida, de comunicações, os fatôres alimentícios, e a posição das Ordens religiosas, mormente dos jesuítas. E o que viu e pôde observar transmitiu a seu irmão o Marquês de Pombal.

De logo a sua alma de patriota e estadista revelou-se com os atos que ia praticando, na direção da coisa pública. Cuidou de fortalecer a soberania lusa, e erguer o mais possível o Amazonas do marasmo em que jazia. Guarneceu as lindes com as colônias estrangeiras, colocou destacamentos em vários pontos e procurou animar o comércio, a indústria e a lavoura.

A partida de demarcação espanhola arrastava-se com um esfôrço sobre-humano pelas ásperas trilhas da Venezuela, perseguida pelas enfermidades e pelos embaraços que lhe opunham as tribos em guerra.

Tendo embarcado em Cadiz a 15 de fevereiro de 1754, ao chegar a Cumana teve que demorar-se cêrca de quatorze meses; reencetando a marcha por aquêles sertões inóspitos, foi desfalcada de vários de seus elementos especializados e auxiliares, como Urrutia, D. Juan

(31) *Obra cit.*, pág. 203.

Galã, o Padre Heles e outros, que faleceram em viagem. Ainda em 1759 D. José Iturriaga não havia chegado ao rio Negro.

Por êsse tempo travou-se ferrenha luta entre duas tribos aguerridas, a dos Guaipunabis e a dos Manativitanos, os primeiros simpáticos aos portuguêses e os segundos aos castelhanos. À frente dos Guaipunabis achava-se o valoroso tuxaua Cucui; o caciquc dos Manativitanos era o guerreiro Coscru.

Apesar dêsses incidentcs, não deixava o diplomata espanhol de fundar feitorias e povoados, para marcar a ocupação pelo seu país.

Mendonça Furtado demorou-se dois anos em Mariuá, tendo aí aportado a 28 de dezembro de 1754, sem que houvesse notícia da comissão espanhola. Aproveitou a demora para consagrar-se ao bem-estar dos povos da região, tomando uma série de medidas acertadas e úteis, criando pesqueiros para melhor garantir a alimentação dos habitantes dos rios Negro, Branco e Solimões e incrementando a cultura de cereais e do plantio de árvores frutíferas. Dirigindo-se ao Madeira, foi ter à povoação de Trocano, para, como de seu programa, erigi-la em vila. Os missionários Frei Anselmo Echart e Frei Antônio de Maisterburg receberam-no cortêsmente.

No dia aprazado, reunidos os índios e alçado o pelourinho numa praça, adredemente preparada, Mendonça Furtado declarou inaugurada a vila, com o nome de Borba, a Nova. 1.º de janeiro de 1756.

Duas peças de artilharia salvaram a cerimônia inaugural.

Essas duas peças foram obtidas pelos missionários alemães mediante licença do Governador João da Maia da Gama, e serviam para afugentar os Muras nas sua correrias depredatórias. Mas, assim não foi compreendido. Sur-

giu de logo a crença de que os jesuítas as tinham para efeitos belicosos a fim de assenhorearem-se da região. Serviu de argumento para justificar a ação nefasta dos tonsurados, na *Relação Abreviada,* que o Marquês de Pombal fêz publicar.

Instituída a vila com a implantação do regime municipal, o Capitão-General colocou à testa do govêrno um oficial, arredando assim os milicianos de Loiola da administração, em que estavam. O Padre Anselmo Echart retirou-se para a missão de Abacaxis, onde servia o seu companheiro.

Deixando Borba, a Nova, em que oficiava um clérigo, verificou-se um incidente grave — uma grande desinteligência entre êle e o Tenente Domingos Antônio. Vieram de logo suspeitas de que tivesse ardilosamente fomentado a rivalidade o jesuíta Anselmo Echart.

Substituído o clérigo por um padre do Carmo, que ia à missão de Abacaxis contìnuamente confessar-se, achou-se envolvido numa conspiração contra o comandante da vila.

Sôbre os jesuítas do Javari pesavam acusações de exercitarem o contrabando.

Êsses e outros fatos, descritos com tintas carregadas pelo irmão do Marquês de Pombal na sua correspondência oficial para Lisboa, cuja atmosfera carregada era hostil à Companhia de Jesus, determinaram a expulsão de quatro dêles, figurando nesse número os freires José e Roque Runderpfund.

Concedia-se liberdade aos índios e as reduções eram transformadas em aldeias de caráter inteiramente leigo.

Os religiosos, sobretudo os jesuítas, serviam-se do braço indígena para o granjeio de suas fazendas, os negócios de suas feitorias e as colheitas de drogas do sertão.

Suscitou-se a idéia da formação de uma companhia de comércio, e para compensar a falta do índio adotou-se a importação de escravos negros.

O poder temporal dos loiolistas foi abolido, ou por demais restrito. Mendonça Furtado, porém, anuiu em que continuassem os *descimentos* e fôssem permitidas as aldeias, "para onde se tragam os índios na vizinhança das cidades e povoações principais, isentas da jurisdição dos religiosos, ao governador cabendo providenciar sôbre a repartição e cobrança dos salários".

As leis de 6 e 7 de junho de 1755 concediam liberdade aos índios, e cassado estava o poder temporal dos padres. Êsses diplomas foram recebidos pelo Bispo D. Frei Miguel de Bulhões, inimigo declarado dos inacianos, quando no govêrno interino do Grão Pará. Aquela autoridade não achou prudente a sua publicação, para evitar um possível levante popular. Aguardou a chegada do Capitão-General, que se encontrava em Mariuá, o qual, viajando para Belém, os publicou.

O Alvará de 6 de junho dispunha outrossim que o Capitão-General do Estado promovesse à categoria de vila as aldeias que tivessem certo número de moradores, e à de lugares aquelas que possuíssem menor número, dando-se aos íncolas datas de terras para cultivar.

Completando a série de providências, Mendonça Furtado instituiu o Diretório, novo regulamento a que ficavam sujeitos os aborígines, para a redação do qual foram transplantados diversos dispositivos do antigo Regimento das Missões, e insertas outras normas (3 de maio de 1757).

Se bem imaginado, todavia não deu bons resultados na prática. Por êste sistema as aldeias passaram a ser governadas pelos próprios índios, que podiam exer-

cer funções de juiz e vereador, ou por diretores indicados pelas autoridades superiores.

A organização, apesar de bela nas suas linhas gerais, revelou-se ineficiente pelos abusos cometidos. A prometida liberdade dos indígenas tornou-se uma burla. Eram êles brutalmente explorados e extorquidos nos seus trabalhos pelos diretores das aldeias, ordinàriamente homens analfabetos e ambiciosos.

Os missionários das diversas Corporações eclesiásticas, prejudicados pelas novas leis, procuravam salvar os seus haveres, os jesuítas principalmente invocavam dívidas e citavam disposições jurídicas, que lhes garantiam os seus direitos e a permanência nas fazendas, mas, declaravam, não lhes servia ficar como simples párocos, subordinados à jurisdição do Bispo.

Sòmente pela fôrça se retiraram das aldeias, carregando com as imagens, paramentos e mais ornamentos de valor. Levaram até os produtos que haviam armazenado.

Em Portugal tinham perdido todo prestígio. A situação da Companhia tornava-se periclitante. O Marquês de Pombal, visceralmente contrário aos roupetas, mandou seqüestrar-lhes os bens, e meses depois pela Lei de 3 de setembro de 1759, expulsava-os do reino e das colônias. As outras comunidades religiosas, porém, acomodaram-se ao regime.

*
* *

Retornando a Mariuá, onde chegou a 4 de maio de 1758, Mendonça Furtado em ofício dirigido ao Ministro Tomé Joaquim da Côrte Real descreveu o seu itinerário de Belém àquele pouso, durante o qual visitou tôdas as aldeias, elevando algumas ao foral de vila, mandando erguer o pelourinho e organizando a justiça.

No território do Amazonas rumou para o Madeira pelo rio Tupinambarana, que outros consideram um paraná, e parou em Borba. Seguindo para a aldeia dos Abacaxis com o propósito de elevá-la a vila, desvaneceu-se dessa idéia, porque os moradores se queixaram amargamente do lugar, onde não logravam uma hora de saúde, além de que viviam sob o terror dos assaltos dos índios, pedindo instantemente a sua mudança para outro local.

Acedendo ao pedido, mandou o general que êles nomeassem o lugar, para onde se queriam transferir, e o próprio Mendonça Furtado enumerou alguns sítios, sendo um dêles o de Itacoatiara, que foi logo aceito.

Relacionando êste episódio, escreveu em suas notas de viagem: "E na verdade escolheram bem, porque as terras são as melhores que aí há, pois produzem todo o gênero de frutas, é o rio naquele sítio abundantíssimo, e sobretudo está na estrada real dêstes sertões e com esta vila acharão os passageiros socorros e os índios não só tirarão grande lucro dos seus trabalhos na venda dos mantimentos, mas civilizar-se-ão"(32).

A Carta régia de 3 de março de 1755 mandava criar a Capitania de São José do Rio Negro, separada do Pará, e neste particular dava instruções ao seu delegado, o referido Capitão-General, que lhe deu integral execução.

Em Mariuá fundou a vila, que recebeu o nome de Barcelos, e ao dia seguinte a Capitania.

Até o momento não tinham chegado os espanhóis.

Doente e enfraquecido, resolveu descer para o Pará, dirigindo-se de lá para a Europa.

Devia substituí-lo nas árduas funções D. Rolim de Moura, Governador da Capitania de Mato Grosso. Men-

(32) Furtado Belém — *Limites Orientais do Estado do Amazonas*, pág. 10.

donça Furtado deixou-lhe um longo memorial, em que expunha os negócios afetos às demarcações e as medidas a serem tomadas. E tendo tudo disposto, deixou atrás de si o imenso mundo amazônico, a que serviu denodadamente, como soldado e estadista.

D. José de Iturriaga, afinal, aproximava-se de Barcelos, alcançando São Fernando, onde estacionou.

Foi-lhe ao encontro, por ordem do General Bernardo de Melo e Castro, o Sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras, que devia assistir naquele lugar até a chegada de D. Rolim de Moura.

Capistrano de Abreu diz que as comissões reuniram-se, porém ao mesmo tempo assevera que os escritores venezuelanos com melhores fundamentos negam o contacto das duas Partidas.

O Tratado de Madri, que contou com a oposição cerrada do Rei Carlos III, não pôde ser executado, e um outro foi assinado em 1763, que por sua vez foi anulado, para firmar-se o de Santo Ildefonso, de outubro de 1777.

# Criação da Capitania de São José do Rio Negro

Ia-se constituir no Amazonas uma obra duradoura e séria. Afigurou-se a Mendonça Furtado a necessidade imperiosa da criação de um novo govêrno, subordinado ao do Grão Pará.

A sua sugestão ao Gabinete português foi bem recebida e, por Carta régia de 3 de março de 1755, el-rei D. José I assinava o documento histórico, que possìvelmente estaria nos seus cálculos.

Firmava-se a posse sôbre as posições conquistadas, tratar-se-ia com mais eficiência do povoamento, facilitava-se a cristianização dos índios, e proporcionava-se com maior eficácia a justiça aos moradores do sertão.

Desde que foi nomeado o Capitão-de-fragata Francisco Xavier de Mendonça Furtado com honras de Capitão-General Governador da Capitania do Maranhão e Grão Pará, a 19 de abril de 1751, o ministro encarregado dos negócios ultramarinos Diogo de Mendonça Côrte Real enviou para Belém instruções recomendando o consêrto e conservação dos fortes existentes, edificação de outros, um plano de defesa a ser observado, um programa de produção e cultivo das terras, de fiscalização das rendas públicas, de comunicações com Mato Grosso e exploração dos rios. Eram recomendações expressas dirigidas ao Bispo do Pará D. Miguel de Bulhões e ao Senado da Câmara de Belém.

Se havia alguma animadversão ou ponta de animosidade contra os jesuítas, Lúcio de Azevedo desfaz de logo a dúvida, dizendo que absolutamente não se colhem intuitos hostis do Marquês de Pombal, tanto que nas instruções em duas vias, uma pública e outra secreta, deixou Pombal claro o seu desejo de que "os jesuítas estabeleçam mais duas aldeias, uma perto da bôca do Javari, e outra nas cachoeiras do Japurá, nos limites de Castela. Em novas fundações no Cabo Norte, dizia, se lhes dê também preferência por serem êles que tratam os índios com mais caridade e melhor sabem formar e conservar as aldeias".

A indisposição veio quando da execução do Tratado de Madri, por fôrça dos fatos já referidos e de outros sucedidos em Portugal.

Incidentes sobrevindos logo após a chegada de Mendonça Furtado, que entrou em Belém sem ser esperado, com surprêsa geral, por ter a nau que o trouxe ao Brasil partido o leme e naufragado nos baixios a pouca distância do litoral, levaram-no, devido a informações recebidas, a escrever para o reino, dizendo: "Tôda a administração que deveram ter os governadores e ministros está nos regulares. Êles têm o senhorio universal de todos os índios dêste Estado".

A Carta régia mencionada, de 3 de março de 1755, que criava a Capitania de São José do Rio Negro, a extremar da parte do norte e do ocidente com os domínios de Espanha, outorgava poderes a Mendonça Furtado para riscar-lhe as lindes pelo oriente e pelo meio-dia.

No documento vetusto El-rei cogita do ordenamento da sede do novo govêrno, sua feição urbanística, edifícios que deviam ser construídos, habitações dos moradores, praças e logradouros. "As casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme pela parte exter-

na ainda que na parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que dessa sorte se conserve sempre a mesma formosura na vila e nas ruas dela a mesma largura, que se assinam na fundação".

Concedia aos vassalos que lá fôssem residir tôdas as prerrogativas, privilégios, isenções e liberdade. Aos oficiais da Câmara conferia privilégios e prerrogativas iguais aos do Senado da Câmara do Pará, que gozavam dos mesmos privilégios dos habitantes da cidade do Pôrto. (Carta régia de 1.º de junho de 1490).

Os cargos de oficiais de justiça só podiam ser desempenhados por cidadãos da localidade, devendo ser preferidos os casados aos solteiros.

As isenções compreendiam despesas de emolumentos, fintas, taxas e quaisquer outros tributos por dezesseis anos, excetuados apenas "os dízimos devidos a Deus dos frutos da terra, os quais deverá pagar sempre como os moradores do Estado".

No final do estatuto régio lia-se: "Semelhantemente depois de haverdes determinado a fundação da vila na referida forma, impondo-lhe o nome de Vila Nova de São José, elegereis as pessoas que hão de servir os cargos dela, como se acha determinado pela Ordenação.

"E hei por bem que na mesma vila haja (por ora) dois juízes ordinários, dois vereadores, um procurador do conselho que sirva de tesoureiro, um escrivão da Câmara, que sirva também de almotacé, um escrivão do público judicial e notas, que servirá também das execuções".

As melhores disposições de ânimo do govêrno da metrópole realçam êste estatuto histórico, com que se iniciava a fundação do atual Estado do Amazonas.

A vila que devia ser plantada perto da foz do Javari, não chegou a ser levada a efeito. Os olhares convergiram

então para êste ponto; todavia, circunstâncias ocasionais não permitiram que se assentasse a capital da Capitania naquela altura.

O Alvará de 18 de junho de 1757 levou o General Mendonça Furtado a mudar de resolução e lançar as suas vistas de estadista, aliás de acôrdo com a metrópole, para o rio Negro e para a missão religiosa de Mariuá, ali estabelecida.

O rio Negro é o mais vasto afluente da margem esquerda do Amazonas, tendo uma extensão de 1.600 quilômetros. Suas nascentes demoram em território colombiano.

Até a bôca do Cassiquiare tem o nome de Guainia, daí para jusante recebe a denominação de rio Negro. Penetra no território brasileiro depois de transpor a Pedra de Cucui, monumento granítico quadrangular de soberbo aspecto.

Humboldt fala da "imponência e majestade do rio Negro".

Foi um dos primeiros a ser navegados pelas bandeiras, tropas de resgates e pelos missionários.

Já vão longe êsses tempos que confirmam a assertiva de Gilberto Freire: "Os rios grandes foram por excelência os rios do bandeirante, e do missionário, que os subiam vencendo dificuldades de quedas d'água e do curso irregular; os outros, os do senhor de engenho, do fazendeiro, do escravo, do comércio do produto da terra. Aquêles dispersaram o colonizador; os rios menores fixaram-no tornando possível a sedentariedade rural"(38).

A aldeia preferida foi, como já dissemos, a de Mariuá, fruto da piedade do missionário carmelita.

---

(38) *Casa Grande & Senzala*. Quarta edição. Vol. I, pág. 120.

Qual foi a origem dêsse acampamento di-lo o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, que ali estêve no segundo quartel do século XVIII. O naturalista filósofo escreve baseado em informações que lhe proporcionaram moradores antigos, segundo as quais dois tuxauas dêsse rio pertencentes à tribo dos Manaus, de nome Bacuriana e Caricuá, desavieram-se, ficando inimigos a ferro e fogo.

E para evitar maiores males, Bacuriana mudou-se com os seus vassalos para o Japurá. Em caminho soube que em Tefé havia uma missão dos padres carmelitas, e para lá seguiu a fim de pedir um missionário que os assistisse e protegesse contra os portuguêses. Manifestando seu desejo ao diretor, que era Frei Francisco de Seixas, êste lastimou não poder atendê-lo no momento. pois não dispunha de um companheiro desimpedido, prometendo, porém, escrever ao provincial no Pará para que lhe mandasse um confessor, o que fêz, narrando com satisfação o ocorrido, e encarecendo com brevidade a sua vinda.

Não tardou a chegar Frei Matias de São Boaventura que se transportou ao Japurá, e com a ajuda dos índios levantou casa e capela, iniciando os seus labôres espirituais.

No seu mister sagrado de acudir aquelas almas pagãs, exortando-as ao bom caminho, viu de logo que as suas prédicas não eram seguidas pelos selvagens. Batizando e casando, clamava amiúde contra a devassidão por isso que tanto o principal como os seus asseclas viviam com três e quatro mulheres, em concubinagem. Profligou com mais veemência num sermão o proceder desregrado dos índios, que, não se conformando com o reproche, determinaram, uma noite, em que se reuniram na Casa de Paricá, de o matar ao amanhecer do dia seguinte. O cafuz José Cardoso, que

servia o padre, e falava perfeitamente a língua dos Manaus, estando a espreitar as danças, surpreendeu o plano, e tão logo o percebeu foi de pronto lho participar, para que fugissem essa mesma noite.

Fugindo em uma canoa o padre, o cafuz e um rapazinho que se lhes associou, conduzindo o crucifixo e alguns paramentos, entraram por um furo que dá passagem para o rio Urubaxi, e saindo dêste ao outro rio Inuixi, onde, navegando dois dias de viagem águas abaixo, encontraram o principal Camandari, que por acaso andava à pesca.

Inteirado da desdita do padre, "já então reduzido à última consternação", passou-o para a sua canoa, e o conduziu para a sua aldeia, onde o apresentou a uma índia velha, que era sua mãe, a qual, compadecida dêle, o tomou sob a sua proteção, dizendo que se Bacuriana o queria matar, ela o livraria.

Preparou-se então uma palhoça para êle residir e outra para servir de capela, onde celebrasse.

Três anos, conta Alexandre Rodrigues Ferreira, viveu Frei Matias com êles no Inuixi, até que subiu o rio Negro a esquadra de guerra de Belchior Mendes de Morais, para castigar as hostes de Ajuricaba. Sabedor o capitão da estada do padre naqueles sertões, mandou-o convidar pelo capelão Frei Inácio Xavier dos Anjos e alguns oficiais a descer. Fêz-lhe tanta impressão esta novidade, diz o naturalista filósofo, que já então se não contentou de descer o rio, mas passou a praticar o principal, e a mãe do dito, para com os outros principais seus aliados descerem, como desceram, para êste sítio acima de duas mil almas, e com elas fundou a aldeia de Santo Eliseu de Mariuá"(34).

---

(34) *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro.* "Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro", tômo 49, págs. 183-185.

Chegando à dita localidade no dia 4 de maio de 1758, o Capitão-General instalou a 6.ª vila que recebeu o nome de Barcelos, em obediência às ordens de Lisboa, que mandavam banir os topônimos tupis, substituindo-os por vozes portuguêsas. Quase tôdas as aldeias e vilas receberam denominações lusas.

A inauguração foi como do protocolo antigo. Aberta a praça e levantado o pelourinho, o General perante a nobreza, oficialidade e o povo declarou instituída a vila, ouvindo-se em seguida, por três vêzes, vivas a El-rei.

Leu então a Provisão seguinte:

"Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, Plenipotenciário e principal Comissário das demarcações de seus reais domínios da Capitania do Norte, Comendador de São Marinho de Malta de Lôbo na Ordem de Cristo, Governador e Capitão-General da Capitania do Grão Pará e Maranhão:

"Porque S. Majestade foi servida por sua real resolução mandar erigir em vila a aldeia, que antigamente se chamava de Mariuá, com a denominação de vila de Barcelos, ordenando-me para ela criasse as justiças que devem servir na Câmara da dita vila, e porque na pessoa do capitão João Nobre da Silva, na do governador do rio Manuel Vasconcelos, concorrem tôdas as qualidades precisas para servirem os cargos de juízes da dita vila, nas do sargento-mor Xavier da Silva Oliveira, Estêvão Cardoso de Ataíde e Francisco Xavier de Morais para vereadores, na de Augusto Cabral de Sousa, para procurador da Câmara da mesma vila:

"Hei por bem nomeá-los, como por esta faço, nos ditos cargos por esperar confiar dêles que darão inteira satisfação de tudo o que concorrer a benefício e aumento dêsse novo estabelecimento, e lograrão tôdas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que

S. Majestade, Rei de Portugal, tem concedido aos cidadãos da cidade do Pará, na forma que S. Majestade ordena, pelo que o Desembargador Ouvidor Geral lhes dará posse e juramento de cumprirem suas obrigações antes de entrarem a servir os ditos cargos, do que se fará têrmo nas costas desta, e por firmeza de tudo lhes mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sêlo das minhas armas, que se cumprirá inteiramente como nela se contém, e se registrará nas partes donde tocar.

"Dada nesta vila de Barcelos a 6 de maio do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1758. Eu Gaspar da Costa Promês que sirvo por impedimento do secretário de Estado, a escrevi — lugar do sêlo — Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

"Provisão por que há por bem nomear nos cargos de juízes da vila de Barcelos o capitão João Nobre da Silva, governador do rio Manuel de Vasconcelos, e nos cargos de vereadores o sargento-mor Xavier da Silva e Oliveira, Estêvão Cardoso de Ataíde e Francisco Xavier de Morais, e na de procurador da Câmara Augusto Cabral de Sousa, como nela se declara. Para V. Ex.ª ver. Registrada a fls. I v do livro I, que serve de registro de provisões. Barcelos 6 de maio de 1758. Abranches. E não continha mais as ditas provisões que tôdas trasladei bem e fielmente como nelas se continham, a qual me reporto. Nova vila de Barcelos 6 de maio de 1758, e eu Francisco Xavier de Andrade, escrivão da Câmara, que escrevi"(35).

Nomeou o Capitão-General o sargento-mor Francisco Xavier de Andrade tabelião do público, judicial e notas, e escrivão da Câmara, órfãos e almotaçaria da vila.

---

(35) "Anais da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas". 1878.

No dia 7 inaugurou a Capitania de São José do Rio Negro, e deu posse no govêrno ao Coronel Joaquim de Melo e Póvoas, seu sobrinho afim.

Conforme estava autorizado pela Carta régia, traçou os limites da nova entidade política pelas partes de este e do sul, porque pelas do norte e ocidente ia extremar com as terras de Espanha.

"Pela parte do oriente", reza o documento enviado por Mendonça Furtado ao Coronel Melo e Póvoas, "devem servir de balizas, pela parte setentrional do rio das Amazonas, o rio Nhamundá, ficando a sua margem oriental pertencendo à Capitania geral do Grão Pará, e ocidental à Capitania de São José do Rio Negro. Pela parte austral do mesmo rio Amazonas, devem partir as duas capitanias pelo outeiro chamado Maracá-açu, pertencendo à dita Capitania de São José do Rio Negro tudo o que vai dela para o ocidente e a do Grão Pará todo o território que fica para oriente. Pela banda do sul, fica pertencendo a esta nova capitania todo o território, que se estende até chegar aos limites do govêrno das minas de Mato Grosso, o qual, conforme as ordens de S. Majestade, se divide pelo rio Madeira pela grande cachoeira, chamada de São João, ou de Araguai".

Êstes limites foram mandados registrar nas Câmaras das vilas mais importantes.

Provido no cargo de Capitão da Ordenação foi o morador João Nobre da Silva, "por nêle concorrerem os requisitos necessários" e também por se ter casado com a índia Teresa de Mendonça e Melo, filha do principal Manuel da Gama.

Mendonça determinou o têrmo da vila, o qual devia ir da parte de baixo do rio Gauauru, inclusive, até a bôca do rio Marirá, exclusive, com tôdas as suas terras e ilhas, que lhe ficam pela parte do norte.

Elevou à categoria de vila a missão de Itarendaua, fundada por Frei José Dâmaso do Amor Divino, a que conferiu o nome de Moura, e à de lugar os povoados de Bararoá, Dari e Camará, também conhecido por Caboquena, com as respectivas denominações alteradas para Tomar, Lamalonga e Moreira.

A missão de Itarendaua ou Pedreira estêve primitivamente assente à margem oriental do rio Urarirá, passando depois para a margem sul do Negro, pouco acima do sítio ocupado pela povoação de Moreira, atualmente transformada numa tapera. Daí foi transferida para o chão em que floresceu por dois séculos, extinguindo-se com a supressão do município, em virtude da criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943.

Grandes terrenos lhe foram amputados em benefício do aludido Território, e a porção restante foi dividida entre Manaus e Barcelos.

A cidade de Moura, cabeça do município, desapareceu sob a onda do matagal.

A nova vila de Barcelos estava destinada a desempenhar um grande papel na história e evolução do atual Estado do Amazonas.

Achava-se então separada por dois bairros por onde se estendia o casario. Os índios habitavam de preferência os fundos da vila.

Sua feição agora era nova; não se viam só o seminário e o hospício humilde dos carmelitas; a engenharia havia traçado novas perspectivas com o erguimento dos palácios e as diferentes construções. Contudo, era uma cidade como que feita à carreira com material inferior, que depressa se arruinaria.

A igreja matriz situava-se ao centro da rua da frente, havendo mais duas capelas filiais.

A matriz, se bem que pequena, distinguia-se pelos seus móveis, alfaias, telas e imagens. Alexandre Rodri-

gues Ferreira relaciona êstes objetos, que consistiam numa píxide dourada, com manto de sêda de matizes agaloado de ouro, dois cálices com tôdas as suas pertenças, um relicário sem ser dourado, em que se expõe o Santíssimo, uma caixa em que estão os Santos Óleos, tudo de prata dourada, mais vinte peças, entre chave do Sacrário, a vara de São José, o escudo da Senhora do Carmo, e os diademas e resplendores das dezessete imagens que têm, a coroa, o cetro e a bandeja da festa do Espírito Santo, e um par de Galhetas com seu prato; de latão o que há é uma corôa do Espírito Santo, a caldeirinha de asperges, o turíbulo com a sua naveta, e a lâmpada do altar-mor.

O naturalista fala ainda nas alvas de pano de linho usadas, sendo três de bretanha, e nas toalhas para o altar. Os ornamentos de damasco branco eram uma casula, um frontal muito usado e dois véus de ombro. O pavilhão para o sacrário era de cetim branco, agaloado de ouro; o pendão era de chamalote branco guarnecido de sêda encarnada. O vestido de Nossa Senhora da Soledade era de tafetá roxo, além de outro azul.

Contavam-se duas Irmandades.

Os frades tinham no hospício uma escola para os meninos indígenas. O Capitão-General abriu outra para as meninas tapuias, que mostraram grande aptidão para a música e o canto coral.

# Governadores coloniais

A criação da Capitania de São José do Rio Negro, subordinada ao Govêrno geral do Pará, resultava lògicamente, segundo Joaquim Nabuco, das negociações do tratado de limites de 1750, entre Portugal e Espanha e das conseqüentes demarcações, que se deviam efetuar.

O ponto onde deviam reunir-se as autoridades dos dois países pareceu mais aconselhável no rio Negro, tanto mais quanto havia uma ordem régia de 14 de novembro de 1752 mandando edificar uma fortaleza no alto rio Branco.

Assegurar o domímio de Portugal nesse polígono parecia a Mendonça Furtado emprêsa indispensável, porque ademais de tudo servia de asilo de criminosos, "que aqui faziam quanta casta de atrocidades se podiam imaginar".

Instalada a Capitania, empossou no govêrno o Coronel Joaquim de Melo e Póvoas, que se portou com muita circunspeção. Nomeado por Decreto de 18 de julho de 1757, sua administração estendeu-se até 1760(36).

A Capitania contava por êsse tempo 45 aldeias: Saracá, Itacoatiara, S. Raimundo, Conceição, S. Pedro No-

---

(36) "O Decreto de 18 de julho de 1757", escreveu EPITÁCIO PESSOA, "chamou a nova capitania de S. José do Javari, e não do Rio Negro; mas foi um lapso. Não só a carta de criação da capitania lhe deu o nome de São José do Rio Negro, como assim a chamaram todos os atos posteriores ao decreto de 1757. Foi com o título de Governador da Capitania de São José do Rio Negro que Melo e Póvoas tomou posse do cargo, a 27 de maio de 1758." — *A Fronteira Oriental do Amazonas*, pág. 272.

lasco, Matari, Trocano, Coari, Tefé, Parauari, Caiçara, Fonte Boa, Evirateua, S. Paulo, Javari, Maripi, Barra, Jau, Pedreira, Aracari, Cumaru, Mariuá, Caboquena, Bararoá, Dari, Santa Isabel, Camanau, Camará, Castanheiro, Coané, Curiana, Guia, Loreto, Iparana, Mabé, Maçarabi, Santa Ana, Santa Bárbara, São Filipe, São Marcelino, São Pedro, Carmo, Santa Maria, São Martinho e Conceição.

Melo e Póvoas elevou à graduação de vila algumas aldeias, e à de lugar outras menos povoadas. À categoria de lugar foram erectas as povoações Aracari, com o nome de Carvoeiro, Caiçara, com o de Alvarães, Coari, com o de Alvelos, Cumaru, que se chamou Poiais, Evirateua, Castro de Avelãs, Parauari, que teve o nome mudado para Nogueira, e Procatuba para Fonte Boa.

À condição de vilas foram alçadas as aldeias de Saracá, Itacoatiara e São Paulo dos Cambebas, com as respectivas denominações de Silves, Serpa e São Paulo de Olivença.

A marca portuguêsa havia de ficar nas mais longínquas povoações da hinterlândia. Tornava-se preciso impedir o curso da língua geral adotada no falar dos colonos. No Amazonas o vozeio tupi era o geralmente ouvido.

Em 1727 um dispositivo inserto no *Diretório dos Índios do Pará* visando embaraçar a linguagem tupi correntia entre os vizinhos, mandava que os missionários fizessem os seus sermões em português.

Entretanto a língua geral continuou a ser o instrumento predileto no convívio diário. Ainda hoje se maneja o neengatu em muitos lugares do rio Negro, Içana, Uaupés e Solimões.

Pesava a mancha da infâmia sôbre os brancos que se casassem com as índias, ou com mulheres negras, ou as mulheres brancas e índias com os pretos. Uma sábia

lei portuguêsa retirou a pecha infamante dos casamentos dos europeus com as índias, estimulando o mais possível êsses enlaces, em benefício do povoamento. Uma ordem régia mandava presentear os cônjuges com um machado, um ferro de cova, uma enxada, uma peça de bretanha e uns tantos côvados de estôpa.

Com a retirada de Melo e Póvoas para o Maranhão assumiu o govêrno o Coronel Gabriel de Sousa Filgueiras (1761), que veio a falecer no ano seguinte. Homem de vontade e de inteligência, muito deve a êle o Amazonas.

Sucedendo ao referido oficial, serviu interinamente o Coronel Nuno da Cunha de Ataíde Verona, seguindo-se o Coronel Valério Correia Botelho de Andrade, que teve por sucessor o Coronel Joaquim Tinoco Valente. Êste cidadão governou durante dezesseis anos. Dêle pinta um retrato desfavorável Bertino Miranda. "Era um pobre, avarento e sem instrução; um soldado apenas da fortuna. Não rejeitava nenhum negócio, mesmo os mais sórdidos e abjetos; desce ao extremo de comprar aos soldados por preços ínfimos as camisas e as meias que o rei manda distribuir todos os anos pelas tropas na América"(37).

Mas alguma coisa ficou de sua atuação: fundou os povoados de Santo Antônio de Maripi, São Matias e São Joaquim de Maripi, no rio Japurá. Construiu dois quartéis e uma ponte em Barcelos, e duas olarias no rio Negro. Proibiu a fabricação e o consumo da aguardente de cana por causa das constantes borracheiras dos moradores, que, no entanto, continuaram a manipular a aguardente de beiju e pajurá. Regulou o trabalho dos índios, estipulando os salários a êles devidos, e profligou os abusos de diretores e vigários no tratamento do gentio.

---

(37) *A Cidade de Manaus*, pág. 11. 1908.

Em 1777 falecia El-rei D. José I, terminando a ditadura do Marquês de Pombal, cuja morte se verificou a 8 de maio de 1782, vazando pus pelos inúmeros tumores do corpo. Alguns escritores sustentam que o poderoso ministro de D. José morreu de lepra.

Nesse ano ia-se resolver o grave problema da demarcação de limites entre os dois Estados ibéricos, Portugal e Espanha, em vista da anulação do Tratado de 13 de janeiro de 1750. Dava-se execução ao de Santo Ildefonso, que era uma revivescência daquele, mantendo as posições ocupadas pelos portuguêses que se adiantaram na conquista.

Como diz Capistrano de Abreu, tinham os comissários de demarcar a fronteira do Javari à bôca mais ocidental do Japurá e seguir por êste acima até um rio que resguardasse os estabelecimentos lusos.

Coube a terceira partida, do Jauru ao Japurá, e a quarta, do Japurá ao rio Negro, ao Marechal de Campo Pereira Caldas, que, em 1789 seguia para Barcelos com uma equipe de técnicos experimentados.

Na composição das partidas contavam-se Teodoro Constantino de Chermont, Eusébio Antônio do Ribeiro, Henrique João Wilkens, Ricardo Franco de Almeira Serra, Antônio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida. Todos personalidades de alta capacidade e cultura.

O Dr. Antônio Pires da Silva Pontes nasceu em Minas, na Comarca de Mariana. Explorou o rio Branco com o Dr. Ricardo Franco de Almeida Serra. Explorou ainda o Paraguai, o vale do rio Verde, o Capivari, afluentes ocidentais, e atingiu as nascentes dos rios Sararé, Guaporé e Jauru.

Francisco José de Lacerda era filho de S. Paulo, onde nasceu em meados do século XVIII.

UNIVERSIDADE DO BRASIL
REC

Seguindo para Barcelos em companhia do Marechal João Pereira Caldas, foi incumbido da exploração do rio Negro até além de Marabitanas, e do Urupés, tendo seguido depois para o vale do rio Branco. Efetuou explorações e reconhecimentos no Mato Grosso e no Paraguai. As bacias do Mato Grosso foram estudadas pelo ilustre astrônomo e geógrafo, uma das maiores sumidades do Brasil colonial. Além disso exerceu importante comissão do govêrno português em Moçambique e Angola, na África.

Havendo encontrado a Capitania muito decadente, empreendeu o diplomata João Pereira Caldas, com o seu avisado espírito de estadista, um conjunto de providência acertadas, para elevar o nível social e econômico do Estado. As medidas visavam sobretudo ao desenvolvimento da agricultura do anil, do centeio, do linho cânhamo, do café, do algodão, do milho, do arroz e da cana-de-açúcar. Chegaram a ser exportadas para o Pará e Lisboa muitas arrôbas de anil, café e tabaco. Iniciativa fecunda foi a fundação de uma fábrica de panos de algodão, seguindo-se outras manufaturas, como fábrica de cordoalhas, de cerâmica e de um estaleiro de canoas.

Com o falecimento de Tinoco Valente assumiu o govêrno, como era permitido, uma Junta, sucedida por outra, sem que a região alcançasse qualquer resultado proveitoso, pois os membros da Junta se desmandavam em virtude de ódios políticos e rivalidades partidárias.

João Pereira Caldas discretamente interveio na administração e deu novo impulso à Capitania. Afastando-se da cidade, foi morar numa casa de campo rodeada de arvoredos, onde vivia em contínua dieta por causa dos achaques que o martirizavam, submetendo-se a sangrias.

Os cientistas que compunham a comissão demarcadora desenvolveram uma atividade prodigiosa. Investigaram a terra em todos os aspectos, geográfico, geológico, botânico, etnográfico, faunístico, seus recursos naturais, a rêde espantosa de seus rios e a trança infindável de canais, que recebem os nomes regionais de paraná, paraná-mirim, furos, o sistema orográfico, descrevendo, encantados, os painéis que a natureza oferece, avolumando o acervo de conhecimentos da Planície, na ânsia de fixar os roteiros, por onde devia passar a linha de limites do tratado.

Os demarcadores, a cuja responsabilidade ficavam os exames *in loco* da baixada e daqueles pontos que deviam ser cobertos pela divisória da fronteira, partiram em direções diferentes, cada qual entregue à sua missão de ver, pesquisar e traçar mapas e itinerários, fazer levantamentos topográficos e recolher informações minuciosas daquele mundo desconhecido.

Os castelhanos ameaçavam invadir o rio Negro e se apoderar das terras adjacentes até as cachoeiras, tendo que ser repelidos à fôrça. Em outros setores, no Javari, no Içá, a mesma preocupação de reivindicar para a Espanha os terrenos de ocupação portuguêsa. De sorte que a inquietação era geral.

Já conhecemos a delegação portuguêsa. A outra, a castelhana, tinha por chefe D. Ramon Garcia de Leon e Pizarro que, por motivo de moléstia, foi substituído por D. Francisco de Requeña, homem orgulhoso e prepotente.

Chegando a Tabatinga, acompanhado da família e de numerosa criadagem, exigiu de logo a entrega do longo trecho, que vai dêste local ao Japurá, sob o pressuposto de pertencer à Espanha. Não foi atendido pelo nosso delegado. O emissário espanhol opôs-se ainda à

colocação de marcos nas desembocaduras do Javari e do Auati-paraná, ou Anati-paraná, como mais ocidental do Japurá. Apesar de sua oposição os marcos foram plantados.

Na subida do Japurá novos desentendimentos. Até então não se tinha certeza de qual fôsse o rio em continuação do Japurá. Os caudais se abriam de quando em quando correndo para a calha principal e as dúvidas surgiram de qual fôsse o prolongamento do dito Japurá. A questão tornou-se tensa em relação ao Apapóris, havendo o nosso representante Tenente-Coronel Teodósio Constantino de Chermont assinado um acôrdo, considerado lesivo aos interêsses de Portugal, o que lhe valeu uma suspensão, e a sua substituição pelo Coronel Henrique João Wilkens (38).

Deselvolveu-se uma endemia de febres, de que foram acometidos todos os membros das comissões. O tratamento não era possível naquelas alturas, sem confôrto e sem recursos terapêuticos. Muitos dêles recolheram-se às malocas dos Coretus, que lhes dispensaram cuidados, porém a mor parte desceu para Tefé, centro das comissões.

Os trabalhos foram adiados.

Enquanto o comissário espanhol fazia exigências verdadeiramente absurdas, de entrega do forte de Tabatinga, de uma comissão especial para demarcar o espaço entre Marabitanas e as ocupações espanholas no Cassiquiere e quejandas, os trabalhos demarcatórios eram suspensos por ordem de João Pereira Caldas, até que a côrte resolvesse o assunto.

Requeña aproveitou-se da situação e fixou-se em Tefé, conseguindo impor-se como senhor absoluto da região, onde mandava e desmandava. Assim, criou

---

(38) Ata de 26 de maio de 1782.

impostos, policiou os distritos, baixou leis e decretos, sem dar satisfação às autoridades portuguêsas.

Contingentes espanhóis desciam pelo Javari e pelo Içá. Prisões e vexames eram impostos aos brasileiros.

Esta a situação de grande parte do Solimões. O General João Pereira Caldas ainda teve a contemplação, em viagem que fêz a Tefé, de procurar dissuadi-lo daquela pretensão. Doente, pediu substituto e partiu para o Pará. O substituto foi o Coronel Manuel da Gama Lôbo de Almada, que assumiu as funções do cargo em 1788.

Lôbo de Almada, pode dizer-se, era um veterano na Amazônia, e no momento de sua nomeação estava como Governador militar das cachoeiras do rio Negro, um dos pontos nevrálgicos da Capitania, a braços com o expansionismo hispânico. Veio da África, onde combateu, serviu na fortaleza de Macapá, conquistando por seus notáveis serviços, promoções e louvores.

Ôlho de estadista e mão de administrador, sincero e operoso, tinha êle grandes qualidades pessoais, bravura moral e um ardoroso patriotismo. Já neste pôsto havia prestado inestimáveis serviços, promovendo um grande aumento na agricultura e nucleando índios, seguindo em diligências exaustivas pelos rios selvagens, levantando coordenadas e desenhos cartográficos, não só no rio Negro como na bacia do Branco, de que nos legou preciosos ensaios.

Um dos seus atos memoráveis foi o de fazer evacuar do território, que se estende de Tabatinga a Tefé, o intrujão Requeña que se sobrepunha à nossa posse e domínio, obrigando-o a retirar-se para Mainas, de onde embarcou depois para a Espanha, sem o estrépito das armas.

Um destacamento espanhol transpôs a fronteira do Javari, e o governador fê-lo voltar, e proibiu a entrada dos castelhanos no território. Concomitantemente decre-

tou a retirada do delegado Francisco de Requeña y Herrera, em 1791. Na descida de Mainas, em todo o percurso do rio Amazonas, foi acompanhado pelo Coronel Simões de Carvalho.

Outro feito memorável do Coronel Lôbo de Almada, se uma série de ações lhe não marcassem o mérito, foi o da mudança da capital da Capitania, de Barcelos para a povoação da Barra do Rio Negro, onde o General Francisco de Albuquerque Coelho, em 1669, mandara construir a fortaleza de São José, origem da atual cidade de Manaus.

Já o Ouvidor Francisco José Ribeiro de Sampaio havia opinado pela mudança para as Lajes, na foz do rio Negro, e o General João Pereira Caldas condenara a situação da capital em Barcelos, a dentro do rio, em distância de setenta léguas da confluência com o Amazonas, a 0° 58′ 11″ de latitude austral e a 314° 42′ de longitude oriental à Ilha do Ferro (Alexandre Rodrigues Ferreira) (39).

Bibl. Central

Achavam êles que a posição da capital era precária e desvantajosa por muitos motivos, — por se achar muito afastada de Belém e as comunicações por canoas ligeiras, igarités e botes de meia coberta serem demoradas e difíceis; não ter facilidade de alimentação, visto ser o lugar faminto quase todo o ano.

Havia, por conseqüência, opiniões anteriores, mas o gesto decisivo teve-o o eminente administrador, verificando os inconvenientes de perdurar a sede dos negócios públicos e políticos no seu assento primitivo. A visão do estadista não se enganou. E se assim entendia, executou, promovendo a transferência em 1791.

A trasladação trouxe um remodelamento para a bisonha povoação da Barra, a quinze quilômetros da foz do Negro.

---

(39) As coordenadas atuais são: *Lat.* S. 0° 58′ 30″; *Long.* W. Gr. 62° 56′ 20″ — *Sinopse Estatística do Município de Barcelos.* 1948.

Construiu casas para os funcionários, para as repartições públicas, um hospital, um quartel para a guarnição, reconstruiu a igreja matriz. Montou uma fábrica de panos de algodão e uma olaria. Abriu um açougue, estabeleceu uma horta e uma padaria. A cêra extraída no Solimões era transformada em velas. Obrigou os habitantes a abrir roçados e cultivar os cereais necessários à manutenção.

Não desprezou as iniciativas no rio Negro, ativando quanto possível a fabricação de cabos, espias e cordas tecidos de piaçaba, e as louçarias, as maqueras, etc.

Em pouco tempo crescia a receita e expandiam-se as atividades comerciais e industriais, observando-se um crescente progresso.

Aproveitando os campos gerais do Rio Branco neles introduziu gado vacum e cavalar, com exemplares trazidos de Carvoeiro e do baixo Amazonas. Data de 1787 a fundação da fazenda São Bento.

Facilitar alimentos à população habituada ao peixe, minorar a apanha excessiva de tartarugas, cujo estrago era monstruoso, fomentar renda com a criação de gado naquelas ondulantes e férteis campinas, tal o objetivo, que preocupava o governante.

A inveja e o despeito, porém, rondavam a obra patriótica e construtiva de Lôbo de Almada.

D. Francisco de Sousa Coutinho, Governador do Grão Pará, vislumbrando que com tais recomendações viesse êle a lhe obstar as pretensões, canalizou para o reino, onde tinha um irmão no gabinete, denúncias de que o governador se estava locupletando com os réditos da Fazenda Real. E destarte intrigou-o quanto pôde.

O resultado foi o Aviso de 17 de julho de 1797, em que o gabinete o advertia de que se não locupletasse com os dinheiros públicos. No ano seguinte, em maio,

uma lei suprimia o *Diretório dos índios.* E, como último acinte, a Carta régia de 2 de agôsto de 1798 ordenava a volta da capital para Barcelos.

Lôbo de Almada, já então brigadeiro, procurou defender-se como o exigiam os seus brios, de tão torpes injúrias, porém o Governador Sousa Coutinho interceptava-lhe a correspondência, que nunca chegava a Lisboa, ou, se chegava, o parente subtraía.

Alanceado no seu pundonor de militar e de cidadão, cumpriu as ordens, e passou para Barcelos, onde se finou a 27 de outubro de 1799. Verificou-se depois, pelo seu testamento, que era um homem pobre, que pouco tinha de seu.

Para definir a dissimulação e a prepotência do Governador do Grão Pará, Antônio Ladislau Monteiro Baena, no *Compêndio das Eras,* conta que em 1800, três anos antes de sua chegada ao Brasil, baseado em informações fidedignas, o aludido governador mandou aplicar nas parteiras da cidade exemplar castigo. Morrera de parto a amante do potentado, por imprudência a que a levaram os seus próprios ciúmes, "ciosa de saber se o governador estava no baile de uma casa onde vivia a dama que ela suspeitava ter intentos de conquistar o coração de seu amante".

Ocorrida a fatalidade, a bajulice e a mexericada fazem crer ao governador ter sido culpa das parteiras, pelo que êste resolveu castigá-las exemplarmente. Prende-as no Convento de São José, diz Baena, menos a mãe Valéria, cuja prisão é no reduto. Nenhuma deixa de ser palmatoada e depois a dita Valéria e duas outras conduzidas de noite à beira do mar ali são adornadas no colo com um afogador de pedras de alvenaria e com êle vão padecer perpétua imersão nas ondas (40).

---

(40) *Conferência do Coronel J. B. Magalhães,* pronunciada no Inst. Hist. Bras. "Jornal do Comércio" de 25 de junho de 1950.

Houve interinidade de uma Junta Governativa, a que se seguiu a nomeação do Coronel José Antônio Salgado, considerado um elemento inescrupuloso na administração, dada a sua cupidez.

O Coronel de Engenheiros José Simões de Carvalho, sôbre quem recaiu a escolha para governador, não chegou ao rio Negro, por ter falecido em caminho, vitimado por uma infecção intestinal, em Parintins.

Exonerado Sousa Coutinho, o seu sucessor no govêrno da Capitania do Grão Pará, D. Marcos de Noronha e Brito, sugeriu o nome do Coronel José Joaquim Vitório da Costa, Intendente da Marinha e dos armazéns reais. E, segundo se afirma, foi êle que alvitrou a mudança novamente da capital para o lugar da Barra, em que foi instalada a 29 de março de 1808.

A decadência de Barcelos, como de tôda a Capitania, mais se pronunciou nesse período.

Alguns prédios de Barcelos foram abaixo, o mato invadia as ruas, os réditos municipais diminuíam.

O governador inventou de fazer uma chácara, com o nome pomposo de Horto Botânico, em cuja construção empregou centenas de índios, que mandava buscar nas povoações do rio Negro, desfalcando-as de braços trabalhadores, submetendo-os a um regime duro de trabalho, e isto sem remunerá-los.

Criou várias taxas e fintas de farinha, onerando a população.

Entrou a requisitar paneiros de farinha da Fazenda Real, sem passar o devido recibo ao encarregado Filipe Évora, que acabou processado pelo desvio da mercadoria.

A oposição não lhe dava trégua, conheceu inimigos rancorosos, mas, arrogante e ambicioso, tratou de obter atestado das Câmaras, abonando-lhe a conduta. Tôdas foram unânimes no louvor, menos a Câmara de Serpa. "Um adversário de Vitório da Costa, [illegible] dessa

UNIVERSIDADE DO BRASIL
SEÇÃO
REG

resolução", diz Bertino Miranda, "exclamou: Honrada Câmara de Serpa! Nem o grande Senado de Atenas decidiu com mais justiça as causas pendentes"(41).

Recuando um pouco na história colonial do rio Negro, assinalamos dois fatos marcantes — o da visita a Barcelos do Bispo Frei Caetano Brandão, e a presença por vários anos do eminente naturalista filósofo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Frei Caetano Brandão, em desobriga às paróquias do Amazonas, chegou a Barcelos nos idos de 1784. O venerando antístite do Pará percorreu tôda a hinterlândia, dando-nos depois em livro, as suas impressões, — *Memórias,* Braga, 1787, — em que se nota, ao lado das descrições do esplendor da paisagem, uma nuvem de melancolia, pelo estado de ruína em que encontrou as igrejas em geral, e pelo atraso da população. Fêz sua entrada em Barcelos na manhã de 13 de novembro de 1787, sendo recebido festivamente pelo governador, que mandou cumprimentá-lo antes de aportar, por seus ajudantes de ordens.

Na entrada do pôrto um escaler oficial conduzia as autoridades ao seu encontro, saudando-o, o que fêz com que êle escrevesse que foi recebido "com tôda a magnificência".

Seguiu por uma alamêda de arcos de murta, debaixo do pálio, e no palácio do governador uma menina índia recitou formoso discurso.

Não esconde o prelado o desgôsto de notar certa depravação de costumes.

Alexandre Rodrigues Ferreira aceitara uma comissão espinhosa, qual a de levar a efeito um grande inquérito na região.

Fôra mandado de Portugal para examinar as Capitanias do Pará, Rio Negro, Goiás e Mato Grosso, e dessa incumbência saiu-se maravilhosamente.

---

(41) *A Cidade de Manaus,* pág. 28.

Natural da Bahia, bem môço transportou-se com seus pais para aquêle país, onde cursou um Seminário, chegando a receber ordens menores, porém, não se sentindo com inclinação para a carreira sacerdotal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Ciências Naturais e Filosofia.

O seu grande talento e a sua vocação para as ciências tornaram-no de logo notável. Quando o Ministro da Marinha Martinho de Melo solicitou um universitário para a apontada comissão a desempenhar no Brasil, o Professor Vanele o indicou, como dos mais capazes.

Embarcou em companhia de seus auxiliares José Joaquim Freire e Joaquim José Codena, desenhistas, e o botânico Agostinho Joaquim do Cabo. Chega ao rio Negro em 1783 e inicia um trabalho hercúleo de observações e de pesquisas, escrevendo várias Participações, que, reunidas, denominou *Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*. Além dêsse admirável estudo escreve uma quantidade de monografias sôbre assuntos diferentes, e que em parte se perderam, como se extraviaram muitas das suas importantes coleções, desenhos e mapas, no museu de Lisboa, para onde eram remetidas.

Voltemos à situação da Capitania, cujo último governador foi o Coronel Manuel Joaquim do Paço, espírito rasteiro, usurário e negocista. O comércio das drogas do sertão no rio Purus foi por êle monopolizado.

Atribuem-se-lhe a edificação da igreja de Nossa Senhora dos Remédios e a plantação de uma alamêda de tamarindos em Manaus.

Cioso da posição que ocupava e quarendo continuar no poder, sugeriu às Câmaras que fizessem apêlo a D. João V, no sentido de desanexar o Rio Negro do Grão Pará. Era um estratagema pôsto em prática, para agradar o povo, e ficar no govêrno.

O apêlo foi bem recebido pelas Câmaras de Silves, Parintins e Barcelos. Silves foi a primeira a levantar-se, pleiteando a autonomia. Parintins seguiu-lhe na esteira, e solicitava mais a sua elevação à categoria de vila. Barcelos, também tocada do mesmo sentimento de liberdade, insistia na mesma medida, e que se criasse uma Junta de fazenda.

A vinda de D. João VI para o Brasil, devido à invasão de Portugal pelos exércitos de Napoleão, determinou graves perturbações no país, com a revolta da cidade do Pôrto, em 1820.

Em conseqüência disto vieram os inevitáveis choques partidários.

Paço mostrou-se contrário à Constituição de 1820.

Essa atitude desencadeou contra êle uma rebelião de quartel, que os adversários aproveitaram para depô-lo, e depredar o jardim de tamarineiros.

Com a sua deposição, formou-se em Manaus, à semelhança do que ocorrera em Belém, uma Junta Govemativa, composta dos cidadãos José de Brito Inglês, Ouvidor Domingos Nunes Ferreira e do Padre José da Silva Cavalcante, junta que, por não se enquadrar nos dispositivos do Alvará de 12 de outubro de 1770, teve que ser dissolvida, elegendo-se uma outra, com o Ouvidor Ramos Ferreira, o Vereador João da Silva e Cunha e o Coronel Joaquim José Gusmão, de conformidade com o Decreto das Côrtes Portuguêsas, de 1 de outubro de 1821.

Com a proclamação da Independência a 7 de setembro de 1822, constituiu-se nova Junta Administrativa, cujos elementos eram Bonifácio João de Azevedo, Raimundo Barroso de Bastos, Plácido Moreira de Carvalho, Luís Ferreira da Cunha e João da Silva Cunha(42).

---

(42) Artur C. Ferreira Reis, *História do Amazonas*, pág. 148.

# Estado geral da Capitania

O organismo colonial, que se iniciava no rio Negro, tinha, como se viu, o seu aparelhamento político-administrativo muito singelo. Havia um governador, dois vereadores, um procurador do Conselho, servindo de tesoureiro, um escrivão do público, judicial e notas e um juiz de órfãos.

Para conhecer dos agravos e apelações foi nomeado um ouvidor com correição e alçada em todo o território. A lei depois incorporou na ouvidoria as funções de intendente geral do comércio, agricultura e manufatura.

Havia ainda o cargo de governador das ordenanças.

Os ouvidores foram muitos. Respingando nas crônicas e nos escritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, o Professor Artur César Ferreira Reis enumera os seguintes: Lourenço Pereira da Costa, Antônio José Pereira da Silva, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Francisco de Paula Duarte, Caetano Ferreira Pontes, Desembargador Antônio Feliciano de Albuquerque Bittencourt, Domingos Ferreira e Manuel Bernardino de Sousa Figueiredo, havendo a possibilidade de ter havido algum interino, em falta de juízes togados(43).

No número dos ouvidores encontramos o nobre varão, que se revelou um desassombrado e meticuloso magistrado, o Dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, cuja fama ficaria vibrando na história do Amazonas,

---

(43) "Jornal do Comércio" (Manaus). edição de 18 de junho de 1933.

através dos seus livros *Diário da Viagem* e *Apêndice ao Diário da Viagem,* 1773-1777.

Infatigável no seu ministério, imparcial nos seus julgamentos, devotado ao trabalho, tudo examinava, perquiria e resolvia do melhor modo.

Reconhecendo-lhe os méritos, o General João Pereira Caldas recomendou ao Coronel Joaquim Tinoco Valente, que o ouvisse nos negócios do Estado, que o consultasse a respeito dos problemas, porém, êsse governador, ou por prevenção ou por orgulho, nunca procurou ouvir as suas opiniões.

Ribeiro de Sampaio, no exercício de suas atribuições, desagradou ao vigário da freguesia de Barcelos, Padre Jerônimo Ferreira Barbosa, e ao seu primo Capitão Feliciano da Costa Teixeira, que planejaram tomar um desfôrço.

Na tarde de 31 de maio de 1777, ao sair o Ouvidor e Corregedor da Comarca para o seu passeio costumeiro, seguiram-no de longe, e ao regressar a casa, depois da visita à casa das canoas e à olaria de S. Majestade, "manso, quieto e pacífico, composto e com a insígnia de autoridade e jurisdição", foram ao seu encontro e o agrediram violentamente.

O incidente causou escândalo e comentários, além de protestos. Instaurou-se inquérito. Os oficiais do Senado da Câmara representaram contra os agressores.

Por ocasião da retirada do Ouvidor, porque não quis mais permanecer em Barcelos, aquêles oficiais dirigiram-se por carta ao Capitão-General, protestando, e dizendo: "distribuiu justiça a quem tinha, regulou o fôro, animou a agricultura e promoveu a indústria dos índios e moradores"(44).

---

(44) ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA. — *Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro.* Participação primeira, pág. 194. "Revista do Inst. Hist. Bras." Tomo XLIX. 1886.

O poder espiritual estava a cargo do Bispo Frei Miguel de Bulhões, que veio para o Pará em 1754. No ano seguinte criou na Capitania uma Vigararia Geral, confirmada pela Carta régia de 18 de junho de 1760. Foi então nomeado Vigário-Geral o Padre Dr. José Monteiro de Noronha, teólogo e geógrafo, que escreveu um *Roteiro da Viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão do Amazonas*, obra reputada muito preciosa pelos detalhes geográficos.

A população da Capitania era de brancos, índios e de pretos. "Os brancos", diz Alexandre Rodrigues Ferreira, "ou são europeus ou americanos. Os primeiros, pela maior parte, foram soldados da diligência da demarcação passada, aos quais então, e pelo tempo adiante, se deram as suas baixas, para se casarem com as índias, e por conseguinte estabelecerem as suas casas, introduzindo e aumentando na nova Capitania a agricultura, o comércio e as manufaturas(45).

"Os europeus provinham das Províncias de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Alentejo e Algarves, podendo-se juntar alguns ilhéus.

"Famílias dos Açôres e do Mazagão encaminhavam-se para Belém e Rio Negro. O cataclisma do Faial determinou a vinda de vários grupos de famílias para o Amazonas. No irradiar contínuo de gente lusa para o norte do Brasil, à procura de riqueza, entre operários e camponeses, industriais e comerciantes, notavam-se também elementos da suburra, desocupados e delinqüentes.

"Os americanos emigraram de outras províncias, principalmente do Maranhão, ou eram filhos dos europeus.

---

(45) *Viagem Filosófica* cit., págs. 24 e seguintes. "Revista do Inst. Hist. Bras." Tomo LI. 1888.

Os soldados das tropas da demarcação deram um bom contingente de casamentos com as índias. O govêrno português, sentindo a necessidade da mistura do sangue europóide com as mulheres da terra, para favorecer o povoamento, suspendeu a nódoa infamante sôbre os seus súditos, que esposassem índias, permitindo o matrimônio e concedendo prêmios e vantagens.

O aborígine melhorava de condição social. Eram considerados livres os aldeanos e os que fôssem descidos. Afora outros favores, foi-lhes assegurado que, uma vez agrupados em aldeias, com a vida civil organizada, fôssem governados "pelos seus juízes ordinários, vereadores e mais oficiais de justiça, sem que, para servirem êsses cargos, tivessem impedimento algum de baixeza".

Regulou-se o salário dos índios de acôrdo com o trabalho em que se empregassem, e os dos menores, e com essas medidas procuravam os governantes extirpar os abusos e as explorações dos habitantes que dêles se utilizavam nos serviços da lavoura, dos engenhos, do corte de madeira e seu transporte, na condução de pedras, na navegação, nos negócios do sertão, nas atividades domésticas, na caça e na pesca, etc.

Os negros entraram em pequena proporção no caldeamento que se operou.

A introdução do africano na Capitania foi facilitada pelo Marechal de Campo João Pereira Caldas. Os escassos recursos dos moradores em geral não chegavam para a compra de escravos, feitas algumas exceções. Daí o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira escrever: "Não é muito que neste rio não hajam quantos são precisos, quando igualmente os não há na Capitania do Pará".

Por sua própria índole eram os brasilíndios muito desconfiados e por qualquer motivo fugiam das aldeias e se internavam nos matos. "Desconfiavam de tudo", escreve aquêle autor, "da menor coisa. Não sofriam que

o diretor os advertisse, não toleravam que o vigário os chamasse ao cumprimento do dever religioso, e procurassem aprender a doutrina, para se batizarem. Se chegassem a ver que adoecia ou morria algum dos companheiros, desconfiavam do lugar da povoação, desconfiavam da qualidade do sustento, desconfiavam dos remédios, que lhes faziam e dos que os faziam, e fugiam para os matos".

O naturalista-filósofo concluía chistosamente: "São galos de campo, que, por mais milho que se lhes deite, com dificuldade se habituam às capoeiras".

Compreende-se, entretanto, que o regime das aldeias introduzido pelo *Diretório*, impondo aos bugres vida sedentária, sujeito à administração leiga, não foi muito feliz. O aborígine continuava a ser disfarçado escravo, não mais dos missionários, contra os quais se faziam acusações de explorá-lo, de monopolizar as suas energias em proveito próprio.

E como a fiscalização em tôrno das aldeias era ineficiente, os diretores abusavam contìnuamente dos seus deveres, impondo castigos severos, que raiavam pela crueldade, por qualquer falta dos índios. Assim que, quando algum dêles, vencido pelo cansaço, adormecia, botavam-lhe pimenta nos olhos, para acordá-lo.

O índio trabalhava para o diretor e para o comum nas aldeias. Às vêzes eram entregues a particulares, que se serviam dêles por longo tempo no amanho das terras, nas viagens e na pesca.

O serviço da demarcação exigia a cooperação de muitos. As penosas travessias para o Mato Grosso motivavam o recrutamento de porção dêles, morrendo, devido aos ares pestíferos, vários pelo caminho.

A sua incorporação aos trabalhos da demarcação trazia o abandono da casa, da mulher, dos filhos, da

roça. Outros seguiam para lugares remotos destinados à apanha dos produtos espontâneos da natureza.

O resultado era a fuga, sempre que podiam, ou então os casais desfeitos pelos desmandos da mulher separada do marido, a anarquia nas povoações, onde reinava a incontinência, e feriam-se conflitos ocasionados pelo álcool. A tal grau chegou a bebedeira, o vício da cachaça, que Mendonça Furtado se viu forçado a proibir a venda de aguardente de cana. O Governador Tinoco Valente renovou a proibição, estabelecendo pena de multa e prisão. Os viciados, porém, deram para fabricar o licor das túberas da mandioca, e dos beijus alimentícios.

As drogas do sertão constavam do anil, cacau, baunilha, salsaparrilha, breu, urucu, jutaicica, cumaru, puxuri, etc.

A salsaparrilha procedente da Guiana espanhola e do rio Negro era a mais procurada no Pará, em Angustura e Cumana. Humboldt observa que a quantidade das raízes desta planta empregada nas colônias espanholas, para uso da medicina, era grande.

A árvore da casca preciosa existia nas ilhas defronte de Maçarabi com o nome de puxuri-mirim.

A salsa era violentamente arrancada, de modo a não poder reproduzir-se. Os salsistas queimavam as partes do vegetal que êles sabiam bastava ficar sôbre o chão para renovar-se.

O cravo era cortado, quebrado e, na falta do verdadeiro, misturado com o louro da várzea, para dar-lhe aroma.

O estrago foi de tal ordem que o Governador Gomes Freire de Andrade vedou a extração do pau-cravo nos rios Capim e Tocantins, durante dez anos.

O puxuri é a semente de uma árvore do igapó, dicotiledônea. Colhe-se o fruto durante o tempo da

cheia. Os naturais distinguem duas qualidades de puxuri, o grosso e o miúdo. Êste é mais delicado, assim no gôsto, como no cheiro. A árvore parece peculiar ao rio Negro e seus afluentes. O seu fruto, segundo Baena, foi colhido, pela primeira vez, em 1775. Emprega-se com resultado na diarréia, disenteria, leucorréia, na cólica e na cólera-morbo.

As favas do cumaru, que já faziam parte do comércio àquele tempo, são pevides de uma árvore monocotiledônea de grande altura, medindo de 20 a 25 metros e de um metro de diâmetro. O fruto é de sabor amargo e de um cheiro particular. Os naturais empregam-no contra a ozena e as ulcerações da bôca. E', outrossim, empregado na cura da sífilis. No rio Negro há o costume de guardá-lo entre a roupa, para preservá-la dos insetos.

Cultivam-se milho, café, fumo, algodão, cacau, anil, arroz, feijão, mendubi, mandioca.

Segundo notas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, no ano de 1785 foram remetidas para a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos 13 arrôbas e 9 libras de bom anil. No de 1786 foram exportadas 80 arrôbas, esperando-se um aumento na safra seguinte. De café exportaram-se para a Capitania do Grão Pará, em 1785, — 1 200 arrôbas das vilas de Serpa e Silves, e 1 165 de tabaco. Borba e rio Negro produziam 1 600 arrôbas. O algodão rendeu no ano de 1773, — 1 500 arrôbas, no de 1774, — 1 803, no de 1775, — 3 251, no de 1778, — 3 580, e no de 1779, — 5 380.

Nem sempre o algodão ia ensacado puro. Os industriosos o misturavam com corpos estranhos, — madeira, pedra —, tal qual como ainda se dá hoje com as bolas de borracha, onde metem pedaços de pau, chumbo, etc.

O guaraná vegetava no povoado de São Gabriel, atual Uaupés, a dentro dos rios Uaupés, Içana e Xié, onde o cultivavam os índios desertores das diligências.

Em Barcelos e em outras vilas e povoações, fabricavam-se colheres de molongó, cuias pintadas, abanos, tipitis, remos, harpão, bengalas de muirapinima, réguas de saboarana, jarros e pratos de louça com arabescos artísticos, panelas, bilhas, alguidares, cordas de uacima, cabos de timbó-titica e de filamentos de piaçaba. Extraía-se o leite de gapuí, caimbé, sucuba, amapá, umiri, tururi, sôrva, ucuuba, maçaranduba, mururé, muiratinga.

As especiarias eram muito procuradas; canoas vinham do sertão atestadas de favas, raízes, cipós, frutos, baunilha, camaru, piripirioca, cipó cheiroso, sumaúma, munguba, tauari, cipó-catinga, breu, cravo, canela, salsaparrilha, grude de peixe, azeite de tartaruga, azeite de peixe-boi, de copaíba, de andiroba, etc.

Joaquim Nabuco, citando Alexandre Rodrigues Ferreira, diz que a principal manufatura era a da manteiga de tartaruga, seguindo-se louça vidrada, rêdes de algodão e maqueiras, cuias e chapéus, ralos, mel de cana-de-açúcar, beijus, polvilho e gomas.

Grande consumo, como ainda hoje, tinham os vinhos. "Chamam vinho", escreve Nabuco, "a todo e qualquer suco espremido dos frutos sem passar por grau algum de fermentação, e os mais ordinários são dos frutos espremidos dos coquilhos das palmeiras açaí, da bacaba e da patauá, e das frutas das árvores do umari, do taperebá, do abacate, e o da fruta do ananás. Destilavam aguardente das garapas de cana, dos beijus-guaçus, do café, da laranja-da-terra, do ananás, do jenipapo, do caju-do-mato((46).

Em Barcelos e nos povoados do rio Negro e do Solimões por muito tempo a manteiga de tartaruga foi usada na iluminação dos edifícios públicos, das igrejas e das casas particulares.

---

(46) *Obra cit.*, pág. 55.

A moeda circulante era o cacau, quando não rolos de fios de algodão. Os fios eram empregados em Portugal para torcidas de candeeiros.

Em 1775 verificou-se a submissão dos Muras, índios de corso, bravios, que assaltavam de inopino as feitorias e povoados, roubando e matando. Os Muras surgiam de repente, no Solimões, Madeira, Purus, no Negro, acometiam povoados ou feitorias e causavam danos e mortes. Para chegarem ao rio Negro faziam um itinerário incrível. Partiam de algum lado de Codajás, e através de pequeno trajeto por terra, saíam no Unini e, por êste rio abaixo, atacavam as missões, no Negro. É o Unini um afluente do Negro, cujas cabeceiras ainda permanecem ignoradas, e do qual não se conhece um levantamento topográfico.

A habilidade de João Pereira Caldas conseguiu apaziguar êstes terríveis silvícolas. Expediu instruções aos seus subordinados, inspirando-lhes as atitudes de benevolência a tomar em relação aos selvagens, fazendo-lhes propostas de paz e amizade.

O capitão-do-mato e diretor dos índios de Imaripi, no Japurá, chamado Matias Fernandes, conseguiu captar-lhes a confiança, praticando um grupo dêles. Com os entendimentos havidos fêz-se a paz. Criaram-se então aldeias no Japurá e no Solimões, constituídas de famílias Muras.

Para êste humanitário fim muito contribuiu o Coronel João Batista Mardel, um dos membros da demarcação.

Manacapuru, hoje cidade florescente, no Solimões, resultou de uma aldeia de Muras.

Problema semelhante desafiava a argúcia de Lôbo de Almada, relativamente aos Mundurucus, que formavam uma tribo passante de 18.000 indivíduos, que domi-

navam o território compreendido entre o Madeira, rio Negro e Tapajós, em guerra com os seus vizinhos Muras e alarmavam os posseiros e proprietários do baixo Amazonas. Não podia permanecer o estado de constantes desordens na região. Vencê-los pela fôrça ou pela astúcia seria o dilema.

Ocupando-se dêsses selvagens, Martius descreve-os, como os *espartanos do norte do Brasil, que mantinham zelosos a própria supremacia entre os aliados, dos quais os mais poderosos eram os Maués.*

Ao lado da fôrça indômita que possuíam êstes índios, no ataque aos inimigos e nas tropelias que cometiam, mostravam-se agricultores e "perfeitos artistas no trabalho de penas". Martius alude a esta extraordinária habilidade. "O seu cetro, chapéu, gorro, guirlandas, de uma vara de comprimento, e borlas que usam com mantilha sôbre as espáduas, e aventais de penas de avestruz e outras aves, para cobrirem os rins, rivalizam com os mais delicados trabalhos dêsse gênero, feitos nos cláustros de freiras de Portugal"(47).

Num recontro, que houve, de uma diligência de soldados com Mundurucus, foram capturados alguns dêles, sendo um baleado na perna, e conduzidos para a capital. Lôbo de Almada mandou pensar-lhes as feridas, tratá-los bem e, ao regressarem às suas malocas, cumulou-os de brindes. Não tardou que um grupo de principais chegassem a Barra, para agradecer ao governador o tratamento dispensado aos seus, prometendo paz e obediência.

Por esta forma foram submetidos os temíveis indígenas.

---

(47) *Viagem pelo Brasil*, por J. B. Spix e C. F. P. von Martius. Terceiro volume, pág. 409. Trad. de D. Lúcia Furquim Lahmeyer, 1928.

# Fortificações. Inspeção de fronteiras

A defesa do sertão amazônico sempre foi objeto de preocupação da metrópole portuguêsa, que não cessou de mandar instruções e ordens a respeito da necessidade de guardar as posições já conquistadas. Recomendava o estudo das melhores situações estratégicas e a construção de fortalezas e casas fortes, que pudessem assegurar a manutenção de suas ocupações.

Além dos fortes do baixo Amazonas, outros foram erguidos com o mesmo objetivo.

A fortaleza mandada construir nas vizinhanças da foz do rio Negro não teve outro escopo.

O alferes Pedro da Costa Favela, o sinistro autor da razia no Urubu, viajando, pela segunda vez, para aquêle subafluente do Amazonas, foi infomado por índios Aruaques que existiam em quantidade, no rio Negro, tapuias, e guiado pelos informantes passou-se com a sua bandeira, de que era capelão Frei Teodósio da Veiga, ao dito rio, onde fundou uma aldeia à margem do riacho Aiurim, nas proximidades da hoje cidade de Manaus.

Inquirindo sôbre as condições do aludido rio, e da Guiana, veio a saber de tentativas de invasões de espanhóis, e que algumas tribos brasileiras tinham comunicações com os holandeses do Essequibo.

Ao chegar ao Maranhão de tudo deu ciência ao Governador Albuquerque Coelho, que sem demora expediu ordens de construção de um forte no mesmo rio

ao Capitão Francisco da Mota Falcão, auxiliado por Manuel da Mota Siqueira, o qual em 1670 já estava erguido.

Servia de sentinela avançada aos interêsses de Portugal, e ao mesmo tempo, de registro de canoas que desciam carregadas de escravos.

A guarnição da Fortaleza da Barra, como de logo se chamou, constava de duzentas e setenta praças, sendo daí mandados os destacamentos para os presídios do rio Negro, Madeira, e guarnecer os postos militares do Solimões e do Içá.

Ao Governador do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo afigurou-se impróprio o local, sugerindo a sua mudança para a bôca do rio Jauaperi, onde, em seu entender, teria mais eficiência.

Ao derredor dessa praça de guerra vieram se agrupando famílias de índios descidos das matas pela palavra persuasiva do missionário, ou trazidos pelas diligências que se internavam no sertão.

As principais tribos que concorreram para a formação social do núcleo da Barra do Rio Negro, atualmente Manaus, foram as dos Banibas, Barés, Pacés e Manaus.

As choupanas se sucediam e os roçados tomaram o lugar da floresta que vinha até a beira do rio.

O Fortim Jesus-Maria-José, também se chamou Forte da Barra do Rio Negro, por se achar a pouca distância da sua confluência com o Amazonas-Solimões.

Até então o rio Negro era quase inacessível à navegação dos aventureiros, que por êle quisessem entrar. Havia o espantalho dos selvagens, rondando as margens umbrosas. Porém dêsse temor desfez-se o alferes da guarnição Guilherme Valente, que ousou subir o rio até o Cabori, praticando com as nações bárbaras e insi-

nuando-se na sua confiança. Apaixonando-se por uma jovem princesa dos Manaus, contraiu com ela casamento, alicerçando-se a paz com êste conúbio.

Manaus e Caburicenas foram por êle aldeados, no Cabori, de onde passaram para o rio Negro.

A família amazonense vai buscar suas origens no obscuro aldeamento do Forte da Barra.

*
* *

A vila de Barcelos não possuía uma fortaleza e sim um castelo. Defronte dos quartéis ficavam assestadas para o rio seis peças de ferro calibre 6, montadas nas suas carretas sôbre plataformas de madeira, sem mais parapeito algum, ou outro qualquer gênero de defesa.

Outro passo da hinterlândia, que mereceu a atenção do Govêrno de Portugal, foi o trecho encachoeirado do aludido rio, de Camanaus ao Uaupés.

Em 1761 seguiu para as cachoeiras com um destacamento o Capitão José da Silva Delgado, que, desenvolvendo grande atividade, não só incrementou o plantio de cereais, como desceu índios dos rios próximos, concentrando-os em povoações. Já havendo os povoados de São José, São Pedro, Santa Maria e Santa Bárbara, criou mais os estabelecimentos de São João Batista, Santa Isabel, Nossa Senhora de Nazaré, São Sebastião e São Francisco.

Como os espanhóis se aproximavam com intenções belicosas, o Governador do Grão Pará, General Manuel Bernardo de Melo e Castro, avisado em tempo, mandou guarnecer a fronteira por êste lado.

O Capitão Delgado havia montado uma casa-forte na ilha e um armazém em São Gabriel, àquele tempo

conhecido por São Gabriel das Cachoeiras, hoje Uaupés, porque o grande rio, nesse lance, faz uma angustura eriçada de pedras, por onde se lançam e revolvem e convulsionam as águas turbilhonantes pelo espaço de cinqüenta quilômetros.

O Governador da Capitania Joaquim Tinoco Valente comissionou o técnico Filipe Sturn, para examinar a região e levantar uma planta do rio, o que êle fêz disfarçando-se em pescador, para subtrair-se à vigilância dos castelhanos.

Portugal e Espanha haviam rompido as relações, e o espectro da guerra impressionava a todos.

Para defender a ocupação e posse das terras o Governador do Grão Pará ordenou que se reformasse a trincheira de São Gabriel, em novos moldes, de maneira a torná-la poderosa. Filipe Sturn levantou uma fortaleza em local mais elevado sobranceiro ao estrangulamento do rio. Constava de dez casas, do quartel do comando, de dez peças de ferro montadas em suas carretas, sendo seis de calibre 4 e quatro de calibre ½.

Alexandre Rodrigues Ferreira diz que era edificada de pedra e barro, tinha dois baluartes na frente, e as cortinas que a fecham pelos lados e pela retaguarda. Guarnece-a exteriormente um tal ou qual fôsso, que a não circunvala, mas cinge o lado da frente para o rio e o da parte da população.

Um reduto foi colocado em São José dos Marabitanas, aldeia dos antigos índios dêsse nome, dirigida pelo principal Clavina, e depois pelos taxauas, Dauema e seu irmão Anajari.

O forte foi escolhido por estar próximo a São Carlos, arraial fortificado por D. José Iturriaga, cujas vistas se lançavam cobiçosas para as povoações que demoravam a jusante.

O forte, que obedeceu à planta de Filipe Sturn, não ficou concluído, preparados apenas os dois baluartes da frente e dos lados.

O Tenente José Máximo Salgado rodeou-o depois de estacaria pontuda de madeira de lei e cavou um fôsso. Como apresentasse ruínas, deu-lhe nova estrutura o Tenente-Coronel João Batista Mardel.

Tinha quatro peças de calibre 2, 3, 4 e 6, um canhão de bronze e dois pedreiros de ferro.

Guarnecia-o um destacamento de três praças, de que era comandante o Capitão de Granadeiros José da Silva Delgado. Para substituí-lo chegou a Marabitanas o Sargento João Bernardes Borralho, que dias depois recebeu a visita do cabo de esquadra Nicolau, que, industriosamente, em conversa, deixou perceber a sua intenção de apoderar-se da aldeia fronteira de Dauene. Borralho para lá seguiu, disposto a defender o domínio português, e para sua melhor defensão, foi transferida a povoação de São José dos Marabitanas da margem setentrional onde se achava, para a austral, em virtude de serem alagadas as várzeas daquele lado, e não prestarem para roças.

Em 1762 chegou ao pôrto de São José dos Marabitanas uma lancha espanhola armada em guerra, e intimou o comandante do forte a evacuar a povoação, que, segundo alegava, pertencia à Espanha.

Tão logo recebeu a intimação opôs-se o Sargento João Borralho, que respondeu: "soldado aventureiro aguardava a ocasião de ser compelido pelas armas para mostrar como cumpriria os seus deveres".

A altivez com que se houve nessa conjuntura fêz com que o inimigo se retirasse.

D. José de Iturriaga então dirigiu-se ao General Manuel Bernardo de Melo e Castro com uma reclama-

ção, em que exigia que lhe fôsse entregue a povoação, que êle considerava dentro das raias de Castela. O Governador do Grão Pará retrucou-lhe imediatamente, em têrmos enérgicos, dizendo desconhecer qualquer direito que justificasse a insólita exigência, e exortava-o a abandonar os povoados de São Carlos, São Filipe e outros existentes no Cassiquiare.

Um forte contingente de praças veio do Pará robustecer a defesa de diversos aldeamentos, que precisavam de assistência.

Entre São Carlos e São José dos Marabitanas, próximo à serra de Cucui, cuja estruturação granítica muito se parece com a do Pão de Açúcar, na suntuosa Baía de Guanabara, ficava a caverna de Cucui, chefe dos valorosos Manativitanos que bateram os Caribes.

Cucui, como diz Humboldt, era famoso por suas crueldades e refinamento na libertinagem.

Em 1784 assumia o comando de tôda parte superior do rio Negro o Coronel Manuel da Gama Lôbo de Almada, que com o seu alto patriotismo não só assegurou a inviolabilidade dos nossos terrenos de ocupação, como explorou a região, seus rios e lagos em viagens acidentadas, em que era o primeiro a tomar a dianteira dos seus subordinados, partilhando dos mesmos perigos. "Eu mesmo vou pessoalmente a todos êstes exames e averiguações, não sou capaz de consentir que os que me acompanham passem por trabalho ou perigo algum, em que não seja o primeiro a dar-lhes o exemplo "(48).

*
* *

(48) Artur C. Ferreira Reis — *Lôbo de Almada*. Segunda edição, pág. 12. 1940.

A fortaleza de São Joaquim, no rio Branco, é o resultado da previdência do Marechal de Campo João Pereira Caldas, ante a expectativa de invasão do território pelos batavos, que, sub-reptìciamente haviam levantado dois fortins, Santa Rosa e São João Batista, para ponto de apoio de suas investidas.

Aliás a edificação de uma fortaleza nessa paragem já entrava nas cogitações do govêrno de Portugal, tanto assim que o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando de sua primeira viagem ao rio Negro, tinha a idéia de remontar o rio Branco e mandar erguer uma fortaleza naquele sertão. Os Regimentos vindos de Lisboa em 1753 mencionam as fortalezas de Macapá e rio Branco, esta última por construir.

João Pereira Caldas mandou proceder à escolha de local apropriado para erguer o forte, incumbindo dessa missão o engenheiro Filipe Sturn que, depois de meticuloso exame, se decidiu pela junção dos dois rios Uraricuera e Tacutu, formadores do Branco.

Em carta datada de 17 de maio de 1775, endereçada ao Governador Tinoco Valente, dizia o General João Pereira Caldas:

"Mandará V. S.ª logo aí recolher das cachoeiras o Capitão engenheiro Filipe Sturn, se nisso não considerar inconveniente para ser êle o que vá delinear a determinada fortificação, e escolher a situação que para ela se julgar mais própria e interessante, que considero será a da junção dos dois rios, ou braços Uraricuera e Tacutu. como o mais natural a prevenirmo-nos contra os intentos e insultos de uns e outros vizinhos; ficando porém sempre a fortaleza dominando por tôda parte, e de nenhuma dominada, no que deve haver a maior atenção, como circunstância de que inteiramente depende a sua boa defesa e conservação".

A seguir João Pereira Caldas dava instruções "para convocar índios que se empregassem no serviço do forte e dos quartéis necessários para os oficiais e soldados de sua guarnição", e prometia mandar algumas peças de artilharia e munições. Recomendava ainda que se devia cuidar em estabelecimentos de roças, para se segurar a subsistência do destacamento.

Tinoco Valente recebe ordens de mandar fiscalizar o rio Branco, e fêz seguir, em 1776, o Alferes José Agostinho Dinis, que subiu o Branco, o Uraricuera e o Mau, encontrando índios que tinham estado em contacto com o pôsto holandês de Arinda. Os flamengos passavam do Surinam para as terras do rio Branco.

Da invasão espanhola, que houve, dá conta ao General Pereira Caldas, o Ouvidor Ribeiro de Sampaio e o governador.

Um soldado, andando à pesca no Rio Branco, encontrou um indivíduo foragido do forte do Essequibo, pertencente aos holandeses, chamado Gervásio Luclerc, conduzindo-o a Barcelos.

O desertor informou que, cinco dias de viagem subindo o Uraricuera, havia um estabelecimento espanhol com quinze homens, comandados por um sargento prêto. No pôsto havia, além das armas dos soldados, três pequenos pedreiros.

Pereira Caldas mandou imediatamente prendê-los, seguindo uma diligência com cem índios e duas peças, sob o comando do Capitão Filipe Sturn que, não os encontrando, fêz seguir no seu encalço o Alferes José Agostinho com vinte e cinco praças em quatro canoas, aprisionando-os.

Portugal opôs assim uma forte barreira aos invasores, trancando o caminho que leva à Guiana Inglêsa pelo Tacutu, que, como se sabe, dá acesso a essa possessão, passando através do Mau e do Rupununi ao Essequibo.

A fortaleza de São Joaquim ainda existe, atestando o nobre ardor cívico dos nossos avitos. Nela e em seus arredores aloja-se o destacamento, que ali monta guarda à nossa fronteira neste setor.

*
* *

No alto Solimões e nas nossas vizinhanças com o Peru até pouco tempo, hoje com essa República e a da Colômbia, demora o forte de Tabatinga, (nome tirado do barro de suas margens), onde outrora existia uma missão de índios, denominada São Francisco Xavier de Tabatinga. Levantou-o o Sargento-mor Francisco Franco.

Na orla oposta, ou seja, setentrional, havia um pôsto de registro das canoas que se dirigiam à povoação peruana do Loreto. Porque as embarcações se desviassem do aludido pôsto fiscal, e se convencesse o Alferes Francisco Coelho da ineficácia da estação no povoado São José do Javari, mudou o destacamento para o lado boreal, onde ficava a missão. A iniciativa da mudança foi aprovada pelo Governador do Grão Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive, que mandou erigir o forte, em 1776, naquele lugar.

Anteriormente, a 8 de maio de 1770, o General João Pereira Caldas oficiava para a metrópole, sugerindo a providência de que se estabelecesse a feitoria que S. Majestade tinha mandado criar na vila de São José, para o lugar de Tabatinga, "a fim de nos fortificarmos", dizia o documento, "mais nas raias e vizinhanças dos domínios de Espanha".

No mesmo ano de 1770 foi elevada à categoria de freguesia a povoação de Tabatinga, onde ainda em 1774 existia uma igreja.

A fortaleza está situada numa elevação do terreno sobranceiro ao rio, vendo-se além do quartel várias casas.

No comêço do século passado possuía seis peças de bronze, de calibre 6 e 9. Com o desabamento do barranco desaprumou o castelo do forte, que caiu em 1932.

Acha-se a 4° 14' 30" de latitude e a 36° 46' 24" de longitude O. de Grew.

A fortaleza de Tabatinga tem passado por várias reformas.

Em 1936, o Tenente-Coronel Mário de Magalhães Cardoso Barata, então comandante do 27 B. C., estacionado em Manaus, mandou retirar um dos canhões de bronze das nove peças ali existentes, o qual foi transportado para a capital, onde estêve em exposição e figurou numa cerimônia cívica de cunho militar.

*
* *

Além dos fortes mencionados contam-se os destacamentos de São Fernando, fundado por Fernando da Costa de Ataíde Teive, no rio Içá, o de Vila Bittencourt, no Japurá, e outro em Cucui, no rio Negro. O antigo presídio do Crato, no Madeira, esboroou-se totalmente.

*
* *

As fronteiras brasileiras na Amazônia com as Repúblicas limítrofes e as Guianas foram inspecionadas, em 1929, por comissões chefiadas pelo notável desbravador dos nossos sertões, o General, hoje Marechal do Exército, Cândido Rondon. O ilustre chefe do serviço, para me-

lhor eficiência de suas investigações, dividiu o trajeto a percorrer em seis setores, que foram examinados por subcomissões. O primeiro setor, — a Guiana Holandesa — coube ao Major Polidoro Barbosa, substituído em virtude de doença pelo próprio chefe, auxiliado pelo engenheiro Benjamin Rondon; o segundo, compreendendo as nossa lindes com a Venezuela e parte da Colômbia, foi confiado ao Major Boanerges Lopes de Sousa, Chefe de Estado-Maior da Inspeção; o terceiro, envolvendo a porção restante da Colômbia, foi distribuído ao Capitão Manuel Gomes Pereira; o quarto, constante da linha divisória peruana do Javari, ficou a cargo do Tenente Thales Facó; o quinto, continuando a faixa fronteiriça ao Peru, foi cometido ao Tenente Aurino Guerrero; o sexto setor, entre as extremas do Peru e da Bolívia, foi confiado ao então Major Lima Figueiredo.

Como partes integrantes da segunda turma de inspeção de fronteiras achavam-se o botânico Von Lustgzenburg e o geólogo Glycon de Paiva.

As comissões parciais responsáveis pelos seus respectivos setores desempenharam a contento as suas tarefas, e percorreram, segundo os cálculos do Marechal Rondon, 22.455 quilômetros, a partir das bases de operações, Óbidos e Manaus(49).

No dia 20 de outubro de 1928 o General, em companhia de alguns oficiais, após exaustiva caminhada através de campos e serranias, chegou ao pé do monumento granítico do Roraimã, de 2.850 metros de altitude. Uma vez no sopé da montanha soberba, não teve dúvida de escalá-la com os seus denodados companheiros, até o cimo, em que desfraldou a bandeira nacional sob vibrantes palmas dos seus auxiliares. "Naquela altura", escreve

(49) *Relatório apresentado ao Ministro da Guerra*. "O País", edições de 10, 12, 13, 14 e 15 de maio de 1929.

o General, "lá onde o Brasil começa, o ponto mais setentrional da nação, foi pela primeira vez levantado o nosso pavilhão, no dia 20 de outubro, reboando pelos paredões graníticos da formidável montanha o — Viva o Brasil! — que os expedicionários ergueram, e cujos ecos foram repetidos de quebrada em quebrada, de vale em vale, pelos despenhadeiros afora, até a planície amazônica"(50).

(50) — "O País", de 8 de janeiro de 1928.

*Nota* — Verificou-se mais tarde que o ponto mais setentrional do Brasil é o monte Caburaí, "que fica 32° mais a leste, e 4° mais ao sul".

# Rebeliões

Na vasta bacia amazônica, para onde se verificaram migrações de vários povos, ia ferir-se, decorrido mais de um século dessas deslocações, uma empolgante e gigantesca luta, em que se destacou pela bravura e altivez um índio da tribo Manaus, nascido nas ribas silváticas do Iiaá, — Ajuricaba.

Rebelde à mordaça lusa, refratário à pressão exercida pela mão compressora do ibero, indisciplinado e arrogante, tendo por cenário colorido a rêde de rios sonoros da Hiléia e a massa verde e azul da floresta infinita, Ajuricaba ia ter a palma do martírio como um protesto de sua raça excruciada.

O ímpeto bravio do guerreiro e a sua altanaria nativa levaram-no de logo a tomar a defesa de seus irmãos escravizados por europeus e sertanistas, e perseguidos e vitimados, se resistiam.

Não tardou que, por sucessivos golpes de audácia, se tornasse conhecido e admirado, e agremiasse em tôrno de sua pessoa numeroso séquito de principais e índios seus vassalos, com o mesmo objetivo de mover guerra aos portuguêses e sertanistas, que penetravam naquelas artérias fluviais à busca de cativar o gentio.

Como um cordão saneador contra essas façanhas, organizou Ajuricaba hostes aguerridas de arcos e flechas velozes, de pesadas tamaranas, para acometer os violadores de seus lares e de suas terras, os cerceadores de sua liberdade.

Alguns encontros sangrentos com sertanistas e tropas de resgate, assaltos a feitorias e mesmo a algumas povoações, de onde arrebatavam os índios domesticados, sucediam-se, pondo em estado de alarma a população.

Com a repetição de agressões aos buscadores de drogas do sertão e traficantes de escravos, formou-se a lenda de que o grande chefe indígena era aliado dos holandeses, a quem vendia os índios retirados das aldeias cristãs, em troca de mercadorias européias.

As notícias corriam com certo viso de verdade, e tais foram as reclamações de uma presumida aliança dos indígenas com os flamengos, cuja bandeira ostentavam na proa de suas embarcações, e a desordem em que estava o rio Negro, que o Governador paraense, General João da Maia da Gama, se convenceu das acusações ao destemido guerreiro Manau, e mandou abrir devassas para apurar os boatos alarmantes, sempre confirmados, pelo que escreveu ao rei, denunciando os fatos, e pedindo licença para fazer a guerra justa.

O rei, que a princípio vacilava, determinou a guerra, que os moradores do Pará e Maranhão deviam também custear.

Vieram então, do reino, soldados, armas, munições bélicas, inclusive dois canhões de bronze, que o governador pedira com insistência, todo um arsenal belicoso para a grande peleja, que se ia travar nas águas profundas do rio Negro.

À frente de seus aliados, entre êles Debari e Dejari, em canoas ligeiras, Ajuricaba invadia, aqui e ali, os núcleos de habitantes, que sabia hostis, por solidários com os colonos.

A crença de que Ajuricaba mantinha secretamente entendimentos com os holandeses do Essequibo refletiu-se nos historiadores e cronistas. O ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio atribui-lhe qualidades peri-

gosas. O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira expressa-se dêste teor: "Da aliança que tinha contraído com os holandeses da Guiana, cuja baneira arvorava nas pôpas de suas canoas, era forçado efeito o da negociação dos índios, que cativava; o seu poder e despotismo lhe franqueavam o passo por todo o rio Negro; para o atalhar cometeu o sobredito general (João da Maia da Gama), a Belchior Mendes de Morais um trôço de infantaria, ordenando-lhe que guarnecesse com êle as povoações invadidas. Também delegou nêle os seus poderes o Ouvidor-Geral do Estado José Borges Valério, para devassar as arbitrariedades representadas". Depois de algumas considerações, o mencionado escritor remata: "Eis aqui resumida a história da vida e morte de um índio, que a natureza havia disposto para um herói de seu tempo, mas que destas suas disposições naturais não soube usar de outro modo com relação aos nossos costumes, senão merecendo a morte, que por suas próprias mãos se adiantou"(51).

Os sertanistas e aventureiros do Maranhão e Grão Pará, que remontavam o rio Negro para o seu comércio de escravos, entravam em choque com os índios, no número dos quais se contavam os valentes Maiapinas habitadores das cachoeiras, e por isto teciam as mais tredas intrigas, pintando com mais insídias os acontecimentos.

Os padres, por seu lado, faziam côro com os libelistas. Os jesuítas se inclinavam à guerra, apenas discordando o reitor do colégio.

Antes, porém, de se desfechar a guerra, que a literatura do tempo qualificava de "guerra justa", o jesuíta Frei Manuel José de Sousa, parlamentava com o guerreiro intrépido, estimulando-o a viver em paz e manter-se fiel ao reino português.

---

(51) *Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro.* "Revista do Inst. Hist. Bras.", tomo XLVIII, pág. 52. 1885.

A conferência trouxe um período de relativa calma, embora salteada de temores. De logo os receios recrudesceram com o assalto à povoação de Carvoeiro, primitivamente Aracari.

Belchior Mendes de Morais abre devassa, apura o acontecido, e insiste junto ao governador pelo emprêgo da fôrça.

Do Pará vieram reforços, sob o comando do capitão João Pais do Amaral.

Os missionários saíram ainda uma vez ao encontro de Ajuricaba, procurando acomodar os ânimos, mas em vão, porque o ódio os dominava.

Feriu-se então a peleja tremenda, terrível. De um lado os bravos silvícolas, com as suas armas primárias; do outro soldados portuguêses e mamelucos afeitos à guerra, dispondo de armamento superior.

Ao cabo de grandes batalhas a vitória sorriu aos portuguêses, embora se sentissem por vêzes desanimados do triunfo.

Numa de suas arremetidas foi cercado e prêso Ajuricaba juntamente com outros aliados. Algemaram-lhes os pulsos e os conduziram para bordo de uma barca, que os devia transportar ao Pará, onde fatalmente seriam enforcados. Pouco depois de largar o barco, houve uma sublevação a bordo, dificilmente dominada.

Símbolo de uma nação forte, que havia batido os orgulhosos guerreiros Caraiais, príncipe de um povo heróico, a índole de Ajuricaba não suportava a humilhação em que se viu, os pulsos arroxeados pelos grilhões, e a perspectiva de morte ignominiosa no patíbulo.

Considerou um momento, e viu que a sua libertação estava na morte, no frio seio das águas de seu rio querido.

Não vacilou. Iludindo ainda uma vez no silêncio da noite a vigilância da guarda, fitou ao longe a margem

silenciosa do vasto caudal levemente arrepiado pela brisa da madrugada, e lesto mergulhou no abismo insondável.

Desde então ficou pairando sôbre esta figura de estranho fulgor de bravura a pecha de se ter passado para o inimigo de sua pátria, de manter aliança com o estrangeiro, pondo em perigo na Guiana a soberania portuguêsa.

A perfídia que motivou nos anos de 1725 a 1728 a luta entre as duas fôrças, e assinala um episódio marcante na vida das cabildas do rio Negro, e tanto relêvo emprestou à personalidade de Ajuricaba, está hoje perfeitamente desfeita. Joaquim Nabuco, no livro *O Direito do Brasil*, livro que condensa as nossas razões jurídicas contra a pretensão da Inglaterra sôbre terras da Guiana, examinou detidamente o assunto, e com o brilho de sua pena e a responsabilidade de seu nome proclamou a inocência de Ajuricaba nessa sangrenta contenda.

Não encontrou o notável publicista um só documento comprometedor da ação de Ajuricaba, e pelo qual se pudesse ter qualquer dúvida a respeito da ligação secreta, ou não, que êle tivesse tido com a colônia do Surinam. Nunca jamais teve o herói Manau qualquer compromisso ou negócio com as autoridades do Essequibo. Os objetos suspeitos, de origem européia, que usava, êle os recebia por intermédio de outras tribos, com quem negociava. As acusações a êle feitas eram manobras especiosas de que se socorriam os buscadores de drogas do sertão e escravizadores de índios.

Debeladas as hostes de Ajuricaba, restavam os Maipinas do trecho das cachoeiras de São Gabriel, a êle solidarizados, e que impediam a subida dos aventureiros por aquêle estrangulamento geográfico. Era preciso batê-los, varrê-los do espaço encachoeirado, levando-os, como fizeram, a ferro e a fogo.

Não ficou, todavia, a tragédia inaudita, sem o protesto solene dos jesuítas contra a carnificina, representando aos poderes públicos a respeito do que de desumano e cruel se havia praticado no fuzilamento de 20.800 índios por determinação de Belchior Mendes de Morais(52).

*
* *

Outra rebelião, sem as conseqüências graves da de Ajuricaba, ocorreu no acampamento de Barcelos, onde estacionavam tropas vindas de Portugal.

Pouco tempo depois de ter regressado ao Pará o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, um fato sensacional e desastroso, quebrando a placidez daquelas veigas e a calma sertaneja daquele arraial histórico, verificou-se.

Na noite de 1.º de março de 1757, sùbitamente estourou um movimento subversivo. Os cento e vinte soldados da guarnição, sob pretexto de não receberem o seu sôldo, amotinados, prenderam o comandante das armas, Sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras e o maltrataram. Arrombaram o armazém geral e a casa da pólvora, subtraindo valores em dinheiro e munições bélicas, e violaram várias residências de famílias para roubar. Aos grupos percorriam as ruas disparando tiros e bradando que o general os havia levado para aquêles matos e os queria matar à fome, negando-lhes o pagamento dos seus soldos. A desordem chegou a tal ponto que muitas famílias se refugiaram na floresta próxima.

Afinal, sem encontrar reação, desceram o rio aos gritos e disparos de arcabuzes; o destacamento da fortaleza da Barra solidarizou-se com êles.

---

(52) Artur C. Ferreira Reis — *O Processo Histórico da Economia Amazonense*, pág. 12. 1944.

Subiram o Içá, com o fim de se internarem em Nova Granada; mas logo retrocederam, seguindo o caminho das missões dos Omáguas, no Maranhão.

*
* *

O exemplo de rebeldia encontrou imitadores, deu base para um outro levante, de conseqüências mais sérias e profundas.

A rebelião de Lamalonga, antiga aldeia de Dari, inscreveu páginas trágicas na história de nossa evolução colonial.

O missionário de Lamalonga, Frei Raimundo Barbosa, carmelita, não se conformando com a vida de mancebia que levava o índio Domingos com uma jovem tapuia, separou-os, carregando com a môça para casa.

Tal foi o motivo aparente da revolta, que alguns cronistas atribuem a maquinações subterrâneas dos jesuítas.

O bárbaro sentiu-se melindrado, e começou a ruminar uma vingança contra o padre e contra todos que o aplaudiram.

Aliciou os elementos que pôde, obteve o concurso dos principais, João Damasceno, Ambrósio e Manuel, e combinaram o assalto à vila. A 1.º de junho de 57, a povoação estava tomada, sendo mortos quantos lhes vinham pela frente. A residência do missionário foi invadida e êle só escapou de morrer por estar ausente. Dirigiram-se à igreja, cuja porta botaram abaixo, arrebentaram os móveis, derramaram os santos óleos e queimaram o altar.

A notícia correu célere e outros índios alheios ao movimento vieram juntar-se aos rebeldes. Em breve a onda crescia prestigiada por outros caciques, engrossando as fileiras dos malfeitores.

Veio a idéia de invadirem outras povoações, para que a vindita fôsse completa.

Marcharam para o lugar de Moreira, primitivamente aldeia de Camará, e depois Caboquena, acometendo os moradores, investindo a igreja que teve por terra as suas portas e espatifados os seus ornamentos, quebraram o altar-mor, de cujo oratório retiraram a imagem que desfizeram em pedaços, assassinando aí mesmo o vigário e o principal Caboquena, fundador do povoado.

"Informados" escreve o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, "de que com estas suas animosidades tinham conseguido fazer cair o ânimo ao capitão de granadeiros João Teles de Sousa Melo, que então comandava um destacamento de vinte homens, empregados na guarnição da aldeia de Bararoá, depois vila de Tomar, assim que a sentiram desguarnecida, se lançaram sôbre ela no dia 26 do referido mês (setembro) inutilizaram os móveis da Igreja, degolaram a imagem de Santa Rosa; aplicaram a cabeça da santa para figura de proa das suas canoas, queimaram-lhe o corpo sôbre o altar, atravessaram o rio para a margem fronteira, e nela mataram dois soldados sòmente, porque tanto os outros soldados, como alguns paisanos, que ali se achavam, se haviam refugiado na ilha Timoni"(53).

Agora o intento era invadir Barcelos, cuja população passaria pelas mesmas agruras se, informado em tempo das devastações dos índios e do seu projeto de atacar aquêle pouso, o Sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras não se houvesse de logo correspondido com Mendonça Furtado, no Pará, para enviar a tôda pressa uma fôrça capaz de deter os celerados.

Com a urgência devida, o General fêz seguir um contingente militar, às ordens do Capitão Miguel de

---

(53) *Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro.* "Revista do Inst. Hist. Bras.", cit. pág. 10. Vol. XLVIII.

Sequeira, que, em chegando a Barcelos, se entrincheirou na ilha Timoni e na margem do rio, à espera dos desordeiros que se aproximavam, levando-os de vencida, e perseguindo-os até as cachoeiras.

Com a vinda do General e do Desembargador e Ouvidor-Geral Pascoal Abranches Madeira abriu-se devassa para a punição dos malfeitores. Três dos cabeças, João, Manuel e Ambrósio, foram enforcados em Moreira. Em 1877, segundo o testemunho de viajantes, ainda existia naquela localidade um dos postes da fôrca.

*
* *

O levante no forte de São José dos Marabitanas não teve nenhum sinal de sensacionalismo, a não ser a disciplina quebrada e o mau exemplo.

Em 1769 levantaram-se os soldados do piquete ali estacionado contra o seu comandante Barnabé Pereira Malheiros, que se viu obrigado a matar a um dêles, "que se arrimava à porta do armazém da pólvora para o arrombar".

Relembra o naturalista filósofo Alexandre Rodrigues Ferreira outros acontecimentos, como o da expedição ao rio Marié, na qual tomaram parte o Capitão de infantaria Estêvão José da Silva, o Alferes Manuel da Silva, o desenhista Antônio José Landi, o cabo de esquadra Henrique João Wilkens, e alguns soldados, que acompanharam o principal Manacaçari, para o ajudarem a descer a sua gente, sendo na maioria trucidados.

Em 1766 foi mandado ao rio Cauburis o ajudante de infantaria Francisco Rodrigues, a descer o principal Mabiu e seus asseclas, de que resultou, traiçoeiramente, a morte do oficial, depois de os aborígines terem aceitado a prática de descerem.

# Independência do Brasil. Repercussão no Rio Negro

Na série de governadores e juntas administrativas, constituídas na conformidade do Alvará de 12 de dezembro de 1770, encontra-se o Major Manuel Joaquim do Paço, que foi deposto.

O Coronel Antônio Luís Pires Borralho, que se achava na Bahia, e fôra nomeado para o cargo, não chegou a tomar posse, porque tal função passava a ser exercida por uma junta governativa.

A situação da colônia exigia os maiores cuidados em virtude da desinteligência, que surgiu entre Portugal e Espanha, e levou os dois países à guerra.

O Rio Negro, se não era um compartimento estanque, pela distância em que se achava do Rio de Janeiro, só muito vagamente chegavam as notícias do Sul. Havia como que um propósito de subtrair os acontecimentos ao conhecimento dos seus habitantes.

Na vizinha capital do Pará as paixões partidárias ferviam entre os adeptos da separação e os contrários à independência, registrando-se contínuos atritos entre os elementos divergentes, os que se portaram fiéis às côrtes portuguêsas e os que aderiram à emancipação política da nação.

Os amazonenses alimentavam o desejo de autonomia, do desligamento do Pará, apegado à noção retrógrada do absolutismo português.

Já sabemos das mensagens do povo de Silves, de Parintins e de Barcelos, pedindo ao rei a desanexação.

O Governador Paço, recordemos, não aceitou o juramento à Constituição portuguêsa, sendo expelido do poder, e formando-se uma junta governativa, que pouco demorou no govêrno. A nova ordem constitucional implantada em Lisboa, por Decreto de 29 de setembro de 1821, mandava instalar na Capitania do Rio Negro, como nas outras províncias, juntas provisórias. A do Amazonas foi organizada a 3 de junho de 22.

Em obediência ao Decreto de 14 de janeiro do mesmo ano, o Rio Negro elegeu deputados às Côrtes lisboetas os cidadãos João Lopes da Cunha e José Cavalcante de Albuquerque, enquanto o movimento emancipacionista cada vez mais abria sulcos profundos entre a colônia e a nação portuguêsa.

O Pará e o Maranhão adotavam uma política de intolerância, de agressividade, criando um ambiente revolucionário.

Dessa intransigência veio a interceptação da correspondência do Rio para o Rio Negro. Ficava abafada em Belém, sem possibilidade de chegar às mãos dos seus destinatários.

Assim se explica o Amazonas não se ter feito representar na Côrte do Rio de Janeiro, ficando sem mandatários que defendessem os seus direitos. Talvez fôsse êste o motivo da injustiça que sofreu na formação do Império, de lhe não ter sido outorgada a qualidade de província, a exemplo de outras com menos títulos para esta categoria. Porque o Rio Negro já era virtualmente província, à vista dos Decretos de 1.º de outubro de 1821 e de 18 de abril de 22.

A anunciada retirada de D. João VI para Portugal, deixando como Regente o príncipe D. Pedro, e mais tarde a declaração de se assegurar a nossa independên-

cia foram fatôres essenciais do rompimento dos vínculos que nos prendiam à velha nação de além-mar.

No Pará as lutas recrudesciam mais impetuosas entre os reinóis que prestavam fidelidade à monarquia lusitana e os nacionalistas liberais, que pugnavam pela independência.

Êste estado de lutas, que tanto agitou aquela província, teve o seu final com a chegada ao pôrto de Belém do brigue *Maranhão* do comando do Tenente de marinha John Paschoe Greenfeld, que restabeleceu a ordem e proclamou a independência a 11 de agôsto de 1823.

A notícia irradiou pelos distritos belenenses e não tardou a chegar ao Rio Negro, já a par dos sucessos políticos que se desenrolavam no sul do país.

Parintins exultou de contentamento com a alvissareira notícia, e Manaus não lhe ficou atrás no júbilo legítimo, de que ficou possuída.

O dia 9 de novembro de 1823 assinala a adesão do Amazonas à emancipação política do Brasil.

Reunindo-se a Junta provisória composta dos cidadãos Bonifácio João de Azevedo, Luís Ferreira da Cunha, Raimundo Barroso Bastos, Flávio Moreira de Carvalho e João da Silva e Cunha, perante as autoridades civis e militares e grande massa popular, no Palácio do Govêrno, aí prestaram todos juramento de adesão e solidariedade ao novo regime instituído no Brasil, lavrando-se uma ata, que diz:

"No dia 9 do corrente foi neste lugar proclamada solenemente a Independência política do Brasil, e reconhecido o muito alto e poderoso Imperador o Senhor D. Pedro I."

No dia 22 deu-se o compromisso de fidelidade ao rei e às instituições, procedendo-se no dia seguinte à eleição da nova Junta Administrativa, que, em ofício de

26 de novembro de 1823 à Câmara de Barcelos, recomendava "a mesma proclamação e juramento nessa vila com a solenidade e o entusiasmo que merece tão sagrada causa".

O lugar da Barra do Rio Negro não tinha até então nenhuma influência nos negócios políticos.

A hegemonia administrativa pertencia a Barcelos. Com o decorrer do tempo derivou para Serpa, que liderava as outras vilas e povoados. Os moradores do lugar da Barra iam a Itacoatiana impetrar licença para comerciar, para a apanha das drogas do sertão, para requererem terras, para pescar e para outros fins. A Câmara Municipal tomava conhecimento dos pedidos e deferia-os, ou não. Serpa tinha na Barra um representante, o Juiz de julgados, que informava tôdas as ocorrências, exercia a polícia urbana e suburbana e dava pareceres sôbre as cartas de data. "Em alguns casos", escreve Bertino Miranda, "e quando a parte era desafeta dos vereadores, tinha de falar a residência dos funcionários".

Na Barra apenas residiam o Ouvidor e o Comandante das Armas.

A Câmara de Serpa transportando-se à Barra, prestou juramento solene de obediência ao Imperador.

Proclamada a Independência do Brasil, o Decreto de 20 de outubro de 1823 abolia as juntas governativas. O govêrno nomeava, para as províncias, presidentes com Conselhos eletivos.

Nas nomeações não foi contemplado o Rio Negro, que continuou até o ano de 1825 com a sua Junta provisória.

Como se abrissem constantes conflitos entre a Junta e o Ouvidor, ao tempo, o Dr. Domingos Nunes Ramos Ferreira, o Presidente do Pará, Dr. José Félix Pereira de Burgos, dissolveu a referida Junta, nomeando Comandante das Armas o Capitão Hilário Pedro Gurjão,

e mandou que a Câmara de Barcelos passasse a exercer as suas funções em Manaus.

Ficou o Amazonas em posição subalterna, dependente do Pará, que nomeava e demitia as suas autoridades, à vontade ou ao sôpro dos seus interêsses. Autoridades mais ou menos arbitrárias e despóticas.

Desvaneceram-se as esperanças dos que ainda confiavam numa providência, num ato de justiça, que salvasse o Rio Negro do soçôbro a que estava condenado.

As Instruções baixadas pelo govêrno geral, a 26 de março de 1824, designando nominalmente tôdas as províncias e o número de deputados que elas deviam eleger à Assembléia Nacional, não mencionam o Amazonas, que ficou rebaixado de categoria, voltando novamente a sertão do Pará.

A ausência da designação entre as entidades provinciais do Rio Negro foi o resultado da interceptação dos ofícios e outros papéis remetidos por José Bonifácio para se fazer representar às Côrtes, interceptação essa que os lusófilos do Pará propositadamente praticavam, sabotando qualquer entendimento com o Sul. Bertino Miranda escreve: "Não se perdoa o proceder incorreto da Junta de 1823 interceptando em Belém os ofícios de José Bonifácio sôbre a conveniência de o alto Amazonas enviar representantes à Constituinte."

Sem representantes no Parlamento, o Amazonas foi esquecido.

No entanto, o Projeto de Constituição da Monarquia, em seu art. 2 declarava ficar o território nacional dividido em províncias, mantendo assim êste caráter ao Amazonas.

Não chegaram os parlamentares ao têrmo de sua missão, que era outorgar uma Constituição ao Brasil, contra o que as Côrtes de Lisboa opunham obstáculos.

Tumultos e incidentes de natureza grave, alterando profundamente o ritmo político do país, nessa época de efervescência partidária, trouxeram a dissolução da Constituinte. Dissolvida a Assembléia Nacional a 12 de novembro de 1823, a Magna Carta outorgada pelo Príncipe não mencionava o Rio Negro, ficando assim a antiga Capitania e Comarca do Rio Negro, criada por El-rei D. José I, de Portugal, rebaixada de categoria e subordinada ao govêrno do Pará.

Chamada a exercitar suas funções no lugar da Barra, a Câmara de Barcelos, compenetrada de seus deveres, tomou conta da administração, o que irritou o Comandante das Armas, Hilário Gurjão, resultando dessa divergência atritos bem sérios.

Com o fim de apaziguar os ânimos exaltados, o Governador do Pará, Barão de Bagé, ordenou àquela edilidade que se recolhesse a Barcelos, e nomeou o Coronel Joaquim Filipe dos Reis comandante militar.

Arrogante e voluntarioso, tendo gestos e atitudes desabridas, logo ao chegar à Barra caiu no desagrado geral. Sabida a sua chegada muitas pessoas gradas e autoridades foram recebê-lo, porém de logo sentiram-se mal impressionadas com a descortesia do comandante. O ato causou estranheza, deixou um mal-estar, mas o Dr. Manuel Bernardino de Sousa e Figueiredo, no íntimo molestado, fêz-se despercebido, e não lhe opôs nenhum embaraço à administração.

Chegavam os ecos das agitações no Pará, dos desatinos que ocorriam naquela Província. Homens de valor no cenário político de então eram deportados para a Fortaleza da Barra e para São José dos Marabitanas.

Um dos primeiros atos do presidente Dr. Marcelino Cardoso foi mandar aprestar a escuna de guerra *Alcântara* para levar a Marabitanas, "lugar sujeito à jurisdição

da vila de Tomar e assentado em um cotovêlo de terra que pouco boja na margem direita do rio Negro, nove léguas acima da foz do rio Xié, e 245,5 acima da embocadura do rio Negro", o cônego Batista Campos e outros brasileiros.

A 7 de outubro de 1831, diz um historiador, ao chegarem os prêsos à povoação da Barra protestaram junto ao Ouvidor-Geral da Comarca, que não lhes deferiu a petição. Foram conduzidos o Cônego Batista Campos e seus companheiros de exílio ao Rio Madeira e entregues a um tenente, que os devia acompanhar ao presídio de São João do Crato.

O momento era de violências e de terror. Ninguém se entendia, e trabalhava os ânimos um incontido desejo de se livrar do absolutismo do poder.

A 2 de abril de 32 rompe um levante no quartel. Os soldados amotinados carregam para a rua os trens de guerra e clamam contra o atraso do pagamento dos seus soldos. Os tiros repercutiam a todo instante. A desordem era completa e a exaltação subia ao auge, quando o Comandante Filipe dos Reis, julgando que com a sua presença imporia respeito e disciplina, chegou ao quartel; foi mal sucedido, porém, porque baqueou logo trespassado por uma baionetada, que lhe vibrou o soldado Joaquim Pedro.

Outros acontecimentos estavam reservados ao Rio Negro. O sentimento de liberdade de que sempre deram prova os amazonenses, não os deixava inativos contra a servidão que lhes impunha o Pará, os desmandos das suas autoridades.

Os protestos sucediam-se. A aspiração de autonomia, de afastar a subordinação ao vizinho era um dos pontos de honra dos amazônidas, que nunca se submeteram ao tratamento desigual dado pelo Império.

Os apêlos, os manifestos, os memoriais acusam a atividade daquela gente altiva e generosa que derramou o seu sangue em defesa de sua liberdade.

O pronunciamento formal do movimento idealista veio a se concretizar no dia 22 de junho de 1832, em que, reunidas as autoridades e o povo em praça pública, deliberaram aclamar o Amazonas província. Era preciso salvar o Amazonas do abatimento em que se encontrava, do estado de ruína em que o deixaram cair, sem comércio, sem agricultura e sem indústria.

Todos concordaram com a proclamação da independência. Que se proclamasse a Província do Amazonas, e se oficiasse aos poderes públicos da nação, pedindo aprovação para o seu ato.

Diz o seguinte a ata:

"Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e trinta e dois, reunidos em conselho extraordinário tôdas as autoridades e homens bons, povo e tropas, aí se nomeou por aclamação para presidente do Conselho extraordinário o Sr. João da Silva e Cunha e secretário Gregório da Silva Craveiro, sendo por êstes perguntado o motivo que os obrigara a tal passo responderam unânimemente que os acontecimentos que há largos anos têm sucedido nesta província com dano irreparável de sua população e comércio pelo modo arbitrário e despótico com que o Govêrno do Pará sempre tratou esta considerável parte do solo brasileiro, e que contém em si um manancial de riquezas desprezadas pela mania daquele mesmo govêrno que sempre trabalha por aniquilar esta outrora província, já arrancando seus filhos, já menoscabando suas requisições acêrca de suas economias peculiares, parecendo que esta porção de súditos de S. M. I. está votada ao desprêzo, tratando-se só de subjugar, tiranizar êste povo humilde e obediente, enviando-se-lhe perversas e despóticas autoridades, que servindo-se da fôrça armada tiranizavam o povo, sem se

lembrarem porém da utilidade que poderia tirar de um país, onde a natureza apresenta aos olhos do homem tudo quanto é grande e rico, e outros muitos fatos praticados por aquêle govêrno em dano dêste país, resolveu portanto:

"1.º) que a Comarca do Rio Negro ficasse desligada da Província do Pará, e seu govêrno, estreitando, porém, seus laços na importação e exportação de seu comércio;

"2.º) que se elegesse um govêrno temporário, e secretário para dar direção aos negócios civis e políticos da comarca, prestando o juramento nas mãos da Câmara Municipal, de bem cumprir, guardar os seus cargos, recebendo por isso o ordenado da Fazenda Nacional;

"3.º) que se estabelecessem duas Alfândegas ou uma em os pontos que melhor conviessem para impedir os extravios dos direitos nacionais, e arrecadação dos dízimos que de ora em diante deverão ser pagos à bôca do cofre desta Província;

"4.º.) que se nomeasse temporàriamente um comandante militar, o qual teria a seu cuidado o regime da fôrça armada, vencendo o sôldo da sua patente e a gratificação do costume;

"5.º) que se submetesse êste passo à decisão da Assembléia Geral Legislativa, e sabedoria da Regência do Império, a cujas decisões se submetem o mesmo Conselho e habitantes desta Comarca;

"6.º) que quanto antes se enviasse um procurador com plenos poderes para, na Côrte do Império, tratar dêstes negócios.

"Depois de se assentar todo o expediente, foram eleitos por aclamação unânime para presidente temporário, o Dr. Manuel Bernardino, que expressando-se com muito clara e inteligível voz à Assembléia, disse que julgava estar ilegal o que pretendiam fazer e que êle não podia receber o cargo de presidente, por ser incompatível com as suas funções de Ouvidor, e estar já mesmo despachado pela Côrte do Império para Ouvidor-Geral da cidade do Pará, ao que o povo apinhado, em altas e descompassadas vozes, gritou que não admitia desculpas, e o que a uma voz tinham deliberado se devia cumprir, e respondendo-lhe o mesmo Dr. que êle protestava sôbre tal deliberação, a que segunda vez lhe torna o povo a responder, que êle em massa responderia por êle à Côrte do Império pelo seu representante Frei José dos Inocentes, o que ouvido pelo mencionado Ouvidor, aceitou o cargo de presidente, pedindo que se lavrasse isso mesmo na ata. E desta forma se deu por finda a sessão do Conselho, que vai por todos assinada. E eu, Gregório da Silva Craveiro, etc. Seguem-se as assinaturas. Barra do Rio Negro, 22 de junho de 1832. Está conforme. O Secretário do Conselho Gregório da Silva Craveiro."(54)

No dia seguinte lavrava o povo um protesto veemente e magnífico, responsabilizando o Govêrno do Pará pelo que viesse a acontecer.

"O Conselho, unânimemente convocado, lembrando-se das catástrofes que têm acontecido nesta Comarca outrora Província, pela tirania do Govêrno do Pará, e para pôr obstáculo a qualquer tentativa daquele atual govêrno para hostilizar-nos em virtude da nossa separação: — Declara solenemente que protesta, como pro-

---

(54) Artigo de J. B. (João Batista de Faria e Sousa) na "Revista Amazonense", n.º 1, de 9 de novembro de 1923. Ano I, pág. 20. Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bitencourt — *Memória do Município de Parintins*, págs. 29 e 30 Manaus, 1924.

testado tem perante Deus, S. M. I. e augusta Assembléia Legislativa, a quem aquêle mesmo govêrno responderá caso tente qualquer medida hostil contra esta Comarca, esquecendo-se que jamais o poderá, visto que todo êste negócio se acha afeto a S. M. o Imperador e augusta Assembléia Legislativa:

"O Conselho toma a Deus por testemunha de seu justo proceder, e com ânimo firme primeiro juncar-se-ão os campos de cadáveres, que retrogradar de seu justo proceder. E para que conste mandou fazer êste protesto que vai assinado por todos os membros do mesmo conselho.

"Barra do Rio Negro, 23 de junho de 1832. Eu, Gregório da Silva Craveiro, secretário eleito o subscrevi. Gregório da Silva Craveiro".

(Seguem-se as assinaturas) (55).

Foi nomeado Comandante das Armas o Tenente Boaventura Bentes.

Além de Frei José dos Santos Inocentes, aparecem nesse período conturbado da história amazonense os frades Inácio Guilherme da Costa, mercedário, e Frei Joaquim de Santa Luzia, carmelita.

A decisão altaneira estava tomada. O Amazonas foi aclamado Província. Não havia que recuar. Preferiam os amazonenses morrer no campo de batalha, que voltar atrás.

O juramento não foi em vão. O povo derramou o seu sangue em defesa da redenção.

Soube-se que o Dr. Joaquim Machado de Oliveira, Governador do Pará, ciente do ocorrido, reprovou a atitude dos revolucionários, e tratou de uma reação, contra o parecer de políticos então em evidência no Pará.

---

(55) *Revista cit.*, pág. 21. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, *Memória do Município de Parintins*, págs. 29 e 30.

Sem entrar no âmago dos fatos, a respeito dos acontecimentos verificados em Manaus, que determinaram a sublevação da fôrça pública, e o movimento insurrecional da proclamação da província, a ofensiva do Governador não se fêz esperar. De sua ordem partia de Belém uma expedição militar do comando do Tenente-Coronel Domingos Simões da Cunha no vapor *Patagônia*, com duas bôcas de fogo, a qual recebeu refôrço em Cametá, onde baldeou para a barca *Independência*, surta no pôrto.

Repercussão impressionante também teve no Pará o levante dos índios Mundurucus em Maués, revoltados contra os portuguêses e o destacamento ali postado, travando-se choques sangrentos.

Segundo refere o Coronel Antônio Bittencourt, no livro já citado, a fôrça expedicionária do Pará, ao chegar ao ancoradouro de Parintins, desembarcou uma fôrça, que foi à igreja e prendeu o padre, que celebrava a missa dominical, arrastando-o para bordo com as vestes sagradas.

Na Barra havia nervosismo. Preparava-se a defesa. As praias das Lajes e do Bonfim foram os sítios escolhidos para acampamento de militares e voluntários que se apresentavam. Sôbre elas estenderam trincheiras e dispuseram-se os canhões trazidos de Tabatinga.

Comandava as tropas, totalizadas num milhar de homens, como dirigente da artilharia, Frei Joaquim de Santa Luzia. A ansiedade era geral.

A 12 de agôsto o inimigo surgia, e a batalha naval iniciava-se sob o fogo da artilharia. Não obstante a ação heróica dos amazonenses, em breve os canhões de bordo, varrendo as devesas adjacentes, produziam um grande número de mortos e feridos.

Vitorioso, o Coronel Simões da Cunha assumiu o govêrno, procurando pacificar os ânimos com o emprêgo de medidas drásticas.

O procurador do Conselho Frei José dos Santos Inocentes, alma vivificante da rebelião, na sua viagem à Côrte, escolheu a via do Madeira, por isso que pelo Amazonas a sua prisão no Pará seria inevitável. Atingindo Cuiabá, depois de uma travessia mortificante, não sofreu de seu temperamento varonil ficar calado, imiscuiu-se nas lutas políticas contra os portuguêses. Foi detido e proibido de seguir viagem, pelo que confiou o manifesto, de que era portador, ao agitador Antônio Luís Patrício da Silva Manso, que, efetivamente, se desobrigou do compromisso de enviá-lo à Côrte.

Aureliano de Sousa Coutinho, Ministro do Império, ao receber a correspondência, por Aviso de 30 de junho de 1833, reprochou ao sacerdote e condenou a rebelião. "Contudo", dizia o Ministro, "o caso seria levado ao conhecimento da Assembléia Nacional, que resolveria como achasse conveniente."

Os dissídios partidários, os rancores políticos continuaram até quase as vésperas da fundação da província.

*
* *

Em 1832 o Código de Processo Criminal entrava em vigor. A reforma consignada naquele estatuto trazia uma disposição que facultava aos presidentes das províncias executá-lo nos seus respectivos territórios.

No Pará foi logo executado, fazendo-se uma nova divisão administrativa e judiciária.

Foram criadas três comarcas, a do Grão Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, que compreendia a antiga Comarca do Rio Negro. Mas, ao estabelecê-la, o govêrno paraense modificou a linha separatória traçada por Mendonça Furtado, profundo conhe-

cedor da região e possuidor de dados fornecidos por uma equipe de astrônomos, geógrafos e naturalistas que realizaram verificações em tôda a extensão das terras e das águas.

Com a modificação, os limites passavam pela serra de Parintins e não pelo outeiro de Maracá-açu, como o eminente delegado do rei fixara.

O Tenente-Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente do Grão Pará, remetia ao Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro o plano administrativo e judiciário, que foi aprovado.

Constava a Comarca do Alto Amazonas, sob a jurisdição do Pará, de quatro têrmos, Barra do Rio Negro, Luzéia, Tefé e Mariuá. Com a nova divisão o lugar da Barra do Rio Negro passava à categoria de vila, com o nome de Manaus. Elevada a esta graduação, com uma Câmara Municipal, ganhou prestígio e tornou-se o centro pensante da Comarca. Ega experimentava novo batismo. O nome primitivo Tefé, derivado da tribo dos Tapi, seus primeiros povoadores, voltava a individuar o vetusto povoado do Solimões. Maués readquiria o apelido de Luzéia, e Barcelos voltava a denominar-se Mariuá. Era um prurido de nacionalismo que brotava do Pará.

Os têrmos ou as vilas, cabeças de têrmos, continham superfícies extensas, vastas áreas de terras incultas entregues à solidão fria das matas.

Manaus abrangia o baixo Amazonas, parte do rio Negro até Airão, e Solimões até Castro de Avelãs; Tefé enfeixava um mundo, todo o curso do dito rio Solimões, de Castro de Avelãs para cima, com os seus afluentes, inclusive o Japurá; Luzéia projetava-se pelo Madeira e por tôda a Mundurucânia, e Mariuá envolvia todo o vale do rio Negro, a começar de Airão.

A vila de Manaus tinha um Juiz de Direito, um Juiz Municipal, um Juiz de Órfãos, um promotor e um delegado.

Mas, desamparada dos poderes públicos, estava longe de possuir aquêle grau de prosperidade que lhe imprimiu o Brigadeiro Manuel da Gama Lôbo de Almada. Vivia em penúria, com as fontes de rendas muito limitadas e um comércio estreito.

Mais ou menos por êsse tempo o povo amotinou-se por falta de moedas divisionárias, cuja necessidade já se sentia, e que agora o govêrno paraense, pela Lei de 3 de outubro de 33, mandava recolher, à vista da moeda falsa, que corria. Tão logo chegou a notícia, o mal-estar recrudesceu e o povo aglomerado nas ruas protestava, pedindo a revogação da lei, que vinha aumentar a miséria em que se achava. Tal o clamor que a Câmara despòticamente suspendeu a execução da lei. O Pará não estêve pelas razões apresentadas e mandou castigar os sublevados.

Os desmandos e vexames que se sucederam fizeram com que se enviasse um ofício ao Presidente daquela Província, para que não nomeasse mais, para dirigir a comarca, indivíduo de gênio atrabiliário, apêlo que foi respondido em tom de ironia, porque o governador, sem dar atenção ao pedido, enviava para Manaus o truculento Major Manuel Machado da Silva Santiago, que motivou veementes protestos do povo, à proporção que vinham aparecendo outros incidentes, que tornavam ainda mais precária a situação da população(56).

(56) Artur C. F. Reis — *História do Amazonas*, cit., pág. 162.

# A Cabanagem

Os estremecimentos das desordens no Pará estendiam-se como lavas de um vulcão pelo alto Amazonas. De lá vinham as refregas da Cabanagem, talando os campos, incendiando aldeias, assaltando vilas e espalhando o terror e a desolação.

A guerra chamada da Cabanagem, que ensangüentou o solo da vizinha Província, alcançou o Amazonas sòmente em 1835, quando, em verdade, se sentiram mais intensos os efeitos funestos dessa terrível campanha.

Os sediciosos Cabanos acamparam em Icuipiranga, onde se fortificaram, e daí atacavam diversos pontos da Comarca, como Luzéia, Parintins, Silves, Itacoatiara, Borba e Manaus.

O Cabano tornou-se o espantalho, o algoz, o assassino, o salteador, que embarafustava por todos os recantos da planície, se lançava sôbre as suas vítimas como um jaguar.

O apelido cabano originou-se do fato de ser o grosso dos componentes empenhados na luta composto de caboclos e pretos moradores à beira do rio. Cabanagem designou essa peleja brutal contra os portuguêses partidários da restauração, denominados por escárnio *bicudos, marinheiros, pés de chumbo.*

Os adeptos do partido contrário eram os *filantrópicos,* os *nativistas* ou *cabanos.*

Capistrano de Abreu vê na Cabanagem uma conseqüência desgraçada do Diretório que, como sabemos,

foi uma invenção de Mendonça Furtado. "Em 1850", escreve o erudito mestre, "o Pará e o Amazonas eram menos povoados que um século anterior; as devastações da Cabanagem, os sofrimentos passados por aquelas comarcas remotas de 1820 a 1836, contam entre as raízes a malfadada criação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado" (57).

Cumpre nesta altura acentuar um fenômeno sociológico, o de que o Pará nêsse tempo tinha uma organização com resquícios medievais, mantendo, como diz Basílio de Magalhães, o cativeiro dos índios e dos mestiços, quando a Constituição Imperial lhes garantia inteira liberdade. Estavam sendo explorados como servos de gleba pelos grandes proprietários agrícolas nas chamadas "*Fábricas nacionais* e *Roças do comum*"(58).

Desmembrado do Estado do Maranhão, em 1775, e formando uma capitania independente com o alto Amazonas, o Grão Pará foi sempre alvo de acurada atenção do govêrno da metrópole; as ordens, regimentos, leis, alvarás, avisos vinham diretamente de Lisboa, com que se entendiam os governadores daquela circunscrição política.

Dêsse fato resultou o conceito de que a Amazônia é geográfica e històricamente distinta do Brasil, pois até 1823 estêve socialmente alheia ao movimento brasileiro do sul. E' por esta razão que se explicam, segundo José Veríssimo, "tendências separatistas que existem evidentemente nos dois Estados, principalmente no Pará".

"Na guerra dos Cabanos houve o intuito de combater os *marinheiros*, para evitar que o Maranhão e o Pará se constituíssem numa nação fiel a Portugal, como o Canadá permaneceu leal à Inglaterra. E outra não foi

(57) *Capítulos de História Colonial* cit., pág. 190.
(58) *Estudos de História do Brasil*, pág. 216. "Brasiliana", n.º 171.

a intenção de José Bonifácio, mandando às águas paraenses um brigue de guerra, sob as ordens de Cochrane e Greenfeld"(59).

Se os Cabanos promoveram profundas iniqüidades, derramaram muito sangue, não lhes ficaram devendo em crueldade os *bicudos* e os comandantes das fôrças, que os combatiam, os quais se davam à abjeção de colecionar enfiadas de orelhas humanas.

Nessa porfia sanguinolenta tomaram parte vultos respeitáveis da sociedade de então, como Félix Antônio Clemente Malcher, Cônego Gonçalves de Campos, Joaquim Afonso Jales, os famosos irmãos Vinagre (Pedro, Antônio, Raimundo, Manuel e José), os Nogueira, D. Romualdo de Seixas e muitos outros, além de vários oficiais da Marinha nacional e de presidentes da Província.

O Cônego Gonçalves de Campos era "nativista rubro e liberal exaltado". Exercia uma grande e poderosa influência sôbre a plebe; audacioso e bravo, sabia rechaçar o inimigo sempre que a ocasião se apresentava propícia. Malcher tinha um caráter sombrio e impetuoso. Diz um seu biógrafo que êle "era severo e rígido, às vêzes, sempre tenaz, mas irritável, espírito pouco cultivado, coração franco, cheio de probidade e de patriotismo". Jales, português de nascença, tornara-se adversário feroz dos nacionalistas. Era um dos dirigentes dos restauradores, dispondo de bens de fortuna. Apontavam-no como espião disfarçado do gabinete português, que alimentava a esperança de ficar com as Províncias do Pará e Maranhão.

Recordemos que o Cônego Batista Campos, deportado para o presídio do Crato, no Madeira, encontrara meios de fugir da barca, que o conduzia, indo juntar-se aos seus adeptos.

---

(59) Basílio de Magalhães — *Obra cit.*, pág. 213.

Eduardo Nogueira Angelim adotara o apelido de Angelim, madeira duríssima, para personificar a sua bravura e resistência.

O Pará ficou convulsionado. A guerra alastrou-se impetuosamente por todo o seu território durante anos, e não tardou a afetar o solo amazonense.

Manaus foi invadida duas vêzes pelas hostes sediciosas. E chegaram os Cabanos a empunhar as rédeas do govêrno passageiramente até que foram expulsos. As correrias se sucediam em Maués, Parintins e Silves, Borba e nos Autazes, região de muitos lagos e de um labirinto de canais.

Surgiu em Luzéia, depois Maués, uma revolta de índios Mundurucus e Maués, como já foi dito, acometendo a guarnição e os portuguêses ali residentes. A agitação generalizou-se por todo o Amazonas.

As populações do baixo Amazonas eram massacradas. A anarquia estendeu-se ao Solimões, a Tabatinga, e ao alto rio Negro, até Santa Isabel, atual Tupuruquá.

E' certo que a então vila de Manaus não aderiu à causa dos revoltosos, antes, os perseguiu e combateu.

Ao reunir-se, a Câmara Municipal não trepidou de mandar o seu protesto de solidariedade aos que lutavam pela restauração da ordem.

Sabendo do assassínio do Presidente do Pará, Lopo de Sousa, e do Comandante das Armas, Joaquim José da Silva Santiago, e da penetração dos Cabanos nos nossos domínios, o Conselho Municipal, a requerimento do Juiz de Direito Henrique João Cordeiro, resolveu pedir o auxílio dos distritos e vilas vizinhas, em ofício, alertando-os do perigo com a aproximação dos insurretos.

A comoção foi aumentando com os boatos de que os inimigos da paz cresciam em quantidade, dispostos a ocupar pela fôrça vários lugares da comarca.

Sensação forte também produziu a fuga misteriosa do Major Manuel Machado da Silva Santiago, Comandante das Armas do Rio Negro, receoso de ter com a invasão dos cabanos o mesmo fim trágico do irmão no Pará. Mas, o fato, se bem que destoante dos seus propósitos, tantas vêzes manifestados, de lutar contra os invasores e vingar a morte do parente, não desanimou os defensores da Barra e dos demais municípios.

Luzéia armou-se, fazendo o mesmo as outras vilas. O Rio Negro desempenhou um grande papel nesta triste situação. De uma de suas vilas — Bararoá — depois Tomar, partiu um grito de guerra, conclamando os habitantes e os patriotas das outras povoações, para uma ação contra os arrogantes Cabanos. Um indivíduo, vindo do Sul, dizem que deportado, outros que egresso da prisão, em que estava em Pernambuco, parecendo de origem alemã, de nome Ambrósio Aires, a que juntou a alcunha de Bararoá, lugar de sua residência, inteligente e com pronunciado dom oratório, ante as notícias alarmantes, dispôs-se a congregar os filhos do lugar e dos demais povoados, que o quisessem seguir, e formou um batalhão de voluntários para defender o regime legal.

A Câmara de Barcelos prestou-lhe a devida ajuda, e plaudiu com alvorôço o môço que com tanto calor falava à multidão. Com efeito, organizou Ambrósio Aires Bararoá uma expedição, à frente da qual seguiu para Icuipiranga, onde já o Cônego Sanches de Brito dava combate aos insurgentes. Bararoá bateu-se como um herói.

Os Cabanos, que haviam subido o Tapajós, passaram-se por êste rio ao Amazonas pela via do Maués.

A vila de Maués não resistiu à invasão, apesar de lutar com esfôrço, e acabou aderindo aos Cabanos, como a seguir o fêz Parintins. Silves, por sua vez, depois de

grande resistência, fêz causa comum com os adversários. Borba, porém, resistiu heròicamente. Foi o reduto glorioso, que não se rendeu. O Alferes Vítor da Fonseca Coutinho, Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, junto com os habitantes repeliu bravamente os invasores(60).

Como os Autazes representassem naquela emergência uma das frentes da luta, com os seus inúmeros lagos e canais, dirigiu-se para lá Bararoá com 130 praças embarcadas em nove canoas, a fim de dar caça ao inimigo nos lagos Autaz e Soares, onde só encontrou mulheres e crianças.

No dia 6 de agôsto de 1838 voltava êle dêste último lago e descia pelo Madeira, quando sôbre quatro horas da tarde, ao passar entre duas ilhas, foi abordado por sete canoas de rebeldes, a maior parte índios Muras, e defendendo-se até o anoitecer, tentou salvar-se por terra, mas foi agarrado e morto cruelmente. "Foi essa", escreve o Brigadeiro Soares de Andrea, "uma perda de muita conseqüência porque há de custar encontrar-se homem de valor, habilidade e inteligência desta vítima"(61).

A morte traiçoeira do bravo combatente verificou-se posteriormente a outras providências por êle tomadas em defesa do Amazonas e da legalidade, em Luzéia, Silves e outros pontos. Antes havia tomado parte nas lutas

---

(60) Vítor da Fonseca Coutinho, amazonense, nascido em Borba, a 12 de abril de 1812, filho do Capitão Francisco Benedito da Fonseca Coutinho e D. Ana de Góis. De seu casamento com D. Isabel da Fonseca Zuzarte, teve 2 filhos, um dos quais foi Monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho.

A igreja matriz de Borba foi reconhecida oficialmente pelo Govêrno do Amazonas como "monumento histórico" por Lei n.º 856, de 28 de dezembro de 1950.

Borba comemorou o seu bicentenário a 1.º de janeiro de 1956. Foi a primeira vila e paróquia do Amazonas.

(61) Lucas Alexandre Boiteux — *Marinha Imperial versus Cabanagem*, pág. 63.

acérrimas travadas em Manaus, Airão, Moura, Carvoeiro, Mariuá, Moreira, Bararoá, Lamalonga, Santa Isabel.

Refere Bento Aranha que, derrotado em Santa Isabel, escapou à morte, e quando se viu sem um soldado, embrenhou-se e foi sair defronte de Barcelos, onde já o supunham morto. O mesmo autor diz que em Barcelos mandou Bararoá fuzilar um oficial por motivo de traição, quando o foi por despeito. Por igual pretexto mandou matar o Alferes Benfica, ao seguir em marcha forçada contra os Cabanos, acampados em Moura.

Bento Aranha refere-se ainda ao Capitão Antônio Freire Taqueirinha, dizendo "que era outro legal que em crueldade assemelhava-se ao Cabano". Taqueirinha era inimigo figadal de Bararoá(62).

Manaus suportou o cêrco dos insurretos no dia 6 de março de 1836. Mais de mil homens, sob a direção de Bernardo de Sena, acercaram-se da vila e tomaram-na de assalto, sem encontrar resistência dos moradores em condições de pegar em armas. As defecções para o interior foram muitas.

Sena tinha sido aprisionado e remetido a ferros para Belém, mas os seus companheiros, no baixo Amazonas, soltaram-no. Sôlto, pôde o espião comandar os assaltantes.

A Câmara Municipal, no dia seguinte ao da ocupação, manifestou-se solidária com os revolucionários, aplaudiu as novas nomeações de autoridades que iam servir aos interêsses dos Cabanos. Entre as autoridades sobressaía o Vigário João Pedro Pacheco que, regozijado com a nomeação, e querendo mostrar o seu entusiasmo pelos nativistas, celebrou missa e um *Tedeum Laudamus*.

---

(62) "Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico do Pará". Vol. I n.º I. 1900.

A atuação dos ocupantes, todavia, não foi violenta, nem perseguidora. Sena acusava, contudo, o juiz Henrique Cordeiro, que fugiu, e a Bararoá.

As conseqüências dessa passividade são fáceis de imaginar.

Com a chegada de Apolinário Maparajuba, outro grande elemento rebelde, a nuvem de temor, que ainda subsistia, em Manaus, desfez-se e todos aderiram aos vencedores.

O govêrno legal, agora, era Francisco Nogueira Angelim, que se apossava do poder em Belém.

Um movimento de quartel trouxe em conseqüência o assassínio de Bernardo de Sena, em Manaus.

Com êsse acontecimento a medida dos agravos transbordou. Aproveitaram os amazonenses o ensejo para reagir. A reação partiu do Solimões, de Ega (Tefé). À frente dos patriotas a figura dominadora de José Patrício. Outros homens haviam de esculpir páginas de lances dramáticos na história dessa fase de perturbações profundas: Gregório Naziazeno, Inácio Rodrigues do Carmo, Manuel Nunes Benfica, Manuel Antônio Freire Taqueirinha. Naziazeno e outros capitães expulsaram de Manaus os Cabanos, os quais ainda realizaram uma investida sôbre a capital meses depois, porém sem resultados, sendo repelidos.

Comandantes das armas foram nomeados Ambrósio Aires Bararoá, prêmio aos seus sacrifícios e decidida coragem; depois o Capitão José Antônio de Oliveira Horta, que deixou prole em Moura, a seguir o Capitão-Tenente Lourenço de Araújo e Amazonas, que escreveu um *Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*, Recife, 1852, geralmente consultado por quantos pretendem ocupar-se da história do Amazonas.

Um coevo de Bararoá, o Capitão João Rodrigues de Matos, nomeado por Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 9 de novembro de 1841, — *Comissário da Inspeção e exame dos pontos contestados por S. Majestade Britânica* —, referindo-se àquele guerrilheiro, escreve: "Para aquela comarca (Comarca do Alto Amazonas) foi degradado Ambrósio Pedro Aires por crimes políticos, e dizia ser de nação alemã. Êste Aires algum serviço prestou ao govêrno legal na ocasião da rebelião de 1836, reunindo uma fôrça dos habitantes da povoação de Bararoá sob seu comando, marchando com ela para a vila de Óbidos a coadjuvar o ataque do grande ponto de Icuipiranga, ocupado pelos rebeldes; e porque dizia que sustentava e pagava a sua tropa, apresentou ao Exmo. Governador da Província, então o Tenente-General Manuel Jorge Rodrigues, a conta das despesas na quantia de Rs. 2:350$530. Foi o mesmo Exmo. Governador de parecer que se lhe pagasse, quantos outros muitos indivíduos também as fizeram em alguns pontos em defesa da pátria, e do govêrno legal, e nunca exigiram recompensas; e como na dita vila de Óbidos não obteve êsse embôlso retirou-se com a sua tropa para a vila da Barra do Rio Negro, e aí requereu à Provedoria o cumprimento da ordem do Exmo. Governador, exigindo da mesma que fôsse pago em gado das fazendas do rio Branco, a cuja requisição a referida Provedoria conveio estipulando-lhe o preço de seis mil-réis por boi.

"Achando-me na vila de Santarém", escreve Rodrigues de Matos, "no comando militar do baixo Amazonas em agôsto de 1837, por ali passou o dito Ambrósio Pedro Aires com um barco e algumas canoas carregadas de carne sêca dessa matança que lhe concedeu a Provedoria, que cooperou para os interêsses do sobredito Aires, em prejuízo dos cofres nacionais, porque recebendo êle trezentos e noventa e um bois a seis mil-réis,

que perfaz o total da quantia de Rs. 2:350$530, reduzida a carne de dez arrôbas cada boi soma três mil e dez arrôbas, reputadas nesta capital a oito mil-réis, preço por que então se comprava por falta de víveres, importou no total de Rs. 31:280$000. Desculpando-se as autoridades daquela comarca que à vista dos alfanges e ameaças do mencionado Aires, temendo que a êles acontecesse o mesmo que aconteceu a alguns empregados públicos, lhe mandou pagar, pedindo perdão à Tesouraria Geral desta Província se nisto havia pecado, pois que se viram coagidos a obrar assim"(63).

A guerra dos Cabanos prolongou-se até 1839, em que a 4 de novembro foram anistiados. A anistia era medida invocada pelo Presidente da Província do Pará Dr. Bernardo de Sousa Franco que, por carta imperial de 1.º de março de 1839, substituiu o Brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa.

A 4 de outubro do mesmo ano a Câmara Municipal de Manaus impetrava ao presidente da Província idêntica medida de clemência para os Cabanos de Maués. Êsses revoltosos, no entanto, teimavam em não se entregar, usando de evasivas e subterfúgios, mesmo depois de decretada a anistia.

O Major José Coelho de Miranda Leão, nomeado comandante militar de Luzéia pelo Brigadeiro Soares de Andréa, pôs de lado os meios suasórios com que agia, para pela fôrça compelir os insurretos a depor as armas, no que foi atendido pelo chefe cabano Gonçalo Jorge de Magalhães, que se rendeu com 880 camaradas, a 25 de março de 1840. Na vila de Maués e na foz inferior do paraná do Ramos mais de 300 depuseram as armas, rendendo-se à intimação do Capitão João Valente do Couto.

---

(63) João Rodrigues de Matos — *Relatório sôbre o estado de decadência do Alto Amazonas*, dirigido ao Governador da Província do Pará. "Jornal do Comércio" (Rio) de 10 de setembro de 1950.

Estava assim terminada pelas fôrças legalistas. Segundo cálculos autorizados pereceram nessa guerra mais de doze mil homens, a maioria em combate, o restante sucumbiu na prisão(64).

Nos povoados amazonenses invadidos, o destrôço foi grande. No Andirá um criminoso larvado, Crispim de Leão, partidário dos Cabanos, cometeu os mais horripilantes crimes, acabando por incendiar a aldeia de igual nome, e assistia sàdicamente ao fogo devorador, quando foi trespassado por uma bala que o matou.

(64) Lucas Evangelista Borteux — *Obra cit.*, pág. 400.

# A Província

A elevação da Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província foi feita pela Lei n.º 582, de 5 de setembro de 1850, a qual dizia:

"A Comarca do Alto Amazonas, na Província do Grão Pará, fica elevada à categoria de Província, com a denominação de Província do Amazonas. A sua extensão e limites serão os mesmos da antiga Comarca do Rio Negro".

Dispunha que a nova Província teria por capital a vila da Barra do Rio Negro, enquanto a Assembléia respectiva não decretasse a sua mudança. Daria um senador e um deputado à Assembléia Geral e que sua Assembléia Provincial constaria de vinte membros. Consignava outras providências.

No dia seguinte, 6 de setembro, a Lei n.º 586 estabelecia a navegação do rio Amazonas.

Estava concretizada a aspiração do povo do Rio Negro, que via realizados os seus ideais de desanexação da Província do Grão Pará. Chegava-se à reparação de uma injustiça gritante, contra a qual as populações nunca deixaram de clamar perante a nação.

Recordemos que o território pròpriamente do Amazonas formava desde 1758 a Capitania de São José do Rio Negro, extinta com a nossa separação de Portugal.

Nutriam os amazonenses que aderiram ao movimento separativo a 9 de novembro de 1823, e juraram

fidelidade à pessoa do Imperador D. Pedro I, a esperança bem fundada de vir a ser o Rio Negro — Província, como já era assim considerado. A expectativa lisongeira, porém, dissipou-se.

A criação da Comarca do Alto Amazonas foi o desfecho da ilusão que nutriam os seus filhos. Não houve protesto, não houve apêlo, queixas, demonstrações, que servissem. Não houve reivindicações por escrito, descrição do estado da região, do trabalho penoso de explorá-la e plantar uma civilização que movessem o espírito dos nossos estadistas.

A luta armada nas praias arenosas das Lajes e do Bonfim, com a morte de centenas de voluntários imolados à causa da autonomia, não teve o mister de acordar os políticos para auxiliar a grande cruzada que o Amazonas empreendia, há anos, numa porfia sistemática de quem está de posse de um direito, e não quer abrir mão dêle.

A situação depois da guerra da Cabanagem tornou-se mais difícil; a pobreza, a desolação, a anarquia campeavam por tôda parte. Dêsse estado ressentiam-se a agricultura, a indústria e o comércio. Uma testemunha daquela fase pinta a tristeza e a ruína a que havia chegado esta porção da baixada do norte.

Em relatório apresentado ao Governador do Pará, em 1845, dizia o Coronel João Henrique de Matos:

"A antiga vila da Barra do Rio Negro colocada na margem oriental que também ocupou o predicamento da extinta Capitania do Rio Negro, com a assistência do govêrno e com tôdas as repartições necessárias para a administração governativa, desde o ano de 1818 até 1821 continha os edifícios seguintes: uma casa com a denominação de palácio para residência do governador; uma dita na fortaleza, uma dita armazém, uma dita quartel de tropa, duas ditas denominadas ribeira, uma

dita de inspeção, uma dita de armazém de pólvora, uma dita de trem de guerra, uma dita de cordoaria de piaçaba, uma dita de depósito de amarras, uma dita de depósito de algodão, uma dita de fábrica de pano do mesmo rôlo, uma dita de hospital, uma dita construída para olaria de fazer louça, telha e tijolos com dois fornos, uma dita de fábrica de fazer anil.

"Hoje apenas existem os edifícios seguintes: a casa, que servia de fábrica de panos de algodão serve de aquartelamento da tropa, e da guarda policial, a que servia de trem de guerra, hoje de hospital, a que servia de hospital hoje de prisão, a que servia de Provedoria, hoje de administração da Recebedoria Nacional daquela comarca; uma pequena parte, que existe da olaria com os seus dois fornos tudo em total ruína, e breve todos êsses edifícios desaparecerão, e já êsse pequeno resto de olaria não trabalha, por não ter o administrador da Recebedoria com quem trabalhar tanto por falta de atividade do mesmo administrador, como dos pagamentos dos trabalhadores".

Encara depois o arguto Inspetor o declínio das rendas. "Os rendimentos da Câmara Municipal, pelas suas posturas no ano de 1842, montaram em quatrocentos e setenta mil réis, e observei que algumas obras que lhe pertencia repará-las existiam em perfeito abandono, sendo entre elas três pontes de madeira que servem de comunicação de um para outro bairro da vila, principalmente por ocasião das enchentes do rio, que já ofereciam grande dano e perigo iminente à passagem do povo, quando me constou que já havia recebido certo quantitativo para o consêrto das referidas, se me não engano a quantia de um conto de réis".

Em Barcelos, segundo êle narra, existia uma pequena igreja construída de madeira já desmoronada; uma casa velha que servia de residência ao pároco, uma

outra semelhante que servia para os trabalhos da Câmara Municipal, outra que tal em que residia e dava aula o professor de primeiras letras, que apesar de ser provido efetivo desamparou a cadeira e retirou-se para Manaus, e algumas mais muito ordinárias pertencentes aos moradores daquele distrito, que, segundo o vigário, Padre Filipe de Santiago Pinto, estavam a maior parte do ano desocupadas, porque seus donos apenas se recolhiam à vila nos dias festivos do ano, que a população consistia em setenta e quatro fogos, quando na era de 1790 contava 640 fogos, entre brancos, mamelucos, tapuias, mestiços e pretos, e 30 a 40 escravos, diminuindo a população durante 62 anos, em 327 fogos, que se achava sobrecarregada na responsabilidade de mais de 14 paróquias no alto rio Negro e três no Branco, por se acharem destituídas de vigários, distantes de sua sede 156 léguas de navegação contra as correntes do rio, as quais não era possível socorrer como pastor espiritual e desempenhar as funções de seu ministério.

Tocando em algumas freguesias e povoações, refere o Coronel Matos que ouviu aos moradores a declaração de que havia dezesseis anos por ali não passava um sacerdote. As igrejas reduzidas a casas imundas, sem paramentos, e tudo em ruína.

Mais adiante relata o observador que tocou em algumas vilas, freguesias e povoações e nelas encontrou consideráveis faltas; apenas em algumas achava uma ou duas autoridades territoriais a quem requisitando a bem do serviço de sua comissão algumas coisas indispensáveis, respondiam que nada tinham, porque não havia.

Constando a nomenclatura das povoações da Comarca do alto rio Negro, desde a era de 1758 até 1823, de trinta e duas povoações entre vilas, freguesias e lugares, estava naquele tempo reduzida a comarca a dezoito, a saber: a vila da Barra do Rio Negro, a freguesia de

Airão, a de Moura, a de Carvoeiro, a vila de Barcelos, a freguesia do Moreira, a de Tomar, a de Santa Isabel, a povoação de Castanheiro Novo, a de São Pedro, a de São Bernardo de Camanau, a povoação de Santa Bárbara, de Santana, a freguesia de São Gabriel das Cachoeiras, a de São Joaquim do Cuané, a de São Filipe, a de Nossa Senhora da Guia e a freguesia de São José dos Marabitanas, lugar do forte em que baliza a fronteira dos nossos limites no alto rio Negro com a República da Colômbia, que tôdas formam o total de 7 200 habitantes livres e de 454 escravos.

Desapareceram daquele solo os lugares de Poiais, Lamalonga, de Boavista, de Nossa Senhora de Loreto, de São José, de Castanheiro Velho, de Nossa Senhora de Nazaré do Curiana, de São Miguel, de São Jerônimo, de São João Batista do Mabé e a de São Marcelino, que há sessenta anos tinham em si a soma de 1 290 habitantes livres.

O austero autor do relatório declara ainda: "Resta, porém, notar que os amazonenses, por experiência não podem e nem devem esperar o seu melhoramento enquanto não se colocarem na primitiva sede de seu govêrno. Em prova do que está à vista a Comarca do Alto Amazonas e Rio Negro, que há trinta e seis anos rivalizava com a capital (Belém) em civilização, comércio e agricultura, hoje em vão tem o nome de comarca porque tôda ela já não é, e parece que à porfia se pretende tornar aquêle cantão ao estado em que jazia antes de nascer ao mundo político, e gozar da doce prosperidade que o céu lhe tinha concedido".

Sôbre o rio Branco o emissário do govêrno não é menos sombrio e verdadeiro. As fazendas do rio Branco acusavam ruína completa, bem como a fortaleza que ali domina os nossos limites, dando-se contìnuamente desercões de índios e soldados para o estrangeiro, e rebelião

de soldados contra o seu comandante de quem extinguiram a vida, à falta de comestíveis, material de obras, de tudo. Nas fazendas campeava o furto de gado. Só serviam de apetite a aventureiros, que para lá iam(65).

O gado vacum, cavalar e muar, como sabemos, foi lá introduzido pelo Brigadeiro Manuel da Gama Lôbo de Almada, em 1787, mandando para os campos salutíferos e aprazíveis do rio Branco exemplares de gado, que fêz vir de alguns povoados da capitania.

Ainda em 1838 as manadas ali montavam em 3.000 cabeças de gado vacum e 2.000 de cavalar. Em 1843 podiam as três fazendas, que ali havia, contar umas 500 a 600 cabeças de gado bovino e cinqüenta de eqüinos. Essa espantosa diminuição se explica, no entender do autor do relatório, pelo abandono em que jaziam e os abusos cometidos pelos seus administradores.

O Coronel Matos aponta alguns que se locupletaram com os bens do país — Ambrósio Aires Bararoá, o italiano Ricardo Zani, que "mandava fazer tôda a carniça que queria nas fazendas do rio Branco, com o pretexto de socorrimento às diferentes fábricas de sua administração", — Pedro Nunes Benfica, João de Oliveira e um tal Seabra, "português de nação", o prêto Francisco Bernardes, que para ali fôra fugido da cadeia de Pernambuco por crime de morte.

O que o Rio Negro aspirava, já se disse, era à autonomia, ao seu desmembramento da Província do Pará, e à constituição de um govêrno próprio, desde que criada a província.

Várias tentativas neste sentido foram feitas, sendo que tôdas falharam, ficando a dormir no Parlamento. Contudo a idéia vivia a laborar no peito dos habitantes, sempre a pugnarem pelo soerguimento político, social

---

(65) *Relatório cit.*, "Jornal do Comércio", de 7 de setembro de 1950 e de 10 de setembro do mesmo ano.

e econômico de sua terra, sem justiça, sem lei, sem uma organização eficiente, sem instrução, sem educação, sem aquelas medidas de simples polícia, que se requeriam a todo instante a bem da segurança pública.

O fato de não possuir rendas suficientes para socorrer as necessidades, e de não haver pessoas habilitadas para o serviço público, era o resultado da opressão, em que viviam os amazonenses, da tirania que os maltratava, e da estreiteza de vistas com que geralmente agiam os presidentes do Pará.

Comarca que tem fronteiras com diversos países, precisava de estar aparelhada para a manutenção da ordem e punição dos delinqüentes.

A distância que a separava da Província do Pará tornava difícil o emprêgo de medidas que reclamassem brevidade.

Enfim, a causa fundamental da crise em que se debatia, era precisamente a subalternidade, em que se achava.

A fôrça da constância fêz com que tais pensamentos e conceitos fôssem refletir-se lá fora. Afinal as razões invocadas pelos amazonenses encontraram eco na consciência de alguns publicistas do tempo. A campanha foi tomando vulto, avolumando-se, criando novos e entusiastas adeptos. Por fim apareceu o Projeto de Lei, em 1848, que colimava êste objetivo, isto é, que elevava à categoria de província a Comarca do Alto Amazonas, com uma Assembléia Legislativa Provincial de 20 membros, um senador e um deputado à Assembléia Geral.

Nessa época (1848) a Lei n.º 145, de 24 de outubro, do govêrno e do Conselho paraense guindava a vila de Manaus ao foral de cidade com a denominação de cidade da Barra do Rio Negro. Voltava-se ao nome primitivo.

A graduação em cidade não resolvia o problema, que só com a constituição da província podia salvar da miséria aquêle povo.

Animador dêsse movimento patriótico e libertário — de se constituir em província o Amazonas, foi entre outros o nobre varão que era então Deputado pelo Pará à Câmara dos Representantes da Nação — João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, a quem, poucos anos depois, caberia a tarefa de inaugurar a Província.

O paraense, que deu bastantes provas de suas virtudes insignes, foi um dos mais vibrantes defensores da causa amazonense, do sonho da gente do Rio Negro.

Em Barcelos nasceu seu pai Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, pertencente ao ramo genealógico de cavaleiros e capitães, que se bateram pela integração do Amazonas ao Império, e figuraram com aprumo nos tumultuosos tempos da conquista.

Outros estadistas formaram na linha de frente em prol da autonomia da região: D. Romualdo de Seixas, Arcebispo da Bahia, Bernardo de Sousa Franco, João de Deus e Silva, Raimundo José da Silva Matos, Luís Augusto Maia, Lino Coutinho, Honório Hermeto Carneiro Leão.

Aprovado o Projeto veio a se converter na Lei n.º 582, de 5 de setembro de 1850.

# Fundação da Província

Criada pela Lei imperial de 5 de setembro de 1850, a Província do Amazonas só veio a inaugurar-se em 1.º de janeiro de 1852, quando tomou posse de presidente e a instalou o Dr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, um dos maiores batalhadores de sua elevação àquela dignidade.

Tenreiro Aranha, pelo conhecimento que tinha do seu território e de suas riquezas, e também das necessidades sentidas, foi o homem escolhido pelo Imperador para essa alta missão, por despacho de 7 de junho de 1851.

Na carta que lhe dirigiu o imperante recomendava: "fareis manter a religiosa observância das leis para liberdade, segurança e prosperidade dos povos da Província", e pedia que enviasse à respectiva Secretaria de Estado os esclarecimentos exigidos na Circular de 11 de março de 1848.

Tenreiro Aranha de tudo informou aos seus coestaduanos, marcando o dia da partida de Belém no vapor *Guapiaçu,* e ao chegar à cidade da Barra do Rio Negro teve recepção carinhosa como era de esperar da gratidão dos amazonenses, que, anos depois, lhe consagraram à memória uma estátua em bronze erigida numa das mais movimentadas praças da cidade.

Segundo o ritual prescrito pela Câmara Municipal tomou posse no mesmo dia, fêz nomeações e deu posse aos funcionários das diversas repartições(66).

Governou seis meses, de 1.º de janeiro a 27 de agôsto de 1852, quando se recolheu ao Pará, deixando atrás de si, de sua útil gestão, preciosos dados que se encontram em seu relatório, primoroso pela exação da linguagem, flagrante da paisagem e meticulosa descrição do estado da província.

A Província tinha uma população, segundo o Professor Artur C. F. Reis, de 29.798 habitantes, dos quais 750 escravos, sem falar na massa indígena.

De acôrdo com uma estatística coligida pelo Capitão-Tenente Lourenço de Araújo e Amazonas a popula-

---

(66) "Câmara Municipal de Manaus".

"Sessão extraordinária do dia 1.º de janeiro de 1852.

"Presidência interina do Senhor Rodrigues do Carmo.

"Às nove horas menos dez minutos da manhã, feita a chamada, se acharam presentes os Senhores Vereadores Barroso, Pau Brasil, Roberto, Brandão, Paula Azevedo, Manuel José de Macedo, Fleuri e Pedro Mendes Gonçalves Pinheiro; verificado pelo Sr. Presidente existir número legal para formar casa, declarou aberta a sessão e em seguida passou a nomear uma comissão para receber o Exmo. Sr. Dr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, presidente nomeado para esta Província do Amazonas, que se deve achar na casa às nove horas para prestar juramento e tomar posse da mesma, como tudo se acha consignado na Ata da sessão de 29 de dezembro último, cuja nomeação recaiu nos Srs. Vereadores Brandão, Fleuri, Pinheiro, Paula Azevedo e Pau Brasil.

"À hora indicada compareceu o mesmo Senhor que foi recebido e introduzido pela comissão na sala das sessões, tomou assento ao lado esquerdo do Sr. Presidente da Câmara, depois do que mandou êste proceder à leitura da Carta Imperial, por onde S. M. o Imperador houve por bem nomear o mesmo Exmo. Senhor para Presidente desta Província e finda a leitura da dita Carta Imperial, deferia êste o juramento dos Santos Evangelhos em um livro dêles nos têrmos seguintes: "Juro aos Santos Evangelhos defender o Império, manter as liberdades constitucionais, executar as leis, promover quanto em mim couber os melhoramentos morais e materiais desta Província do Amazonas, assim Deus me ajude."

"Findo êste ato, levantou-se o Sr. Presidente e convidou o mesmo Exmo. Senhor a tomar assento à sua direita, o que assim foi efetuado, declarando aquêle em voz alta e inteligível, que em virtude da sobredita Carta Imperial e do Aviso expedido pelo Ministério do Império, de 7 de junho do dito ano, dava a Câmara Municipal posse da Província ao Exmo. Sr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, presidente para ela nomeado. E passou logo o Sr. Presidente da Câmara a convidar o 1.º Vice-Presidente nomeado Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda, para prestar o devido juramento dêste cargo, cujo juramento lhe foi efetivamente deferido na forma mencionada, e repetindo o 2.º Vice-Presidente o Cônego Joaquim Gonçalves

ção era de 40.584 entre brancos, mamelucos indígenas e mestiços, escravos, assim distribuída: Amazonas 14 766; Solimões 5 865; baixo do rio Negro 14 899; rio Branco 1 070; alto rio Negro 3 984. Pelo recenseamento de 1852, "geralmente reconhecido como muito incompleto", era a população da Província calculada em 29 798 almas.

Tenreiro Aranha, no relatório que apresentou ao govêrno, fazia a ponderação seguinte: "A serem incluídos, como penso que devem ser, todos êsses habitantes naturais desta Província (referia-se ao considerável número dos índios que se achavam domesticados das tribos Maués dos rios Mamuru e Andirá, Mundurucus dos rios Abacaxi, Canumã e Murumurutuba, Uarauaquis e Pa-

---

de Azevedo, o 3.º o coronel João Henrique de Matos e o 4.º o cidadão Manuel Tomás Pinto, — "assim o juro".

"O Sr. Presidente da Câmara, sendo o Vice-Presidente nomeado em 5.º lugar, passa a presidência desta ao Sr. Vereador imediato em votos, o que feito, deferiu êste àquele o juramento nos mesmos têrmos acima mencionados, e reassume novamente a presidência.

"O Exmo. Sr. Presidente da Província, pedindo permissão à Câmara, deferiu igualmente o juramento dos Santos Evangelhos, com as formalidades que constam do têrmo retro, a João Wilkens de Matos, que, por Carta Imperial de 18 de agôsto do ano passado, foi nomeado para secretário do govêrno desta Província.

"Concluído que foi o que acima fica declarado, saiu a Câmara em companhia do Exmo. Sr. Presidente da Província e mais autoridades e cidadãos outros que se achavam presentes e se dirigiram à Capela do Seminário Episcopal, onde foi celebrado o religioso ato de ação de graças, dirigindo-se depois ao Palácio do Govêrno, onde foram pelo Exmo. Sr. Presidente da Província empossados dos seus cargos os empregados nomeados pelo govêrno de S. M. o Imperador para chefes de diversas repartições. Logo se recolheu ao Paço dela acompanhando o Exmo. Sr. Presidente, e aí na sala de suas sessões, tomando novamente assento o mesmo Exmo. Senhor ao lado direito do Sr. Presidente da Câmara, declarou em voz alta que, em virtude da Lei de 5 de setembro do ano passado, instalava a Província do Amazonas, para a qual fôra nomeado presidente por Carta Imperial de 7 de junho do mesmo ano, do que lavrou o secretário da presidência o competente auto, que foi assinado por êle Presidente, pelos Vereadores da Câmara, pelas autoridades e mais cidadãos que presentes estavam.

"Finalmente, depois de ter a Câmara deliberado que se fizesse público por editais tôdas as ocorrências nesta mencionadas e que se comunicasse a tôdas as Câmaras da Província, convidou o Sr. Presidente da mesma ao Exmo. Sr. Presidente da Província para que se dirigisse à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, matriz provisória desta cidade, a fim de aí assistirem ao solene *Tedeum Laudamos* em ação de graças por tão satisfatórios acontecimentos, e levantou a sessão, mandando lavrar esta ata que com os demais membros assinou. Eu, Clementino José Pereira Guimarães, secretário, que a escrevi." Seguem-se as assinaturas.

riquis do rio Uatumã e Muras dos rios Madeira e Purus, e das povoações de Amatari, Uautás e dos lagos Manacapuru e Manaquiri, que se acham em tôrno desta capital, e outros que se acham pelos rios e lagos ainda mais distantes, já em povoações e com estabelecimentos de lavoura, ou dados à pesca) pelo menos aquêles que se acham batizados e já de alguma sorte úteis à sociedade, estou que o quadro da sua população poderá ser elevado a mais de 100 mil pessoas, sem se incluírem as hordas bárbaras errantes e ainda desconhecidas.

A Lei de 5 de setembro de 1850 declarou que a extensão e limites da Província fôssem os mesmos da antiga Comarca do Rio Negro.

Na mesma data em que era nomeado Tenreiro Aranha Presidente da Província, eram também nomeados os Vice-Presidentes Dr. Manuel Gomes Correia de Miranda, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo e Coronel João Henrique de Matos, os quais tomaram posse do cargo em igual data.

O vapor *Guapiaçu,* que transportou o presidente, fazia a sua terceira viagem a Barra do Rio Negro, sendo a primeira ao conduzir a seu bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, Capitão de engenheiros Inocêncio Veloso Pederneira e o engenheiro Toulois, que, comissionados pelo govêrno imperial, se dirigiram ao vale do rio Branco para explorá-lo.

A nova Província formava uma só comarca, composta de dois têrmos com foro independente; quatro municípios; vinte freguesias; dezoito distritos de paz; duas delegacias e onze subdelegacias, a mesma organização administrativa e judiciária que tinha a Comarca do Alto Amazonas.

Um dos problemas principais, que chamou de logo a atenção do presidente, foi o da catequese dos índios, procurando dirimir certos incidentes no interior e lançando suas vistas para as bacias do Uaupés e Içana.

Assim, depois de certificar-se dos motivos das queixas feitas pelos Tuxauas, determinou que os índios Maués continuassem sob a direção do reverendo capuchinho Frei Pedro de Ciriana, e que os do Mamuru fôssem ter os sacramentos em Vila Nova, com sujeição ao vigário.

Para o rio Uaupés fêz seguir o capuchinho Frei Gregório, José Maria do Bene, a fim de auxiliar o Reverendíssimo Frei José dos Santos Inocentes, "encarregado de ministrar os ofícios paroquiais por todos êsses tão longínquos lugares, por não poder chegar contìnuamente a todos, pelo embaraço da moléstia grave, que padecia".

Outros assuntos palpitantes exigiam cuidado do estadista, como o do estabelecimento de colônias nos rios Nhamundá, Madeira, Solimões, Japurá, Içá, Uaupés, Negro e Branco, "para que a população indígena e as férteis terras e os campos por lá sejam aproveitados com melhoramentos rurais, e já para que o comércio e a comunicação que se pode entreter e aumentar consideràvelmente com os vizinhos de Mato Grosso e dos Estados da Bolívia, Peru, Nova Granada, Equador, Venezuela e as possessões inglêsa e holandesa, venham a ser auxiliados e proveitosos".

Muitas outras necessidades lhe não escaparam à visão, como aquelas da criação de um núcleo agrícola e fabril, a reforma do ensino elementar e a fundação de uma escola normal, um novo sistema de fiscalização de rendas, expressando ainda o seu desejo veemente de intensificar a agricultura e a indústria.

Tenreiro Aranha estabelece um paralelo entre a situação anterior, isto é, da região ao tempo da capitania e a situação deplorável em que se encontrava o Amazonas.

Um obstáculo ao desenvolvimento do Estado era a falta de navegação a vapor. "Por enquanto", dizia êle, "40 a 50 barcos e canoas de porte de 15 a 16 toneladas fazem a navegação, com carregamentos entre esta Província e a do Pará, e mais de 2.000 canoas de diferentes lotações se empregam nos muitos diversos tráfegos para Mato Grosso e até as fronteiras dos Estados estrangeiros vizinhos, e de uns para outros lugares do interior, em todos os sentidos; e o número das pessoas das equipagens, índios civilizados e gentios, inclusive mulheres se eleva certamente a mais de seis mil"(67).

Ao ser alçada à categoria de cidade a antiga vila de Manaus (Lei de 24 de outubro de 1848), era o Amazonas distinguido com a criação, em 14 de maio do referido ano, pelo Revmo. Bispo D. José Afonso de Morais Tôrres, de um Seminário, que se denominou de São José, e onde se ensinava Português, Latim, Francês, Canto e Música.

Exercia as funções de Vigário-Geral o Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, sacerdote virtuoso, que prestou relevantes serviços à Província.

Havia três missões religiosas, a de Pôrto Alegre, no rio Branco; a do Japurá, Içá e Tonantins, e a do Andirá, esta última dirigida por Frei Pedro de Ciriana.

Anos decorridos, em 1871, vieram para o Amazonas seis frades franciscanos observantes, estabelecendo-se outras missões — no lugar Santo Antônio, no rio Madeira, na foz do Beni e outra no Caldeirão, ficando incumbido da última Frei Angelo Pratteggiani de Perugia. Entre os fundadores da missão da cachoeira de Santo Antônio figura Frei Jesualdo Machetti, que construiu depois a bela igreja de São Sebastião em Manaus. À frente da do Beni ficou Frei Luís Daccagni. Frei Bernardo de Nossa Senhora de Nazaré Ferreira ocupou-se

(67) *Relatórios da Província do Amazonas.* Vol. I, pág. 37. 1906.

da administração dos índios Tecunas e Manjeronas, em Tabatinga.

Vários outros missionários se destacam pelo seu espírito de caridade e pelo zêlo e fervor com que serviram, dentre os preceitos da Religião, à terra. Assinalemos alguns dêles: Frei José da Madalena, que usou pela primeira vez a vacina no rio Negro contra as bexigas, e foi um dos mais respeitáveis e dedicados que já apareceram na cruzada de evangelização dos índios, Frei Gregório, José Maria do Bene, que prestou notáveis serviços à catequese nos rios Uaupés e Içana, com abnegação e desinterêsse, Frei José Alves das Chagas, símbolo de bondade e amor aos seus catecúmenos.

Dêle disse o naturalista von Martius: "Na própria missão de Maués (chamada Uacituba pelos índios) fui recebido de braços abertos pelo seu catequista. Havia quatorze anos que Frei José Alves das Chagas se encarregara de dirigir diversas missões, já as neves da velhice lhe polvilham a cabeça, mas o coração bate ainda enérgico à idéia de espalhar o bem entre os pagãos.

"O seu porte empresta dignidade e confiança a todos os seus atos. Convivência com um homem todo devotado a altos ideais enobrece; quase me envergonhei das expressões severas com que lhe relatei a experiência que adquirira sôbre a natureza dos índios"(68).

De sua personalidade disse também o Cônego Francisco Bernardino de Sousa:

"Vila Bela da Imperatriz talvez só a êle deva a sua existência e a sua tal ou qual prosperidade; Canumã mereceu-lhe particular solicitude; a aldeia de São José do Amatari foi por assim dizer criada por êle; Borba sentiu os efeitos de sua mão beneficente; em uma palavra, tôda a região da Mandurucânia conserva ainda bem viva

(68) *Viagem pelo Brasil*, Terceiro volume, pág. 412.

a lembrança de seu nome, das suas virtudes e de seus benefícios. Diz ainda que foi êle o primeiro que, devassando as matas do rio Maués-açu, conseguiu chamar a si grande número de índios da nação Maué, com os quais aumentou a população de Vila Bela"(69).

Outros missionários foram infelizes, acabaram vítimas nas mãos dos selvagens. O frade carmelita Antônio de Andrade foi trucidado pelos índios Jumas, em Tefé, por volta de 1720; Frei Matias Dinis foi traiçoeiramente assassinado pelos Cainvicenas; Frei Antônio de Vila Viçosa e Frei Pedro de Évora foram imolados impiedosamente pelos índios Pariquis do Uatumã, além de outros que sofreram igual martírio.

Para punir os selvagens que mataram Frei Matias o Governador do Pará Alexandre de Sousa Freire fêz seguir para o Solimões uma fôrça comandada pelo Alferes José Rodrigues Santarém, que deu uma batida nos matos onde se verificou a tragédia, não os encontrando.

No igarapé Taracuera que corre para o Uatumã, os padres da Piedade fundaram, em 1708, uma missão, que depois de algum progresso foi destroçada pelos silvícolas da região. No ataque abateram os dois missionários aludidos, Frei Antônio de Vila Viçosa e Frei Pedro de Évora, e muitos moradores. Os índios incendiaram depois as barracas.

Após a devastação feita no povoado e o fogo ter devorado as casas e a igreja, os índios carregaram o sino e o lançaram no fundo do dito igarapé, onde, dizem, só é visto nas grandes sêcas. Corre a lenda que, noite alta, se ouvem os sons plangentes do bronze, vibrando no emaranhado da selva.

Os feros instintos dos selvagens com esta cena de violência provocaram a remessa pelo govêrno de uma

---

(69) *Comissão do Madeira — Pará e Amazonas*. Segunda Parte, pág. 83. 1874.

diligência sob o comando do Alferes Pedro da Costa Raiol, que, dirigindo-se àquele rio, massacrou grande parte dos bárbaros.

O Uatumã é um dos rios pouco explorados do Amazonas; ainda hoje não se conhecem precisamente as suas cabeceiras. Deve ter as suas nascentes "nos terrenos elevados que separam as bacias do Jauaperi, Cuieiras, Anavilhana e outros que vertem para o rio Negro" (Agnelo Bittencourt). É um rio de grande largura, de aspecto imponente. Terras altas e onduladas, contorções mais salientes enfeitam-lhe as margens vestidas de vegetação exuberante, e condicionam efervescentes cachoeiras.

Apesar de já muito percorrido pelos extratores de produtos espontâneos da natureza, viajado por alguns estudiosos geólogos, naturalistas e etnógrafos, o rio ainda se afigura selvagem no agressivo de suas florestas, nas suas águas grandes, na solidão que reina em seu longo percurso.

O geólogo Dr. Odorico de Albuquerque, por parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, de 1918 a 1919, percorreu 357 quilômetros dêste rio indo até o lago, que êle denominou — lago Terminus, se bem que ainda suas cabeceiras ficassem muito distantes. O objetivo que guiava o notável profissional foi o estudo de formações carboníferas de que se diz são ricas as suas terras.

Para lá convergiu a atenção do epigrafista e lingüista Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, o qual diz que neste rio, como no Jatapu, seu confluente, também de grande envergadura, são muito curiosas as pedras e lajes com inscrições e legendas, que o aludido sábio procurou ler e definir.

O Uatumã possui inúmeras inscrições rupestres e figuras mitológicas. Acentua Bernardo Ramos que nêle

e no Urubu, de onde se deriva o rio Maquará, se encontram ainda as ruínas de um templo rústico formado de blocos de pedras, ao ar livre, erguido nos altos de um rochedo, seja o de Malkart, templos ou altares hoje conhecidos pelo nome de Curuaras.

Como nota alegre desta vasta corrente salientou Odorico de Albuquerque o espetáculo interessante que oferece a ilha dos Periquitos, de argila terciária, em frente à foz do Maripá. "Aí", diz êle, "observamos um curioso costume da avifauna local. À tardinha, nos quatro pontos do horizonte, chegavam, com grande algazarra, bandos de periquitos (*conuros sp.*) em nuvens, e sentavam-se nas árvores, que vestem a ilha, procurando pouso para dormir. Os indivíduos eram tão numerosos que os últimos bandos dificilmente achavam cômodo. Até quase noite era grande o alarido.

"Na volta observamos que a mesma preferência da ilha para dormida se dava agora para os biguás (*phalacrocorax brasiliensis*) que enchiam literalmente as árvores de parte da ilha e que na véspera tinham sido vistos à noitinha em bandos se dirigindo para aquêle local. Quando cruzávamos a ilha, manhã tarde, os periquitos já haviam partido, o que fazem logo ao raiar do dia, mas lá ainda pontilhavam de negro as copas das árvores os quietos biguás. Êste preferido pouso noturno só parece justificar-se pela segurança que a pequena ilha, bastante afastada das margens, oferece contra os inimigos noturnos"(70).

(70) Boletim n.º 3. *Reconhecimentos Geológicos no Vale do Amazonas*, pág. 30. 1922.

# Presidentes da Província. Explorações

•

Depois da administração curta, mas fecunda, de Tenreiro Aranha, cujo espírito de iniciativa é de louvar-se, assumiu o govêrno da Província o Dr. Manuel Gomes Correia de Miranda, homem circunspecto e de valor, que foi sucedido, em abril de 1853, pelo Conselheiro Herculano Ferreira Pena. Êsse presidente, levado pelo desejo de conhecer a região do Solimões e o trecho peruano que vai à povoação de Nauta, embarcou, acompanhado de alguns funcionários e do engenheiro João Wilkens de Matos, no vapor *Monarca*, que fazia a linha para aquêle ponto.

Ferreira Pena recebeu manifestações de aprêço em tôdas as povoações por onde passou. Em Tabatinga quis ver os Tecunas e Manjeronas aldeados. A revista aos índios deveria dar-se no seu regresso. Com efeito, quando por ali chegou, de torna-viagem, achavam-se os silvícolas em seu hábito de plena nudez, adornados apenas de plumas, cocares e leves faixas nas partes pudendas.

Houve uma farta distribuição de ferramentas, roupas, espelhos, agulhas, avelórios. Em outros povoados grupos de amerindóides aguardavam a chegada do Presidente e solicitavam presentes.

Antes do Conselheiro Herculano Ferreira Pena, havia viajado pelas plagas do Solimões, em comissão do

Govêrno Imperial, o Conde Florestan Roswadowski, do Estado-Maior do Exército, que apresentou minucioso relatório da viagem, empreendida no vapor *Marajó*, da carreira do Nauta.

Outros brasileiros, portadores de títulos respeitáveis, foram chamados à curul presidencial da Província.

Pela ordem foram os seguintes: João Pedro Dias Vieira, Ângelo Tomás do Amaral, Francisco José Furtado, Manuel Clementino Carneiro da Cunha, Sinval Odorico de Moura, Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda, Epaminondas de Melo, Jacinto Pereira de Rêgo, João Wilkens de Matos, General José de Miranda Reis, Domingos Monteiro Peixoto, Antônio Passos de Miranda, Domingos Jaci Monteiro, Sátiro de Oliveira Dias, Alarico José Furtado, José Lustosa da Cunha Paranaguá, Teodureto Carlos de Faria Souto, Conrado Jacó Niemaier, a quem se seguiu o Dr. Manuel Francisco Machado, Barão do Solimões, que foi o último presidente da Província, na Monarquia.

Wilkens de Matos, pouco depois, publicava um diário da viagem, empreendida ao Nauta, em companhia do presidente Pena, o qual é um repositório utilíssimo de informações geográficas e históricas da região.

A Província incontestàvelmente experimentou um apreciável surto de progresso. Os melhoramentos realizavam-se lentamente, porém com acentuado tino construtor. Dizem respeito a reformas na instrução primária e secundária, nos meios de transporte, na fundação de colônias, de hospitais, de maior incremento à agricultura, à indústria, à polícia, à exploração dos rios e outras iniciativas, que patenteiam a boa vontade e o patriotismo dos dirigentes.

Ia-se modificando aos poucos o panorama de Manaus, o prosaísmo melancólico da cidade, que tanto impressionou a Luís Agassiz, que sugeriu a criação de

uma escola para os filhos dos índios, em que reconheceu pronunciados pendores para as artes mecânicas de torneiro, marceneiro e serralheiro, e ainda decidida vocação para leitura, cálculo e música. Encantou-o a habilidade dos amazonenses na fabricação de peças de mobília, trinchantes, réguas e bengalas.

Em 1861 o Amazonas mandava, para figurar na Exposição a ser instalada no Rio de Janeiro, um arsenal de produtos e objetos da região, com inclusão de artefatos indígenas e outras curiosidades, escrupulosamente escolhidos por uma comissão, em que figurava o grande e excelso poeta Gonçalves Dias, que lamentava que a Província, tão magnìficamente dotada pela Providência, ficasse tão mal representada.

Algumas freguesias tiveram o foral de vila e algumas vilas o de cidade. A cidade da Barra do Rio Negro passou a denominar-se cidade de Manaus pela Lei de 4 de setembro de 1856.

O nome não pareceu acertado a alguns publicistas. A. C. Tavares Bastos, um dos mais brilhantes espíritos de sua geração, que se identificou com o vale, e defendeu ardorosamente a sua elevação a Província, e se bateu pela livre navegação de seus rios, condenou a denominação, por infeliz. "Descobriram", dizia, "para a capital do alto Amazonas o nome bárbaro de uma tribo já esquecida, e com palhoças, curvas e casebres desaproveitaram uma magnífica posição.

"Como S. Luís no Mississipi, ela domina o largo espaço da navegação interior pelo Solimões e pelo rio Negro, vê o Madeira internar-se pelo coração da Bolívia, o Purus cortar o Peru, e tem a quatro dias de distância o pôrto do Pará".

Euclides da Cunha afina pelo mesmo diapasão. "Há uma onomatopéia complicada e sinistra nesta palavra,

feita do som melancólico dos borés e da tristeza invencível do bárbaro".

A freguesia de Vila Nova da Rainha, em seus primórdios fazenda de cacau do capitão José Pedro Cordovil, a quem foi doada a data de terreno por D. Maria I, recebeu a dignidade de vila com o apelido de Vila Nova da Imperatriz, dada pelo Conde dos Arcos, o 8.º desta insígnia. Também foi chamada Tupinambarana, por fazer parte da grande ilha Tupinambarana ou Maracá.

Donde lhe vem o nome Tupinambarana? — Do fato de terem subido pelo Madeira ao Peru os Tupinambás, acossados pelos portuguêses das costas de Pernambuco e do Maranhão, e de lá terem regressado, ao Amazonas, e se situado na ilha ciclópica, dantes chamada Maracá. Da fusão com outros povos da Planície, a raça perdeu a pureza do sangue. A descendência já não representava o tipo verdadeiro, senão o Tupinambá impuro, ilegítimo. Daí a juntada da desinência — rana — que significa falso, não legítimo — Tupinambarana.

A 30 de outubro de 1880 era graduada em cidade com o nome de Parintins.

As freguesias de Serpa e Borba conquistaram o galardão de vila pela segunda vez quanto a Borba, que foi elevada a esta categoria a 1.º de janeiro de 1756, pelo Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com o título de Borba, a Nova, porque dantes se chamava Trocano, e ainda lhe deram o nome de Araretama.

Crato, presídio de bandidos e de ciganos, no Madeira, experimentava um acesso. Era qualificada freguesia.

Um acontecimento, a guerra do Paraguai, em 1865, abalou profundamente a nação. Corria um fluido ner-

voso pelos quatro cantos do país, que se aprestava para a luta.

O Amazonas não ficou atrás na contribuição de sangue. Enviou aos campos de batalha apreciáveis contingentes de soldados e voluntários. Não há negar que os amazonenses se distinguiram nos entreveros sangrentos do Paraguai, e muitos dêles se tornaram, pelos seus feitos, dignos da gratidão e admiração dos seus patrícios e da Pátria.

O trabalho de penetração das terras ia-se fazendo ao longo dos rios, observando-se as correntes, os lagos, os tesouros vegetais, as possibilidades econômicas, os acidentes, tudo o que pudesse interessar ao Estado.

Agitava-se o grave problema de demarcação das nossas fronteiras com o Peru. Em 1868 uma comissão mista brasílio-peruana, chefiada respectivamente pelo Capitão-Tenente da Marinha Imperial José da Costa Azevedo, futuro Barão de Ladário, secretariada por Soares Pinto, e Dr. Francisco Carrasco, que tinha por ajudante D. Manuel Ruan y Paz Soldan, devia explorar o Javari e fixar as nossas lindes com a cavalheiresca nação andina.

O Javari aparecia como um rio perigoso pelas febres perniciosas reinantes, e pelas hordas de índios indomáveis, que lhe infestavam as margens.

Começados os trabalhos pelo igarapé de Santo Antônio, onde foi levantado o marco divisório, empreendeu a comissão a penosa subida do Javari, com Soares Pinto e Paz Soldan, que prosseguiam em observações e pesquisas, quando sentiram sinais evidentes de que os silvícolas os acompanhavam por dentro do mato. Ao atingir o Jaquirana, uma flecha, atirada da margem, feria mortalmente a Soares Pinto, que agonizava nos braços de seu companheiro, que também fôra ferido.

Com êste incidente doloroso não era possível ir além, tendo a comissão de voltar, debaixo da perseguição tenaz do aborígine.

Os trabalhos estiveram paralisados até que, em 1874, o govêrno brasileiro organizou nova comissão mista, cuja direção, da parte do Brasil, foi confiada ao Capitão-de-Fragata Antônio Luís Von Hoonholdtz, futuro Almirante e Barão de Tefé, e de parte do Peru ao Capitão-Tenente D. Guilherme Black, tendo como auxiliar o geógrafo Paz Soldan.

As mesmas dificuldades e agruras estavam reservadas aos bravos oficiais, que subiram o Javari em chalanas teladas e motores, mal acomodados, sob a inclemência do sol e das chuvas, acotovelando-se os passageiros entre as mercadorias arrumadas e os instrumentos de observação.

Vencidas as primeiras etapas, tiveram de logo a certeza inequívoca da ronda sinistra dos brasis, que seguiam através das selvas a expedição, e procuravam dificultar cada vez mais a sua marcha, opondo obstáculo aqui e ali, para, em ocasião oportuna, assaltarem-na.

Eram troncos derrubados sôbre o rio, cêrcas disfarçadas em cacuris, um madeiro a modo de ponte sôbre as águas, estorvos que a astúcia indiana inventava. Negaças, vultos deslizando céleres através das ramagens das árvores, sons cavos de sapopema, toques ao longe de trocano.

As tranqueiras abatidas a fogo sôbre o leito do rio eram cortadas a machado pelos itinerantes, para que pudessem passar as chalanas. Umas após outras, os homens se viam arquejantes de cansaço em desobstruir a corrente.

Por fim soou a hora do ataque. Um imenso alarido selvagem ecoou na solidão. Numa ponta de praia, faiscando ao sol, apresentou-se uma multidão de selvagens, brandindo as armas, aos gritos, num protesto de vin-

gança, seguido de uma nuvem de flechas disparadas contra as embarcações, mal protegidas pelas telas finas.

.As setas voavam mortíferas, os movimentos dos índios denotavam a manobra de envolver os expedicionários.

Não era possível à tropa ficar indiferente a um cêrco irremediável e fatal, se não houvesse uma reação. Essa veio logo. O comandante compreendeu o movimento dos furiosos Manjeronas, e, embora constrangidamente, deu ordem de fogo. Uma descarga cerrada de fuzilaria varreu a praia, e, imediatamente, viu-se que alguma coisa de anormal e estranho se passava pela confusão reinante entre êles e por uma debandada geral. É que tinha perecido o tuxaua.

No diário de viagem do Capitão-Tenente von Hoonholdtz consta o seguinte: "Eu tenho aqui junto a mim o seu singelo diadema, espécie de grinalda de penas tôdas brancas que hei de conservar como memória dêste dia tão feliz para nós; pois que, sem perda de um só homem, afirmamos com a vitória de hoje a nossa supremacia nesta região de silvícolas indomáveis"(71).

Prosseguindo viagem, acamparam no meio da mataria, onde as fontes do Javari pareciam brotar do solo. Depois das observações e dos exames procedidos, tornava-se preciso assinalar a posição.

Um grande madeiro de pau mulato cortado nas redondezas foi chantado em forma de cruz, do símbolo cristão, enramado de lindos festões de manacá retirados às selvas para marcar as origens e os nossos contérminos com a República do Peru.

Todavia, houve equívoco na tomada das coordenadas e dos meridianos. A posição astronômica observada

---

(71) "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro", Tomo IV, pág. 182. Ano de 1888.

não era a verdadeira, que novas pesquisas mais tarde levadas a efeito demonstrariam.

As explorações continuaram para melhor conhecimento dos cursos dágua do Purus, do Juruá, do Jutaí, do Urubu, do Abacaxis e outros.

O Purus, exemplo típico de rio divagante, medindo 3.210 quilômetros, só era conhecido e mal na sua parte baixa, pelos buscadores de drogas do sertão, temerosos dos índios, que o habitavam.

Os seus primeiros exploradores foram João da Cunha Correia, também conhecido por João Cametá, diretor dos índios do Purus (1848), Serafim da Silva Salgado (1852), Manuel Urbano da Encarnação (1861), e ainda uma vez em 1863, João Maria da Silva Coutinho, William Chandless, Antônio Rodrigues Pereira Labre e outros.

Manuel Urbano da Encarnação era uma figura singular de sertanista e explorador, de geógrafo por inclinação natural, com as artimanhas aprendidas ao índio e o espírito aventureiro do mameluco. Dos leigos e práticos, foi o maior explorador que atingiu ponto mais alto, e enveredou por outros rios, tributários do Purus, como o Mucuim e o Aquiri ou Acre, ao qual voltaria depois em companhia do sábio geógrafo inglês William Chandless, incumbido pela Sociedade de Geografia de Londres de explorar e examinar o Purus até os seus manadeiros.

Deixando de lado as particularidades dessas explorações, principalmente o excelente relatório de Chandless, sôbre o Purus, no afã de conquistá-lo à civilização, lembremos a expedição de que se tornou elemento primacial o nosso grande e impressionante escritor Euclides da Cunha, comissionado em 1905, pelo Barão do Rio Branco, para, junto à comissão peruana, determinar as suas origens.

"A missão que reclamava a arte do geodesista e as resistências de um vaqueiro nortista", escreve Alberto Rangel, "exigia saber e coragem, aliados à perseverança de um antigo capitão de bandeira. Nada mais propício do alvo e mortificações com que costuma sonhar a sua alma, do que entrar pelo sertão a dentro, e cravar os olhos no céu, medindo os âmbitos escancarados do céu e do sertão".

O genial escritor de *Os Sertões* quis ser o primeiro a pisar "o derradeiro fio d'água nascidiço", e neste sentido se adiantou na jornada aos seus colegas peruanos, duvidosos que êle chegasse ao têrmo. A corrente ia cada vez mais minguando, e já não oferecia flutuação às canoas pequenas. No entanto êle prosseguia "pela mata funerária". "Dá-lhe febre", diz Alberto Rangel, "a glória de ser o primeiro civilizado na origem da grande corrente amazonense. Avança ainda até que o rio transformado em tênue regato, se rechupa no tapête de fôlhas e ramos úmidos".

Já hoje está inteiramente conhecido dos geógrafos, graças aos sacrifícios dos que o perlustraram em condições dramáticas, e conseguiram erguer bem alto o notável rio de baixada, que oferece navegação franca por 1.667 quilômetros, a partir da foz (Raja Gabaglia).

Outro rio descoberto para a civilização e que custou milhares de sacrifícios, foi o Juruá, o sinuoso e esplêndido Juruá, um caudal de 3.280 quilômetros. De seu longo curso só uma pequena parte era conhecida dos buscadores de drogas do sertão, temerosos dos íncolas bravios, que infestavam as suas terras.

O diretor dos índios do Juruá, Romão José de Oliveira, também não se distanciava muito do ponto atingido pelos negociantes, ávidos de produtos naturais, mas devem-se-lhe as primeiras informações sôbre êste admirável lençol d'água.

Em 1857 João da Cunha Correia foi mais adiante que os seus predecessores, atingindo o alto Juruá.

William Chandless, que já havia navegado o Purus, em 1866, enfiou pelo Juruá em companhia de nossos práticos; conseguiu chegar ao rio Liberdade, não continuando a incursão, devido à atitude hostil dos Náuas.

O Juruá é hoje um dos rios mais navegados da planície amazônica em todo o seu extenso e meandroso curso. Suas margens são cheias de seringais. Arraiais e vilarejos florescentes situam-se nas suas barrancas floridas. Nêle estão as cidades de Carauari, Eirunepê, antiga São Filipe, e, por outro nome, João Pessoa, e, em território acreano, Cruzeiro do Sul.

As explorações do Madeira datam de longo tempo, ainda dos tempos coloniais, quando havia mister arredar o concorrente boliviano ou castelhano da região oriental do Madeira.

Por muitos anos estêve interditada a navegação por êste imenso rio, em virtude da política sigilosa de Portugal, em não desvendar aos aventureiros o majestoso e imponente afluente da margem direita do Amazonas. Havia que evitar o desvio do ouro e dos diamantes das minas de Mato Grosso. Levantada a proibição, começou a ser navegado com freqüência.

Madeira foi o nome dado pelos portuguêses, pois o seu topônimo primitivo era Caiari. Os navegadores lusos, impressionados pela quantidade de paus arrastados pela correnteza, de madeiros enormes, deram-lhe o nome de — Madeira.

Vem do Planalto do Sul, que percorre em grande extensão, e despenha-se na baixada, depois de várias cachoeiras e saltos. Forma-se da reunião do Beni e do Mamoré, ambos caudalosos.

O Madeira possui uma bacia hidrográfica de 1.244.500 quilômetros quadrados, o que lhe confere uma importância igual à do poderoso Nilo.

O Içá ou Putumaio dos colombianos era a via preferida pelos negociantes que vinham de Nova Granada a Tefé abastecer-se de gêneros, de que precisavam. É rio de grande amplitude, muito piscoso, referto de ilhas, que lhe dão agradável aspecto.

O Japurá é um dêsses rios colossais da Amazônia, largo, profundo, formando grandes curvas, com paisagens marginais melancólicas. Da serra do Cupati em diante os colombianos o chamam de Caquetá.

A sua exploração data dos astrônomos portuguêses, que deixaram características exatas de sua estrutura e dos afluentes, confirmadas modernamente pelas comissões de limites.

O Urubu, o Uatumã, o Abacaxis e Maués e outras cordas potâmicas tiveram os seus dianteiros nas explorações feitas, em épocas diferentes, de modo a não terem hoje mais segrêdo a não ser nos longes das suas cabeceiras.

# Regime republicano

Quando chegamos ao advento da República, a Província contava no seu plano administrativo e judiciário oito comarcas e dezesseis municípios. Iam-se acrescentar outros aos já existentes, — Floriano Peixoto, antigamente Antimari, hoje Santa Maria da Bôca do Acre, Canutama, São Filipe, posteriormente João Pessoa, e mais tarde Eirunepê, Benjamin Constant, Carauari, Manacapuru, Fonte Boa, Pôrto Velho, Humaitá, Uricurituba, São Gabriel e Rio Branco. As alterações vieram surgindo: Pôrto Velho, com outras terras, tiradas a Mato Grosso e ao Amazonas, passava a constituir o Território do Guaporé, atualmente Rondônia; Rio Branco, anos depois, com a amputação de grande área de Moura, constituía-se Território do Rio Branco.

Moura, assim desfalcada, desaparecia do mapa cartográfico do Estado.

No âmbito da instrução e da educação, alargava-se o quadro das escolas e institutos. Em 1889 o Estado conta cento e vinte e quatro escolas, inclusive a Escola Normal, fundada a 6 de março de 1861. O liceu, extinto em 1890, e transformado no Instituto Normal Superior, foi subseqüentemente Ginásio Pedro II pelo Decreto n.º 34 de 13 de outubro de 1893 e é o atual Colégio Estadual do Amazonas.

A colaboração científica dispunha de mais um órgão técnico, o Museu Botânico, cujo estabelecimento, a 16 de fevereiro de 1864, foi inspirado pela Sereníssima Prin-

cesa Isabel, o qual contou com o esfôrço e o gênio de J. Barbosa Rodrigues. A instituição, porém, teve vida efêmera; conseguiu apenas subsistir sete anos, em que recebeu o labor fecundo de seu organizador, em meio às tormentas da política e os atritos dos ambiciosos. Com o seu desaparecimento, perdeu-se um admirável acervo de preciosas coleções etnográficas, e de estudos e pesquisas sôbre a flora amazonense. Para se ter idéia do valor do material ali colecionado com o escrupuloso critério de Barbosa Rodrigues, basta dizer que, em 1885, a secção etnográfica acusava 1.103 objetos variados de sessenta tribos do Amazonas.

O herbário, segundo o Dr. Campos Pôrto, continha 1.283 espécies de vegetais brasileiros e mais de 800 tipos de plantas dos Estados Unidos.

O Decreto de 25 de abril de 1890 extinguia o Museu. Seu diretor, porém, sempre guiado por sentimentos humanitários e altruísticos, oferecera-se para pacificar os Crichanãs ou Uaimiris do rio Jauaperi, emprêsa certamente arriscadíssima, dados os precedentes dêsses selvagens, que viviam em constantes emboscadas contra os brancos e êstes contra os índios, chegando ao ponto de invadirem três vêzes a vila de Moura, fronteira.

A perseguição aos índios e a reação violenta dos bárbaros tornaram-se um problema para o govêrno, que, por vêzes, teve que mandar fôrças para o Jauaperi, registrando-se acontecimentos lúgubres.

O silvícola criara um complexo de ódio ao civilizado de tal ordem que o não tolerava; qualquer que fôsse encontrado nas praias, pescando, ou entretido em outra ocupação, era fatalmente morto.

De muitas de suas vítimas arrancavam os selvagens as tíbias, de que faziam flautas.

Exatamente nesse período de correrias, e de vinganças recíprocas, foi que se apresentou Barbosa Rodri-

gues, para chamá-los à paz, para reduzi-los ao seio dos povos civilizados.

Numa lancha a vapor cruzava as águas do rio, que depois descreveu com as tintas de um observador frio e as emoções de um geógrafo.

A primeira vez foi em companhia de Stradelli, das outras acompanhado de sua dedicada espôsa e filha.

Os selvagens não acudiram logo aos rumores da embarcação, porém não se fizeram esperar muito. Como sempre uma zoada infernal partia da beira do rio, um rumor confuso mas vibrante anunciava os bárbaros a postos.

O etnógrafo não se amedrontou e aproximou-se aos sinais de uma missão de paz. E conseguiu o seu primeiro encontro vitorioso com os Uaimiris.

Barbosa Rodrigues conta no livro *Rio Jauaperi — Pacificação dos Crichanãs*, a história dêsses nervosos contactos com os feros bárbaros rebeldes, os episódios, que diz, nunca mais lhe saíram da imaginação. Historia-lhes a vida, os usos e costumes, religião, mitos e cerimônias. As plantas, as florestas, os rendilhados das *Begoniáceas*, da flora em geral, respiram e palpitam nas suas páginas.

Por fôrça de ser então um rio muito povoado do gentio e um magnífico centro de observações etnográficas, foi procurado por vários estudiosos.

Um dêsses viajantes foi o naturalista Ricardo Payer, que pouco se demorou. Não suportou o assédio dos índios que lhe queriam tomar tudo. De logo baixou desapontado, não deixando todavia de trazer um bom sortimento de artefatos de uso dos selvagens, instrumentos e utensílios de tôda espécie, que remeteu para o Museu de Viena da Áustria. O naturalista não passou da aldeia de Mahaua.

Em 1911 chegou ao Jauaperi o Capitão Alípio Bandeira, levado pelo seu amor ao estudo da Etnografia. Fêz-se acompanhar nessa excursão pelo Coronel Euclides Nazaré, antigo morador de Moura e chefe político local.

Nazaré fôra antigo diretor de jornal, em Manaus, onde granjeara amigos pela sua bonomia e finura de trato. Positivista ortodoxo, admirador e leitor assíduo das obras de Augusto Comte, exerceu as funções de Prefeito de Moura, a que o ligava uma tradição de muitos anos de residência. Sabia a maneira hábil de angariar a simpatia e confiança do índio, abertamente, contra as violências que se lhe faziam.

O Capitão Alípio Bandeira dirigiu-se a Arabiana, passou a Taracuera, seguindo até Mahaua. Neste pouso avistaram um grupo de índios, em uma piroga, navegando na costa de uma ilha a jusante. Tão logo os avistaram, atraíram-nos, entrando em contacto com êles. Narra Alípio Bandeira que do grupo fazia parte o índio Mepri, que tinha uma habilidade especial de imitar com perfeição o canto dos pássaros e os urros dos animais, o que muito os distraiu.

Outro excursionista ao Jauaperi foi o Coronel Bento Lemos, antigo diretor da Inspetoria dos Índios, que se dirigiu a Macucaua por ínvios caminhos no meio da floresta, acompanhado apenas por um trabalhador, correndo sério perigo de vida; mas o afoito voltou ileso de sua aventura patriótica.

Não obstante êstes ligeiros encontros amistosos, os Jauaperis não dissimulavam o seu ódio ao branco, aos civilizados, pelos danos e mortes praticados aos seus irmãos da selva. Ódio sagrado, acumulado pelos seus antepassados, acendia-se de vez em quando em represálias tremendas.

A 6 de agôsto de 1926, deu-se uma lamentável cena de sangue no rio Alalau, contribuinte do Jauaperi. O pessoal da firma Penha & Bessa, em número de doze pessoas, aportou ao sítio Mijacão, onde, anteriormente, seringueiros de Edgar Penha, imprudentemente, haviam saltado e arrancado um roçado de mandioca, de que fizeram vários alqueires de farinha, e cortado cachos de banana, seguindo viagem.

Os Uaimiris, ou Atroais, sentiram-se prejudicados e insultados. Puseram-se à espera dos violadores de suas terras, e logo que viram que se aproximavam os homens da firma Penha & Bessa, no mesmo pôrto do Mijacão tomaram um desfôrço terrível. Todos os indivíduos foram massacrados, a bagagem atirada por terra em desordem, as canoas tisnadas de sangue, corpos mutilados. A um canto, suspensos de um galho de árvore, os cabelos de uma mulher, que depois se soube ser uma tal Maria Eugênia, amásia do seringueiro Francisco Mariano.

Na sua retirada os selvagens levaram os trens de cozinha, os terçados e machados.

Horas escoadas chegava ao barranco do Mijacão o encarregado do Pôsto indígena do Jauaperi, Sebastião Gomes de Lima, que andava em inspeção por aquelas paragens e afagava o desejo de avistar-se com os Atroais. Saindo do rio Ajará, na sua confluência com o Alalau, avistou a enseada do Mijacão e canoas na costa. Perpassou-lhe o pressentimento de que alguma coisa de extraordinário se verificara ali. Aproximou-se devagar e cautelosamente na direção e pôde ver a extensão do horror da cena.

Às vêzes as hostilidades contra os selvagens eram sancionadas pelo govêrno.

Um tal Antunes, dono de um barracão no Jauaperi, matou ou mandou matar um índio. Os selvagens em

represália incendiaram-lhe o barracão e assassinaram algumas pessoas.

Ao chegar a notícia à capital, o governador mandou aparelhar uma fôrça de 50 praças bem municiadas, que, ao mando de um oficial, seguiu para aquela artéria, consumando-se um dos maiores atentados à vida humana. O destacamento matou a fuzil 283 homens e mulheres. Dezoito dêles foram levados prisioneiros para a capital, prêsos no quartel, obrigados a vestir a farda de soldado. Devido à intervenção do Coronel Euclides Nazaré doze dêsses infelizes foram restituídos às suas malocas.

Outras tragédias vêm se registrando naquele caudal.

Ocupava-se do levantamento do rio até as suas nascentes o Tenente do Exército americano Williamson que, de volta, ao passar pelo largo, ouviu o atroar estridente de um grupo dos selvagens na beirada. Entendeu de ir ao seu encontro, e não obstante advertido, pelos práticos e mais pessoas da guarnição, não atendeu, aproando o motor para terra. Não teve tempo de encostar porque eram logo êle e outros abatidos a flechas. Um dos práticos salvou-se, nadando para a outra margem.

Um mês depois, em 1944, partia de Manaus uma lancha com diversas autoridades, que iam buscar os restos mortais dos imprudentes viajores do Alalau, encontrando o esqueleto do Tenente Williamson e as ossadas dos seus desditosos companheiros.

Os ataques de índios têm sido desfechados até contra os barracões sedes dos postos indígenas da Inspetoria.

No dia 1.º de janeiro de 1947 foi de repente assaltado o barracão dos irmãos Briglia, sito no rio Camauau, e trucidados os moradores. O telegrafista Armando Cardoso, que fugiu espavorido para a mata, foi adiante assassinado pelos índios.

O Amazonas foi o segundo Estado do Brasil a proscrever de seu solo o cativeiro. Antecipou-se à "Lei Áurea" e deu liberdade aos escravos que existiam entre os seus muros, cedendo assim a uma aspiração geral. A 10 de julho de 1884, o Dr. Teodureto Carlos de Faria Souto, Presidente da Província, proclamava em praça pública, perante uma multidão que, em virtude de lei, e "em homenagem à civilização e à pátria", e em respeito à vontade soberana do povo, daquela data em diante "não existiam mais escravos no território desta Província de norte a sul e de leste a oeste, ficando assim e de hoje para sempre abolida a escravidão e proclamada a Igualdade dos direitos de todos os seus habitantes".

Havia por êsse tempo 1.501 escravos na Província, sendo todos declarados livres.

Reinou um grande regozijo na cidade.

Poucos dias depois era o Presidente Teodureto Souto, reconhecido benemérito por uma lei da Assembléia, demitido do cargo, e recebia uma delirante manifestação popular.

Diz o Dr. João Batista de Faria e Sousa que, ao chegar a Paris a notícia da libertação no Amazonas, o nosso pranteado compatriota Barão de Santana Neri deu-se pressa em anunciar o acontecimento em vários jornais e revistas e remeteu um dêsses jornais a Vitor Hugo.

Por intermédio de seu secretário Richard Lesclide, o grande poeta e romancista, que se achava doente, respondeu:

"Paris, 9 de agôsto de 1884.

"Meu Sr.

"Com grande júbilo recebeu o Sr. Vitor Hugo a vossa comunicação relativa à abolição na Província brasileira do Amazonas.

"Encarrega-me êle de vos manifestar o seu reconhecimento pela boa nova de que sois portador, e de transmitir-vos, com os seus parabéns aos amazonenses, a expressão de sua sincera simpatia para convosco.

"Acreditai nos afetuosos sentimentos de quem é, etc. — Richard Lesclide"(72).

A cultura amazonense possui dois meritórios órgãos técnicos, — a Academia Amazonense de Letras, em que foi transformada a antiga Sociedade Amazonense de Homens de Letras, fundada a 17 de janeiro de 1818, centro da intelectualidade mais apurada do Estado do setentrião brasileiro, e o Instituto Geográfico e Histórico, que teve por fundadores Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, Agnelo Bittencourt, Henrique Rubim, Vivaldo Palma Lima e Manuel Miranda Simões, dos quais sobrevive apenas o ilustrado Professor Agnelo Bittencourt.

Com a redenção dos cativos, antecipando-se ao 13 de maio de 88, avolumava-se a propaganda republicana.

A 21 de novembro de 89 chegava à capital a notícia da proclamação da República. Emissários de uma junta governativa provisória do Pará, srs. Joaquim Travassos da Rosa, Antônio Pedro Borralho e Antônio Filipe de Sousa acabavam de chegar de Belém, e punham a população em alvorôço com a nova da transformação do regime.

Imediatamente o Clube Republicano convocou uma sessão pública no Éden-Teatro para a escolha dos cidadãos que deviam constituir a junta de Manaus. A reunião foi concorridíssima, havendo sido eleitos por aclamação os Srs. Dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal, Tenente-Coronel Antônio Ferreira do Lago e Capitão-de-Fragata Manuel Alves da Cruz.

---

(72) "Diário Oficial", edição de 7 de setembro de 1822. N.º 8.325.

Todos incorporados, seguidos de grande massa popular, dirigiram-se ao Palácio do Govêrno, e aí intimaram o presidente Dr. Manuel Francisco Machado a deixar o cargo. Grave e solene, o Barão de Solimões, de pé, disse que não contrariava os desejos do povo, embora fiel ao seu partido e à sua consciência política.

O inverso do que aconteceu com a chegada anteriormente do Príncipe Conde D'Eu, em que não houve manifestação popular, o qual, horas depois do necessário descanso, se dirigiu a Tabatinga, em visita ao forte.

O jornalista João Batista de Faria e Sousa escrevia mais tarde que era lastimável o estado de abandono em que S. Alteza encontrou Tabatinga. O belo quartel construído de alvenaria de tijolo estava em completa ruína. Todo o lance de nordeste desabara, o travejamento fazia esforços de mecânica celeste para se agüentar ainda, mas o mato de altura de dois metros invadia o recinto por tôda parte. Pilhas de lanternetas, balas rasas, granadas, *schrapnels*, faziam o contraste com as pilhas de pau podre, telhas quebradas, ferragens inutilizadas que se viam.

Os adeptos da República iniciaram o serviço de retirar o retrato do Imperador das paredes das repartições públicas, e o barrete frígio ostentava-se triunfante nas expansões populares.

A Junta Governativa em breve se dissolvia para ceder o govêrno ao Dr. Augusto Ximenes Vilaeroy, a 4 de janeiro de 90.

Temperamento excêntrico, concentrado, o Sr. Vilaeroy convivia com um parco número de amigos, e muito reduzidos eram os seus íntimos. De sua particular confiança era o Tenente de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro, cognominado o Pensador, apelido que levou do Maranhão, sua terra natal.

Um dos seus primeiros atos foi dissolver a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal. Por um decreto mandava que a bandeira do Amazonas continuasse a ser a mesma do Império, sem a coroa, símbolo da Monarquia. Proscreveu o ensino religioso das escolas. Eram providências que estavam no espírito da época.

Por isto que só privava com um restrito número de amigos, despertou ciúmes e rivalidades. A onda dos despeitados cresceu e formou-se uma grande oposição.

Ausentando-se do Estado, deixou como seu substituto Eduardo Ribeiro, que desenvolvia um programa de reformas na cidade, quando foi nomeado o então Tenente-Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo.

A substituição causou desagrado geral. Reuniu-se o povo e promoveu uma grande manifestação a Eduardo Ribeiro.

Continuando no govêrno por ordem do Presidente da República, teve por sucessor o Coronel Guilherme José Moreira, Barão do Juruá.

Na forma da Constituição de 27 de junho de 1891 se processariam as eleições, e, procedidas estas, foram eleitos governador o Coronel Taumaturgo de Azevedo e vice o Barão do Juruá.

Como a administração não correspondesse à expectativa do Partido Democrata, com maioria na Assembléia, entrou a fazer oposição ao govêrno, chegando a negar-lhe verba para a reforma projetada de remodelação da cidade.

Os seus adversários, já em grande porção, na tarde de 24 de janeiro de 92, representados por uma comissão composta do Coronel Francisco Ferreira de Lima Bacuri, Dr. Almino Álvares Afonso e Leonardo Antônio Malcher, intimaram-no em palácio a abandonar o govêrno.

Enérgico e resoluto, Gregório de Azevedo não estêve pela intimativa e reagiu a bala.

Entretanto, solidarizando-se com o golpe de estado desfechado pelo Marechal Deodoro, sobrevindo o contragolpe, a 26 de janeiro de 1892, do Marechal Floriano, a sua situação tornou-se insustentável e teve que refugiar-se a bordo de um navio surto no pôrto.

Assumiu o govêrno o Capitão-de-Fragata José Inácio Borges Machado, que depois o transmitia a Eduardo Ribeiro, na gestão de quem sofreu uma reforma a Constituição.

Entre os governadores que teve o Amazonas, é justo salientar o prestimoso e ilustre Eduardo Ribeiro, que, para bem dizer, construíu Manaus, abrindo ruas e avenidas, procedendo a escavações e aterros e edificando alguns dos seus mais belos edifícios, fazendo-a sobressair pelo seu porte airoso e pela graça pinturesca daqueles moldes antigos que ainda se surpreendiam ao vê-la.

Foi um dos construtores de Manaus no que a cidade tem de bom e precioso.

A êste eminente cidadão deve-se um grande número de obras e melhoramentos, mostrando-se de relance, para não ficar sem confirmação — a inauguração da ponte de aço e alvenaria e pedra da Cachoeira Grande, desenho e construção do engenheiro Franc Hirat Hebbetwaite; a abertura da Estrada Epaminondas e de quatro ruas transversais a esta; a fundação do "Diário Oficial"; a inauguração do Cemitério de São João Batista, onde êle, depois, repousaria na eternidade.

O cemitério de São Raimundo Nonato foi aberto a 13 de dezembro de 1888, e o de São José foi concluído em maio de 89.

Até então enterravam-se os mortos no antigo cemitério da praça dos Remédios.

Em 1895 o Presidente João Pedro Dias Vieira mandou fechá-lo e abrir o da praça da Saudade, que já desapareceu, aproveitado o amplo terreno, onde repousam gerações, para sôbre êle erguer-se o majestoso edifício do Atlético Rio Negro Clube.

Os governadores eleitos para a sucessão foram o Coronel Fileto Pires e Coronel José Cardoso Ramalho Júnior, falecido no Rio de Janeiro (D. F.) em 1952.

Fileto Pires partiu para a Europa em gôzo de licença, deixando, segundo dizem, fôlhas de papel em branco com o timbre oficial por êle assinadas. No Velho Mundo ficou estarrecido ao saber que o Congresso amazonense, que recebeu da ironia popular o nome de "Congresso do Foguetão" (porque anunciava a hora do meio-dia com um foguetão), havia aceito a sua renúncia, a 1.º de agôsto de 1898, coisa de que êle não cogitava!

Deu-se pressa em voltar e protestar contra a farsa, mas em vão; a firma estava reconhecida.

Assumiu então a administração o Coronel José Cardoso Ramalho Júnior, que concluiu vários próprios do Estado de superior elegância arquitetônica, e na questão do Acre, objeto de reivindicação da Bolívia, houve-se com alta dignidade e patriotismo.

Na governação sucedeu o Dr. Silvério Neri, amazonense, que dispôs de grande prestígio e desempenhou elevados cargos de representação nacional. O Vice-Governador eleito foi o Monsenhor Benedito da Fonseca Coutinho.

Na atuação de Silvério Neri divulgou-se o laudo arbitral proferido pelo Rei da Itália sôbre o pleito da Guiana, em que foram partes o nosso país e a Inglaterra, causa que suscitou uma brilhante e sábia defesa dos nossos direitos, escrita por Joaquim Nabuco, com decisão favorável à Grã-Bretanha.

O Acre, território de 150 mil quilômetros quadrados, tradicionalmente considerado prolongamento das terras do Amazonas, que o explorou, povoou e cultivou, e exerceu durante decênios sôbre êle a sua jurisdição administrativa, judiciária e fiscal, onde foram acolher-se filhos de outros Estados, principalmente do Nordeste, e em maior porção cearenses, que ali se radicaram com suas famílias ao solo, teve que resistir heròicamente à invasão boliviana, baseada em que aquêle formoso e rico pedaço do território nacional lhe pertencia, nos têrmos do tratado de 1777, Tratado de Santo Ildefonso.

Razões de sobra impunham-nos a defesa, e foi isto o que fizeram os denodados povoadores do Acre, de armas na mão, repelindo aquelas pretensões descabidas e injustas.

Plácido de Castro simboliza a bravura dos seus defensores. É um soldado destemido nas pelejas. O Acre reentra para o patrimônio nacional, e vem rematar a odisséia da revolução, o Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903).

Silvério Neri dá aos brasileiros do Acre todo o seu apoio, e constitui advogado do Amazonas Rui Barbosa.

O General Antônio Constantino Neri sucede ao irmão.

No quatriênio que se seguiu sai eleito o Coronel Antônio Bittencourt, que governou com rigorosa honestidade. Não obstante, no seu govêrno verificou-se o insensato e absurdo bombardeio de Manaus.

O Dr. Antônio Gonçalves de Sá Peixoto, assumindo as rédeas da administração, empenha-se na reforma da Constituição. Deixando a política, Sá Peixoto ingressa no Tribunal de Justiça do Estado, e é uma de suas figuras primaciais e fulgentes. Por vários anos presidiu aquela alta Côrte judiciária.

No pleito eleitoral que se travou em 1913, foram proclamados Governador o Dr. Jônatas de Freitas Pedrosa e vice o Coronel Guerreiro Antoni, ambos políticos antigos no Estado, gozando de largo prestígio na massa.

Para o período seguinte foi eleito o Dr. Pedro de Alcântara Bacelar, médico residente em Humaitá, cidade do Madeira.

O seu sucessor foi o Desembargador César do Rêgo Monteiro.

À falta de arrecadação suficiente, ou por outro qualquer motivo os funcionários deixaram de receber os seus vencimentos, e apertados das necessidades, contraíam empréstimos de usura, quando não vendiam os ordenados aos agiotas. Reinou em muitos lares a fome e a miséria.

O Governador Rêgo Monteiro fêz concessões escandalosas de terras, e tentou contrair uma operação com *The J. C. White Engineering Corporation*, de trinta e cinco milhões de dólares, dando em garantia uma área de quatrocentos mil quilômetros quadrados.

O Presidente da República, ciente de que o govêrno do Amazonas pretendia fazer tal contrato, opôs-se.

O Ministro da Justiça, Dr. João Luís Alves, endereçou-lhe o telegrama seguinte:

"Senhor Governador do Estado do Amazonas.

"Chegando ao conhecimento do Govêrno Federal que o govêrno dêsse Estado intenta contrair novo empréstimo externo, comunico a V. Ex.ª, que, para salvaguardar os interêsses nacionais, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, por ordem do Sr. Presidente da República, telegrafou aos nossos embaixadores em Washington, Londres e Paris determinando-lhes que tornem público que o govêrno

da União desaconselha, em face das condições financeiras dêsse Estado, qualquer empréstimo externo, que o respectivo govêrno pretenda realizar. Assim procedendo, o Govêrno Federal, conhecedor das referidas condições, procura resguardar o crédito do país, que não pode continuar a ser prejudicado pela impontualidade na execução das obrigações de alguns empréstimos estaduais. Atenciosas saudações."

Os quatrocentos mil quilômetros quadrados de terras do Estado equivaliam a um espaço superior ao da França!

Tendo seguido para a Europa em gôzo de licença, assumiu a administração pública seu genro o Dr. Turiano Meira, Presidente da Assembléia Legislativa. Na ausência do Desembargador Rêgo Monteiro, foi o Dr. Turiano, em virtude de revolta das fôrças estacionadas em Manaus, deposto, em 23 de julho de 1924.

# Movimento revolucionário de 23 de julho de 1924

O movimento revolucionário, que começou às 19 horas de 23 de julho de 1924, foi chefiado por oficiais de terra e mar, seguidos de civis, e abraçado pela multidão. É que a revolta encarnava no momento uma aspiração geral de repulsa à situação.

Com a deposição do Sr. Turiano Meira constituiu-se um govêrno militar, que foi entregue ao 1.º Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, por deliberação unânime dos seus companheiros Capitão José Carlos Dubois, Capitão-médico Dr. Francisco Batista de Almeida, 1.º Tenente José de Lemos Cunha, 1.º Tenente Aurélio Linhares, 1.º Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, 1.º Tenente José Baker Asamor, 1.º Tenente Raimundo Vilaronga Fontenele, 1.º Tenente Loé Gutierrez Simas, 1.º Tenente Aluísio Pinheiro Ferreira, 1.º Tenente Osmundo Anequim, 1.º Tenente Sebastião Mendes de Holanda, 1.º Tenente José Dias Vieira, 1.º Tenente Pedro Alves da Cunha, 2.º Tenente Abílio Costa, 2.º Tenente Mendes da Silva, 2º. Tenente Euclides Joaquim, que lançaram uma proclamação ao povo, explicando os motivos da revolta, e que estavam solidários com São Paulo.

No dia 24 de julho saiu o primeiro número do *Jornal do Povo* que trazia no frontispício a legenda seguinte: "Órgão reivindicador das liberdades nacionais".

O jornal estampava o famoso decreto do governador, criando o chamado "impôsto de redenção".

Pelo Capitão José Carlos Dubois, comandante do 27 B. C., foram convocados os reservistas.

Para os principais postos da administração foram nomeados os seguintes cidadãos: Crisanto Jobim para Secretário Geral do Estado, Francisco das Chagas Aguiar Superintendente Municipal, 1.º Tenente Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, chefe da Polícia Militar, Olegário da Luz Castro, Chefe da Polícia Civil, Professor Marciano Armond, Diretor Geral da Instrução Pública, Antônio Lopes Barroso, Diretor do Tesouro, João Franklin de Alencar Araripe, Procurador Fiscal da Fazenda, Carlos Mesquita, Diretor do Ginásio, Paulino de Brito, Diretor do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública, Francisco Pereira, Secretário da Polícia Civil.

O vapor *Bahia* do Lóide Brasileiro recebeu ordem de ficar à disposição do govêrno. Foram de logo prêsos o Capitão dos Portos e o Comandante da Flotilha do Amazonas.

Com o fim de combater em Óbidos seguiu no dia 28 de julho, no referido navio, o 27 B. C. Uma multidão incomputável se apinhava no cais do pôrto, aclamando os guapos soldados.

A cidade de Manaus viveu dias febris e trepidantes, tamanhas as manifestações cívicas que se sucediam e se prolongaram até o dia em que o Governador militar Tenente Ribeiro Júnior, apresentando calma e uma nobre altivez, recebeu ordem de prisão e foi conduzido para bordo, logo após a chegada de poderosa esquadra sob o comando-em-chefe do General Mena Barreto, a 28 de agôsto.

Essa fôrça compunha-se do Destacamento do Norte e de uma Divisão Naval, a saber: do 2.º Regimento de Artilharia de Campanha, do 21 B. C. de Pernam-

buco, do 29 B. C. do Rio Grande do Norte, de 200 praças do 23 B. C. de Fortaleza e de 60 praças do 26 B. C. do Pará, do 1.º, 2.º e 3.º batalhões de caçadores do Rio de Janeiro, 3 baterias de metralhadoras, dois aviões. O vapor *Cuiabá* servia de hospital de sangue.

Com a chegada dessa imensa fôrça a massa popular comprimia-se desde o cais até o Palácio Rio Negro, e os vivas consecutivos ao governador e aos bravos oficiais integrantes da revolta ressoavam no ar numa expansão admirável de entusiasmo. E quando se espalhou a notícia de que o Tenente Ribeiro Júnior havia sido prêso e escoltado para bordo, um verdadeiro delírio empolgou a multidão, que se deslocou para a ponte e as amuradas do pôrto, e foi um espetáculo comovedor. Homens, mulheres e crianças, moços e velhos, indivíduos de tôdas as classes sociais, nacionais e estrangeiros, enchendo o *Rodway* da *Manaus Harbour*, os parapeitos do cais, as cercanias, superlotando botes, canoas e demais embarcações ali estacionadas, e aglomerados nas sacadas, portas e janelas das casas e sobrados, vitoriavam a todo instante, em reboantes e calorosas salvas de palmas, o valoroso prêso e seus camaradas ante a fôrça esmagadora, que ali estava à vista, na lustrosa baía do rio Negro.

A sociedade em pêso de Manaus saudava incessantemente "os salvadores do Estado", representados na figura marcial e insinuante de Ribeiro Júnior. A emoção era das mais profundas e o sentimento popular indescritível.

Em terra e logo a seguir à ponte de desembarque haviam-se postado os batalhões, de armas embaladas, e, vez por outra, retiniam toques de clarins.

Na ampla e luminosa baía os navios de guerra tinham as suas bôcas de fogo assestadas para a cidade. Viam-se no ancoradouro o *Mato Grosso*, n.º 10, o *Ser-*

*gipe*, n.º 7, o *Barroso*, o *Poconé*, os transportes *Macapá*, *Campos Sales*, *Manaus*, *Curitiba*, *Cuiabá*, *Belo Horizonte* e as canhoneiras *Amapá* e *Missões*.

Restabelecido o govêrno sem derramamento de sangue, dada a atitude calma e elegante do digno chefe da expedição e dos seus ilustres oficiais, foi pedida a intervenção federal no Estado pela sua representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Em virtude da renúncia do Sr. Turiano Meira, o General Mena Barreto deixou como governador militar o Coronel Raimundo Barbosa, mais tarde substituído pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Hormidas de Albuquerque.

Ao General Mena Barreto, a Academia Amazonense de Letras prestou condigna homenagem numa sessão solene realizada nos suntuosos salões do "Ideal Clube", presidida pelo Dr. Adriano Jorge, que produziu vigoroso e magnífico discurso de saudação.

Outra grande e comovida manifestação recebeu o preclaro general por ocasião de seu embarque. O povo no cais ovacionou-o estrondosamente. Coriolano Durant, que se havia identificado com a revolução, saudou-o em nome da família manauense, ofertando-lhe uma urna de prata com terra do Amazonas.

O Presidente da República Dr. Artur Bernardes nomeou interventor federal o Dr. Alfredo Sá.

Levando grande comitiva para integrar o seu secretariado, a maior parte de mineiros, aquêle titular assumiu o govêrno a 2 de dezembro.

Sucedeu-lhe no triênio 1926-1928 o Sr. Efigênio de Sales, que tomou posse perante a Assembléia Legislativa, a 1.º de janeiro de 1926.

O Amazonas deve-lhe alguns serviços úteis, como sejam estradas rodoviárias para alguns pontos suburbanos — Tarumã, Cachoeirinha, Igarapé da Raiz, Chapada,

Rádio. Com o prolongamento da estrada Rio Branco, a extensão dessas rodovias soma 77.580 metros; a montagem de estações radiotelegráficas comunicando a capital com várias cidades do interior, São Filipe, atual Eirunepê, Humaitá, Maués, Benjamin Constant. Empreendeu igualmente a construção da rodovia Camanaus-São Gabriel, numa distância de 21 quilômetros, sem contudo terminá-la. O engenheiro Sr. Glycon de Paiva expressa-se em relação a esta estrada inacabada dêste teor: "Para contornar o obstáculo à navegação do Negro, o Govêrno do Amazonas iniciou a construção de uma rodovia (Camanaus-São Gabriel). Providência acertada e em tudo comparável à que procura remediar as cachoeiras de Caracaraí, abaixo de Boa Vista, no rio Branco. Infelizmente a estrada é desservida de assistência técnica. Além disso, nos fins a que se destina, deveria realizar o contôrno da bôca do Uaupés a Camanaus. Inexplicàvelmente ela termina em São Gabriel"(73).

Com o propósito de fomentar a imigração japonêsa e polonesa, o falecido governador fêz concessões de largas faixas de terras do Estado. A concessão aos nipões compreendia um milhão de hectares de terreno e mais os que excedessem nas demarcações e medições a serem feitas. "Deu-se tudo", dizia em discurso no Senado o Sr. Leopoldo Cunha Melo, "terras até um milhão de hectares, ou sejam, 10.000 quilômetros quadrados e mais as que excedessem nas demarcações a serem realizadas. Deu-se até o que o Estado não podia dar.

"Um cotejo entre as cláusulas primeira e décima dêsse famigerado contrato, verdadeiramente leonino, nulo, porque o Governador do Estado não estava autorizado a fazê-lo, deixa ver que não se sabe a área da concessão. Sabe-se apenas até um milhão e mais o que

(73) Vale do Rio Negro, pág. 8, nota. Boletim n.º 40 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

exceder nas zonas reservadas pelos próprios concessionários. As terras foram escolhidas pelos próprios beneficiados. São terras firmes, não sujeitas a constantes alagações. Tôdas situadas às margens de rios e paranás navegáveis, no Amazonas, paraná do Ramos, rio Maués, Negro e Madeira. Escolhidas numa só região no litoral amazonense, nas suas regiões mais povoadas. Dão-se tôdas essas terras, preste atenção o Senado, com título definitivo de propriedade. Concede-se isenção de todos os impostos estaduais e municipais. Promete-se obter também isenção de todos os impostos federais, até os de importação para entrada de maquinismos, ferramentas, ingredientes químicos e materiais que se destinam à instalação de núcleos agrícolas".

Contra tal concessão bateu-se veementemente na Assembléia Legislativa do Estado o então Deputado Professor Antóvila Mourão Vieira.

Foi na vigência do govêrno Efigênio de Sales que, a 20 de julho de 1926, chegou a Manaus o Dr. Washington Luís, eleito primeiro magistrado da Nação, sendo-lhe oferecido faustoso banquete.

Outras individualidades visitaram a capital amazonense: o Ministro plenipotenciário da Alemanha Sr. Hubert von Knipping, o Embaixador do Japão Sr. Shichita Tatauke (5 de maio de 1926), S. Alteza D. Pedro de Orleans e Bragança e suas gentis filhas, as princesas Isabel e Elisabete, o Ministro Plenipotenciário do Peru, no Brasil, Sr. Vitor Maurtua (12 de outubro de 1926).

Interinamente substituiu o Governador Efigênio de Sales o Sr. Monteiro de Sousa.

A 5 de setembro de 29 o Sr. Dorval Pôrto era eleito governador do Estado. Espírito ponderado, de maneiras mui polidas, empossou-se a 1.º de janeiro de 30, porém não demorou muito no poder. A revolução de 3 de outubro de 30 não lhe permitiu continuar na curul governamental.

# A revolução de 3 de outubo de 1930

A revolução de 3 de outubro de 1930 fêz a sua marcha triunfal dos Pampas à metrópole do país.

A notícia de sua vitória irradiou-se de logo por todos os Estados do Brasil. Encontrou ambiente favorável e teve o apoio do povo.

Ao chegar ao Amazonas fêz com que se congregassem vários cidadãos, que, incorporados, se dirigiram ao Palácio do Govêrno, onde o Sr. Dorval Pôrto, já ciente dos fatos ocorridos no Rio de Janeiro, não fêz a menor objeção à intimação que recebera, renunciando ao cargo. Imediatamente assumiu o pôsto o Tenente-Coronel Cordeiro Júnior, que nomeou o Sr. José Alves de Sousa Brasil chefe de segurança pública, o Sr. Francisco Pereira da Silva secretário-geral do Estado, o Sr. Marciano Armond, prefeito municipal de Manaus, o Sr. Artur C. Ferreira Reis, chefe de gabinete, os Srs. Moisés de Barros e Gama e Silva, delegados auxiliares, o Sr. Clóvis Barbosa, oficial de gabinete, o Sr. Ferreira Sobrinho, diretor da Imprensa Pública, e o Sr. Hermes Afonso Tupinambá, diretor da Penitenciária.

O "Diário Oficial" do Estado, edição de 26 de outubro, publicava um telegrama procedente do Palácio do Catete comunicando a prisão do ex-Presidente Washington Luís e as prisões dos Ministros da Guerra e da Justiça. Outro despacho telegráfico anunciava a formação da Junta Governativa constituída pelos Generais Augusto

Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto, José Isaías de Noronha, Leite de Castro e Marlan de Angrone.

O Dr. Getúlio Vargas, um dos cabeças da revolução, assumia a Presidência da República no dia 3 de novembro de 1930.

Cumprindo ordens do Coronel Landri Sales Gonçalves, Comandante das Fôrças Revolucionárias do Norte e Governador militar do Pará, assumiu o govêrno do Estado, na data acima, com o pôsto de Tenente-Coronel do Estado-Maior das Fôrças Revolucionárias em operações no Norte, o Capitão Floriano Machado.

O íntegro militar, que se viu rodeado dos melhores elementos da socicdade de Manaus, fêz devolver à Municipalidade o Mercado e o Matadouro públicos, que o Sr. Alfredo Sá já havia mandado reintegrar à Companhia *The Manaus Markets and Slaughterhouse Limited,* exploradora dêsse ramo de serviço.

Sôbre a tentacular sociedade anônima recaíram as vistas do Tenente Ribeiro Júnior, quando foi do seu breve govêrno, em que baixou um decreto suspendendo a execução do extorsivo contrato celebrado entre a Comuna amazonense e o cidadão Alfredo de Azevedo Alves, e por êste transferido àquela Companhia, uma verdadeira sanguessuga do povo.

A 20 de novembro dava o Tenente-Coronel Floriano Machado por finda a sua missão no govêrno do Amazonas, sendo nomeado o Sr. Álvaro Maia.

Em junho de 31 era a administração pública confiada ao Capitão-Tenente da Armada Nacional Antônio Rogério Coimbra. Ao ato de posse compareceu o então Major Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, Interventor Federal no Pará, acompanhado de seu ajudante de ordens Tenente Ismaelino de Castro.

O Comandante Rogério Coimbra foi um digno guieiro do Estado pela meticulosidade com que governou,

pela segurança de seus atos e alcance de suas iniciativas patrióticas e incontestável honradez.

Os principais aspectos de sua administração, apesar da crise e do atraso nos pagamentos, em que vivia o Tesouro, e da precária situação financeira, foram o incidente da ilha das Cotias, que resolveu com prudência e eficácia, a questão dos terrenos de marinha, o prosseguimento dos trabalhos da estrada de rodagem de Caracaraí a Boa Vista do Rio Branco, o auxílio que recebeu da União para aliviar os encargos do Tesouro, a remodelação de alguns prédios e a construção de outros.

Voltou à baila a questão da *Manaus Markets*. O Interventor Federal nomeou uma comissão para rever o contrato. A comissão ficou constituída do Dr. Manuel Anísio Jobim, então Procurador-Geral do Estado, do engenheiro Lourival Muniz, Diretor dos Serviços Técnicos do Estado, e do Coronel Filipe Joaquim de Sousa Neto, Administrador da Recebedoria.

Tendo sido o primeiro dêstes membros nomeado chefe de polícia, foi convidado para completar a comissão, como seu presidente, o Desembargador Emiliano Stanislau Afonso.

De acôrdo com as novas investigações, e a juntada de novos documentos, ficou provado: *a*) que a Companhia *The Manaus Markets and Slaughterhouse Limited* estava constituída ilegalmente; *b*) não vinha cumprindo as cláusulas do contrato de arrendamento; *c*) embolsava os impostos e taxas devidos à Prefeitura.

Dos municípios do Estado haviam decaído de categoria Urucurituba, Urucará e Silves, consideradas Delegacias Municipais. Posteriormente, porém, foi-lhes reconhecida a dignidade anterior de municípios, exceção de Silves, que teve substituído o seu nome por Itapiranga, cuja ortografia correta é Itaporanga, tendo sede no distrito do mesmo nome. Silves, cujo nome primitivo era

Saracá, apaga-se cada dia sucumbida pelo mato e pelo abandono. Itaporanga não se lhe assemelha na beleza de sua situação na rebrilhante e dilatada concha lagunária de Saracá, nem na fertilidade de suas terras.

Por essa época a capital amazonense recebia a visita do então Ministro do Trabalho, Sr. Lindolfo Color, que levou em sua comitiva o Major Magalhães Barata, o jornalista Assis Chateaubriand, o Comandante Castro e Silva, da Flotilha do Amazonas, o escritor Carlos Cavaco, o Sr. A. Guedes, do Ministério do Exterior, o Sr. Joaquim Eulálio, o Sr. Braunstein, Mr. Johnston e o Professor Bruno Lôbo, viagem que se realizou a 7 de novembro de 31.

O Amazonas recebia pouco tempo depois a visita do então Major Juarez Távora, uma das individualidades marcantes da Revolução de outubro. O eminente soldado foi distinguido com um lauto banquete oferecido pelas classes conservadoras.

O Sr. Valdemar Pedrosa, mais tarde Senador Federal, na qualidade de Secretário-Geral do Estado, assumiu a administração pública, por ter-se licenciado e seguido para o Sul o Comandante Rogério Coimbra. Achava-se à frente do govêrno, quando despachos telegráficos davam conta de haver rebentado uma revolta na fortaleza de Óbidos, e que militares e civis aderiam à revolução de São Paulo.

A referida fortaleza tinha sido tomada de assalto, e os oficiais, que não quiseram participar da revolta, haviam sido presos.

O movimento revolucionário era chefiado pelo civil Alderico Pompo de Oliveira, comissionado no pôsto de coronel pelo General Bertoldo Klinger, chefe da revolução paulista.

As notícias que corriam eram que os revolucionários, de posse da fortaleza de Óbidos, em causa comum com

os insurgentes de São Paulo, pretendiam tomar as cidades ribeirinhas do Amazonas, em cujo número estava Manaus.

Em breve os boatos foram confirmados. Uma "Nota Oficial", inserta no "Diário Oficial", edição de 20 de agôsto de 1932, dizia assim:

"O Sr. Interventor Federal nestas últimas horas da tarde recebeu comunicação de que a fortaleza de Óbidos, fazendo causa comum com os insurgentes paulistas, se achava rebelada desde ontem pela manhã, sob a direção de um civil que se intitulava emissário do General Bertoldo Klinger, comissionado no pôsto de coronel".

A "Nota Oficial", como é natural, causou viva impressão. O jornais, em manchetes, publicavam informações sensacionais sôbre o movimento das fôrças rebeldes. Um dos despachos dizia que tinham sido capturados no baixo Amazonas dois vapôres, o *Jaguaribe* e o *Andirá*, que foram armados em guerra. Ao mesmo tempo outro despacho veiculava a notícia de que tinha sido aprisionada a lancha *Diana*.

A atitude dos insubordinados era manifesta e não padecia a menor dúvida de que a esquadra, bem aparelhada com armas e munições, tomara, segundo circulava, o rumo de Manaus.

Na frente seguiu um dos mais fervorosos adeptos da revolução, Arquimedes Lalor, que, ao chegar a Parintins, e ao tomar a cidade indefesa, transmitiu ao seu chefe o telegrama seguinte: "Vamos entrando gloriosamente para a história do Amazonas".

Em verdade, a expedição largou de Óbidos, debaixo de salvas de canhões, havendo Alderico Pompo telegrafado ao Interventor Valdemar Pedrosa, intimando-o a deixar o govêrno e entregar-se, sob pena de bombardear a cidade.

O momento era, pois, crítico, de sérias apreensões e urgia tomar providências, para evitar que os revoltosos, que já haviam tomado Parintins, se assenhoreassem da cidade de Itacoatiara, a doze horas de navegação da capital.

Bacorejava-se que existia em Manaus um grupo de simpatizantes da revolta de Óbidos, e apenas aguardavam a hora para ajudá-los a combater.

O Sr. Valdemar Pedrosa, com a consciência perfeita da gravidade da situação, não parou um instante. Reuniu no palácio as autoridades mais graduadas, para assentar um plano de reação e defesa, tão logo quanto a situação exigia urgência.

Dessas conferências faziam parte o Major Luís Tavares Guerreiro, Comandante do 27 B. C., o Capitão-de-Fragata Capitão dos Portos Lemos Bastos, o Comandante Brás Dias de Aguiar, chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites do Setor Norte, e outros prestigiosos elementos da cidade.

Foram encarregados de defender a vizinha cidade de Itacoatiara os Tenentes do Exército Albuquerque e Álvaro de Sousa e os Tenentes da Polícia Militar do Estado Francisco Júlio e Gonzaga Pinheiro, êste último Prefeito do município.

Do pôrto partiu a primeira tropa ao encontro do inimigo, porém teve que retroceder em vista de, navegando a tôda fôrça, voltarem ao ancoradouro da capital os vapôres *Ingá* e *Baependi*, que tinham seguido para o Sul, os quais, ante a expectativa de serem capturados retornaram ao pôrto.

A inesperada chegada dêstes navios e o retôrno da expedição militar causaram os mais desencontrados comentários, e alarmaram a população.

A esquadra revoltosa vinha subindo o rio, e não era mais possível retardar as diligências antes que a cidade de Itacoatiara fôsse tomada.

Organizou-se outra expedição sob o comando do Almirante Lemos Bastos.

A 22 de agôsto largava da baía do rio Negro a flotilha que ia defender a causa da legalidade e reagir contra o inimigo ameaçador.

Compunha-se a flotilha das seguintes unidades: *Baependi, Ingá, Rio Curuçá, Rio Aripuanã, Rio Jamari,* e a lancha *Íris.* Arvorou o pavilhão capitânia o *Ingá.*

Como comandantes militares contavam-se o Capitão-de-Corveta Alfredo de Miranda Rodrigues, os Capitães-Tenentes Jorge Ferreira Landim, Antônio Pujucan Cavalcante, Capitão Jonas Correia, Dr. Antônio Gomes, médico. Tomou voluntàriamente parte na expedição o Sr. Alexandre de Carvalho Leal. Ao todo 230 homens. Poucas horas após retrocedia ao fundeadouro o "gaiola" *Rio Jamari.*

Todo o litoral da cidade foi guarnecido.

Em Itacoatiara reinava uma profunda inquietação. Sentia-se que a qualquer momento a esquadra inimiga chegaria para derramar dor e luto.

Às 13 e meia horas do dia 24 apontavam no horizonte as silhuetas de dois navios, que se aproximavam da cidade.

Os defensores da praça, que haviam construído trincheiras e aliciaram gente para combater, esperavam a pé firme e ânimo resoluto as embarcações. Ao defrontarem o pôrto um disparo de canhão intimou a cidade a render-se. De bordo desembarcaram dois oficiais, conduzindo um ultimato. Dava o chefe da nau capitânia o prazo de duas horas para as famílias se retirarem, se porventura a cidade não se rendesse; do contrário seria bombardeada.

Era o momento culminante, o arrasamento e a chacina, se não se entregassem passivamente.

Enquanto de Manaus havia partido a expedição para deter o avanço dos rebeldes, o Governador do Pará, sabedor do movimento de desordem, fazia seguir águas arriba o vapor *Tenente Portela*, armado em guerra, e o Govêrno da República expedia ordens para que seguisse imediatamente o couraçado *Floriano Peixoto*, surto no pôrto de Belém.

O Comandante Rogério Coimbra, chegado ao Pará, nesse mesmo dia, embarcou no couraçado.

Os dois emissários de bordo ficaram detidos em terra, seguindo para bordo o Capitão Gonzaga Pinheiro, acompanhado por dois civis, os quais, recebidos no navio capitânia, reafirmaram os seus propósitos de não se renderem. E voltaram para o seu pôsto na cidade, quando, antes de expirar o prazo concedido para a evacuação das famílias, surgiu ao longe a fôrça que vinha de Manaus. De logo ouviram-se toques de corneta, ecos vibrantes de clarins, o troar dos canhões e as rajadas de fuzilaria ao se avizinhar a frota legal. Feriu-se um duelo tremendo de parte a parte, durante cêrca de 40 minutos.

Em manobra rápida e acertada, o navio do Comandante Lemos Bastos punha a pique o *Jaguaribe*, e o *Andirá* adernava, afundando lentamente, em meio de gritos de aflição e pedidos de socorro. Nesse instante flutuava uma bandeira branca no mastro. Por sua vez o *Ingá* recebia um impacto que lhe arrombou a proa.

Trataram logo as fôrças do govêrno de salvar os náufragos, que se debatiam nas ondas, tanto quanto foi possível naquele momento trágico.

Nesse dia o Sr. Valdemar Pedrosa dava publicidade à seguinte *Nota Oficial:* "A Interventoria Federal, cumprindo um dever, que lhe é altamente honroso, comunica

ao povo amazonense os acontecimentos desenrolados hoje, às 13 e meia horas, na cidade de Itacoatiara, dos quais teve conhecimento por telegrama daquela localidade. Os navios *Jaguaribe* e *Andirá*, que se achavam em poder dos rebeldes de Óbidos, chegaram hoje a Itacoatiara. Mandando emissários a terra para um entendimento com as fôrças legais, tiveram resposta de absoluta intransigência, pelo que resolveram conceder um prazo de duas horas para que as famílias se retirassem daquela cidade, quando então começariam o bombardeio.

"Antes de decorrido êsse prazo, chegaram ao pôrto de Itacoatiara os navios *Baepèndi* e *Ingá*, que entraram imediatamente em ação, cercando os navios rebeldes. Depois de quarenta minutos de tiroteio, foram postos a pique os vapôres *Jaguaribe* e *Andirá*, iniciando-se em seguida os trabalhos de salvamento dos náufragos. As fôrças navais atuaram sob o comando do Capitão-de-Fragata Lemos Bastos, e o contingente militar sob o comando do Capitão Jonas de Morais Correia.

"Não houve feridos em terra, estando a cidade de Itacoatiara em plena calma".

O Comandante Lemos Bastos dirigiu ao Interventor o telegrama seguinte: "Senhor Interventor Federal e Capimar. Manaus. Urgente. Embora constrangido sacrifício vidas ainda que rebeldes patrícios nossos comunico ambos navios revoltosos postos a pique fôrça meu comando em frente Itacoatiara, onde temos um ferido levemente. Estou contacto gente Itacoatiara, onde vou atracar, tomar informações a fim decidir que fazer. Recolhendo náufragos, às 13 e quinze minutos".

Organizado o plano de ataque, o comandante deu ordem para que seguisse na frente o vapor *Baependi*, e que, ao avistar a esquadra inimiga, se fizesse de volta a tôda marcha. De fato, navegava aquêle navio, além

de Itacoatiara, quando avistou numa curva do rio a frota adversária, e, obedecendo às instruções, retrocedeu com tôda propulsão de suas máquinas. Ao defrontar o pôrto de Itacoatiara, aproximou-se um pouco da costa, e arriou um escaler com dois marinheiros que conduziam uma mensagem, dizendo que atrás vinham os revoltosos, que tomaram atitude de combate ao avistá-lo, e que regressaria logo que encontrasse a frota do govêrno, a qual vinha descendo, devendo o Tenente Albuquerque resistir até queimar o último cartucho.

Com o choque da marcha acelerada do *Baependi* ao resvalar nágua o escaler virou e os dois marinheiros tombaram no lençol do Amazonas, àquela hora revôlto. A muito custo e com o socorro de uma lancha de terra puderam os abnegados marujos ser salvos, e entregar a mensagem de que eram portadores.

Prosseguindo viagem o *Baependi* incorporou-se à frota, que navegava não muito longe. Ao aproximar-se do pôrto descobriram de logo os barcos, procedentes de Óbidos, que tomaram posição de combate, travando-se a batalha com a vitória para as fôrças legalistas.

Os vapôres revoltosos vinham sob o comando do Capitão Álvaro da Cunha e de Arquimedes Lalor, servindo de comandante das fôrças do *Andirá* o Tenente comissionado Serôa da Mota.

Ao Capitão-Tenente Rogério Coimbra sucedeu o então Capitão Nelson de Melo, que assumiu o govêrno no dia 10 de outubro de 1933..

Pagou os vencimentos em atraso do funcionalismo público, pondo-os em dia com uma verba que, a título de prestação de indenização do Acre, lhe forneceu o Govêrno Federal. Mandou construir grupos escolares em vários municípios e deu comêço à construção do vasto edifício da Saúde Pública.

A 15 de fevereiro de 34 chegava a Manaus o Embaixador do Japão Sr. Kiugiro Hayashi.

Para o período governamental que se seguiu, foi eleito a 4 de fevereiro de 35 o Sr. Álvaro Maia, que passou a Interventor Federal com o golpe de estado de 10 de novembro de 37.

Interinamente, em sua ausência, substituíram-no no govêrno o Padre Manuel Monteiro e depois ao Sr. Rui Araújo.

Em novembro de 1940 chega à capital do Amazonas o Sr. Getúlio Vargas que, no banquete que lhe foi oferecido no "Ideal Clube", pronunciou o seu famoso discurso do rio Amazonas, que enorme repercussão teve no país. O estadista brasileiro chamou o Amazonas "a terra do futuro", o "vale da promissão na vida do Brasil de amanhã'.

Na sua magistral oração o Sr. Getúlio Vargas sugeriu a idéia de uma conferência em que tomassem parte os países vizinhos tributários da bacia amazônica, para resolver do melhor modo possível, numa fraternal manifestação de amizade continental, problemas que dizem respeito à navegação, meios de transporte, tarifas aduaneiras e interêsses mútuos continentais, tudo orientado no sentido de uma esperada grandeza econômica, a que o ubertoso vale do setentrião brasileiro está destinado.

De 1940 para cá o coeficiente populacional tem crescido bastante. Manaus possui hoje uma população superior a cento e quarenta mil habitantes. Outras cidades do interior vêem elevadas suas cifras de habitantes. Ascende a mais de quinhentas mil almas a população do Estado.

Pela Lei de 5 de março de 1945 ficou o Estado dividido em dezessete comarcas, vinte e cinco municípios, vinte e cinco têrmos e duzentos e oitenta e seis subdistritos, conforme o plano administrativo e judiciário elaborado por uma comissão de técnicos.

# Demarcações subseqüentes

Em capítulos precedentes ficou consignado o esfôrço do govêrno português para solucionar as questões de fronteiras nesta parte do continente. Mas tôda a sua atividade não logrou ver realizado o estatuído nos tratados por circunstâncias que forçaram o adiamento do delicado assunto de regularização de limites, ao norte e ao sul do país. Questão velha a das nossas divisas primeiramente manifestada no Tratado de Tordesilhas, firmado a 7 de agôsto de 1494 entre os dois soberanos de Espanha e de Portugal.

Segundo o historiador Pedro Calmon, até 1750, êsse acôrdo, que antecedera ao descobrimento do Brasil, "foi um motivo de polêmica, uma situação jurídica, um obstáculo político, uma barreira imaginária. Não correspondia a nenhum informe sério e exato; conclave de diplomatas que fizeram cálculos errados, símbolo da imprecisão dos conhecimentos matemáticos de 1494, projetou, contudo, a sua sombra sôbre dois séculos e meio de história do Novo Mundo".

Os Tratados de 1750 e de 1777 não chegaram a ter execução, e a questão de limites continuou até os nossos dias, em que, mercê de grandes discussões e intensivos trabalhos, se chegou a um têrmo feliz, dentro dos mais cordiais entendimentos internacionais.

No Amazonas, as operações preliminares de 1750 e de 1777 trouxeram em resultado um acervo opulento de conhecimentos da terra úmida, dos seus grandes rios,

de seu sistema potamográfico, das condições especiais do solo e de seu aproveitamento. Todo o trabalho dos astrônomos, engenheiros, geógrafos, desenhistas, práticos de navegação, soldados, missionários, índios, capitães e sertanistas, empenhados na exploração e conhecimento da terra, produziu uma cópia apreciável de pesquisas e informações sôbre a bacia, contextura do solo, animais e plantas, rios, lagos e montanhas, índole dos nativos, capacidade criadora da natureza, doenças, clima, alimentação, riquezas. Um rol de mapas surgiu de grande parte da baixada amazônica.

O Brasil teve que resolver os seus problemas lindeiros com as nações americanas do sul, após a emancipação das colônias espanholas, com um documentário farto e a sua posse consolidada de séculos.

Para o cumprimento do tratado de fronteiras com a Bolívia, assinado a 27 de março de 1867, e modificado por outros convênios posteriores, constituiu-se uma comissão mista, cujo primeiro comissário por parte do Brasil foi o Almirante José Cândido Guilhobel, e por parte da Bolívia, a princípio, o Dr. Luís Ipiña, e depois o General José Maria Pando.

Com o Peru os trabalhos de demarcação começaram em 1913 e prolongaram-se até 1927, quando o chefe brasileiro, então Capitão-de-Fragata Antônio Alves Ferreira da Silva, depois Contra-Almirante, telegrafou ao Dr. Otávio Mangabeira, ao tempo Ministro de Relações Exteriores, comunicando-lhe a ultimação dos serviços, em cumprimento ao Tratado de 8 de setembro de 1909, assinado pelo Barão do Rio Branco e pelo Dr. Hernan Velarde, nos têrmos que seguem:

"Tenho imenso prazer de comunicar com segurança estar concluída a demarcação da fronteira, sem a mínima solução de continuidade, congratulando-me com V. Ex.ª,

e com o govêrno pela realização integral do Tratado de 8 de setembro de 1909, devido aos abnegados e patrióticos esforços dos meus auxiliares que não pouparam sacrifícios nem esmoreceram diante de tôda sorte de dificuldades inerentes à terrível natureza do terreno, insalubridade do clima e carência absoluta de meios de transporte. Devo salientar a V. Ex.ª que os longos e penosos trabalhos de fixação dessa fronteira foram, graças a Deus, executados na mais perfeita harmonia entre as comissões brasileira e peruana, que conseguiram assim refletir nos recandos extremos de suas pátrias a amizade sincera que liga os dois povos.

"Atenciosas saudações".

A comissão brasileira contava entre os seus componentes o Capitão-de-Corveta Manuel José Nogueira da Gama, o Capitão-Tenente Brás Dias de Aguiar que continuaria a prestar os mais assinalados serviços ao Brasil, o Capitão Pedro Ribeiro dos Santos, os ajudantes 1.º Tenente João A. Duarte, 2.º Tenente Roberto Carneiro de Albuquerque, médico, o Major Dr. Antônio Rogério de Gouveia Freire, Capitão-Tenente Alfredo de Miranda Rodrigues Amauri Sadock de Freitas, Dr. João Paulino de Carvalho, 1.º Tenente da Armada Artur Bustamante de Albuquerque e 1.º Tenente Alfredo Luna.

A comissão peruana era integrada pelos Senhores Manuel A. Rieto, Carlos Salawerri, Major Manuel Zarate, Capitão Bernardino Valenas, Filipe Chueca, César Ruiz Pasteur e outros.

A comissão mista subdividiu-se em turmas que operaram em diversos setores nos sertões dos dois países interessados.

Prevenindo algum possível atrito entre o pessoal das turmas e os índios belicosos do alto Juruá, Tarauacá, Envira, Gregório, Riozinho, Amônea e Breu, utilizou-se o Almirante Ferreira da Silva dos préstimos do Padre

cearense Antônio Bastos, que conhecia bastante os silvícolas e falava alguns de seus dialetos.

A comissão verificou que o rio Envira corre ao sul do paralelo 10º. Verificou ainda que a nascente do Acre está no oriente do meridiano do Chambuiaco e ao norte do paralelo 11º(74).

O rio Javari teve mais uma vez o seu meandroso curso percorrido até as cabeceiras por uma turma dêsses especialistas, que exploraram um trecho ainda não levantado pelas Comissões Brasileiro-Peruana de 1866 e 1874, respectivamente dirigidas pelos Barões de Tefé e de Ladário.

Para as demarcações dos nossos limites com as repúblicas da Colômbia e Venezuela organizaram-se comissões mistas — a Comissão Demarcadora das Fronteiras do Setor Norte, cujos trabalhos tiveram andamento em vários anos.

À frente da primeira comissão estêve de comêço o Coronel Renato Rodrigues Pereira, depois o Coronel Temístocles Pais de Sousa Brasil, por parte do Brasil; e da segunda o Capitão-de-Mar-e-Guerra Brás Dias de Aguiar.

A Comissão Mista Brasílio-Colombiana demarcou tôda a fronteira num dilatado percurso de 1.642,84 quilômetros, em cinco anos.

A célebre linha Apaporis-Tabatinga só guarda o nome tradicional. Em verdade, ela começa no marco da margem direita do Japurá e termina na cabeceira do igarapé de Santo Antônio, mais perto de Letícia que de Tabatinga. A direção, porém, da linha, é dada pelas coordenadas da bôca do Apaporis e da referida cabeceira de Santo Antônio. Constitui um limite artificial

(74) Hildebrando Acioli — *Atos Internacionais vigentes no Brasil.* 2.ª edição. Tomo 2.º.

de 302,51 quilômetros de extensão. Não parte mais da bôca do Apaporis, que só lhe dá a direção. O motivo é que perderia o Brasil o pôrto de Vila Bittencourt, tradicionalmente brasileiro. Houve então um acôrdo suplementar, correndo a linha entre a bôca do Apaporis e o marco da margem direita do Japurá pelo talvegue dêste último.

Estudos exaustivos foram realizados em tôda a extensão da região fronteiriça, do rio Negro ao Guania em frente à ilha de São José, ao Solimões em frente à bôca do igarapé de Santo Antônio.

Uma das turmas do Setor Oeste, sob a direção do então Capitão José Guiomard Santos, percorreu e fêz os levantamentos dos rios Puré, Juamim e Mapari. Segundo informações daquele distinto oficial, o Puré em território brasileiro é o maior afluente que o Japurá recebe pela margem direita, e o segundo em volume dágua, vindo logo após ao Apaporis. Sua bacia estende-se entre a do Juamim, ao sul, rio do qual o Puré se acha muito próximo, e a do próprio Japurá, ao norte. A posição geográfica da nascente é desconhecida. Hoje, porém, sabe-se que o rio vem do interior da Colômbia, que entra no Brasil cêrca de 100 quilômetros acima do igarapé Ambriaz.

O paraná tem o nome de paraná do Puré com uma largura de 432 metros. Em frente fica a ilha do Puré, onde foram realizadas as observações astronômicas de S. Leste.

Alguns quilômetros acima de sua foz o Puré possui um furo de comunicação com outro paraná do Japurá, porém muito estreito e comprido, chamado Anache, situado entre a grande ilha do mesmo nome e a costa da margem direita do Japurá.

As margens do Puré são excessivamente baixas e alagadas no curso inferior, abundantemente cobertas de

palmeiras Jauari, vegetação característica dos banhados desta região. No curso médio, como é natural, o terreno é mais sêco, vendo-se mesmo alguns terrenos altos.

Só em território brasileiro o curso do Puré mede 350 quilômetros. A largura média é de 150 a 200 metros. O leito é livre, isto é, sem cachoeiras. Não existe navegação regular nêste rio. Também não tem moradores. É um rio deserto. Talvez por êste motivo é um rio muito rico de caça e pesca. Apenas alguns caboclos vindos do Japurá o freqüentam em certos meses do ano "mariscando", isto é, à cata de tartarugas, peixe, ou caçando porcos do mato, patos e mutuns, a fim de constituírem reservas de alimentos para o tempo em que a enchente não permite êste trabalho. Do Puré os mesmos caboclos retiram palha para a cobertura de suas barracas. Para isto viajam pacientemente a remo, de subida, quinze e às vêzes mais dias.

O Capitão-General Governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, primeiro comissário das partidas demarcadoras, anotou em 1755 as informações do prático Euchério Ribeiro, então o homem que mais conhecia o Japurá.

A embocadura do Juamim está na Latitude 01°45′ 27″,3 e na Longitude 67°35′24″,20 Gr. Essas coordenadas referem-se à bôca do Juamim.

A Comissão de Limites Setor Oeste fêz as observações na ilha do Barata ou de São Gonçalo, sendo as coordenadas posteriormente conduzidas para a confluência do Juamim com o Japurá aí representada pelo paraná que corre entre a citada ilha e a costa da margem direita.

Embora estreito, o Juamim é bastante extenso e apresenta a singularidade de não receber no seu baixo e médio curso nenhum afluente digno de registro. É quase desconhecido de civilizados. Êste rio não atinge a fronteira do Brasil com a Colômbia.

Continuando nas suas informações o Coronel Guiomard Santos, depois Deputado Federal pelo Acre, disse que o Mapari é um dos grandes afluentes do Japurá em terras brasileiras, com um comprimento de 200 quilômetros. O levantamento expedito dêste rio até as cabeceiras foi executado pela comissão em oito dias. O Mapari atravessa pouco antes de entrar no Japurá um lago de notável extensão, também chamado Mapari. Não se deve julgar, porém, que seja apenas um canal de escoamento do dito lago, dadas as proporções dêste. O rio, com a largura notàvelmente diminuída, vem, no entretanto, de muito mais longe, sendo sempre possível perceber-se a direção e o sentido de sua correnteza, antes e depois do lago, que parece formado de antigos sacados, cujas obstruções e reabrimentos são contìnuamente alterados pela presença próxima do Japurá, que lhe serve de represa natural. Pelo Mocòzinho, tributário principal do Mapari, passa-se mediante um varadouro para o Tonantins.

Os demarcadores de 1782 e 1784 estavam suficientemente informados sôbre as terras da margem direita do Japurá. Os afluentes dêste, do lado das colônias espanholas, já tinham sido relacionados pelo comissário português. E, o mais curioso, revivido agora o estudo daqueles afluentes (Puré, Juamim e Mapari), quase duzentos anos mais tarde, a Comissão viu até certo ponto o que dêles deixaram as antigas comissões.

Outra turma dirigida pelo engenheiro geógrafo José Guiomard Santos levantou os perfis dos rios Macacuni, Negro e Caperi.

No Macacuni morreram dois homens da subcomissão colombiana, o cozinheiro que desapareceu misteriosamente na floresta, e um dos trabalhadores falecido

quase de repente ao transportar carga no varadouro da cabeceira.

O Dr. Guilherme Camacho, médico da expedição, em princípio de setembro teve que retirar-se para Cucuí, devido a fortes ataques de polinevrite. Transportaram-no os trabalhadores da subcomissão em uma cadeira de varas tecida ali mesmo, até a bôca do varadouro, de onde uma ubá o conduziu para o pôsto da fronteira.

Também sèriamente enfêrmo se encontrava desde agosto o chefe colombiano Dr. Francisco Andrade, vítima de constantes crises de apendicite. Contudo, conseguiu ultimar os trabalhos, só se retirando depois de inaugurados os marcos, em fins de outubro.

O Macacuni é antes um igarapé grande do que um rio da margem direita do Negro, e do qual a importância maior é servir a sua cabeceira de extremidade da linha geodésica que daí vai ao marco da margem direita do dito rio Negro, separando o Brasil da Colômbia.

Devido às vazantes bruscas na bifurcação dos dois braços do aludido igarapé Macacuni, o peixe morre no *igapó,* apodrecendo imediatamente na lama e exalando insuportável mau cheiro. Outros peixes andam, aos saltos, por terra, nas trilhas que levam ao igarapé.

A 8 de setembro de 1934, achando-se presentes vários membros da segunda turma de serviço em operações nos rios Tiquié e Papuri, os tuxauas Mandu com a gente tuiuca de Boiacuara, João Sarapó, com os tuiucas de Ipocu e Barás de Aracu-Pirera, Maximiliano com o pessoal vindo de Mucucu-Igarapé, João de Abiá com os índios dêsse igarapé, além de outros indígenas do clã Iepá e arredores, inaugurou-se a colônia de São João da Urquia, cujas coordenadas são as seguintes: Latitude 00°15'37",8 N. e Longitude 10°02'19",02 W. Gr.

O motivo da fundação, diz a ata, foi a necessidade de acolher e amparar os indígenas Tuiucas, Barás e

Iepamaçana do alto Tiquié, que logo após o levantamento dos marcos passaram em massa para o Brasil, abandonando sem hesitar suas plantações e choupanas, o que significa tudo para gente tão pobre, e vindo a fazer, mais abaixo, nova moradia, e isto sem outra compensação que a de satisfazer seus sentimentos inatos de afeição pelo Brasil, pois não houve coação nem insinuação alguma.

A cerimônia da inauguração consistiu "no içamento da bandeira nacional por jovens índias no mastro central do acampamento, sendo o nosso pavilhão saudado pela população indígena e por todos os presentes".

A subcomissão, levada por seu patriotismo, inaugurou outra colônia no rio Papuri, a que deu o nome glorioso do ex-chanceler Afrânio de Melo Franco, "cujos serviços pela paz do continente mais se destacaram ùltimamente com o resultado de sua mediação no conflito Peru-Colômbia". O mesmo nome foi estendido ao lado colombiano, conforme deliberação do govêrno do país amigo, reza a ata inaugural, transmitida por intermédio do chefe da Comissão Colombiana de Limites com o Brasil, Sr. Francisco Andrade.

Estavam presentes vários principais dos clãs e encarregados de postos indígenas, notando-se a presença do Revmo. Padre João Marchese, superior da missão salesiana de Juaretê.

O ato, que foi solene, efetuou-se a 1.º de setembro de 1934.

A Comissão Demarcadora das Fronteiras do Setor Norte obedeceu à orientação do Capitão-de-Mar-e-Guerra, reformado, Brás Dias de Aguiar, que há alguns anos vinha dirigindo a demarcação dos nossos limites com a Venezuela e as Guianas Inglêsa e Holandesa, reve-

lando superior competência e uma compreensão exata das suas responsabilidades.

Trabalho formidável, só quem acompanha a extrema dedicação do chefe da comissão e dos seus dedicados auxiliares, é capaz de fazer idéia do quanto de sacrifício é exigido dêsses obreiros da nacionalidade.

O Comandante Brás Aguiar, com a remodelação dos serviços de demarcação fundindo os dois setores num só, com a denominação de Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (Primeira Divisão), foi mantido como chefe das demarcações com os países vizinhos.

O trabalho compreende, na frase do referido técnico, o reconhecimento de uma vasta área do território nacional no prolongo de sua fronteira com a Venezuela, Guiana Britânica e Guiana Neerlandesa. Perfaz mais de dez anos numa zona que até ontem estava quase inteiramente fechada ao conhecimento exato de suas características físicas, econômicas e sociais.

De acôrdo com os dados por êle oferecidos, na Memória apresentada ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em setembro de 1940, na cidade de Florianópolis, sob o título *Nas Fronteiras da Venezuela e Guiana Britânica e Neerlandesa*, os marcos colocados pela Comissão Melo Nunes na margem esquerda do rio Negro em frente à ilha de São José e os outros dois construídos nas proximidades do salto do Huá, no Maturacá, foram considerados definitivos.

Foi demarcada a nova linha geodésica Cucui-Huá, construídos os marcos divisórios e determinadas suas coordenadas astronômicas. A nova linha geodésica, traçada de acôrdo com o protocolo de 24 de julho, tem 77 quilômetros 471 ao rumo de 48°16'45" S. E. de Cucui para Huá e a convergência do meridiano 3°2',3.

Terminado êsse trabalho, continua Brás Aguiar, a Comissão iniciou a demarcação na serra de Paracaima, divisor de águas Amazonas-Orinoco, a partir do monte

Roraima até o marco 9, numa extensão de 165 quilômetros.

Suspensos os trabalhos, foram recomeçados em 1939, sendo construídos sinais aerofotogramétricos e colocados marcos fronteiriços nas nascentes dos rios Surumu, Pacu, afluente do Majari, Majari, Uaricapará, ou Urarucaá, da bacia do Amazonas; Guanã, Kidi, Emecuni e Ijani, todos afluentes do alto Caura ou Merevari, da bacia do Orinoco. Tôda a fronteira com a Guiana Britânica foi levantada, desde o monte Roraima até o ponto de trijunção das fronteiras Brasil-Guiana Britânica e Brasil-Surinam.

Nas anotações do Comandante Brás Dias de Aguiar foram construídos 132 marcos fronteiriços numa extensão de 1 605,8 quilômetros.

Na fronteira da Guiana Neerlandesa os trabalhos de demarcação, começados em 1935, foram encerrados a 30 de abril de 1938, observando-se a linha que parte da fronteira francesa até a fronteira britânica, acompanhando a divisão das águas entre a bacia do Amazonas e as bacias que fluem na direção do Oceano Atlântico.

O ponto de trijunção escolhido dos territórios do Brasil, Guiana Inglêsa e Guiana Francesa foi o braço mais longo do rio Kutari, um dos formadores do rio Courantine, local onde se cravou o marco numa grande laje.

Na tese citada o seu ilustre autor explica minuciosamente todos os acidentes geográficos pelos quais se inclina e distende a linha demarcatória.

Durante êsses serviços nos vários setores foram explorados grandes rios, antes vagamente conhecidos. No espaço de cinco anos foram explorados e levantados pela comissão os rios Surumu, Majari, Pacu, Uraricaá, Sarubai, Mucajai, Catrimani, Demeni e seus afluentes Mapulau, Toototobi, Maridauu e Aracá, Marari, tributário do Padauiri, além de outros.

Corrigiu-se o êrro secular de que o Demeni é contribuinte do Aracá, como se considerava até bem pouco tempo.

A comissão iniciou o estudo dêsse rio (Demeni) em 1940, vingando a corrente em tôda sua extensão, dantes conhecida apenas até o Mapulau, explorou os seus tributários e concluiu que o Demeni, e não o Aracá, é o rio principal, sendo o Aracá um dos seus grandes afluentes, os quais reunidos formam ao desembocar no Negro uma das mais belas e largas baías que ali se defrontam ao observador.

O Catrimani, se bem que estudado na segunda metade do século XVIII até a altura de sua confluência com o Arapari, só foi percorrido em todo o seu desenvolvimento pela referida comissão, que lhe situou as nascentes "em um ponto da vertente brasileira da Cordilheira Parima". Seu comprimento perfaz 649 quilômetros.

Outro volumoso rio, cujas origens desafiavam a atenção e a curiosidade científica de muitos exploradores, foi o Orinoco, cujo nascedouro em dezembro de 1939 saiu do mistério em que se achava envolvido, para a realidade geográfica. Vôos baixos em monoplano dirigido pelo pilôto norte-americano Jimmie Angel, em que tomou parte o técnico brasileiro Sr. Luís de Sousa Martins, permitiram ver claramente, anotar e fixar os manadeiros do caudaloso rio.

Voltando à nossa demarcação com a Bolívia, o Professor Artur C. Ferreira Reis, em uma publicação que traz a data de 1936 com o título "A Questão do Acre", traçou uma síntese segura da Revolução do Acre, em que morreram inúmeros compatriotas nossos e bolivianos, e inscreveram feitos de bravura Plácido de Castro e muitos outros.

Refere-se o historiógrafo ao Tratado de 27 de março de 1867 entre a Bolívia e o Brasil, relembrando que as nossas fronteiras só foram então demarcadas até o encontro do Mamoré com o Beni. Evoca o povoamento acreano, as levas de milhares de brasileiros que lavraram aquelas terras, desbravaram os seringais e humanizaram a selva bruta, e os bravos dianteiros que por lá ficaram enterrados.

Até 1895 a República da Bolívia não conhecia as terras do Acre.

Em 1906 o Dr. Francisco Vellard, diplomata boliviano, dizia não ter encontrado ainda o Aquiri.

Apesar da quase completa ignorância da região, o govêrno do país vizinho conseguiu de nossa Chancelaria, de que era órgão o Sr. Carlos de Carvalho, prosseguir na demarcação, que havia sido suspensa, desde muito. Foi então nomeado comissário demarcador, do lado do Brasil, o Coronel Taumaturgo de Azevedo, e de parte da Bolívia o Sr. José Manuel Pando.

"O nosso chanceler", escreve o Sr. Artur Reis, "entendia que não estando as nascentes do Javari na altura do paralelo 10° 20', a reta de que falava o Tratado de 1867 partiria do encontro do Beni com o Mamoré em busca daquelas nascentes.

Era um grande êrro. O espírito do tratado não dizia isto. O que se escrevera, e o que se assentara foi que essa reta partisse da paralela, na latitude 10° 20' ao encontro das nascentes do Javari. Estas, muito acima das paralelas, seriam procuradas na altura onde estivessem".

Com uma tal maneira de ver perdia o Brasil uma enorme área de terrenos ubertosos cobertos de seringais, castanhais e outras essências.

Confinados neste estreito ponto de vista, inteiramente favorável às pretensões bolivianas, não quiseram ou não souberam os nossos Ministros do Exterior (Sr.

Carlos de Carvalho e General Dionísio Cerqueira), ouvir a voz da razão, o raciocínio persuasivo, levando o Coronel Taumaturgo, justamente melindrado, a pedir demissão. O gesto dêste eminente brasileiro despertou de logo uma corrente de solidariedade dos entendidos e uma verdadeira repulsa à política que se vinha fazendo em tôrno do caso boliviano.

O Acre nos pertencia. O Acre era do Amazonas.

Meritórios e reais serviços prestaram então à defesa da integridade do solo os Governadores do Amazonas Fileto Pires, José Ramalho e Silvério Neri.

Tal foi o clamor suscitado que o General Dionísio mandou proceder a uma verificação pelo então Tenente Cunha Gomes, que se transportou ao Javari e verificou o êrro cometido, que importava na perda de 242 léguas de terras em prejuízo do Brasil. À vista desta desconcertante verificação, foram adiadas as atividades demarcatórias.

Por essa época o Sr. Francisco Vellard solicitou licença ao Governador do Amazonas, Coronel José Ramalho Júnior, para fundar estações fiscais nos lugares que êle chamava "litigiosos", não tendo sido atendido. Se essa tentativa falhou, não foi vã a de outro representante da Bolívia, o Sr. José Paravincini, que, de ordem do govêrno brasileiro, instalou uma alfândega à margem esquerda do rio Acre, a qual recebeu o nome de Puerto Alonso.

O ato feriu fundo os melindres dos desbravadores da região, que se sentiram diminuídos nos seus direitos e expulsaram os ocupantes.

O Coronel Ramalho Júnior, querendo evitar a amputação do território amazonense com a intromissão estrangeira, empenhou-se, mas em vão, junto ao Presidente Campos Sales no sentido de estabelecer um convênio pelo qual fôsse indenizada a Bolívia, invocados os prejuízos, para se conseguir a paz ameaçada no Acre.

O Ministro Olinto da Silveira fechara os ouvidos às reclamações, por uma falsa inteligência dos supostos direitos bolivianos. Essa indiferença, ou antes, essa persistência dos nossos homens públicos de considerarem o território pertencente à Bolívia, levou os acreanos à guerra. A revolta mais se acentuou quando se soube que aquêle país havia arrendado a um sindicato norte-americano as ditas terras. A notícia de uma incrustação estrangeira dentro do coração do Amazonas motivou os mais veementes protestos, ateou uma forte indignação pública.

Reuniram-se os moradores do Acre, proprietários, seringalistas, proprietários de castanhais, seringueiros, extratores de produtos vegetais, negociantes, agricultores, gente de tôdas as classes, e dispuseram-se à reação.

Não tardou a que se juntasse a êsses defensores vibrantes de patriotismo um grupo de homens idos de Manaus batalhar pela causa da pátria.

A resistência foi tenaz e heróica às fôrças bolivianas. Encarna a bravura dêsses homens o seu comandante, filho do Rio Grande do Sul, o intrépido José Plácido de Castro, que destroçou as hostes bolivianas em sucessivos combates, e acabou por sitiar, na última fase da revolução, o próprio General Pando, que se movimentou da Bolívia para o campo da luta.

Cobrindo-se de luto a região com a morte de muitos combatentes, de um e outro lado, interveio o então Ministro do Exterior Barão do Rio Branco, que conseguiu pacificar a terra acreana, negociando com a Bolívia o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903.

O Acre era enfim dos brasileiros.

Todavia o govêrno da nação transformou-o em Território Federal do Acre, desintegrando-o do Estado do Amazonas.

Como o Estado se visse espoliado, tratou de mover uma ação, de que foi patrono Rui Barbosa, contra a União.

# Limites do Amazonas com os Estados do Pará e Mato Grosso

Indispensável se tornava fixar as nossas divisas com os Estados do Pará e Mato Grosso. Com as diligências que se vinham arrostando em tôrno do problema, para firmar a linha limítrofe traçada desde os tempos da Capitania, sem solução, empenhou-se o govêrno amazonense em levar por diante o estabelecimento das nossas fronteiras nesses dois grandes Estados.

Com o Pará sustentou o Amazonas uma porfia ingrata, durante longos anos, tendo necessidade, já que não chegavam a um entendimento, de constituir advogado, recaindo a escolha no jurisconsulto Dr. Epitácio Pessoa, que escreveu um erudito estudo sôbre a legitimidade da causa que defendia.

Os antigos limites foram traçados há cêrca de dois séculos pelo Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao inaugurar a Capitania de São José do Rio Negro, a 7 de maio de 1758, em carta dirigida ao seu primeiro governador Coronel Joaquim de Melo e Póvoas. Por êsse vetusto documento o delegado do rei, devidamente autorizado, assinalava os limites seguintes:

> "Pela banda do oriente devem servir de balizas: pela parte setentrional do rio das Amazonas o rio Nhamundá, ficando a sua margem oriental pertencendo à Capitania do Grão Pará, e a oci-

dental à Capitania de São José do Rio Negro. Pela parte austral do mesmo rio das Amazonas, devem partir as duas Capitanias pelo outeiro chamado de Maracá-Açu, pertencente à dita Capitania de São José do Rio Negro tudo o que vai dêle para o ocidente, e ao Grão Pará todo o território que fica para o oriente".

Fundado o Império, refere Epitácio Pessoa, a capitania transformou-se em Comarca do Rio Negro, sem nenhuma alteração de limites. A alteração sobreveio em 1833, por ocasião da divisão do território nacional para execução do Código de Processo Criminal, em que a dita comarca passou a constituir a Comarca do Alto Amazonas, havendo o govêrno paraense feito recuar os antigos limites para a serra de Parintins, prejudicando o Amazonas em cêrca de oitenta quilômetros para oeste, desprezado o outeiro de Maracá-Açu, por cujo meridiano devia passar a linha(75).

Entretanto, seja posta em relêvo a cláusula imperativa exigida por um dispositivo do Código, — de ser submetida a divisão à aprovação da Assembléia Nacional, para ter eficácia jurídica, o que não foi observado, resultando nulo o ato do govêrno do Pará.

O Amazonas nunca deixou de reclamar os seus direitos. De vez em quando a questão se reacende, se aviva, sem resultados práticos.

Submetida a pendência à sabedoria e julgamento do Supremo Tribunal Federal, resolveu a Egrégia Côrte mandar proceder a uma vistoria, sendo escolhido para presidi-la o Dr. João de Morais Matos, Juiz Federal.

A audiência final dos trabalhos da diligência ordenada para averiguação da fronteira entre os dois Esta-

(75) *A Fronteira Oriental do Amazonas*, pág. 172. 1917.

dos, realizou-se a 27 de fevereiro de 1926. Como representantes do Pará compareceram os Srs. Palma Muniz e Avertano Rocha, e do Amazonas o Sr. José Furtado Belém.

Antes da diligência da vistoria o Govêrno do Amazonas tinha enviado à região lindeira uma comissão de técnicos de que era presidente o engenheiro Alcino Braga, que fundou uma coletoria no igarapé Aduacá, transferida depois para a ilha das Cotias, a fim de evitar o contrabando, que se fazia às escâncaras para o Estado do Pará. A ilha das Cotias é hoje ilha Afonso de Carvalho, nome do antigo fundador daquela repartição arrecadadora, sediada perto da margem direita do Nhamundá.

O Sr. José Furtado Belém empenhou-se na defesa dos direitos do Amazonas com o cuidado que lhe merecia o melindroso mandato. O provecto publicista, perfeito conhecedor da região, que teve ensejo de percorrer várias vêzes, escreveu dois livros *Limites Orientais do Estado do Amazonas* — "Livraria Palais Royal", 1912, e *Amazonas-Pará* — "Imprensa Pública", 1916.

O Capitão-Tenente Antônio Rogério Coimbra, ao tempo em que exercia a Interventoria Federal, comissionou para tratar dos nossos limites com o Pará o Dr. Alexandre de Carvalho Leal, cuja permanência por largos anos no baixo Amazonas, em Parintins, lhe proporcionara um profundo conhecimento da faixa de terra disputada.

Igual interêsses tomou o Interventor Capitão Nelson de Melo, que manteve uma atitude de intransigente defesa do patrimônio territorial do Estado.

Na vigência da Constituição de 10 de novembro de 1939 realizaram-se diligências no sentido de uma solução equânime.

Nas reuniões havidas no Rio de Janeiro, por iniciativa do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, estêve presente como representante do Amazonas o Sr. Antóvila Rodrigues Mourão Vieira, também tendo assistido às reuniões o Professor Agnelo Bittencourt, o Sr. Cristóvão Leite de Castro, o Sr. José Malcher, o Sr. Osvaldo Orico, o Sr. Mário Celso Suarez, ficando estabelecido em tese — "Na região predomine uma linha que ligará a serra de Parintins à cachoeira do Chocorão, acompanhando os divisores d'água". Quanto ao norte preciso se tornava proceder a uma vistoria, ou verificação local, para o que os dois Estados interessados mandariam os seus representantes.

O engenheiro agrônomo Sr. Leopoldo Amorim da Silva Neves representou o Estado perante a comissão mista.

Relativamente ao Estado de Mato Grosso a questão de limites foi dirimida judicialmente. Teve o Amazonas que ir bater às portas do Supremo Tribunal Federal.

A propositura da ação originou-se do fato de ter o governador daquele Estado criado uma coletoria na localidade de Santo Antônio no rio Madeira, em 1904, e concomitantemente repartições fiscais em outros distritos, as quais arrecadavam impostos, que deviam ser pagos ao Amazonas.

O Amazonas propôs a ação para compelir o Estado de Mato Grosso a reconhecer os seus direitos sôbre o território compreendido pela linha de limites que, partindo do rio Uruguatar, um dos ramos de origem do rio Gi-Paraná, no 9.º paralelo, segue por êste para oeste até a cabeceira de Santo Antônio, subindo daí pelo centro dêste rio até a fronteira com a República da Bolívia.

O Supremo Tribunal Federal, julgando a causa, mandou que fôsse observada "como linha de limites, entre os Estados do Amazonas e Mato Grosso, a cachoeira de Santo Antônio, no rio Madeira, situada no paralelo 8° 48'. A respeito dos impostos a Côrte Suprema resolveu que a restituição dos impostos pode ser pedida por aquêles que os pagaram.

Publicado o venerando Acórdão, o Governador do Amazonas, o Coronel Antônio Bittencourt, devidamente autorizado pela Assembléia estadual, assinou a 14 de setembro de 1910, um acôrdo em que figurou como representante de Mato Grosso o Sr. Antônio Correia da Costa, Delegado Fiscal daquele Estado. No escrito ficou estipulado que os limites deviam ser observados do paralelo 8° 48' de latitude meridional, a partir da margem direita do rio Madeira, para leste.

Com essa orientação geodésica os governos dos respectivos Estados nomearam uma comissão de técnicos para efetuar as necessárias observações e traçar a linha limítrofe em aprêço.

A comissão do Amazonas ficou constituída do Coronel de engenheiros Filinto Alcino Braga, chefe, Capitão Tebano Barreto, Tenente Alberto Pôrto Alegre e dos auxiliares Horácio de Gusmão Coelho e Dr. Antônio Lôbo, médico.

A demarcação tornou-se judicial a requerimento de Mato Grosso.

Os trabalhos foram presididos pelo Juiz Federal dêsse Estado João de Morais e Matos, designado pelo Supremo Tribunal Federal, que homologou a dita demarcação e louvou o zêlo e a perícia com que se houve o referido magistrado.

O acôrdo firmado pelo Coronel Antônio Bittencourt sofreu críticas acerbas do engenheiro Inácio Moerbeck,

em artigos publicados na imprensa em Manaus, críticas que foram revidadas pelo Sr. Alcino Braga e mais alguns juristas, como pelo próprio governador.

Por Decreto-Lei de 11 de março de 1941 o Interventor Federal no Amazonas homologou o acôrdo fiscal celebrado entre o Estado do Amazonas e Mato Grosso, referentemente à jurisdição do último sôbre as terras sitas no rio Aripuanã, acima do lugar conhecido por Samauma da Cruz, onde existe um marco de alvenaria, plantado em 1915, até que os limites entre as duas entidades políticas ficassem definitivamente fixados.

# Viajantes e Exploradores

Desde o século XVIII que o Amazonas tem sido visitado por viajantes e exploradores, que foram aos poucos desvendando o vale, descrevendo o perfil hidrográfico de sua vasta e imponente bacia, a morfologia do solo, a floresta equatorial, variedade de plantas, habitantes, usos e costumes, crenças e superstições, folclore.

Formou-se destarte uma literatura fecunda e preciosa, além do material que já existia no domínio da cartografia, da hidrografia, da botânica, da climatologia, da etnografia e demais particularidades da maior bacia do globo.

A começar dos mais antigos destacam-se dois vultos, o Padre Samuel Fritz, missionário jesuíta natural da Boêmia, vindo para o Peru a serviço da religião e da catequese dos índios.

O inaciano operoso e inteligente, não satisfeito de ter como palco de suas missões grande parte do país andino, estendeu até mais longe, Solimões afora, as suas atividades, pretendendo alcançar o estuário, a título de que a região pertencia à Espanha.

Fritz, escudado no Tratado de Tordesilhas, sustentava que as ditas terras e águas eram de Castela, e nesse pressuposto escreveu vários memoriais, que foram presentes ao Rei de Espanha. E como tinha tal pensamento juntava aos argumentos teóricos a ação decisiva de levar por diante a tarefa de reivindicar para o govêrno espanhol o domínio do território.

Adoecendo gravemente numa das suas incursões, resolveu descer até o Pará, onde encontraria certamente cura aos seus males no seio dos seus irmãos jesuítas. Na viagem ia encostando em todos os portos.

Em Belém foi prêso como suspeito, e levou meses detido, enquanto as autoridades portuguêsas pediam instruções para o fim de libertá-lo, ou não. Afinal veio a ordem de soltura, porém com restrições. Que se escoltasse o missionário até as Índias Ocidentais, isto é, o Peru, ou às missões dos Omáguas.

Conduzido àquelas reduções, a diligência deixou-o livre. No itinerário, através de tão longa travessia, não lhe foi concedido falar com os nativos. O roupeta não se acomodava à idéia de que todo êsse mundo, aberto aos seus olhos, não fôsse de Espanha. Os seus protestos eram contínuos. Ao atingir o país dos Omáguas, inconformado, tratou de continuar nas suas missões. Um seu auxiliar imediato, o Padre João Batista Sana, descendo com tropas do Peru, invadiu as aldeias portuguêsas e expulsou os missionários carmelitas que as dirigiam.

Samuel Fritz deixou um mapa do rio Amazonas, muito imperfeito, mas de grande valor para a época. Retificou-o e melhorou-o o sábio francês Charles Marie de La Condamine.

A outra personalidade acima destacada foi o cientista de quem já se fêz menção, Charles Marie de La Condamine.

Um autêntico cientista o valoroso membro da Academia de Ciências de Paris, que veio comissionado à América do Sul solver um dos problemas que agitavam o mundo de então, — verificar o tamanho e a configuração do globo terrestre.

Em sua companhia vieram outras grandes expressões culturais: Luís Godin, Pierre Bouguer, Godim de

Odonais. O cavalheiro Simergues, pertencente à comissão, foi morto num conflito, em que se achou envolvido, na cidade de Cuencas.

Passou oito meses La Condamine no Peru devotado aos seus labôres, absorvido em trabalhos árduos, inerentes aos fins que o trouxeram ao Equador. E quando teve de voltar à sua pátria, pensou em fazê-lo pelo Amazonas, para o que solicitou licença ao govêrno português. Havendo partido da França a 16 de maio de 1735, retornava a Paris em 1743.

Espírito forte, aventureiro, a descida pelo Amazonas fascinava-o. O desejo de pesquisas no vale, de tudo se informar, de ver novos quadros, de defrontar novas e inéditas paisagens, seduzia-o.

Deixando São João de Bracamoros, depois de tão intensos trabalhos de medição na linha equinocial da longitude de um grau do meridiano, e de suportar a aspereza da terra e do clima, o acadêmico registrou tudo o que lhe caiu sob a visão, as centenas de coisas que o impressionaram no amplo cenário feérico do Amazonas. Produto das suas observações é a obra interessantíssima que publicou, — *Relation abregée d'un voyage fait dans l'interieur méridionale, en descendant la rivière des Amazonas*. Paris, 1745. Além dessa obra fêz várias comunicações à Academia de Ciências de Paris sôbre a borracha e o emprêgo da vacina contra as bexigas.

Obra que contém um excelente lastro de impressões e sensações recebidas da baixada amazônica, das missões, das possibilidades de riquezas, encerra também muitos êrros decorrentes do estado do nível científico da época, das obscuras noções geográficas de então.

Ampliou e corrigiu La Condamine o mapa de Samuel Fritz, gravado em Quito, e publicado na França no tomo XII das *Lettres edificiantes*.

A êle se deve a divulgação na Europa da incipiente indústria da borracha, que os Cambebas preparavam, assim como da vacina que Frei José da Madalena havia introduzido no rio Negro por ocasião de desenvolver-se uma epidemia de bexigas.

Os Cambebas ou Omáguas ocupavam um espaço de cêrca de duzentas léguas no Solimões. Os portuguêses chamavam a êstes índios Cambebas e os espanhóis Omáguas.

Na baixada, tendo La Condamine notícia de que os Omáguas aproveitavam o leite de uma árvore, e com êle fabricavam diversos utensílios, como seringas, botelhas, vasos, interessou-se vivamente em saber o processo usado.

Ao deixar terras de Espanha, as miseráveis missões dos Omáguas, defrontou-se no Solimões com aldeias muito mais limpas, mais bem ordenadas e vistosas. Os estabelecimentos brasileiros tinham muito mais vida e apresentavam melhor aspecto, devido ao escambo que os índios e moradores do Solimões entretinham com o Pará, para onde levavam os seus produtos, cacau, breu, grude de peixe, baunilha e outras drogas, e se supriam de ferragens e outros artigos.

Foi bem recebido em Gurupá pelo comandante da fortaleza, que lhe prestou as honras devidas, e em Belém teve acolhida carinhosa.

No livro citado o sábio externou as suas impressões da capital paraense, com o seu pesado teor colonial.

La Condamine contraiu no planalto peruano uma surdez, que o não deixou mais, agravada a sua saúde ao chegar à França por uma paralisia pouco depois de se casar com sua sobrinha. Faleceu aos 74 anos de idade, ao submeter-se a uma operação de hérnia.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA. Nascido na Bahia a 27 de abril de 1756, seguiu muito jovem, em companhia de seus pais, para Portugal, onde estudou e se educou.

Seus progenitores o destinavam à carreira eclesiástica, e neste propósito freqüentou o seminário, em que recebeu ordens menores.

Não se sentindo com inclinação para o sacerdócio, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde, após um curso brilhante, se doutorou em Filosofia e Ciências Naturais. Aluno não só aplicado como dos mais distintos pela viveza da inteligência, pelos hábitos metódicos e amor à ciência, tornou-se um dos mais notáveis da velha Universidade coimbrã.

Laureado nestas especialidades, foi a Congregação da escola consultada sôbre a indicação de um professor, que devia exercer importante comissão no norte do Brasil, nas Capitanias do Pará, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás, e, com indicação unânime, a escolha recaiu na pessoa de Alexandre Rodrigues Ferreira, que devia chefiar a comissão, para a qual se exigiam qualidades de cientista e de filósofo, de analista e de um espírito generalizador. Era, por conseguinte, uma dessas incumbências pesadíssimas, que tinha sob os ombros, e para o desempenho da qual todo esfôrço se fazia necessário.

Cumpria-lhe coligir dados informativos sôbre a terra, flora e fauna, condições sociais e econômicas, habitantes, inclusive índios, agricultura, indústria, comércio, navegação, enfim tôdas as fôrças do país nas aludidas capitanias, nos seus diversos ramos de atividade.

O jovem cientista na sua gravidade não se perturbou, e embarcando em Lisboa, depositário da confiança do govêrno português e do Ministro da Marinha Martinho de Melo e do Professor Vanelli, da Universidade,

chegou a Belém em 1773, onde também chegavam, no mesmo barco, o Governador e Capitão-General Martinho de Sousa e Albuquerque, e o Bispo D. Frei Caetano Brandão, que vinha assumir a mitra episcopal do Pará e de São José do Rio Negro.

O Professor Honório de Sousa Silvestre escreveu que três sábios se destacaram no exame aprofundado da depressão amazônica, o etnólogo alemão von den Steinen, autor do magistral estudo sôbre as populações ameríndias do Xingu; Alexandre de Humboldt, que, perlustrando as regiões equinociais sul-americanas, lançou as bases da geografia moderna, e Alexandre Rodrigues Ferreira, que se houve com o máximo acêrto, cuidado e probidade científica nas investigações que realizou.

Alexandre de Humboldt viajou em companhia de Aimé Bompland de 1779 a 1804 pela América meridional. Passando ao Amazonas, foi prêso. As autoridades portuguêsas não lhe permitiram o ingresso no território à vista de ordens e instruções da metrópole, de não consentir que estrangeiro nenhum navegasse pelos seus rios e estacionasse em suas terras, de maneira que teve o sábio, que revolucionou a geografia, dando-lhe novos horizontes à investigação, de regressar à Venezuela.

Alexandre Rodrigues Ferreira, depois da indispensável demora no Pará e de diversas incursões pelo interior daquela capitania, dirigiu-se ao rio Negro, tendo chegado a Barcelos a 2 de março de 1785.

De logo encetou os trabalhos que lhe tinham sido cometidos, com os seus dedicados ajudantes desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim Codina e do jardineiro Agostinho Joaquim do Cabo, examinando os terrenos, explorando rios, ilhas, paranás e lagos, as características do relêvo, vocação das terras para a lavoura, seu aproveitamento na indústria e no comércio, plantas e madeiras destinadas a aplicações variadas, fibras têxteis,

essências medicinais, tintórias, oleíferas, flôres, frutos, bálsamos, óleos vegetais e animais, caça, pesca, clãs indígenas, artefatos etnográficos, desenhos e levantamentos topográficos de rios e montanhas, nível de civilização dos povos do rio Negro, mistura de raças, história das cidades e vilas e povoados, missões, formação dos núcleos humanos, evolução, origem e desenvolvimento. Um trabalho complexo e difícil ergueu Alexandre Rodrigues Ferreira nas minúcias com que descrevia os lugares por onde passava e os rios por onde navegava, os transes amargurados que sofreu, os incidentes sobrevindos e as sortidas dos selvagens. O observador nas suas contínuas incursões pelas correntes mais solitárias visitava uma a uma as plantações que se lhe deparavam, as casas dos moradores, espécie de cultura e rendimento, o teor do solo e os animais e *pragas* que infestavam os roçados.

Quem quer que consulte os escritos do douto pesquisador há de encontrar um rico documentário, bem ordenado e redigido, em linguagem disserta sôbre os assuntos que entendiam com a sua missão. As localidades são tão nìtidamente descritas que parecem fotografadas, não lhe escapando nenhuma minúcia; o estilo correntio e seguro dá a medida do poder visionador do visitante, que apanha tudo na retina e passa para o papel. De tôdas esboça a história, a estrutura, os reveses, o estacionamento ou o progresso. As missões religiosas e a vida dos selvagens e índios domesticados lhe inspiram páginas de um naturalismo emocionante e de uma frescura de tintas magnífica.

A história da capitania e dos govêrnos que se sucederam até a sua retirada do rio Negro, e das providências por êles tomadas, a situação moral e intelectual dos habitantes, sua adaptação àquele ambiente rústico e agressivo, as entradas no rio Negro e no Branco, a construção de fortalezas, o movimento de tropas,

a defesa contra os castelhanos e os holandeses, tudo êle corporifica em períodos de sabor clássico, dando-nos idéia perfeita do drama humano que se agitava na região.

Não lhe escapa a fusão do sangue europeu com o do ameríndio e do prêto, quando explica o povoamento, sua procedência, discorrendo ainda sôbre temas que se entrosam no seu programa.

Passando do rio Negro para o vale do rio Branco, dá-nos o arguto e zeloso naturalista filósofo uma das paisagens mais completas da Guiana Brasileira, da bacia hidrográfica e do seu sistema montanhoso, dos campos gerais, sua propriedade para a criação do gado, que já havia sido ensaiada pelo governador Lôbo de Almada.

O esfôrço compreensivo do cientista é tanto mais considerável quando se considera que êle falava no século XVIII, quando a região mergulhava na barbárie e mistério de suas cordilheiras e florestas.

Suas notas, observações, desenhos, mapas, monografias serviam e ainda hoje servem de roteiro aos que desejam abeberar-se do que nos legaram os antigos sôbre o riquíssimo vale, que atualmente constitui o fecundo e ridente Território do Rio Branco.

Tão melindrosa comissão requeria fartos recursos, que habilitassem a promover as despesas que imperiosamente devia fazer. Ora, os recursos não lhe vinham regularmente do reino e o atraso nas remessas colocavam-no em situação vexatória e acabrunhadora. Por mais que êle os pedisse, não chegavam.

Nessa emergência valeu-lhe a boa vontade de um amigo no Pará, que lhe adiantava o dinheiro e se prontificava a ocorrer com as despesas de embarque e expedição de suas numerosas coleções remetidas para Portugal. Contudo, sabida a sua probidade, o seu caráter, e o rigor, que punha no cumprimento do dever, jamais

deixou de entregar-se sem descanso aos seus árduos labôres, quer no rio Negro, quer em Mato Grosso e Goiás.

O seu inquérito sociológico sôbre o rio Negro é uma obra-prima de saber, de erudição, de crítica, equilíbrio e pertinácia.

Deixou o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira inúmeros manuscritos, alguns ainda não publicados, outros que se perderam além dos que lhe foram roubados do Museu de Lisboa. Desapareceram quase tôdas as suas coleções enviadas para aquêle estabelecimento, onde ficaram amontoadas, mofando, e se extraviaram. Alguns manuscritos foram remetidos para o Rio de Janeiro, onde se acham. Mesmo assim, com todos êsses desfalques, copiosa obra dêsse valoroso espírito existe.

Sabido é que, em sinal de gratidão e amizade, e para honrar o seu nome, casou com a filha do dedicado amigo, residente no Pará, Luís Pereira da Cunha, que por êle sacrificou grande parte de sua fazenda. A môça que recebera em núpcias, D. Germana Pereira de Queirós Ferreira, foi sua terna e leal companheira até o fim de sua existência, que lhe obscureceu os últimos dias.

As incursões realizadas pelo naturalista filósofo eram feitas em canoas e igarités, os meios de transporte daquele tempo, mal acomodado, mal alimentado, exposto às intempéries e aos acidentes das longas expedições através do dédalo dos rios, paranás e paranás-mirins, quando não em caminhadas exaurientes a que se expunha nas matas e serras.

O volumoso trabalho dêste homem grave e sisudo, probo e dinâmico, assegura-lhe um lugar de destaque na literatura histórica e sociológica do século XVIII, em relação ao maior inquérito que já se procedeu na Amazônia, especialmente no rio Negro.

De sua abundante bibliografia destaca-se *Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro,* em que traça com mão firme quadros admiráveis, fonte para a qual convergem os historiadores modernos do Amazonas.

Seguindo para Mato Grosso, entrava no rio Madeira em agôsto de 1788, e embarafustava pelas artérias tributárias dêste estupendo caudal — Aripuanã, Araras, Mataurá, Manicoré, viajando em alguns dêles vinte e cinco léguas rio acima.

As defecções dos índios remeiros, os mosquitos, os rebôjos, a ronda vigilante e ameaçadora dos selvagens, as contrariedades não lhe apoucaram o ânimo varonil.

Tanto esfôrço, tanta minuciosidade, tanto talento em descrever as peculiaridades do grande vale, das terras e das águas, das florestas, da fauna, de tudo enfim, valeram-lhe o honroso título de Humboldt brasileiro, a que realmente faz jus.

Regressando a Portugal com a saúde precária, e desalentado, ao saber do destrôço de seus mapas, desenhos e coleções e do desvio de várias peças e memórias, sem a recompensa devida aos seus méritos e sacrifícios, foi invadido de hipocondria que o vitimou em 1815.

JOHANN BAPTIST SPIX e KARL FRIEDRICH VON MARTIUS. Êstes dois sábios de reputação mundial vieram ao Brasil por determinação do Rei Maximiliano José, por ocasião do casamento da Arquiduquesa de Áustria Carolina Leopoldina com o príncipe português D. Pedro I, mais tarde Imperador do Brasil.

Participavam os dois professôres de uma comissão científica que partiu de Viena e chegou ao Rio de Janeiro em 1817.

Von Martius e seu colega Spix percorreram grande parte das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão.

Do relato dessas viagens pela costa oceânica e pelo interior interessa-nos particularmente o que escreveram sôbre o Pará e o Amazonas.

Após a necessária demora em Manaus, então Barra do Rio Negro, seguiram pelo Solimões, tomando pouso em Tefé. Nessa cidade separaram-se, e seguiram rumos diferentes. O Dr. Spix continuou a subir o Solimões em estudos e observações, enquanto que von Martius subia a vultosa corrente do Japurá, tendo o cuidado de confiarem-se mùtuamente os seus testamentos.

Von Martius seguira com uma caravana de oito canoas com 56 homens, sendo acompanhado, por ordem do Govêrno Imperial, pelo Capitão Zani.

J. Huber, que tão assinalados serviços prestou ao Museu Goeldi e à Amazônia, escreve que até a expedição dos dois eminentes homens de ciência, pouco se conhecia da região tropical. "Estava reservado", diz êle, "aos dois bávaros revelar ao mundo científico europeu a riqueza da flora e fauna amazônica".

Em seu precioso livro *Os Mamíferos do Brasil*, Emílio Augusto Goeldi, tratando dessa expedição, refere que "o que Spix escreveu quanto ao mundo animal do Brasil, ficou muito aquém qualitativamente do que Martius fêz pela botânica de nossa terra; mas os materiais zoológicos daquela expedição em parte chegaram às mãos de pessoas capazes, como Perty e Agassiz"(76).

Ambos reservando as suas energias à ciência, recolheram inestimável cabedal de pesquisas, fatos e noções hauridas nas suas peregrinações através do Solimões e do Japurá, depois no baixo Amazonas e rio Negro.

---

(76) *Os Mamíferos do Brasil*, pág. 31. Rio de Janeiro, 1893.

Von Martius descreve minuciosamente o que viu, observou e sentiu na incursão ao Japurá, rio que tem êsse nome na baixada brasileira e adquire o de Caquetá no relêvo montanhoso da Colômbia. Ali tudo se lhe afigura digno de registro e de acurada atenção, desde a embocadura do rio até a cachoeira Araracoara, na selvatiqueza de seu aspecto bravio. Von Martius prima pela minudência com que acentua os caracteres fisiográficos do rio, a paisagem circundante agreste, o mundo vegetal e a variedade de animais, que lhe foram dados ver, inclusive uma grande cobra em casa de um pajé que êle fêz dançar para recreio do naturalista. Visitando uma a uma as malocas, entretém-se em individuar êsses povos, morando nas suas miseráveis barracas, com os seus costumes primitivos, ainda que, esporàdicamente, algum aventureiro ou explorador por lá andasse e com êles houvesse contacto.

O célebre zoologista e botânico que atingiu a cachoeira Araracoara sente do alto de seu cabeço grande emoção ao estender as vistas sôbre o oceano verde vegetal para todos os lados.

Tão logo retornou do Japurá, e iniciava novas explorações pelos meandrosos cursos do Tupinambaranas, Abacaxis, Canumã, Urariá. Consagra ao Madeira páginas de um fundo sentimento humano, de grande sensibilidade artística.

No Canumã entrou em contacto com os Mundurucus. Os Maués tiveram do sábio referências especiais. Tendo uma extrema piedade pela raça aborígine a ela dedicou grande parte de suas atividades. "À proporção que envelheço", escreve, "é sempre mais intenso o meu interêsse por aquela raça abandonada".

O Dr. Spix subiu o rio Negro até Barcelos. As anotações que deixou dêste grande rio, tributário da margem esquerda do Amazonas, foram escritas pelo seu

grande amigo von Martius, que lhes acrescentou interessantes comentários.

Spix morreu aos 45 anos de idade, pouco tempo depois de haver voltado ao seu país.

Von Martius naufragou na costa de Santarém. Acossado por uma tempestade, com o rio revôlto, a canoa em que êle navegava afundou ao largo, salvando-se o naturalista a muito custo num esfôrço supremo. Profundamente emocionado de ter milagrosamente escapado, mandou esculpir uma imagem de Cristo crucificado em tamanho natural, trabalho de impressionadora beleza, de irradiante estesia, que figura na catedral da histórica cidade de Santarém.

A sua impressão da vila da Barra àquele tempo é algo otimista. Êle prevê para o povoado um futuro promissor, como centro de expansão do comércio, quando o rio Negro e o Cassiquiare atingirem o plano de desenvolvimento que vislumbrava.

Deve-se a êsse grande amigo do Brasil a famosa *Historia Naturalis Palmarum*. Empreendeu com o auxílio do govêrno brasileiro a publicação de um vasto tratado — *Flora Brasiliensis*.

JOHANN NATTERER. Foi um dos professôres que compuseram a expedição mandada ao Brasil pelos govêrnos da Áustria e da Baviera.

Natterer demorou-se em nosso país cêrca de dezoito anos (1817-1835), tendo passado os últimos oito anos no Amazonas.

Viajou demoradamente pelos rios Mamoré, Madeira, Negro, Içana e Branco. Do rio Negro transportou-se ao Cassiquiare e do Branco ao Tacutu, Cuamé e Macujai. De volta dêstes rios ingressou no Solimões.

O lago Manaquiri foi um dos seus pontos prediletos de pousada.

Em Borba, no rio Madeira, demorou-se oito meses.

As suas excelentes coleções de vertebrados e de exemplares ornitológicos estão expostas no Museu de História Natural de Viena. Natterer conseguiu juntar 1 179 tipos de mamíferos e 12 293 espécies de aves.

O renomado zoólogo foi uma das maiores figuras que perlustraram o vale do Amazonas, colecionando uma extraordinária quantidade de animais.

Traço curioso de sua vida foi o seu casamento em Barcelos com uma dama do Rio Negro, chamada Maria do Rêgo.

Já tendo duas filhas dessa união seguiu com a família para a Europa. A senhora Natterer morreu, bem como uma de suas filhas. A outra, nascida nas proximidades da Barra do Rio Negro, casou com o Barão Julius von Neudenberg(77).

Refere Alfred Russell Wallace que, em viagem pelo Içana, a certa altura tomou um caminho para a serra do Cobati, aonde costumavam reunir-se em bando galos-da-serra (*Rupicola rupicola*) que se destacam "pela sua plumagem, que brilha como chamas de fogo", e que deu num sítio onde havia uma casa e um roçado de mandioca, e viu uma mameluca "ainda jovem, bonita e muito esbelta, com uns ares muito inteligentes e uma bela expressão no rosto, o que raramente se vê nos cruzamentos de sua raça". A mameluca, segundo informações que teve, era filha do afamado naturalista alemão Dr. Natterer com uma índia.

Wallace teve confirmação do fato ao chegar à povoação de N. S. da Guia, no rio Negro. O cientista inglês dá a essa môça a idade de dezesseis anos, casada com um índio de quem já tinha filhos.

---

(77) SUETHALAGE — *Crónica de la Expedición Iglesias al Amazonas*, março de 1933.

Regressando ao Pará, teve a infelicidade de encontrar-se com a guerra da Cabanagem. Segundo conta Emílio Goeldi, os Cabanos, que punham cêrco à cidade de Belém, destruíram tudo quanto Natterer possuía, mataram-lhe os animais e comeram uma anta.

FRANCIS DE CASTELNAU e A. DEVILLI. Subsidiados pelo govêrno francês, êstes dois experimentados exploradores realizaram uma incursão pela América do Sul na ânsia de aumentarem os seus conhecimentos da natureza e do homem. Depois de exaustivas travessias penetraram no Amazonas pelo ocidente.

Segundo descreve Castelnau, ao entrarem no Amazonas, o índio que comandava a igarité em que viajavam, preparou-se para entrar no país, onde sabia existir uma fortaleza. Vestiu a sua melhor roupa, tomou o lugar de comando e recomendou aos remeiros que executassem à risca as manobras que pretendia fazer em frente ao forte de Tabatinga.

Mas neste momento, para Castelnau, fomos saudados pela artilharia da fortaleza, com que não contava o velho índio que, não compreendendo uma tal saudação, abandonou o govêrno da canoa; por sua vez os remadores baixaram-se sem remar, o pequeno índio Catama que vinha na cobertura caiu no fundo da igarité, dando gritos que eram repetidos pelas araras e pelos papagaios. Com o pânico resultou a canoa ir desgovernada rio abaixo, muito além do forte.

Devilli encontrou no rio Itaquai, afluente do Javari, uma cabana onde habitava, há anos, o filho de um oficial brasileiro, o qual havia empregado no serviço de roças um grupo de índios Maiorunas.

No Solimões colheu Castelnau informações que desmentiam a afirmativa de Humboldt de que o cipó

que produz o veneno dos Tecunas, conhecido por uirare só cresce em uma ilha chamada Mormorote, no alto Amazonas. "Nós vimos, pelo contrário, que os diversos ingredientes de que se compõe o tóxico acham-se numa extensão considerável, pelo menos do lado setentrional do Solimões".

Os Tecunas que viviam em guerra com os Maiorunas moravam atrás da povoação de Tabatinga e o grosso dêles vivia nos matos, sòmente aparecendo no povoado nos dias de festa de santo, quando então se reuniam duzentas e trezentas pessoas. Vinham nus, trazendo a maior parte dêles curiosos braceletes de plumas; outros traziam cingido ao pescoço duplo colar de dentes de macaco, de onça. Nas faces viam-se riscadas duas linhas negras transversais.

Castelnau borda impressões sôbre os costumes dêsses selvagens ressaltando a cerimônia da puberdade, e a prova a que estavam sujeitos os jovens antes de serem admitidos como guerreiros, prova consistente em introduzirem a mão numa espécie de paneiro ajustado ao punho, cheio de formigas, cuja mordedura causa terríveis dores, e nessa postura levam algum tempo, sem dar o menor sinal de sofrimento.

A dor é tanta que acontece não raro o paciente cair sem sentidos. As mulheres então solìcitamente o assistem e passam-lhe pelo corpo uma erva particular.

Dissertando a respeito de São Paulo de Olivença, elogia a posição geográfica, a beleza da perspectiva que a sua colocação desfruta. "Imediatamente acima de São Paulo de Olivença há uma ilha, e os dois grandes braços do Amazonas, reunindo-se, formam um quadro majestoso". Refere êste autor que à noite as onças vinham comer os cães nas ruas.

Em Santo Antônio do Içá, uma aldeia composta de miseráveis barracas com uns trinta habitantes, ao pisar

em terra foi surpreendido com um tiro de fuzil que partiu do mato. Imediatamente surgiram quatro homens arrastando um tigre que tinham morto.

Em Tefé admirou-se de que num país onde cresce tão bem a cana-de-açúcar ninguém absolutamente se ocupasse com a sua plantação. O açúcar e a cachaça vinham do Pará.

Castelnau achou o clima de Tefé muito doentio e diz que lá reinavam sempre febres pútridas, intermitentes e moléstias do peito. Informa que tôdas as autoridades exerciam o comércio e o particular que quisesse fazer concorrência tinha que lutar contra a má vontade das autoridades e até contra a fôrça bruta.

Em Manaus viu três burros, os primeiros animais dêste gênero que tinha encontrado desde que deixara o Peru. A vila não tinha comerciantes e as provisões eram muito raras. Os dois viajantes foram recebidos pelo comandante militar João Henrique de Matos, oficial de reconhecido valor.

Em Manaus fizeram-lhe presente de umas pedras de jade, encontradas na praia. Legou-nos o cientista de sua passagem pelo Amazonas capítulos de realidade vívida e palpitantes descrições de rios e da *facies* da terra(78).

ALFRED RUSSELL WALLACE. Foi uma das mais vigorosas mentalidades que o Amazonas já acolheu em seu seio. Depois de empreender viagens pelo interior do Pará para satisfação de sua curiosidade de cientista, encantado pela beleza e vigor da paisagem natural, subiu o rio-mar até Manaus, e daí dirigiu-se a outros pontos, elegendo o rio Negro e alguns de seus contribuintes para centro de seus estudos e indagações.

(78) *Expedition dans les parties centrales de l'Amerique du Sud.* Tome cinquième. Paris 1851.

Wallace chegou ao Pará em companhia de seu amigo e compatriota Henry Walter Bates, no ano de 1848.

Ambos os naturalistas, afagando o mesmo ideal, procuraram a natureza equatorial para objetivo de suas pesquisas, sendo que Wallace pretendia munir-se de observações e fatos que o habilitassem a penetrar o segrêdo da origem das espécies, fundamento filosófico essencial de suas cogitações.

O Equador na exuberância de suas energias criadoras, no deslumbramento de sua vitalidade trepidante fornecer-lhe-ia os elementos que buscava para comprovação das teorias de Darwin, doutrina que aceitou embora dela divergisse em alguns pontos.

Na Inglaterra havia combinado com seu patrício Bates, como êle professor num dos condados, virem à Amazônia. O projeto foi realizado com êxito para a ciência, à vista da contribuição que êstes dois luzeiros das especulações naturalísticas lhe trouxeram.

Alfred Russell Wallace subiu o rio Negro e alguns dos seus principais afluentes, remontou o Cassiquiare e foi a Javitá, São Carlos e a Pimixim.

Não oculta o escritor britânico o seu fascínio pelo Amazonas. O rio Negro depara-se-lhe um dos lugares privilegiados pela criação e a êle ficou ligado por uma corrente de simpatia sincera, espontânea e irresistível. O seu livro *Viagem pelo Amazonas e rio Negro,* que o Sr. Orlando Tôrres verteu para o idioma português, é uma recolta magnífica dos panoramas do vale, de seu sistema hidrográfico, de sua orografia, do viçor de suas terras, de sua fauna e flora no que há de mais remarcado, dos habitantes civilizados e das cabildas de índios que foi encontrar nas suas peregrinações por êsses caudais em fora.

Os quadros que pinta são de um flagrante admirável; as suas tintas dão-lhe um colorido brilhante. Nenhum

outro naturalista o ultrapassou nas minúcias, nos lances paisagísticos, no impressivo dos seus panéis. Confessou que elegeria alguns pontos do rio Negro com satisfação para residir, se não ocorresse o dever imperioso de voltar ao seu país, e dá as razões dêsse sentimento ao salientar os primores dos locais, a facilidade de vida, os frutos e as flôres dos bosques, o clima e a simplicidade de hábitos dos moradores dessas localidades. O clima — tem sido repetido — êle chamava glorioso. Manhãs lindas, noites agradáveis.

A flora do Amazonas, comparada com a da Europa e dos climas temperados, não tem os mesmos tons poéticos e amenos. A flora do Amazonas se ganha em fôrça, em expressão viva, em colorido, não possui a carícia, a poesia alada, a maciez e penetrante beleza da da Europa.

Wallace, que colecionou inúmeros objetos exóticos indígenas e acumulou uma riquíssima variedade de exemplares da flora e da fauna do Amazonas, experimentou o desgôsto de perder todo o material que incansàvelmente reuniu, ao cruzar o Oceano em busca de sua pátria. O navio em que viajou para o Velho Mundo foi prêsa de incêndio a bordo, no alto mar. Êle salvou-se com dificuldade num bote em que também iam o comandante e outros tripulantes. Depois de mais de oito dias de vagarem no Oceano, avistaram um navio que vinha de Cuba e se dirigia a Londres, o *Jordeson,* que os recebeu.

Henry Walter Bates. O que se pode dizer dêsse viajante é que êle deu ao Amazonas a sua alma de antropologista e zoólogo, o fervor de sua admiração e o esplendor de sua inteligência através das páginas gloriosas que dedicou ao vale equatorial. Para tanto votou-se a todos os incômodos e sacrifícios, dados os meios

atrasados e primitivos de transporte em canoas a remo, que se moviam lenta e arrastadamente pelos rios afora sob a atordoante canícula ou a barragem dos temporais e os imprevistos que soem ocorrer. Mas, nem por isso o amável inglês perdeu a sua linha, o seu humorismo, o seu otimismo, não obstante o amargo e penoso das travessias e do ambiente silvático.

Vindo ao Brasil com o seu colega e amigo Alfred Russell Wallace satisfazer a sua curiosidade científica, os impulsos insatisfeitos de sua ambição espiritual, saiu do Amazonas saudoso e agradecido por ter contemplado uma das mais garbosas e luxuriantes regiões do mundo. Retirou-se do Amazonas depois de se reintegrar no seu viver rústico no meio das populações, participando de suas alegrias e sofrimentos, e em tudo achando uma nota pinturesca, uma sensação nova, uma fonte de inspirações. Porque Walter Bates foi um grande, um exaltado e excelso admirador do vale, um espírito que de logo se adaptou ao viver bárbaro dessas solidões, que se afez às surpresas e às situações dramáticas a que o itinerante se expõe, e longe de criar-lhe ojeriza o meio e produzir-lhe o desejo de retirar-se, ao contrário êle confessa, como o fêz o seu compatrício Wallace, o seu apêgo à terra, a sua estima, a sua afinidade com a região que tanto o deslumbrou e que êle no seu entusiasmo denominou "Jardim do Éden".

Desde o momento de sua chegada a Belém, e depois a Manaus, de sua presença no Solimões, navegando ao longo dêste mar revôlto que é o rio Amazonas e pelos escaninhos dos paranás e lagos, por onde andou perquirindo, ouvindo, analisando, investigando pelos matagais e pelas feitorias e povoados, tudo êle registou com cuidado e carinho, com meticulosa exatidão.

Comodidade e confôrto são coisas que se não deviam esperar, quer em terra, quer nas fastidiosas via-

gens em canoa sob a clássica tolda de trançado de palha e cipó, chamada japá. O naturalista, porém, pouco se apercebia disto, dos rigores do calor, das trovoadas, das "terras caídas", do ímpeto das correntes, dos bichos, das feras, do comer parcimonioso, das dificuldades da navegação, do exíguo espaço da igarité, do vogar lento por estas costas acima e abaixo, por êsses rios selvagens, por êsses estirões cansativos.

A alimentação era a mais frugal apesar do peixe fresco e do fiambre sempre presente às suas refeições. E as noites por certo não eram bem dormidas à vista da estreiteza do cubículo em que descançava, dos carapanãs irritantes, dos ventos desabridos e das borrascas que se formam de repente no rio-mar, que fica agitado e ululante em tais ocasiões. Oh! o Amazonas que êle tanto amou e via com alegria, e dizia nunca mais dêle se esquecer. Todo o seu interêsse era sentir e interpretar êste mundo empolgante e inédito que a fortuna lhe permitiu ver, e que êle com olhos de sábio estudou com apaixonado intento em tôdas as suas modalidades.

Bates demorou onze anos na Amazônia, e boa parte dêsse tempo passou em Tefé, na plácida e mística cidade de Tefé à beira do lago do mesmo nome.

Sua obra *O Naturalista no Rio Amazonas*, em dois volumes, traduzida para o vernáculo pelo Dr. Cândido de Melo Leitão ("Brasiliana" — Série 5.ª n.º 237) concentra o poder visionador do egrégio naturalista, amante de novidades e dotado de vigoroso estilo.

A Amazônia muito lhe deve. Os capítulos do livro citado representam um farto tesouro para os que buscam adquirir um conhecimento mais profundo da bacia amazônica.

Bates nasceu em Leicester, na Inglaterra, a 8 de fevereiro de 1823, informa-nos Cândido de Melo Leitão. Faleceu em Londres no ano de 1892.

William Chandless. Não menos digno de nossa admiração é essa figura de geógrafo, astrônomo e naturalista entre os muitos que no Amazonas estiveram.

Explorou o Purus, o Acre, dantes Aquiri, o Juruá, o Abacaxi, o Maué-Açu e outros rios. Em 1852 incursionou pelo rio Abacaxis, explorado anteriormente por uma turma de práticos designados pelo Governador João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. A turma era dirigida pelo presidente da Câmara Municipal de Maués, João Rodrigues de Medeiros.

Chandless entrou no Abacaxis até muito longe e em seguida tratou de explorar o Maué-Açu, rio de grande calibragem e a seguir o Maué-mirim. Deixou dessas importantes vias potâmicas interessantes perfis e apanhados curiosos.

Em 1864 ei-lo que se apresenta disposto a explorar o Purus, o que efetuou com felicidade, levando em sua companhia o prático Manuel Urbano da Encarnação, e, se bem tivessem atingido grande distância no alto Purus, todavia não alcançaram as cabeceiras. Esta honra estava reservada, mais tarde, a Euclides da Cunha.

Não foi essa a primeira viagem de exploração ao Purus, porquanto antes do enviado pela Sociedade de Geografia de Londres, já esta grande e notável artéria tinha sido objeto de investigação por parte de alguns afoitos sertanistas e práticos, que lhe revelaram os primeiros aspectos.

O sábio inglês, porém, empreendeu um estudo completo em todos os seus ângulos. Estudo minucioso, particularizado do rio, da floresta, dos povoadores indígenas, dos recursos econômicos, do clima, das latitudes. Do Purus passou ao Aquiri, nome primitivo do Acre, onde descobriu um fóssil, que serviu de base a Agassiz para os seus estudos geológicos.

O geógrafo, em sinal de aprêço ao seu valente companheiro Manuel Urbano da Encarnação, deu o seu nome a um dos contribuintes do alto Purus, e assim temos no mapa o rio Manuel Urbano, tanto mais honroso para aquêle mestiço quanto lhe foi conferido por um sábio da estatura de Chandless.

Manuel Urbano possuía singular vocação para a geografia. Era, na matéria, de um entendimento fácil, de um penetração invejável; era um bandeirante ressurgido na navegação dos rios, um devassador de desertos, perito em vários dialetos americanos com que se fazia entender fàcilmente dos índios.

Do relatório de Chandless, um trabalho magistral de investigação, consta uma profusão de noções sôbre o Purus e muitos dos seus afluentes, uma catalogação maciça de coisas, animais e plantas, tribos, malocas, florestas, posições astronômicas, riqueza, altitudes, clima, pluviosidade, nevoeiros, desbarrancamento de margens, formação de sacados, etc. O cientista, porém, falhou num ponto, — que o Purus precisaria de um século para povoar-se, ter uma população fixa para extrair-lhe as vantagens que podia propiciar ao homem do futuro. Nisto êle errou, o seu vaticínio não deu certo, porque antes de duas décadas o povoamento se fazia à larga, não obstante o prejuízo climático por êle apontado. As suas ribas incultas se encheram de gente, os seringais se abriram à concorrência, os barracões se erguiam nos claros da floresta altíssima, os seus produtos naturais iam descendo no bojo das canoas que cediam o lugar ao vapôres, tornando-se um dos mais opulentos celeiros do Amazonas.

---

Voltou-se depois William Chandless para o Juruá. Em 1866 com o prático João da Cunha Correia subiu até o rio Liberdade, aproximando-se do paralelo 7°

12'72", não se adiantando mais devido aos índios que lhe embargaram a subida.

O Juruá era apenas conhecido dos buscadores de drogas do sertão até pouca distância por causa dos aborígines. Aliás foram êsses negocistas regatões que varavam as correntes do Amazonas em todos os sentidos, os pioneiros no devassar rios e lagos. Os selvagens ali estavam à espreita e não consentiam que o estranho passasse de determinado limite.

Cunha Correia com o seu tacto de diretor de índios procurou avançar mais sem ser hostilizado.

Chandless valeu-se de sua habilidade, chegando até o rio Liberdade, o que para o tempo foi uma arrancada gloriosa.

JEAN LOUIS RODOLF AGASSIZ. Natural da Suíça, teve que imigrar para os Estados Unidos por motivo de ordem política.

Na América do Norte a sua fama de professor de geologia e de zoologia facilitou-lhe a entrada para a Universidade de Cambridge e de logo fêz em tôrno de si um punhado de discípulos que se tornaram célebres.

Agassiz tinha o ideal de visitar o Brasil e a Amazônia, onde pretendia estudar e classificar os peixes desta parte do Brasil.

Aos vinte anos de idade, quando ainda estudante, foi incumbido por von Martius, após o falecimento do Dr. Spix, de catalogar os peixes da Amazônia, que êles haviam desenhado e classificado.

A idéia de fundar um museu zoológico foi agradàvelmente recebida pelo Imperador D. Pedro II, que se dispôs a auxiliar a viagem ao Brasil.

Um amigo valioso e milionário do professor, Nathaniel Thayer, ofereceu-se para custear as despesas. Foram

de logo preparados os planos da expedição, conhecida por expedição Nathaniel Thayer, e escolhidos os auxiliares que deviam integrá-la. Professôres diversos, entre êles Charles Frederich Martt e William James, inscreveram-se para a jornada.

Em abril de 1865 partiam de New York. Os anos de 1865 a 1866 marcam o período de atividades dêsses cientistas, na Amazônia.

Agassiz e sua senhora Elizabet Agassiz viajaram em confortável vapor nos rios da planície, e dessa viagem legaram-nos trabalhos de incontestável interêsse para os estudiosos, observações realistas.

Não se limitou Agassiz ao afagado sonho de classificar peixes, catalogar novas espécies, abrir novas clareiras na ictiologia. Foi mais longe, teve um raio de ação mais amplo. O geólogo, o hidrógrafo, o botânico e também o artista atuou em todos os sentidos. Dir-se-ia enamorado da natureza amazônica, chamado a pintar os seus grandes quadros, a extensão infinita do seus horizontes. De suas pesquisas deixou dois livros *Viagem ao Brasil,* "Brasiliana", Vol. 95. Trad. de Edgar Sussekind de Mendonça, 1938, e *Conversações Científicas sôbre o Amazonas,* estenografadas por Félix Vogeli, Rio, 1866.

De logo chamou-lhe a atenção a formação geológica da bacia e levantou a estrutura complexa de sua remota origem. A sua teoria minudente e hàbilmente elaborada suscitou grande discussão, aplausos e reações.

Qualquer apanhado resumido da fórmula de Agassiz não satisfaz, não dá o sentido exato de sua concepção.

Apoiando-se nos seus conhecimentos de pré-história, de paleontologia, de geografia e de geologia, em observações por êle feitas e dados que lhe foram oferecidos por outros exploradores, Agassiz lançou a sua opinião a respeito da estruturação do vale.

Para êle a bacia amazônica teria sofrido os efeitos das geleiras, do frio universal, do inverno cósmico. É a hipótese que se tem chamado *bíblica*. Aceita por uns, negada por outros, a verdade é que não fêz carreira, quando muito abriu caminho para novas aquisições e aparecimento de novas teorias. Teve que ceder aos embates da crítica, que os seus discípulos opuseram, não sem quebra do respeito e da admiração que lhes despertava o mestre. Charles Frederic Hartt não impugnou totalmente a teoria de Agassiz, e sim rebelou-se contra a afirmativa da geleira universal, por isso que o dilúvio não chegou à América do Sul. A doutrina de que de água doce era a bacia e os seus fósseis também de procedência de água doce, fósseis descobertos por William Chandless e o engenheiro Silva Coutinho, não conquistou os sufrágios dos entendidos.

Os achados de Hartt, James Orton, Orville Derby e outros de fósseis e conchas fossilíferas encontradas em Pebas, no alto Marañon, no Javari, no Purus, no Maecuru, no Tombetas, no Tapajós vieram em verdade infirmar as afirmativas do geólogo, e comprovar que a bacia do Amazonas não era de água doce nem de água doce eram os seus documentos fossilíferos, e sim de origem marinha.

Novas elucidações vieram, e em 1872 Frederic Hartt dava a sua síntese primorosa da formação geológica da baixada amazônica, que Orville Derby se incumbiu de divulgar.

Diz Roquete Pinto que Agassiz, ao retirar-se do Brasil, deixou "três êrros colossais: os blocos erráticos da Tijuca: as espécies ictiológicas individuais da Amazônia, e a mestiçagem da população do país".

O rio Amazonas com as suas alternativas de enchente e de vazante, com as suas alagações desmedidas des-

pertou-lhe demoradas investigações. Desenhou-lhe a fisionomia com as características dominantes resumidas nas *terras caídas,* na direção da monumental corrente do oeste para leste e no regime que lhe permite um armazenamento de águas suscetível de ser navegado todo ano, mesmo na época da sêca por grandes navios, fenômeno que os geógrafos modernos chamam — interferência.

Explica: as chuvas não caem ao norte e ao sul ao mesmo tempo. Sucede que, quando os afluentes da margem esquerda enchem, os da direita vazam, e recìprocamente, ao encherem os tributários da margem direita, os da margem oposta começam a esvaziar, ocorrendo destarte um sistema de compensação.

Agassiz acompanha os efeitos das inundações sôbre a população da planície e os hábitos e alterações de vida que experimenta.

"É verdade que neste oceano feito de rios, ao invés de a maré subir e descer cada dia, é anual; a sua amplitude é mais lenta, mais durável, mais extensa; em lugar de ser regulada pela lua, o sol é que a regula. O imenso vale, todavia, não é menos sujeito a tôdas as condições de um território submerso, e de ser tratado como tal. E as variações semi-anuais de nível exercem sôbre os habitantes uma influência muito mais profunda do que as marés oceânicas. Durante a metade do ano, os habitantes passam de canoa por onde caminharam a pé, na outra metade, sôbre um solo mal consistente. Suas ocupações, suas vestimentas, seus hábitos se modificam conforme é tempo de sêca ou de chuva"(79).

Lendo-se a obra dêste emérito naturalista surpreende-se o seu intenso amor à natureza, como êle se emo-

---

(79) *Viagem ao Brasil,* pág. 321.

ciona ante o complexo formidável que é o rio Amazonas com o seu esplendor panteísta, a alacridade de seus pássaros, a festiva aleluia de sua graça primaveril, o entono ofuscante das fôlhas de seus lagos vastíssimos, a grandeza perene de suas florestas verdes, altas e, às vêzes, negras.

Agassiz disserta sôbre o clima da Amazônia que acha salubre e perfeitamente tolerável, e até mesmo agradável. Mostra as suas virtudes e combate os que sustentam a sua malignidade. Essa malignidade, na opinião do naturalista, não existe, é uma balela. Gaba as manhãs suaves e as noites amenas. Nada de pessimismo, nada dos falados horrores de moléstias. Muitas doenças explicam-se pela má alimentação do povo, pelo costume de beber água do rio sem filtrar, pela falta de higiene e de assistência sanitária.

Quanto à classificação e descobrimento de novas espécies de peixes, realmente o cômputo que deu Agassiz foi exagerado. Assim diz Emílio Goeldi, por ciência própria e fundado nos professôres Eigermann, nos trabalhos de A. B. Ulrey e Gês Boulenger. Emílio Goeldi calcula que as espécies ictiológicas ascendiam, em seu tempo, a umas 513.

Em setembro de 1865 achava-se Agassiz no pôrto de Tabatinga, aonde havia chegado a expedição de Martinez, Isera, Espada e Almagro, vinha dos Andes por ínvios caminhos, com as roupas sujas e estragadas e poucos recursos de bôca. Êsses exploradores tomaram passagem de prôa a bordo do vapor *Icamiabas*, em que viajava Agassiz. Navegavam no Solimões, quando dêles se aproximou o Major João Maria da Silva Coutinho que os convidou para se alojarem em camarotes de primeira classe. Ficaram envergonhados ao chegar à pôpa e encontrar luxuosamente instalado com sua senhora Luís Agassiz.

CHARLES FREDERIC HARTT. — Natural do Canadá. Reputado geólogo e etnógrafo, um dos professôres da equipe de Luís Agassiz. Não só nessa memorável expedição, como de outra vez, estêve bastante tempo no Brasil, a que se afeiçoou de tal maneira que se tornou um dos seus maiores amigos, influindo grandemente nos estudos de geologia, geografia e etnografia.

Depois da viagem de Agassiz, voltou ao Brasil em 1868 e em 1870 figurou como elemento de destaque na expedição Morgan e ainda retornou ao nosso país em 1871.

Em 1868 incorporou-se à sua turma de exploradores e cientistas Orville Derby.

Hartt professou a cadeira de geologia, a que dispensou a maior dedicação possível. Temperamento inquieto, espírito indagador, percorreu grande parte do litoral e do sertão em pesquisas sôbre a matéria de que foi um verdadeiro luminar.

Sistematizou esta ciência e deu notável impulso aos estudos geográficos, como o fêz Agassiz, um dos pioneiros desta disciplina entre nós.

Percorreu quase todo o Brasil na sua ânsia de tudo ver e observar, dedicando-se ao estudo da baixada amazônica, por que sentia uma grande paixão. Legou-nos vários e primorosos ensaios sôbre a sua constituição geológica, clima, cerâmica, documentos paleontológicos e vocabulário indígena.

Deve-se a Frederic Hartt a vinda ao país de eminentes cientistas, como H. Smith e John Casper Branner.

Reconhecendo-lhe os altos méritos, o govêrno nomeou-o chefe da 3.ª secção do Museu Nacional, onde prestou os mais relevantes serviços. Hartt tinha um grande apêgo ao Brasil e sentia enorme atração, como

já foi dito, pelo Amazonas, cujo clima lhe mereceu elogios.

O professor de "Cornell University" sempre afirmou a salubridade do clima do Amazonas e combateu os vãos receios, que ainda alguns alardeavam sôbre a sua nocividade. "Depois do que por mim mesmo tenho observado nesta província, posso assegurar", dizia êle, "que a idéia geral dos embaraços que se opõem à fixação do colono europeu no Amazonas tem sido muito exagerada. Não tenho sentido aqui tanto calor como nos Estados Unidos. Tenho andado alguns meses exposto todos os dias ao sol e sem mais proteção que a de um boné. Mesmo nos campos estéreis do Ererê e de Monte Alegre tenho andado dias e dias seguidos inteiramente exposto ao sol sem sofrer o incômodo de um dia de nosso verão"(80).

Orville Edelbert Derby. Um gênio que recebeu a consagração do mundo inteiro até onde chegaram as suas lucubrações.

A 23 de julho de 1951 foi solenemente festejado nos círculos culturais do país o primeiro centenário do nascimento dêste insigne geólogo, dêste alto espírito talhado para as nobres conquistas da ciência.

Viveu Orville Derby trinta e nove anos em nossa terra, onde exerceu diversos cargos compatíveis com a sua especialidade. Foi professor durante longos anos, tempo em que desenvolveu febril atividade na cátedra, e nos campos e montes que a sua paixão pela geologia indicava como mais próprios para os seus estudos. Não se circunscreveu só à geologia; enveredou por outros ramos da ciência em que era igualmente sábio, e dei-

(80) Anísio Jobim — *Monografia Geográfica do Estado do Amazonas*, pág. 68. Manaus, 1949.

xou preciosos trabalhos sôbre geografia, etnografia, antropologia e geologia.

Com apenas 23 anos de idade o notável professor foi convidado para integrar a comissão chefiada por Charles Hartt, a qual se destinava a explorações geológicas no Brasil. Só êste fato representa um grande triunfo para quem tão môço saía da escola, onde apurara seus estudos para alcançar esplêndidas conquistas em nossa pátria.

Orville Derby por muitos títulos tornou-se credor da nossa mais profunda admiração, porque nenhum sábio como êle se identificou tanto com os nossos destinos e com a nossa cultura.

Embora sua vida não tivesse decorrido sem receber não poucas vêzes o amargo da ingratidão e da inveja, a sua dedicação não conheceu hiatos no decurso dos trinta e nove anos em que residiu no Brasil. Foi êle um dos grandes dianteiros de nossa geografia, da geologia nacional, da antropogeografia, do cultivo das línguas dos povos americanos e dos problemas de paleontologia.

Foi o venerando sábio que chegou ao Brasil em 1875 com a comissão Hartt quem concretizou a teoria do célebre professor a respeito da gênese da bacia amazônica, fórmula que tanto ruído causou, depois das generalizações de Agassiz, para quem a formação do vale foi o resultado durante séculos e séculos das geleiras que cobriam a terra. A teoria bíblica do dilúvio está na base do pensamento do escritor suíço, naturalizado americano. Hartt não discordava do pensamento de seu mestre, da sua engenhosa explicação da formação do vale do Amazonas. Impugnou sim a teoria das geleiras, do gêlo universal.

Publicou, graças a descobertas paleontológicas de fósseis marinhos realizadas na bacia amazônica, a sua

bela fórmula, vinda à luz em 1872, sintetizada pelo formoso talento de seu companheiro e amigo Orville Derby. As *Contribuições para a Geologia da Região do Baixo Amazonas* fazem grande claridade no que então se conhecia sôbre a baixada setentrional.

Orville Derby morreu aos 64 anos de idade, tendo-se suicidado em virtude de profunda neurastenia, a 27 de novembro de 1915, quando se extinguiu a chama daquele vulcão de talento.

JAMES ORTON. Pereceu tràgicamente quando atravessava o lago Titicaca, vítima de um naufrágio. Informa o Sr. Virgílio Correia Filho que os alunos do "Vassar College", por ocasião do 44.º aniversário de seu falecimento, ergueram na ilha, onde se achava enterrado, um expressivo monumento, em que está gravada a inscrição seguinte: "En memoria de James Orton, sabio norteamericano, autor, profesor e explorador de la America del Sur, que murió, cruzando el lago Titicaca, el 25 de Septiembre de 1877 y cuyos restos reposan bajo este mausoleo erigido por las ex-alunas de Vassar College".

THEODOR KOCK GRUNBERG. Tomou por teatro de suas operações o rio Negro, ou melhor, a bacia do rio Negro, a Guiana e o Japurá. Incansável e arrojado nas suas incursões através de montanhas e vales, rios e cachoeiras, matas e pântanos, investigou a vida de clãs e tribos selvagens, sua organização, usos e costumes com a facilidade e o tacto que tinha de se insinuar e captar a confiança e a amizade do homem neolítico. E assim foi hóspede de inúmeras cabildas e malocas, identificando-se com os costumes dos silvícolas, dêles fazendo-se entender, pois falava diversos idiomas americanos. Tinha uma habilidade espantosa em aprender a língua

do brasilíndio. Comia com êles na mesa e tomava parte nos seus folguedos e cerimônias. De sua intimidade com êsses povos arrecadou um riquíssimo acervo de material etnográfico, de coisas curiosas da arte indígena que estudou com proficiência. Foi um naturalista que timbrou em sentir perto o índio, auscultar-lhe os instintos e o ritmo de vida, surpreendê-lo no seu primitivismo, na sua rudeza, nas suas manifestações morais e intelectivas. E dêste modo, com tal interêsse se comunicou com tribos em lugares ainda não pisados por civilizados.

Transmitiu-nos o grande etnógrafo alemão uma valiosíssima bagagem científica.

Kock Gruñberg, acometido de malária, recusava-se a ingerir quinina em altas doses: Os acessos febris amiudavam-se, enfraquecendo-lhe cada vez mais o organismo. Tinha de se reunir à comissão exploradora do Dr. H. Rice, e com êste intento aproximava-se do acampamento de Vista Alegre, no rio Branco, onde devia incorporar-se à dita comissão. Ao atingir o povoado, encravado no comêço da orla das montanhas, morreu vitimado por um ataque pernicioso.

A comissão Rice que se dirigia ao mencionado ponto, logo abaixo, recebeu a triste notícia do falecimento do professor de Stutgard, ocorrida a 8 de outubro de 1924.

Seu corpo foi inumado na floresta, conforme seus desejos. Mais tarde foram exumados os seus ossos e remetidos para Manaus, onde em uma urna jazem no Cemitério de São João Batista.

Lister Maw. Oficial da Marinha britânica. Atravessou do Pacífico ao Atlântico. Desceu do Peru pelo rio Amazonas e enfeixou as suas observações e notas num volume, que tem por título: *Narrativa da Passagem*

*do Pacífico ao Atlântico, através dos Andes, nas Províncias do Norte do Peru e descendo pelo Rio Amazonas*, Liverpool, 1831.

HERNDON. Geógrafo e geólogo americano, reúne em livro abundantes informações sôbre a bacia amazônica.

HENRY COUDREAU. Morreu à margem do rio Trombetas, perto da foz do Mapuera, a 9 de novembro de 1899. Explorador pertinaz de grande poder de análise, tinha partido o fio de sua existência agitada e inquieta através dos sertões da Guiana e dos rios que descem no afastamento ignorado de longínquos rincões. Henry Coudreau, investigador de têmpera rija, descreveu os seus itinerários em linguagem clara e vibrante. Geógrafo consumado, fêz várias retificações aos nossos conhecimentos de então, assim como descobriu novos acidentes fisiográficos nas terras por onde passou.

Henry Coudreau, no desempenho das delicadas missões científicas de que foi incumbido, no Pará, no rio Negro, na Guiana e em Caiena, desobrigou-se brilhantemente e prestou, em verdade, relevantes achegas à geografia moderna com os seus descobrimentos de vertentes de rios ainda não conhecidas e de aspectos montanhosos mal entrevistos, além de uma profusa notícia das regiões que percorreu e de nações indígenas com que travou relações.

As atividades do conspícuo explorador não pararam; foram reiniciadas por sua espôsa, sua companheira solícita e igualmente como êle corajosa e culta.

HAMILTON RICE. A expedição que obedeceu à orientação do professor H. Rice, multimilionário americano, foi de fecundos resultados para a ciência, dentro dos moldes de sua especialidade — o estudo da bacia do rio Branco e de seu sistema montanhoso e outros aspectos.

A sua última viagem aos rios Negro, Branco, Uraricuera data de 1924. Conduziu um aparelhamento completo para maior facilidade e exatidão das observações a efetuar — um hidroplano, um serviço de radiografia, de telefonia e máquinas fotográficas. O hidroplano denominava-se Eleonora III.

Acompanhou o milionário americano uma equipe de técnicos, Walter Hinton, Pinto Martins, John Wilehusen, A. V. Stevens, os engenheiros C. Cousens, Herman Dengler, Mc Caleb, Frank Scottch, Charles G. Bull e o professor Richard Strong.

CURT NIMUENDAJU. É um nome sobejamente conhecido no Brasil e no estrangeiro. Etnógrafo alemão, naturalizado brasileiro, tendo adotado como sobrenome o vocábulo guarani Nimuendaju.

Cultivando a etnografia e a etnologia revelou-se um mestre e uma das maiores autoridades na matéria. Sua decidida vocação, seu temperamento fleumático, com uma alta dose de bom humor, fizeram dêle um instrumento hábil, inteligente e maneiroso em pacificar índios os mais rebeldes e trazê-los ao convívio dos brancos. Daí entrar em contacto com a família indígena, visitar malocas as mais afastadas e tornar-se familiar na prática dos costumes dos bárbaros.

Cavaleiro errante, inúmeras vêzes deixou o confôrto da metrópole do país para conviver com os silvícolas. Insinuava-se até no seio dos mais avêssos e temíveis, como os Parintintins, do rio Madeira, sem que o pudessem assustar as conseqüências possìvelmente dolorosas de sua aproximação. E de sua convivência com os índios pôde tirar os resultados que esperava na sua ação meritória. Destarte penetrou fundo na vida do selvagem, surpreendendo-lhe os sentimentos, a capacidade, o grau de suas indústrias primárias, a sua agri-

cultura, a sua arte primeva, o seu animismo, os seus jogos e lazeres, os seus utensílios domésticos, armas, cozinha, língua etc.

Curt Nimuendaju não se poupava sacrifícios. Cada sacrifício era compensado pela alegria que lhe ficava da convivência com os seus irmãos das selvas, de conhecê-los mais ìntimamente e de poder dispensar a sua caridade e acarretar para êles melhor e mais compreensivo tratamento.

Uma das viagens empreendidas foi ao rio Negro, Uaupés, Içana, Caiari e Tiquié através do labirinto d'água das bacias dêsses rios imensos e longos, onde remanescentes de várias nações de bárbaros se situam, falando suas línguas próprias.

Pacientemente numa ubá em meio à bagagem e ao rancho para tão distantes e incômodas incursões, lá ia êle sentado num áspero banco de canoa desconfortável, com o seu bloco de notas anotando o seu diário, os incidentes da jornada, a sua papelada, a sua caneta, a máquina fotográfica, o seu sorriso amável, rio acima, rio abaixo, subindo ou descendo cachoeiras e rápidos, galgando barrancos, andando por piques e varadouros em demanda de sítios e pequenos povoados onde pudesse encontrar os seus amigos índios, os Hoodene, os Iauretê-Tapuia, os Baniua, os Siusis e outros representantes de tribos, ansioso por ouvir vozes em aruaque, nos dialetos baré, manau, tucano, sôfrego por encontrar grossos bastões ocos de embauiua, ou alguma flauta de iapurutu dos Baniuas, ou de contemplar as danças voluptuosas dos Deçanas.

A viagem de 1927 por sinuosos e encachoeirados rios do vale do rio Negro deu-lhe ensejo de escrever um belo e substancioso relatório, em que firmou, ainda uma vez, as suas credenciais de primoroso etnógrafo.

A corajosa pacificação dos Parintintins na majestade solene das florestas do Madeira valeu-lhe por uma conquista heróica, dada a atitude daqueles selvagens ferozes e guerreiros.

Havia necessidade de mergulhar no meio dos Tecunas, habitantes do Solimões, tribo já bastante reduzida, mas conservando os distintivos de sua raça, as características de povo outrora numeroso e valente.

Com essa intenção rumou para Manaus e oito dias depois, se tanto, embarcava para São Paulo de Olivença. Ia ter às ribas úmidas do Solimões, às malocas sujas dos Tecunas nos sombreados das selvas. Mal tomou pé e o destino não consentiu no prosseguimento do ideal do peregrino. Morreu quase repentinamente.

Antes de partir de Manaus numa das salas da Comissão de Limites falava aos visitantes sôbre os seus planos, a alma aberta em sorrisos, o coração voltado para os bárbaros, que ia estudar. Dias depois embarcava. Oh! destino incerto! Foi morrer no meio dos Tecunas.

# Amazonenses ilustres

Dentre os amazonenses que se distinguiram nas ciências, nas artes, na tribuna, nas superiores manifestações da inteligência estão os adiante relacionados, uns vivendo vagamente na lembrança dos seus concidadãos, quase apagados, outros que trazem a seiva de sua pujança intelectual e de sua bravura cívica, viva e formosa.

BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA. Nasceu êsse conspícuo amazonense na antiga vila de Barcelos, no rio Negro, a 4 de setembro de 1769. Foi neste cenário e no alvorecer de nossa vida social e política, que veio à luz o homem que havia de ser o primeiro poeta amazonense. Seu nascimento, assim, verificou-se onze anos depois da instalação da Capitania de São José do Rio Negro, a 7 de maio de 1758.

Fôra chamado a exercer funções públicas de relêvo no Pará, onde se destacou por suas virtudes, integridade de caráter e patriotismo, pela sua cultura e inspiração poética.

Descendente de Raimundo de Figueiredo Tenreiro e de D. Teresa Joaquina Aranha, tinha antecedentes nobres na família, gozando de privilégios e de fôro especial concedidos pela realeza lusitana. Seu avô paterno exercia o cargo de capitão-mor da vila do Gaumá e de provedor da Fazenda real do Pará. Sua mãe era filha do capitão-mor do Pará, Manuel Guedes Aranha, des-

cendente de Bento Maciel Parente, guerreiro e homem de estado que pelos seus serviços foi agraciado pelo rei com a donataria da Capitania do Cabo do Norte, e desempenhou as altas funções de governador do Grão Pará.

Foi dêsse casal de estirpe ilustre que proveio o insigne compatriota João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que inaugurou e presidiu a Província do Amazonas.

Foi João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha um dos mais extrênuos adeptos da autonomia do Amazonas, e da navegação a vapor nos rios, já batalhando pela elevação da antiga Comarca do Alto Amazonas à categoria de província, já batendo-se pela franquia da navegação a vapor a tôdas as nações do mundo, e isto fazia com um verdadeiro fervor religioso, como foi também paladino nessa memorável campanha o notável brasileiro que se chamou A. C. Tavares Bastos.

A educação do jovem Bento Aranha, órfão de pai, ainda muito novo, correu às expensas de seu padrinho Dr. José Monteiro de Noronha, que, como vimos, ocupou a vigararia-geral do rio Negro.

Contraindo núpcias com D. Rosalina Spinosa foi conduzido a cargos públicos de evidência no Pará, na qualidade de Capitão de Caçadores do regimento a que pertencia. Amigo a princípio de D. Francisco de Sousa Coutinho, circunstâncias supervenientes o afastaram de sua proteção, e com êle se malquistou, sendo atrozmente perseguido.

Vendo-se em duro ostracismo foi residir numa casa de campo entregando-se à leitura de obras clássicas gregas e latinas e à meditação, e à composição de trabalhos literários, que lhe valeram a sobrevivência e a glória de ter sido o primeiro vate que produziu o Amazonas. Escreveu Bento Aranha um sem-número de sonetos,

poesias, odes, discursos, panegíricos, peças de teatro, dramas, comédias ao sabor do tempo.

Do seu retiro espiritual o foi buscar D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, sucessor na governação do Pará de D. Francisco de Sousa Coutinho, o qual o nomeou escrivão da mesa grande do Pará, em que foi efetivado pelo príncipe regente D. João.

Não é possível reconstituir a volumosa produção literária de Bento Aranha. Acontecimentos políticos sobrevindos naquela província fizeram com que seu filho João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha mandasse copiar todos os seu manuscritos, e remetesse os originais encaixotados num bote para a fazenda do Pinheiro. Sobreveio, porém, uma tempestade, ocasionando o afundamento do barco. Perdeu-se assim a floração intelectual do artista amazonense, e não fôssem as cópias não se teria nenhum indício dêsse espontâneo e fecundo poeta.

Um dos primores do aedo foi o sonêto consagrado à mulher Maria Bárbara, casada com um soldado do regimento de Macapá, assassinada no caminho da *Fonte do Marco*, por não querer tornar-se adúltera, repelindo as propostas de um apaixonado.

Bento Aranha faleceu em Belém a 23 de novembro de 1811.

João Henrique de Matos. Nasceu em Barcelos a 7 de abril de 1784 predestinado a ser um dos maiores valores de seu tempo. Naquela vila permaneceu poucos anos, seguindo para o Pará, onde se alistou numa corporação militar, vencendo aos poucos, e sempre por merecimento, várias promoções. Como oficial do regimento de infantaria seus feitos estão assinalados no Pará e Amazonas em cumprimento de comissões difíceis, de grande responsabilidade.

Houve um tempo em que deixou a vida da caserna, porém seu feitio era para a carreira das armas, o seu amor, a sua paixão profunda era pela farda e nesta profissão, em que se portou com tôda a honorabilidade, chegou ao maior pôsto e com uma honrosa fé de ofício.

Não obstante os desgostos provenientes das lutas em que se envolvia, a inveja e o despeito que freqüentemente encontrava no seu caminho triunfou da maldade dos seus inimigos ocultos e ostensivos, e recebeu as mais eloqüentes provas de gratidão de seus contemporâneos. Filho do Sargento-mor Severino Eusébio de Matos e de D. Joana Wilkens de Matos, manteve um caráter firme, uma vontade resoluta e forte, uma ação moderada mas enérgica, em todos os seus atos.

Grande desenhista, conhecendo bem a terra amazônica, devem o Pará e o Amazonas a êste distinto compatriota serviços inestimáveis nas missões espinhosas que desempenhou em Caiena, Macapá, Vigia e rio Negro, Branco e Guiana, além de pelo seu prestígio e experiência tomar parte em juntas governativas. Mas, por causa de suas idéias, de seus pendores liberais e por ser partidário da independência do Brasil, certos elementos lusófilos do Pará procuravam arredá-lo da capital, afastá-lo para longe. Eram manobras políticas tendentes a distanciá-lo do ambiente político partidário de então.

Todavia, o cidadão prestante e patriota, o militar encanecido nas lutas e no severo cumprimento do dever, o comandante do corpo de artilharia e o antigo diretor do Arsenal de Guerra sempre se librou acima dos maus e dos adversários, que à socapa ou abertamente procuravam morder-lhe a reputação e o pundonor.

Espírito franco, sem rebuço, amante da verdade, procurou sempre nas suas informações ser verdadeiro, não falsear a verdade.

A 26 de fevereiro de 1825 parte para vila da Barra, na Comarca do Alto Amazonas. Devia levantar a planta das fortalezas de Tabatinga, na fronteira de Tabatinga; de São Joaquim no rio Branco e da de Marabitanas, nas proximidades de nossas lindes com a Venezuela, e orçar as despesas com os reparos a serem feitos e bem assim levantar um balanço de seu equipamento militar.

Tomou o Coronel Matos parte em vários combates por ocasião da guerra da Cabanagem, sendo ferido. Combateu ao lado do govêrno pelo restabelecimento da legalidade.

Dotado de ânimo ardoroso e idealista, era ainda uma vez investido de especial missão — percorrer, explorar e fazer verificações na faixa de terras que corre ao longo de nossa fronteira com a Guiana Inglêsa — à vista de incidentes com o govêrno britânico.

Um dos seus relatórios mais interessantes, porque revelador do estado social, político, econômico e cultural da Comarca do Alto Amazonas, é o em que se ocupa de sua decadência, em 1845. É uma exposição minuciosa e fidedigna do abandono e da derrocada em que se via a região que êle retrata num flagrante doloroso com um colorido sombrio.

Faleceu o amazonense ilustre a 8 de agôsto de 1857 numa canoa quando navegava em águas do rio Negro, pouco antes de aportar à vila de São Gabriel. Tendo adoecido em Cucui foi conduzido em estado grave para São Gabriel à procura de melhora ou de cura; infelizmente não pôde atingir aquêle ponto. A morte cerrou-lhe os olhos para sempre.

Pedro Luís Simpson. Soldado e filólogo, recomendou-se pelo seu talento, cultura da língua portuguêsa, e também pela bravura de que deu mostras, e sobejas, na guerra do Paraguai.

Funcionário público do Estado do Amazonas, de onde é filho, ao rebentar a guerra com aquela nação heróica, na qualidade de major da Guarda Nacional alistou-se nas fileiras dos que foram combater o inimigo que nos arrastou a uma luta de cinco anos.

Nos campos de batalha o soldado amazonense muito se distinguiu pelos seus feitos, que lhe valeram elogios na sua fé de ofício e medalhas que lhe foram conferidas, sendo uma de ouro da República Argentina.

Voltando ao seu Estado, enfraquecido das lutas, Pedro Luís Simpson, que cultivava a língua tupi, em que era uma das maiores autoridades, redobrou de esfôrço, no seu indefesso culto à referida língua, escrevendo em 1876 uma gramática — *Gramática da Língua Geral Brasileira* —, em que demonstrou conhecimento profundo da matéria. Enriqueceu ainda o nosso patrimônio lingüístico com um volumoso vocabulário indianista, superior a quantos já foram escritos por mestres nacionais.

Tão importante obra ficou infelizmente no esquecimento, não obstante o seu valor e riqueza vocabular, e o critério seguro com que foi elaborada.

A Academia Brasileira de Letras, aonde foi parar o vocabulário, sôbre êle se pronunciou em parecer datado de 8 de abril de 1925 assinado por João Ribeiro e outros filólogos que enalteceram os merecimentos do trabalho. "Dos poucos vocabulários", diz o parecer, "que possuímos, nenhum dêles, nem o de Gonçalves Dias, nem o de Tastevin, nem o de Barbosa Rodrigues ou de Batista Caetano apresenta volume e desenvolvimento maior do que o de Simpson". Mais adiante conclui o parecer: "Consideramos verdadeira perda para as letras e para os estudos nacionais o fato de ainda permanecer inédito um trabalho que, a tôdas as luzes que se considere merece ser publicado e divulgado, antes que desapareça extraviado, perdido, ou estragado pela ação do tempo".

Márcio Neri. Revelou-se um grande valor na medicina e assuntos correlatos. Nasceu na cidade de Manaus, em março de 1865, tendo feito os seus primeiros estudos na capital do Estado e os secundários e superiores no Rio de Janeiro. Doutorou-se em medicina em 1890.

Uma das comissões a cuja frente estêve, foi a de saneamento para a extinção da febre amarela em Manaus.

Sua atenção voltou-se para o beriberi, cujas causas estudou, tendo escrito substancioso ensaio sôbre a sua etiologia, desenvolvimento e terapêutica (1889). Antes de publicá-lo, o reputado profissional escreveu excelente contribuição ao estudo das moléstias nervosas intitulada *Extenuação Nervosa*, cuja publicidade data de 1897. Deu-nos depois *Incubos e Súcubos*, 1895, *Raios X na Medicina*. Outro livro portador da capacidade mental e da ilustração do cientista amazonense foi o que tem por título *Vilegiatura*.

Torquato Xavier Monteiro Tapajós. Nasceu em Manaus a 3 de dezembro de 1853, no ano seguinte à instalação da Província do Amazonas a 1.º de janeiro de 52.

Morreu na cidade do Rio de Janeiro aos 44 anos de idade, em pleno apogeu de sua mentalidade, a 12 de novembro de 1897. Engenheiro, geógrafo e bacharel em Matemáticas. Era de uma competência comprovada. Não só os seus títulos honoríficos o atestam como os ensaios que produziu lhe dão uma preeminência destacada no cenário da cultura brasileira.

Era sócio do Instituto Civil de Engenharia de Londres, do Instituto Politécnico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e sócio honorário da Academia de Medicina.

De suas lucubrações destacam-se *Climatologia do Estado do Amazonas*, Rio de Janeiro, 1890; *Viagem ao*

*Amazonas, Macapá, Tabatinga e São Joaquim,* Rio, 1893; *Limites do Estado do Amazonas,* 1895; *Limites do Estado do Amazonas e Mato Grosso,* São Paulo, 1896 e *Salubridade do Estado do Amazonas,* Rio de Janeiro, 1897.

Geógrafo, matemático, higienista, meteorologista, poeta e publicista em tôdas essas especialidades deixou trabalhos de grande surto científico. Os seus primeiros vôos literários acham-se em *Nevoeiros,* Manaus, 1872; *Nuvens Medrosas,* Rio de Janeiro, 1874. Bom prosador, dão-lhe o quilate do estilo e da roupagem das idéias os livros, que deixou, de boa cêpa científica, elegantemente redigidos. A *Padaria Espiritual* do Ceará, associação de homens de letras, consagrou-lhe o nome reeditando o seu livro de versos *Crômos,* 1897. Pondo de lado as seduções da poesia, dedicou-se às matérias para as quais mais propendia o seu espírito — as questões geográficas, astronômicas, os limites de nossas fronteiras, as indagações históricas, os estudos de eletricidade. A respeito desta particularidade científica escreveu *Memórias sôbre a eletricidade da água do mar e sua aplicação às grandes rêdes de esgôto,* Rio de Janeiro, 1894.

No que diz respeito a fronteiras, o amazônida ilustre dissertou longamente sôbre os limites do Estado e forneceu à literatura respectiva importante trabalho, *Limites do Estado do Amazonas e Mato Grosso.* Os seus estudos sôbre climatologia são citados com o respeito e acatamento que merecem; são elementos coligidos e preparados por um profissional idôneo, culto, ponderado e que se não deixava levar pelas aparências.

Torquato Tapajós ocupa um dos primeiros lugares na luminosa constelação de valores de sua terra, que êle, apesar de viver distante dela, jamais esqueceu. Teve sempre o espírito voltado para o Amazonas grandioso

e empolgante. Preocupou-se muito com os seus problemas mais instantes.

Forte polemista, sereno nas suas análises, profundo e erudito morreu longe de sua amada pátria nortista.

ESTELITA TAPAJÓS. Era uma organização de filósofo, especulação para que se sentia arrastado por inclinação natural. Dentre as correntes filosóficas atraía-o a doutrina de Haeckel, temperada pelo Evolucionismo de Herbert Spencer. Lavrou na seara da Filosofia e conseguiu impôr-se. Era professor de Biologia. Como documento de sua cultura filosófica publicou *Ensaios de Filosofia e Ciência*, São Paulo, 1898.

Estelita Tapajós é um dêstes expatriados voluntários do Amazonas, emigrado para o Sul, à procura de meio onde educar-se e expandir os primores de sua inteligência. Êle formou a sua consciência científica, a sua educação intelectual no Rio e em São Paulo, onde conviveu espiritualmente com os seus queridos filósofos, os gênios que traçaram as grandes sínteses do mundo. Dos autores nacionais atuaram muito no seu espírito Tobias Barreto e Sílvio Romero.

PAULINO DE ALMEIDA BRITO. Formado em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Destacou-se como publicista, poeta, escritor de contos, gramático, jornalista e professor.

Nasceu Paulino de Brito em Manaus a 9 de abril de 1858. Foram seus pais o Capitão de Artilharia Paulino de Brito e D. Ricarda de Almeida Brito. O Capitão Paulino de Brito partiu para a guerra do Paraguai, e depois de consecutivos atos de bravura morreu em combate.

Paulino de Brito permaneceu muitos anos no Amazonas, transferindo sua residência para Belém, onde cada

vez mais engrandeceu o seu nome como professor e filólogo. Jornalista e escritor, a característica de sua personalidade foi a de mestre e educador, consagrando-se à alta missão de ensinar. Como cultivador das Musas publicou *Cantos Amazônicos* e *Noites em Claro*. No domínio do romance produziu *Dolores* e *O Homem das Serenatas*. Manteve polêmica sôbre assuntos filológicos com mestre Cândido de Figueiredo. Outros trabalhos de alcance se devem à sua pena — *Colocação de Pronomes, Gramática Portuguêsa Primária, Gramática Complementar*.

Heliodoro Balbi. Fêz os seus estudos de preparatórios em Manaus, indo concluí-los no Estado das Alagoas. Terminado o curso, seguiu para o Recife, em cuja Faculdade de Direito recebeu a láurea de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Tornou-se logo o ídolo dos estudantes, que o cercaram de estima e admiração, como também dos mestres que viam nêle um pensador, um espírito altamente crítico e uma envergadura de filósofo.

As mais destacadas figuras literárias do meio pernambucano daquele tempo (1898-1902, Celso Vieira, Paulo de Arruda, Faria Neves Sobrinho, França Pereira, Baltazar Pereira e outros rendiam-lhe as mais sinceras e calorosas homenagens.

Heliodoro Balbi formou-se em 1902, deixando a velha e tradicional Faculdade coberto de louvores dos seus amigos, colegas e condiscípulos, porque era um expositor de filosofia e muitos acadêmicos procuravam-no para ouvirem as preleções numa linguagem ao alcance dos novatos que queriam enfronhar-se nas teorias dos epígonos construtores dos sistemas filosóficos. Todos o ouviam religiosamente, e, saindo do plano filosófico, o autodidata se emaranhava na literatura clássica em que era versado e erudito. O pensamento artístico, as

grandes criações dos gregos e romanos, a arte helênica, a estética romana não tinham segrêdos para êle, que desenvolvia todos os temas com segurança, viveza e profundidade.

No curso acadêmico o caboclo do norte foi dos mais distintos e dos que de logo se impuseram à admiração de quantos o conheceram.

Tinha uma faculdade de assimilação incrível, de compreensão das mais elevadas generalizações filosóficas. A sua facilidade de assimilar, o entendimento agudo, tornavam-no familiar com as teorias e os fundamentos dos sistemas, desde as construções dos mais eminentes filósofos antigos e modernos com tôdas as sutilezas e raciocínios abstratos. Seu discurso de colação de grau, orador que foi da turma de 1902, mostra exuberantemente o seu talento, a sua dialética, a sua intimidade com os mais profundos pensadores que já produziu a humanidade.

Obra hoje rara, ninguém se lembrou de mandar reeditá-la, nem o govêrno, nem a Academia Amazonense de Letras, de que era membro. É um opúsculo de umas dezenas de páginas nutridas, de forte inspiração, de vôos altaneiros, e de requintado relêvo artístico. É um trabalho que por si só honra o Amazonas, se o excelso advogado, publicista, professor, jornalista e tribuno não resplandecesse na história política de sua terra nas justas das letras, no professorado, na tribuna judiciária, na tribuna popular, nas colunas da imprensa, na sensibilidade estética, no fascínio de seus poemas, nos ensinamentos doutrinários de suas prédicas jornalísticas.

Um poderoso cérebro o do malogrado homem público, do patriota de fibra, de caráter, de têmpera máscula que lutou até morrer pela democracia no seu Estado, pela higiene na administração, pelo respeito às leis e aos direitos do homem, às liberdades públicas. Que

sofreu e nunca se humilhou, que foi perseguido e nunca baixou a cerviz, que enfrentou a política despótica de sua terra e altaneiramente defendeu os foros de dignidade cívica de seu povo. Que morreu pobre e sempre recusou as benesses que lhe ofereciam, os cargos com que lhe acenavam, as honrarias que para êle vinham salpicadas de lama, a fim de por êste meio abafar a voz do rebelado visceralmente honesto com um temperamento rígido de lutador.

Deixando o Recife Heliodoro Balbi seguiu para o seu Estado. Ia advogar, pleitear uma cátedra no Ginásio, por concurso. E fêz concurso e conquistou pelo talento e pela cultura que possuía a cadeira de Literatura.

O govêrno do Estado quis chamá-lo para o seu seio, mas êle fêz-se à custa de seu prestígio pessoal. Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, fatos espetaculares que ocorreram e atentatórios do decôro da Assembléia, levaram-no a abandonar o recinto depois de um discurso inflamado e renunciar ao diploma, atitude para a qual se exigia um espírito superior, desinteressado e vibrante de altivez, cônscio de seus deveres sociais e políticos, dos seus ideais de democracia. Renunciou ao mandato. Já se percebe que o gesto altaneiro do amazônida destoava dos adoradores do poder, dos bajuladores, dos indivíduos amorfos, apegados aos interêsses egoísticos, dos transacionadores com a baixeza e o crime.

Veio para a imprensa, para a tribuna cívica. O seu jornal "Correio do Norte" foi um traço de luz de epopéia, de missionarismo político doutrinário, de símbolo de coragem, de honra, de fé e de bravura. Desde o artigo de fundo de expressão lapidar até a crônica, o noticiário êle urdia, arquitetava em molduras magníficas.

Ao lado dêsse combatente havia outro ou outros insubmissos, irmãos de idéias. Balbi, porém, era o legionário, o insigne inspirador, o herói daquela campanha, que não foi de difamação nem de injúrias e sim de limpeza cívica, de higienização nos quadros da administração, de crítica sociológica, de amor à terra infeliz, espezinhada, dilapidada, vítima do bandoleirismo, da intriga e do saque.

Adriano Jorge foi um dos grandes auxiliares nessa peleja ardente. Na sua disposição sincera de batalhador tomou posição bravamente ao lado de Heliodoro Balbi. Irmanava-se nos mesmos objetivos cívicos e no perigo, nos riscos que corriam. As artimanhas dos petroleiros, dos ignaros incendiaram-lhe o jornal, depredando-lhe as oficinas, assassinaram o gerente do belo e grande órgão. Mas a voz dos arautos não se apagou nessa luta que marca um período de ouro no jornalismo amazonense, como não os demoveu de prosseguir no exame detido da situação, dos inquéritos feitos à luz de farta documentação, dos protestos e escalpelamento da camarilha que explorava o poder, a infâmia de uns e a empáfia de outros arrogantes e pascazes, virulentos e madraços, tudo passou pelo crivo de uma análise conscienciosa, objetiva, severa e verdadeira, do inventário dos gastos nababescos, dos atentados, da arbitrariedade e da desordem. Os sociólogos, os psicólogos, os jornalistas desenharam em traços decisivos os homens e as coisas de seu tempo, o teor das bambochatas, o jôgo dos interêsses ilícitos, o deboche e o cinismo.

Balbi escapou de ser vítima da sanha dos potentados. Era belo vê-lo na sua coragem olímpica a falar pelas colunas da imprensa, da tribuna popular, em que o povo o aclamava em delírio, e, sem se atemorizar dos janízaros, dos cafajestes, dos espolêtas, dos capangas, nunca se ocultou ou mesmo mudou de caminho.

Foi despojado de seu diploma de Deputado Federal por intermédio da igrejinha política nefasta, manobrada por Pinheiro Machado.

Voltou para o Amazonas com o aprumo moral de sempre, a mesma serenidade apostolar, a mesma intransigência de princípios.

Teve cerceada a sua atividade de advogado, o seu único meio de manutenção própria e da família por fôrça de uma guerra surda, subterrânea, movida por impostores e sevandijas.

Com a mulher doente, guardando o leito, Balbi teve um convite para um contrato rendoso de advocacia, no Acre. Ia exercer a profissão em causa que lhe daria boa renda.

Sentiu-se na necessidade de aceitar e de seguir. Doía-lhe deixar a espôsa prêsa ao leito; mas as suas precárias condições financeiras eram de molde a não abandonar aquêle partido. Dispôs-se e seguiu. Aquêle talento irradiante, aquêle dominador de multidões, aquêle espírito puro como a linfa cristalina, como um cristal transparente, exilava-se de sua terra natal, onde lhe fugiam os meios de vida, onde lhe trancavam as portas de ganhos honestos, onde lhe barravam tôdas as pretensões, onde lhe boicotavam todos os recursos. Exilava-se.

O Amazonas via afastar-se de sua gleba o filho ilustre, bom, magnânimo, leal, caridoso, meigo, o varão que é uma coluna gótica de sua glória, das suas tradições de honra e de energia cívica.

Ia para nunca mais retornar. Levou nos olhos a paisagem feérica dos rios e das florestas, dos vales verdejantes, do matiz das côres de suas matas. Levava n'alma, talvez, um amargor profundo, mas a consciência tranqüila de ter dado ao Amazonas tudo, de se ter devo-

tado ao bem comum, desinteressadamente, sem ambições e pruridos de subir.

Tendo nascido em Manaus a 16 de fevereiro de 1878, faleceu na cidade do Rio Branco, no Território do Acre, a 26 de novembro de 1918. Seu corpo foi sepultado no barranco do cemitério, e dez anos depois, sob verdadeira apoteose do govêrno e do povo acreano, Hugo Carneiro piedosamente mandava exumar seus ossos e remetê-los em urna feita de madeiras do Amazonas, artìsticamente acabada, para Manaus, onde se acha no Campo Santo de São João Batista.

Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. Uma figura de cientista e de poliglota, de historiador e etnógrafo. Passou a vida inteira consagrado aos estudos de geografia, história e etnografia, especialmente etnografia do Brasil e do Amazonas, línguas mortas e línguas vivas, pré-história, arqueologia, numismática.

Andou pelo Egito, pelo Oriente e pelo Ocidente europeu. Trouxe de lá uma riquíssima coleção de moedas que depois vendeu ao Estado, hoje desfalcada de importantes exemplares em ouro e prata portuguêsa, desaparecidas ou surripiadas por mãos rapaces. Devia figurar no Instituto Geográfico e Histórico, mas o govêrno houve por bem tê-la sob sua guarda, a princípio num dos salões da Imprensa Pública, depois num compartimento do andar térreo da Secretaria Geral do Estado.

A coleção numismática, que hoje seria uma das melhores do mundo, ficou parada, estacionária, no que era e diminuída no que tinha de mais antigo e de mais precioso em ouro, sem que se acrescentasse até hoje a mais insignificante moeda.

Tôda a sua invejável aquisição de armas e utensílios de selvagens e inúmeras cerâmicas Bernardo Ramos doou ao Instituto Geográfico e Histórico, de que foi um

dos beneméritos fundadores e por cujo desenvolvimento tinha uma beneditina dedicação, como tinham Vivaldo Palma Lima, seu orador perpétuo, Antônio C. Ribeiro Bittencourt e Agnelo Bittencourt, que por sua vez recolheram ao referido sodalício coisas interessantíssimas e valiosas. Outros consócios concorreram com dádivas para maior deslumbramento do Instituto: Análio Resende, Francisco do Areal Souto, Negreiro Ferreira, o Cônsul da Itália Sr. Vulcani, Chaves Ribeiro, Coronel Tasso de Morais Rêgo, José de Castro Monte e outros amigos.

Bernardo Ramos era um primoroso desenhista, como sua digna senhora, que colaborava nos seus aprimorados trabalhos de um lavor admirável, de uma finura perfeita. Todos os desenhos e estampas que se vêem no seu livro *Tradições e Inscrições da América Pré-Histórica,* foram da autoria dos dois, marido e mulher.

Homem sensato, amigo do lar, em que se empregava em pesquisas exaustivas conglobando uma soma considerável de conhecimentos dêsses assuntos, pôde dar ao mundo, aos estudiosos, um livro que condensa uma cultura extraordinária, ilustrado com excelentes gravuras da arte indígena e inscrições rupestres de que ofereceu as respectivas traduções.

Filiado às doutrinas de De Thoron, consumado orientalista, e conhecendo o grego, o sânscrito e outros idiomas antigos, versado em antiguidades, devotou-se às decifrações de legendas, de petroglifos, de inscrições hieroglíficas no referido livro e em artigos esparsos em jornais e revistas.

Austero, sóbrio e modesto deixou um monumento de cultura, vindo a morrer, já em idade avançada, no Rio de Janeiro, a 6 de fevereiro de 1931, para onde se transportou a fim de rever as provas de sua obra, mandada editar pelo govêrno da República.

Uns louvam o cientista, outros o criticam acerbamente. E' vêzo comum desfazer dos trabalhos alheios, que exigem acurada atenção, sacrifício, demorados estudos, indagações a que se consagraram muitos por amor à ciência.

Nessa tarefa andou empenhado Bernardo Ramos por vários rios da Amazônia, penetrou no interior de seu grande Estado em pequenos motores e em canoa, a ver, a esmerilhar, a observar, a descobrir jazidas paleontológicas, lapas, rochedos, lajes onde podiam existir inscrições gravadas ou pintadas, litóglifos e petrografias, e que êle, guiado pela sua sensibilidade de cientista e pelo seu idealismo, pudesse contemplar e decifrar.

Prefaciou-lhe a obra o seu dileto amigo Vivaldo Palma Lima, possuidor de grande ilustração.

RAIMUNDO MONTEIRO. É preciso ser poeta para falar de poetas da estirpe dêsse mago da poesia, dêsse artista amazonense, nascido na cidade de Humaitá, no rio Madeira.

Raimundo Monteiro viveu num ambiente da família, de que se deslocou para educar-se, tendo viajado pela Europa e recebido o influxo das grandes cidades. Ao voltar para o Amazonas recolheu-se à penumbra do seringal, ao confôrto familial, aos barracões onde se desenvolveu a sua fagueira meninice, a sua adolescência de sonhos.

O pai, o Comendador Monteiro, uma das personalidades mais conhecidas e acatadas do Madeira, daquele amplo cenário majestoso, fundou a povoação, hoje cidade de Humaitá, à beira do famoso rio, em terreno que doou ao Estado. Atualmente Humaitá é uma cidade próspera, arejada, salubre. O filho citaredo sentiu a natureza agreste, ardente, a iluminação da selva tropical, o claro-escuro dos igapós e a insegurança traiçoeira dos pânta-

nos. O fio da correnteza fugidia e os balcedos deslizantes serenos ou agitados, os fúlgidos reflexos das ondas, as cambiantes das matas, as ligeiras montarias, os pesados batelões, os periantãs flutuantes ficaram a mover-se-lhe na imaginação.

As derradeiras horas vagas e trêmulas deixaram-lhe marcar na alma, dolentes recordações, ritmos inconfundíveis. Tudo isto repercutiu na sensibilidade do poeta, no seu coração amoroso, no seu semblante triste.

*Horas Lentas* traduz o estado emocional do aedo, a graduação de sentimentos do poeta sem artifícios, sem pretensões.

A doença, porém, minava-o. Um mal pertinaz desfazia-lhe as fontes da vida. O coração perdera aos poucos o ritmo de outrora. Enfraquecido, ia-se esgotando aquela energia até o momento supremo da morte.

Raimundo Monteiro, que nasceu no ano de 1883, faleceu em 1932 na cidade de Manaus.

*Horas Lentas* é bem um monumento que ficou do bardo inspirado.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

# Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

**O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.**

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

**ACERVOS DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

## FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
***cdmam@cultura.am.gov.br***
***acervodigitalsec@gmail.com***

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA